O MILAGRE ECONÔMICO ESPANHOL

CONJUNTURA ECONÔMICA

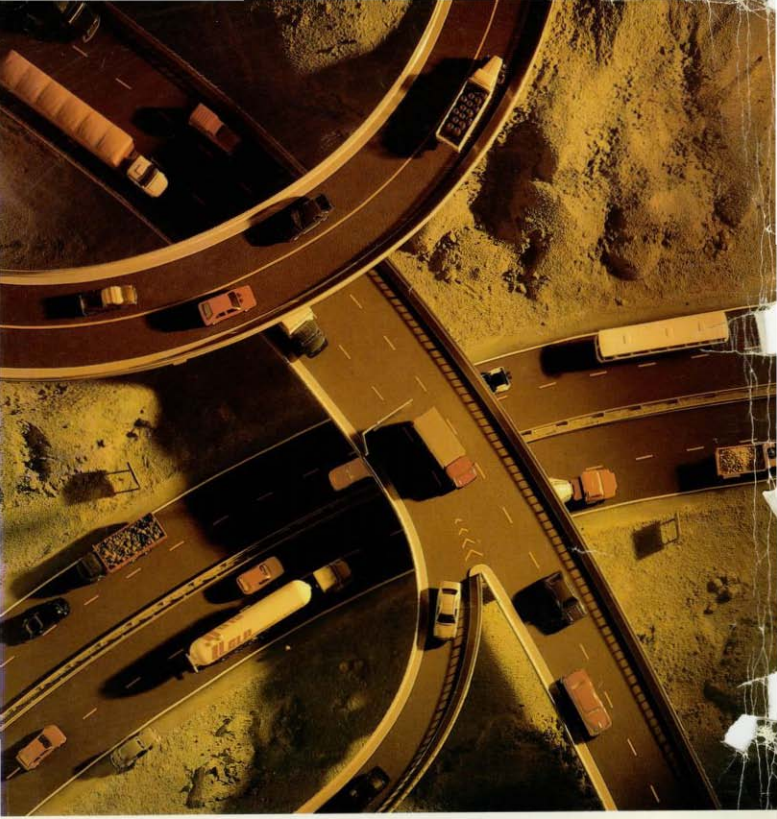
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS ■ ISSN 0010-5945 ■ JANEIRO DE 1993 ■ VOLUME 47 ■ Nº 1 ■ Cr$ 55.000,00

PREÇOS & SALÁRIOS

INDEXAR não RESOLVE



CONTAS NACIONAIS 1980-91
A ANÁLISE DO IBRE



NÓS CAMINHAMOS CERTO POR LINHAS TORTAS.

Há mais de vinte anos a Coperbo vem caminhando em direção ao futuro através do aprimoramento e desenvolvimento da sua tecnologia com borracha sintética. Uma tecnologia que está presente onde menos você espera. No asfalto, nos solados, nos adesivos e nos mais diversos tipos de plásticos. Tudo isto é apenas uma pequena amostra da marca Coperbo. A partir da borracha termoplástica (TR), todos estes produtos têm além de fácil processamento, a grande vantagem de reaproveitamento de seus resíduos. O que significa um menor consumo de energia e maior produtividade. Sejam quais forem as linhas do seu produto, com Coperbo você sempre tem a certeza de estar caminhando na direção certa.

coperbo
Companhia Pernambucana de Borracha Sintética

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1541 - 17º andar - Conjuntos 17 L/M - CEP 01451 - São Paulo - SP
Fone: (011) 815-0444 - Fax: (011) 211-4333 - Telex: (11) 81713

NOVICA

A opinião de JK

JANEIRO de 1953. Conjuntura Econômica comemorava seu quinto aniversário com a publicação de uma pequena história de um Boletim de Economia que logo se transformaria na mais importante revista de economia do País. A história recordava a grande acolhida da imprensa ao novo órgão da Fundação Getulio Vargas. Jornais das mais variadas tendências, que iam do conservador *Correio da Manhã* à *Tribuna Popular* (comunista) passando pela populista *Última Hora*, de Samuel Wainer, saudaram o aparecimento de *Conjuntura*, enaltecendo seus estudos especiais, a seção "Índice dos Negócios" e a ampla análise dos transportes coletivos urbanos que aparecia no primeiro número de *CE*.

Um levantamento estatístico sobre a repercussão de *Conjuntura* na imprensa mostrava que, entre novembro de 1947 e agosto de 1952, a revista fora objeto de 1.129 notícias, ocupando um espaço nos jornais equivalente a 126.800 cm², ou mais de 12,8 m², o que era uma verdadeira façanha, considerando-se principalmente que se tratava de uma revista teoricamente concorrente com as demais publicações. *O Jornal*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *O Estado de Minas*, *A Noite*, *O Estado de São Paulo*, o *Jornal do Brasil*, o *Diário da Bahia* e a *Tribuna* eram os grandes divulgadores da obra realizada por *Conjuntura Econômica*.

Tudo isso permitia que a revista registrasse em seu primeiro qüinqüênio um número recordista de anunciantes: 45, o que representava mais de 33 páginas de anúncio por edição. A crescente penetração de *CE* e o fato de que se tratava de uma publicação que atingia as camadas de maior poder aquisitivo e influência na vida do País faziam de *Conjuntura* um veículo preferido da publicidade brasileira.

A opinião de JK sobre *Conjuntura*

Na edição de aniversário de janeiro de 1953, a revista também trazia a opinião de várias personalidades sobre o papel que o órgão da FGV representava na vida brasileira. A mais notável entre elas a de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais que logo em seguida chegaria à Presidência da República. Sobre *Conjuntura* dizia o dr. Kubitschek:

"A *Conjuntura Econômica* é o órgão indispensável para que os fatos e fenômenos econômicos tenham a análise técnica e a interpretação científica a habilitar todos quantos detêm funções de responsabilidade, na esfera administrativa ou nas atividades particulares, para uma orientação mais segura e mais condizente com a realidade ambiente.

Desde que surgiu se impôs ao conceito geral pela seriedade com que analisou os fatos nos diversos setores da economia nacional, explanando-os, esclarecendo-os e explicando-os à luz dos princípios e dos conceitos mais modernos que informam a ciência. E cada vez mais *Conjuntura Econômica* se tornou o órgão necessário de consulta, que nenhum estudioso de nossos problemas poderá dispensar.

Nestes cinco anos desenvolveu um trabalho do maior mérito, porque em suas páginas se condensou a exegese dos fenômenos econômicos do Brasil. Tanto mais difícil a sua tarefa quanto vivemos numa época de transição em que as transformações se operam, por vezes, tumultuariamente, de tão rápidas e imprevistas, tornando árdua e delicada a função de discernir entre ideologias que se atritam, correntes que se chocam e fatos que se emaranham.

Em suas páginas se registra precisamente o



desenvolvimento do Brasil na fase de após-guerra, que tem sido e está sendo das mais características de nossa evolução e, por isso mesmo, exigindo interpretação fidedigna, lúcida e conformada às normas e regras de maior rigor científico, do que *Conjuntura Econômica* se tem desincumbido admiravelmente.

Entendi formular estas considerações, quer pelo conceito que me merece a Revista, quanto pelo alto serviço que vem prestando ao Brasil e ainda como incentivo para que tão útil e prestante órgão de divulgação, único em seu gênero, continue a servir o Brasil que tem elevado nos círculos internacionais, a que leva a mensagem de nossa cultura e de nosso progresso."

A opinião da ABI

Do então presidente da Associação

Assine um serviço de informações financeiras e leve uma agência de notícias inteira de presente.

A INFORMAÇÃO PARA VOCÊ ANTES DO SEU CONCORRENTE SABER.



Para que você esteja em um mesmo pé de igualdade para competir em um mercado tão acirrado como o de Ações, Commodities e Financeiro, você deve ter uma assinatura do Serviço de Informação em Tempo Real

BROADCAST

Para maiores informações, ligue: (011) 856-2003 / 2004 / 2005 / 2006 / 2007 / 2008 / 2009

AGÊNCIA ESTADO
Grupo "O ESTADO DE S.PAULO"

BROADCAST

Brasileira de Imprensa, Herbert Moses, chegava à nossa redação calorosa mensagem. Dizia o dr. Moses, à época uma espécie de patriarca dos jornalistas brasileiros:

"É *Conjuntura Econômica*, antes do mais, a prova do que pode a iniciativa brasileira, quando orientada pelo desejo de acertar e servida por uma honestidade de propósitos e seriedade de pesquisa, que o mais sadio patriotismo sabe animar.

Pela sua completa informação e ainda pelo espelho tão fiel que constitui de nossa realidade, *Conjuntura Econômica* é órgão a que sou especialmente grato por me servir de indispensável instrumento de vida: quer como jornalista pelas suas notas sempre vivas, grande temário de reportagens; como dirigente de companhias, pelas indicações econômicas que favorece; como advogado, pelo seu valor geral de informação e esclarecimento, e como presidente da ABI, por saber o quanto sua leitura é indispensável a todo homem público.

Estou certo de que tais virtudes continuarão a ser enaltecidas pelo reconhecimento de todos os apreciadores da imprensa documentada e por todos os patriotas."

Falam os governadores

O governador do Estado do Rio de Janeiro, dr. Ernani do Amaral Peixoto também era ouvido por *Conjuntura*. Eis o que opinava:

"*Conjuntura Econômica*, apreciada publicação da Fundação Getulio Vargas, é mais do que um repositório de utilíssimas informações. Ela é, em verdade, um seguro termômetro para o estudo e apreciação dos fenômenos econômicos e financeiros do País e do mundo."

Do Rio Grande do Sul vinha a opinião do dr. Ernesto Dornelles, então governador do Estado gaúcho:

"A *Conjuntura Econômica*, revista eminentemente técnica preparada por uma valorosa equipe de especialistas, veio preencher enorme lacuna na divulgação de dados indispensáveis ao conhecimento da verdadeira situação econômica nacional.

O caráter objetivo de que se reveste e sua alta função para os estudos econômicos no País, merecem o aplauso não somente daqueles que dela se utilizam, mas também de todos que compreendem o seu relevante papel de pioneira no Brasil, na sua especialidade."

Enfim, *Conjuntura* comemorava o seu primeiro qüinqüênio mostrando que era mesmo a mais importante publicação econômica brasileira. Parabéns! ■

PRODUTOS & SERVIÇOS FGV

PRODUTOS

Conjuntura Econômica
mensal

Acompanhamento mensal da economia nacional e internacional, índices de preços e as últimas pesquisas na área econômica. Possui três edições especiais: "Retrospecto da economia brasileira" (fevereiro), "As 500 maiores empresas do Brasil" (agosto) e "As 1000 sociedades por ações" (novembro)

Revista de Administração Pública
trimestral

Referência na literatura sobre administração em geral, firmou-se como um dos mais importantes periódicos de cunho técnico-científico do país

Revista Brasileira de Economia
trimestral

A situação do Brasil e suas relações com a economia e a política mundiais, na opinião dos mais renomados estudiosos

LEITURAS SELECIONADAS

Administração

Administração Mercadológica
Afonso C. A. Arantes & outros
Chefia – sua técnica e seus problemas
Wagner E. Campos
Custos um Enfoque Administrativo vols. 1 e 2
George Guerra Leone
Gerência Ecopômica de Estoques e Compras
Joary Correa
Problemas de Pessoal da Empresa Moderna
Tomás de V. M. Lopes

Contabilidade

Análise Contábil – Análise de Balanços
Américo M. Florentino
Auditoria Contábil
Américo M. Florentino
Contabilidade Industrial
Salvador Chevitarese
Custos: Princípios, Cálculo e Contabilização
Américo M. Florentino
Normas Técnicas de Contabilidade
Américo M. Florentino

Economia/Finanças

Análise de Projetos de Investimento
Paulo H. S. Costa e Eduardo V. Attie
Controle Monetário em Economia Aberta
Roberto da Silva Monteiro
Inflação, Moeda e Modelos Macroeconômicos
Antonio Carlos Lemgruber
Juros, Preços e Dívida Pública
Marco A. C. Martins, C. de Faro e A. S. Brandão
Política econômica e Investimento Privado no Brasil
Marcio Valério Ronci
Preços Relativos em um Processo Inflacionário
Gustavo Laboissière Loyola
O Realismo dos Pressupostos em Economia
Waldir Ramalho de Mello
Teoria Microeconômica, vols. 1 e 2
Mario Henrique Simonsen
Três Ensaios em Teoria das Decisões Financeiras
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Ecologia

Aquecimento Global
O Relatório do Greenpeace
Mudando o Rumo
Stephan Schmidheiny com o Business Council for Sustainable Development
Nosso Futuro Comum
Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU
Sinais de Esperança
Linda Starke

SERVIÇOS

ÁRIES – BANCO DE DADOS: o assinante define, e a FGV compõe e atualiza periodicamente um banco de dados personalizado com séries temporais relativas às contas nacionais, índices de preços, emprego e salários, agropecuária e indústria, comércio interno, transporte e comunicações, economia internacional, finanças públicas, economia de empresa, indicadores demográficos.



INDEX – DISSEMINAÇÃO SELETIVA DE INFORMAÇÕES: o usuário do sistema Index recebe, mensalmente, por Telex, os índices de preços calculados pela FGV, em até 24 horas após o encerramento dos cálculos e, por carta, em até 4 dias úteis.



MAIORES INFORMAÇÕES

PRODUTOS

Editora/FGV
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-0698 e 551-1542
Ramais 107 e 110

SERVIÇOS

ÁRIES – Instituto Brasileiro de Economia
BANCO DE DADOS
Praia de Botafogo, 190 – s/1124
22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-9099 e 551-1542 r. 346

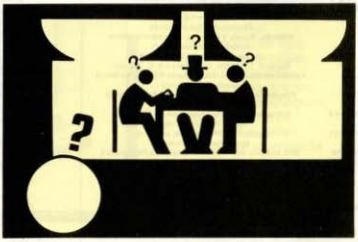
INDEX – Instituto Brasileiro de Economia/FGV
Praia de Botafogo, 190 – s/913
22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 551-1542 r. 307

CONTINUAM indefinidas as principais linhas de política econômica a serem adotadas pelo novo Governo. A reforma fiscal parece ser o centro das atenções governamentais mas, na medida em que aumentam as dificuldades de aprovação de um amplo ajustamento nessa área, a atenção das autoridades tem-se voltado para as políticas de preços administrados, tarifas públicas e salários. Além disso, o Presidente em exercício tem insistido na tese de que são necessárias medidas compensatórias para minorar a crise social causada pela recessão.

A preocupação do Governo é legítima, tanto mais que a sociedade está cansada de uma recessão aparentemente inútil, pois não foi capaz de baixar a inflação. Mas o método de solucionar esses problemas carece de maiores aperfeiçoamentos, já que as políticas citadas não parecem estar devidamente concatenadas com uma estratégia consistente de estabilização (veja CARTA DO IBRE).

A taxa de inflação diminuiu durante os dois primeiros meses do atual Governo, até porque a política econômica, não contendo ainda alterações significativas em relação à que vinha sendo praticada pela equipe econômica anterior, afastou de imediato a idéia de choque heterodoxo e conseqüentes remarcações preventivas de preços. Em outubro, assim, a queda da inflação esteve relacionada basicamente à ausência das remarcações preventivas de preços, ocorridas nas semanas anteriores à saída do Presidente da República. Em novembro, a queda da inflação esteve associada ao retardo no reajuste dos preços dos combustíveis. Assim, a taxa de variação do IGP-DI passou de 27,4%, em setembro, para 24,9%, em outubro, devendo se situar em cerca de 24% em novembro.

A postergação na correção das tarifas públicas e dos preços administrados tem gerado resultados favoráveis sobre a inflação no curto prazo, mas pode realimentar as pressões inflacionárias mais à frente por causa do aumento das necessidades de financiamento das empresas estatais e da chamada inflação corretiva derivada da necessidade de correção dos citados preços e tarifas, quando defasados em relação à inflação. Além disso, esse efeito pode ser potencializado se for aprovada nova lei que aumenta o grau de indexação salarial, conforme pretende o Ministério do Trabalho. A lei de salários atual é considerada ruim por boa parte dos políticos, que têm defendido maiores antecipações bimestrais ou aumento da freqüência de reajustes. Note-se que já se espera, em janeiro, alguma elevação da inflação, por conta do aumento quadrimestral do salário mínimo e sua repercussão nos preços da construção civil e serviços domésticos.



Apesar da baixa recente no ritmo da inflação, os últimos dados relativos à execução da política monetária (outubro) não foram de molde a tranqüilizar as expectativas dos agentes econômicos. A preocupação do novo Governo com a situação sócio-econômica, caracterizada por recessão e desemprego elevados, levou-o a baixar temerariamente as taxas de juros, provavelmente com o objetivo de atenuar a queda da produção e talvez encontrar espaço para algum crescimento da economia. As taxas reais de juros recuaram em quase todos os instrumentos financeiros e, nas aplicações de curtíssimo prazo, se tornaram negativas. Deflacionados pelo IGP-M, os depósitos de poupança, FAF e os indexados à taxa referencial de juros renderam em outubro, respectivamente, -0,9%, -1,3% e -1,4%.

Como era de se imaginar, a queda das taxas de juros reais foi reflexo de emissões vultosas de moeda. Em outubro, na média dos saldos diários, o papel-moeda emitido cresceu 37% e a base monetária, 32,2%. Os meios de pagamentos (M1) tiveram um incremento de 28,7%. Os agregados monetários mais amplos (M2, M3 e M4), que incluem aplicações remuneradas de curtíssimo prazo, expandiram 26,4%, 27% e 25,3%. Houve, portanto, acréscimos dos saldos monetários em percentuais superiores à taxa de crescimento dos preços. Como a produção não tem crescido, esse fato exige correção sob pena de causar mais adiante, com as defasagens conhecidas, o aumento da inflação. Felizmente, as autoridades parecem ter-se dado conta de que é inoportuna a baixa dos juros enquanto não estiver solucionado o desequilíbrio fiscal. Em novembro, as taxas reais de juros voltaram a subir, refletindo essa percepção das autoridades.

No campo fiscal, registrou-se em outubro um superávit de caixa de Cr$ 70,9 bilhões contra Cr$ 2,13 trilhões verificados em setembro. Houve, assim, significativa piora do desempenho das contas do Governo federal, que deverá intensificar-se em novembro e dezembro devido a pesados desembolsos com o 13º salário e a isonomia salarial do fun-

cionalismo. No ano, porém, o orçamento da União será superavitário em cerca de Cr$ 5 trilhões (ver a seção "Política Fiscal"). Mas no conceito do FMI, de necessidade de financiamento das várias esferas de governo, há ainda um déficit a ser coberto. Nos próximos meses, há o fator positivo do reconhecimento da constitucionalidade do Finsocial pelo Supremo Tribunal Federal, que poderá propiciar aos cofres públicos a entrada de recursos de cerca de US$ 7 bilhões e cuja forma de pagamento será negociada com as empresas devedoras. Além disso, espera-se um maior combate à sonegação fiscal, que cresceu muito nos últimos meses, de modo que alguns analistas acreditam ser possível recuperar significativamente a arrecadação tributária do Governo federal sem a necessidade de novos aumentos de alíquotas de impostos ou a criação de outros tributos além dos já existentes, como pretende o Governo com a reforma fiscal.

Apesar da indefinição quanto à política de curto prazo, o novo Governo parece ter visão menos incerta no que se refere a questões de longo prazo, como a privatização de empresas estatais e a abertura ao exterior da economia nacional. No caso da privatização, as autoridades já fizeram saber que pretendem reduzir a participação das chamadas "moedas podres" para no máximo 70% do valor total de venda. Ademais, pretendem evitar a alienação de empresas estatais nos setores considerados "estratégicos" (sic) para o desenvolvimento nacional. A suspensão do leilão da Ultrafértil por decisão do Executivo, em face de avaliações consideradas discrepantes, e a consideração de outros métodos de venda das ações além das colocações em bolsas de valores ilustram também as guinadas nessa área. Com referência à abertura ao exterior, apesar da redução das tarifas alfandegárias ocorrida em outubro, são crescentes as manifestações empresariais favoráveis à proteção da indústria doméstica, que encontram eco no Governo. O crescimento do protecionismo no exterior também não ajuda os defensores da tese de uma liberalização mais rápida do comércio e das finanças externas.

Antecipações salariais mais generosas e a sinalização do Governo de que deseja mitigar os efeitos mais perversos da recessão têm gerado alguma reversão nas expectativas de redução da produção neste último trimestre, principalmente nas pequenas e médias indústrias . O índice de nível de atividade da Fiesp mostra um aumento de 4,9% no acumulado de 1992 até setembro. Os salários reais têm também crescido na indústria paulista. Esses sinais animadores não têm gerado, porém, análises consensuais. O Ipea mudou sua previsão para o desempenho do produto em 1992: de uma redução do PIB de 0,3% prevista anteriormente, a instituição projeta queda de 1,5%. Contribuiu para isto a revisão nas estimativas para o setor de serviços, que não deverá crescer em 1992. O comércio varejista, por exemplo, já apurou queda de 18,8% no seu faturamento real de janeiro a outubro de 92, em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo a Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Já o IBGE constatou em setembro o sétimo mês de queda consecutiva nos níveis de produção fabril na economia como um todo. Nesse mês, a produção industrial caiu 1,4%, passando a acumular queda de 5,9% no ano, em comparação com o mesmo período de 1991. Mais preocupante ainda é o declínio na produção de bens de capital, com -12,9% no ano, sendo de se notar que a formação bruta de capital fixo foi de apenas 18,9% do PIB em 1991 (a preços correntes). Persiste, assim, a apreensão quanto à insuficiência dos investimentos para sustentação de uma eventual retomada da economia em 1993.

O setor externo continua apresentando excelente desempenho, o que contribui para a atenuação da atual estagflação. O saldo comercial alcançou US$ 1,36 bilhão em outubro, acumulando US$ 12,9 bilhões de janeiro a outubro de 1992. Continuaram a se destacar as exportações para os Estados Unidos e os parceiros da América do Sul, em especial a Argentina. O acréscimo das exportações totais em outubro foi de 8,7%. É de se notar também o aumento de 18,7% nas importações em outubro relativamente a setembro. A causa desse fato foi a recente rodada de reduções tarifárias. Em outubro, a tarifa média caiu de 21% para 17%. No entanto, a proteção efetiva ainda é alta haja vista que incidem sobre as importações tributos outros que a tarifa de importação, e a produção doméstica conta com subsídios importantes. O processo de redução das tarifas aduaneiras pode, como se disse acima, sofrer delongas, tendo em conta as preocupações governamentais quanto ao impacto da entrada de produtos estrangeiros sobre o nível de emprego doméstico. As reservas internacionais caíram em setembro para US$ 21,9 bilhões devido às vendas de moeda estrangeira no mercado doméstico, mas voltaram a subir em outubro, permanecendo em nível confortável.

Nos próximos meses, existe a expectativa de redução dos saldos comerciais devido ao aumento do protecionismo na OCDE, à tendência recessiva da economia argentina, bem como ao abrandamento da recessão doméstica. A citada redução poderá ser neutralizada através da política cambial que, entretanto, não tem impedido certa defasagem do câmbio no momento. Frente ao dólar, tomando-se por base o ano de 1988, o cruzeiro está sobrevalorizado em 9%. Em relação a uma cesta de moedas fortes, a sobrevalorização aumentou para 4,2% em outubro. Não há consenso sobre a evolução provável da economia mundial em 1993. Algumas instituições prevêem recuperação e outras, a continuação do atual quadro recessivo. É importante para o Brasil a evolução das negociações da Rodada Uruguai, tendo em vista que os desentendimentos entre a Comunidade Européia (principalmente a França) e os Estados Unidos poderão impedir importantes reduções dos subsídios agrícolas europeus, que prejudicam a entrada de nossos produtos na CE, e resultar em uma guerra comercial onde todas as partes, inclusive os países em desenvolvimento, sairão perdendo. ■

TERMÔMETRO

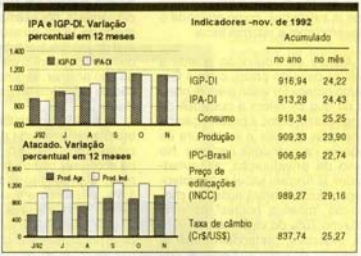
PIB cai em 92

A observação do desempenho econômico brasileiro nos últimos meses de 1992 suscita duas considerações: a) O resultado do PIB será pior do que se vinha prevendo anteriormente. A indústria acumula queda na produção de 5,9% até setembro, e as estatísticas para o setor serviços não são também positivas. Somente a produção agropecuária (responsável por 10,8% do PIB em 1991) cresceu em 1992. b) A economia dá alguns sinais de que o período de queda da produção foi ultrapassado. Em setembro, o IBGE detectou queda do desemprego de 5,9% para 5,7%, enquanto que em outubro elevava-se a utilização da capacidade instalada da indústria de 73% para 74%, segundo a FGV.



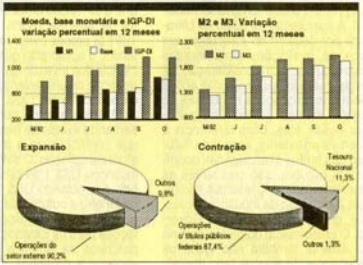
Inflação menor

As taxas de inflação se reduziram pelo segundo mês consecutivo. Desta vez, o IGP-DI caiu dos 24,94% em outubro para 24% em novembro, devido ao retardo no reajuste de preços controlados pelo Governo. Apesar disto, como ainda não houve mudanças estruturais que justifiquem a queda permanente da inflação, a defasagem dos preços e tarifas públicos bem como o reajuste quadrimestral do salário mínimo em janeiro apontam para um repique inflacionário no início do ano.



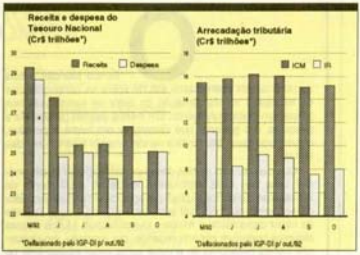
Injeção de liquidez

A política monetária ingressou talvez numa fase expansionista a partir de outubro. Além da redução dos juros reais — em novembro a TR ficou abaixo da inflação medida pelo IGP-M — a evolução dos agregados monetários não se apresentou compatível com uma política de redução dos níveis inflacionários. Os meios de pagamento (M1) e a base monetária expandiram-se em 28,7% e 32,2%, respectivamente. No início de dezembro, porém, os títulos voltaram a ter remuneração acima da inflação, demonstrando a preocupação do Governo com o possível descontrole dos meses anteriores.



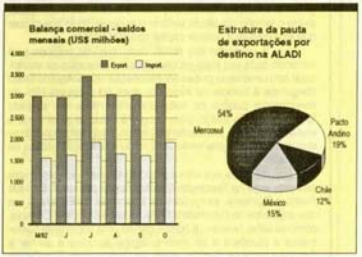
Resultado ainda positivo

Persiste o tênue equilíbrio das contas do Tesouro Nacional. Em outubro, o resultado ainda foi positivo em Cr$ 70,9 bilhões, porém, volumosos compromissos do Governo com a isonomia salarial do funcionalismo público, e o 13º salário, no último bimestre, devem transformar este superávit em déficit de caixa. A partir daí, a ênfase do Governo será na elevação da arrecadação, ainda que a reforma fiscal não seja aprovada nos termos em que foi enviada ao Congresso.



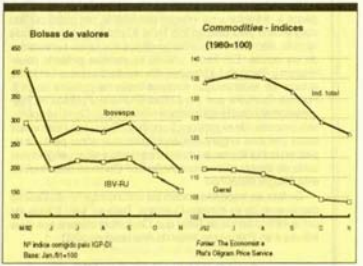
América Latina importa mais

O expressivo saldo da balança comercial brasileira neste ano tem origem não somente na recessão interna, mas também na elevação das exportações para a Argentina, que explicam 49% da elevação das exportações totais de 10,4% de janeiro a outubro de 92 sobre o mesmo período do ano anterior. Outro fato a ser notado é o notável crescimento das exportações de manufaturados para a América Latina, que por esta razão passou a representar o segundo bloco importador de produtos brasileiros, após a CE e à frente dos EUA (ver artigo Setor Externo).



Dólar dispara

Nas bolsas de valores, as ações voltaram a experimentar quedas expressivas das rentabilidades durante o mês de novembro. O Ibovespa registrou queda real de 19,7%. Influenciaram este desempenho as expectativas negativas do mercado diante do futuro do programa de privatizações, o anúncio de mudanças no sistema financeiro e a indefinição quanto ao projeto de reforma fiscal. Por sua vez, as aplicações em dólar paralelo e ouro registraram ganhos reais de 4,8% e 3,1% naquele mês. Ainda em novembro, algumas taxas básicas de juros estiveram abaixo da inflação.



NOTA DO EDITOR

O Banco Mundial acaba de publicar um interessante estudo sobre as conseqüências da excessiva regulamentação do setor de eletricidade nos países em desenvolvimento. Em muitos desses países, diz a pesquisa, é o governo que determina, em forma imperativa, quem pode gerar, transmitir e vender energia e os valores das tarifas.

Quais as conseqüências desse excessivo poder discricionário? Uma das mais importantes reside no afastamento da iniciativa privada e dos capitais privados de um estratégico setor da economia nacional que está necessitando a cada instante de maior capacidade e maiores investimentos. Muitos desses recursos poderiam ser empregados, por exemplo, em pequenas usinas geradoras de energia pelas quais infelizmente os megamonopólios estatais não se interessam, por considerá-las geralmente de baixo resultado político e econômico. Além disso, existe o próprio obstáculo tarifário que desestimula quem quer que se aventure a colocar capital no setor elétrico.

Aliás, a utilização das tarifas com objetivos políticos está tomando cada vez mais problemática a exploração da eletricidade em numerosos países em desenvolvimento. Aqui no Brasil chegamos a colocar no início dos anos 80 cerca de 40% do investimento público no setor energético. Mas em seguida fomos perdendo fôlego, para chegar à situação atual onde o investimento está praticamente zerado. Para tanto contribuiu certamente o congelamento tarifário ou a utilização política da energia.

Estas reflexões nos vêm a propósito da memorável palestra proferida aqui na Fundação Getulio Vargas pelo prof. Enrique Fuentes Quintana, ex-ministro da Economia da Espanha, um dos arquitetos do tão celebrado Pacto de La Moncloa. O Pacto, como se sabe, buscava a construção de uma sociedade democrática e pluralista e ao mesmo tempo aspirava a alinhar a Espanha entre os demais países da Comunidade Econômica Européia.

Para alcançar estes objetivos, os espanhóis viram-se obrigados a enfrentar uma inflação persistente, um gasto público magnificado pelo desperdício fiscal e uma falsa benevolência tarifária, além dos tradicionais privilégios dos setores abastados da sociedade. Em forma unitária os partidos políticos desenharam o Pacto de La Moncloa. Os resultados desse fantástico esforço de reconstrução nacional estão na palestra do prof. Fuentes Quintana que *Conjuntura Econômica* publica na íntegra e com absoluta exclusividade nesta edição. Como se operou este processo de recomposição política? Quais os fundamentos desta preciosa engenharia econômica que afinal permitiu ao país espanhol libertar-se do estancamento e alcançar gloriosas taxas de desenvolvimento econômico? Como se desenvolveu este milagre espanhol?

De fato, as respostas podem ser encontradas no atualíssimo depoimento do ex-ministro Quintana. Trata-se, sem dúvida, de um autêntico brinde de Natal que *Conjuntura* oferece aos seus leitores e ao País nesse limiar do Ano Novo de 1993.

PAULO RABELLO DE CASTRO

Indexar não resolve

As políticas de preços e salários de curto prazo que vêm sendo insistentemente propostas podem ter um efeito perverso, contrariando até mesmo as boas intenções de seus autores. Esta a advertência da Carta do IBRE que tradicionalmente abre a edição de *Conjuntura Econômica*. Apoiando-se na teoria de Walras, que há cerca de um século descreveu os sistemas de equilíbrio geral, o editorial lembra que a inflação pode acelerar-se com esse tipo de política. Leia CARTA DO IBRE, p.11.

Impasse cambial na Argentina

A manutenção da taxa de câmbio na Argentina, que havia-se transformado no principal apoio do combate à inflação, vem provocando um processo de crescente valorização da moeda nacional, com graves repercussões sobre a balança comercial. Do superávit registrado em 1991, a Argentina passou agora a conviver com um importante déficit. Leia em PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS, p.104.

Quando a lei ajuda a baixar os aluguéis

Desde a vigência da nova Lei do Inquilinato, vem aumentando a oferta de imóveis para locações residenciais. A maior oferta, acompanhada pela recessão, está provocando uma significativa redução dos aluguéis em termos reais, situação do resto, que alcança praticamente todo o país. No Rio, entre março e setembro de 1992, aluguel de um "conjugado" registrou queda real de quase 40%. Leia na p.98.

Emissões vultosas ameaçam inflação

A ANÁLISE DA CONJUNTURA do mês de dezembro mostra a indefinição da política econômica adotada. Mas entre as brumas surgem alguns fatos reveladores, como a decisão de se adotarem medidas compensatórias para minorar a crise social, o crescimento das emissões de moeda e a ampliação da base monetária. Leia a ANÁLISE na p.4.

NESTA EDIÇÃO

CONJUNTURA ECONÔMICA

VOL. 47 • Nº 1 • JANEIRO DE 1993 • ISSN 0010-5945

Como se forjou o milagre espanhol

A Fundação Getulio Vargas realizou recentemente um seminário sobre a experiência da Espanha numa transição política. Entre os conferencistas estava o prof. Enrique Fuentes Quintana, ex-ministro da Economia e um dos arquitetos do Pacto de La Moncloa. A importância da conferência e sua atualidade para a vida brasileira fizeram com que *Conjuntura* decidisse publicá-la na íntegra. Leia na p.15.

De Colombro a Andrés Pérez

O presidente venezuelano enfrenta o fogo cruzado dos partidários da estatização e do populismo depois que em seu retorno ao Palácio de Miraflores, tratou de privatizar empresas ineficientes e acabar com monopólios perdulários. Mas Andrés Pérez logrou derrubar a inflação, reduzir o déficit público e retomar o desenvolvimento. Agora, vai resistindo a inquéritos e quarteladas. Leia em PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS, p.106.

A sondagem do comércio varejista

A terceira sondagem conjuntural sobre o comércio varejista realizada pela Fundação Getulio Vargas revela que houve decréscimo no faturamento real de setembro, acumulando uma queda apreciável no período janeiro-setembro de 1992, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Leia SONDAGEM na p.86.

Contas Nacionais

O resultado das Contas Nacionais para o período 1980-90 e a atualização dos dados de 1991 são divulgados na íntegra nesta edição de *Conjuntura*. Acompanhando o trabalho do IBGE também estamos publicando algumas considerações sobre o efeito da inflação nesta pesquisa e uma importante diferenciação entre o PIB e o PIB *per capita*. Leia na p.49 e a partir da p. 61 .

Conjuntura há 45 anos
1 A opinião de JK
Análise da Conjuntura
4 **Termômetro**
6 **Nota do Editor**
8 **Carta do IBRE**
11 Preços e salários: indexar não resolve
Especial
15 Como se forjou o milagre espanhol (I)
Ponto de vista
21 Ajuste fiscal de emergência
Política econômica
22 Indicadores econômicos
25 Política monetária
28 Política fiscal
31 Setor externo
35 Nível de atividade
Mercados financeiros
37 Mercado de ações
40 Investimento estrangeiro e bolsas de valores
43 Mercado de commodities
Ensaio
45 Seca e guerra na África
Estudo especial
49 As Contas Nacionais de 1991
Contas Nacionais
61 A estrutura da produção brasileira à luz das Contas Nacionais
65 A conta de capital
68 Conta corrente das administrações públicas
70 Indústria de transformação
73 Agropecuária nas Contas Nacionais
76 Inflação e Contas Nacionais
78 Setor externo e Contas Nacionais
81 Contas Nacionais e PIB
Conjuntura Setorial
84 Indicadores sociais
86 Micro e pequenas empresas: terceira sondagem
90 A agroindústria em 1992
92 Cimento: desempenho recente
98 Evolução do mercado de aluguéis
99 Consumo de aves no Brasil
102 **Empresas & Negócios**
Perspectivas internacionais
104 Taxa de câmbio na Argentina
106 Andrés Pérez, El Salvador
109 A integração européia: o longo caminho em direção à moeda única
114 Argentina: panorama e perspectivas
116 França 1981-83: a lição de Mitterand
Ciência e Tecnologia
120 Dieta saudável muda agricultura
Livros & Idéias
123 História
Economia
124 Prêmio Losango de Apoio a Teses em Economia – versão 1992
Conjuntura Estatística
Conjuntura Estatística (encarte central)
Índices econômicos
157 Índice remissivo 1992

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituído em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – CEP 22253.900 – Rio de Janeiro –RJ – Caixa Postal 9.052 – ZC-02 – Tel.: 551-1542

Presidente de Honra: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen

Diretora-Geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen

Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Simões Lopes, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Antonio Ribeiro, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Theodoro Arthou

Vice-Presidente: Paulo de Tarso Leal

Vogais: Abgar Renault, Antonio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêlo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Gilberto Prado (Manufactures Hanover Arrendamento Mercantil S.A.), Glycon de Paiva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil, José Ephim Mindlin, Mario Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles – Interamericana de Publicidade S.A.), Pedro Leitão da Cunha (Banco Montreal S.A.), Rubens D'Almada Horta Porto, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

Suplentes: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Carlos Alberto Lenz, Cesar Prudente, Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano Simonsen S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Alberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.) e Sergio Franklin Quintella.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Diretor: Julian M. Chacel

Editor de Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro

BANCO DE DADOS-IBRE: Salomão L. Quadros da Silva

CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS:

Maria José Cyhlar Monteiro (interina)

CENTRO DE ESTUDOS DAS EMPRESAS:

José Francisco Filho

CENTRO DE ESTUDOS DE ECONOMIA E GOVERNO: Moacyr Antonio Fioravante

CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS:

Paulo Sidney de Melo Cota

CENTRO DE ESTUDOS TENDENCIAIS:

Eden Gonçalves de Oliveira

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA: Lauro Vieira de Faria

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Chefia: Francisco de Castro Azevedo

Coordenação de divulgação e comercialização: Violeta Monteiro

CONJUNTURA ECONÔMICA

Revista mensal da Fundação Getulio Vargas editada pelo Instituto Brasileiro de Economia

Fundador: Richard Lewinsohn

EXPEDIENTE

Editor: Paulo Rabello de Castro

Redator-chefe: Lauro Vieira de Faria

Redatores-assistentes: Régia Norberto da Cunha Alimandro, Aloisio Campelo Júnior e Ib Teixeira

Coordenação editorial: Maria Adelaide de Amorim Oliveira

Corpo redatorial: Ângelo Guilherme Gontijo de Souza, Eden Gonçalves de Oliveira, Fernando Galvão de Almeida, Irene Raguenet Troccoli, Isabel Parente de Mello, João Mendonça da Costa Rego, Lia Ait Pereira, Lia Valls Pereira, Luiz Antonio Amaral Souto, Maria Cecília Prates Rodrigues, Maria José Cyhlar Monteiro, Maria Lúcia Lehwing, Myriam Silva de Bulhões, Paulo Sidney de Melo Cota, Rubens Adolfhay e Sérgio Gustavo da Costa.

Colaboradores: Alton Coutinho Filho, Alexandre de Amorim Oliveira, Carlos Reis, Gustavo Gonzalez, Ivan Wiedekin, Júlio Maria Weber Presto, Luiz Antonio Pinazza, Luiz Carlos Moura, Marlinha Machado, Mauro Hafeld Ferrari Alves, Paulo Gonzaga M. de Carvalho, Rosangela Carnevale, Vera Lúcia Machado, Wilam Pereira da Cunha e equipe do Departamento de Contas Nacionais do IBGE e equipe da Fundación Mediterránea de Córdoba (Argentina).

Diagramação: César R. Garcia

Editoração eletrônica: Ana Elisa Galvão, Francisca Salete Esteves Paixão, Jayr Ferreira Vaz, José Gil Dieguez Neto, Marliza Azevedo Barbuza, Newton Alves de Souza, Osvaldo Moreira da Silva, Sebastião Paixão dos Santos, Simone Ranna e Vera Lúcia de Lima Guedes

Capa e Ilustrações: Paulo Verardo

Revisão: Ademilson Coutinho, André Pinheiro, Anires Castilhos, Izidoro Rangel Martins, Aierda de Beltran, Fatima Caroni e Renato Barraca

Produção gráfica: Hélio Lourenço Netto e Joel Alves

As matérias assinadas por colaboradores, mesmo do IBRE, quando desvinculados de sua posição funcional, não refletem, necessariamente, posição deste Instituto ou da Redação de Conjuntura Econômica, embora sejam consideradas úteis para o debate de idéias econômicas.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta Revista, desde que seja citada a fonte

Redação: Praia de Botafogo, 190, sala 921 – CEP 22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ. Tel.: 551-1542 – ramal 267

Assinaturas: Editora da Fundação Getulio Vargas, Divisão de Vendas: Praia de Botafogo, 190, s/508 – CEP 22.253-900 – Tels.: 551-0698 e 551-1542 r. 107 e 110, ou CP 9.052 – CEP 22.272-970 – Rio de Janeiro, RJ.

Número avulso Cr$ 55.000,00
Número especial Cr$ 133.000,00
Assinatura (1 ano) Cr$ 619.000,00

À venda também em bancas.

Editorada eletronicamente no IBRE/FGV e na Editora da FGV.

Fotolito: Brasfoto. Impressão: Imprinta.

ISSN 0010-5945

Conjuntura Econômica. - Vol. 1, n. 1 (nov. 1947)
- . - Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-
v. il.; 28cm
Mensal.
Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinshon - maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres - jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital - abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber - abr. 1979, Paulo Rabello de Castro.

ISSN 0010-5945

1. Economia - Periódicos. 2. Brasil - Condições Econômicas - Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.

CDD 330.5

Preços e salários: indexar não resolve

Há cerca de um século, o economista francês Léon Walras descreveu de forma pioneira as economias de mercado como sistemas de equilíbrio geral em que as demandas e ofertas de bens e serviços e de fatores de produção tendem a se igualar nos diversos mercados através dos mecanismos de competição. Outra contribuição de Walras foi demonstrar que os preços, salários e demais rendimentos vigentes na economia são determinados simultaneamente dentro do mesmo universo, de modo que alterações localizadas repercutem inevitavelmente sobre todo o sistema econômico. A evocação da teoria walrasiana é útil no momento em que se discutem mudanças nas políticas de preços administrados, tarifas públicas e de salários.

O plano de curto prazo do Governo parece centrado na reforma fiscal. Esta, no entanto, parece limitar-se a um ajuste tributário parcial e portanto insuficiente na recuperação da capacidade de financiamento do Estado para cobrir despesas correntes e no incentivo ao investimento do setor privado. Na medida em que se reduzem as esperanças no campo fiscal, ganham importância as discussões sobre os mecanismos de indexação de preços administrados, tarifas e salários. Ou seja, a política de curto prazo corre o risco de ficar mais uma vez discutindo os sintomas da inflação, expressos nas diversas regras de correção monetária, ao invés de eliminar as suas causas, que estão no peculiar arranjo monetário e fiscal brasileiro, incapaz de frear as vultosas emissões de moeda.

A atual política de salários não é satisfatória por conter um elemento de desigualdade no tratamento do salário mínimo. Enquanto este é corrigido apenas de quatro em quatro meses, concedem-se antecipações bimestrais, na faixa de até três salários mínimos. Com uma inflação mensal de 25%, o salário mínimo perde quase 60% de seu poder de compra antes de ter seu valor real recomposto na virada do quadrimestre .

Analogamente, os sindicatos e as autoridades parecem convencidos da insuficiência das citadas antecipações como forma de proteção dos salários reais, bem como da necessidade de se ter uma política salarial unificada para todas as faixas de salários.

A assimetria de tratamento do salário mínimo é o resultado da generosidade mal informada da Constituinte de 1988, que estabeleceu este salário como piso dos benefícios previdenciários e impôs a sua unificação em nível nacional. O Governo teme estender para o salário mínimo as antecipações bimestrais permitidas para as faixas superiores de salários, pois corre o risco de piorar as contas da Previdência e dos estados e municípios mais pobres. Como a eliminação destas regras depende de emenda constitucional e não conta com o apoio da sociedade, as autoridades deveriam, concomitantemente com a mudança da sistemática de reajuste do salário mínimo, propor medidas que permitissem a viabilização financeira da previdência social e dos citados estados e municípios. Sem isso, o que se ganhar de um lado será perdido de outro, com a repercussão inflacionária do aumento do déficit nessas esferas de atuação governamental.

Na discussão sobre salários, há que se levar em conta não apenas questões de eqüidade como também numerosos fatores causais, a maior parte deles de difícil alteração a curto prazo. Dentre esses, podem-se citar no Brasil os seguintes: a) enormes disparidades regionais; b) altas taxas de crescimento demográfico; c) baixa qualificação da mão- de-obra; d) tendência à utilização crescente de tecnologias intensivas em capital; e) recessão econômica que já dura aproximadamente cinco anos. É por isso que a distribuição de renda e a escala de salários só podem ser alteradas a longo

prazo e, portanto, aumentos reais de salário não podem ocorrer por decreto.

A experiência brasileira é rica de exemplos dessa impossibilidade econômica, e é de se indagar por que se insiste nesse ponto. O aumento da freqüência de reajustes ou a imposição de maior percentual de antecipação bimestral, como formas de melhorar os salários, estão fadados ao insucesso. Se o acréscimo de salário real decorrente dessas medidas estiver em desacordo com o aumento médio da produtividade na economia, haverá mais subemprego e aumento da economia informal, que não paga impostos nem encargos sociais. Ou o que é pior, o aumento da inflação, pois como a política monetária é atualmente passiva, o sistema se defende de preços relativos "errados" empurrando a inflação para patamares cada vez mais elevados.

Além disso, regras salariais idênticas para os setores público e privado fazem pouco sentido. O Governo paga o que está na lei e o setor privado paga o que pode, de acordo com o mercado, fechando as portas ou desempregando se for o caso, repassando para os preços finais se tiver poder de mercado ou pagando acima do permitido quando a economia se recupera. O Governo, devido a maior rigidez de contratação e dispensa de mão-de-obra, não tem essa flexibilidade, de modo que políticas salariais generosas desequilibram rapidamente as finanças públicas e, por essa via, se tornam claramente inflacionárias.

Uma política salarial consistente envolve necessariamente o estabelecimento de uma legislação sindical moderna e a livre negociação de salários, respeitada a manutenção constitucional do valor do salário mínimo. No setor governamental, deve permitir a correta execução das metas orçamentárias. Nesse sentido, a lei em vigor avançou bastante, ao estabelecer a livre negociação na faixa superior a três salários mínimos e impor corretamente um piso (não teto) de antecipações e reajustes relativamente médico entre um e três salários mínimos. Estes dispositivos não têm impedido a melhora salarial nos setores que já se ajustaram à crise. No setor privado, *grosso modo*, os salários reais têm crescido acima do piso garantido pela lei. Inversamente, no setor público, assolado por grave crise financeira, os salários reais têm caído, conforme seria de se esperar.

De momento, tudo indica que se está em vias de praticar um retrocesso, ao se propor maior rigidez dos critérios de reajuste salarial. Num momento de recessão, o maior interesse dos trabalhadores certamente é manter o emprego. De nada adiantam salários institucionalmente elevados, se não houver quem os pague, e a maior parte dos assalariados tiver seus rendimentos corroídos pela inflação ou pelo subemprego.

A política de tarifas públicas também não encontra um norte. Mas isto não é de agora. Há muito tempo as tarifas deixaram de constituir no País o simples ressarcimento ao Estado pelo suprimento de bens públicos e, por isso, deixaram de ser aferidas com base nos custos operacionais acrescidos de um *mark-up* para financiamento de inversões. Esta é a boa prática internacional, seguida nos países desenvolvidos, e chegou a ser utilizada no Brasil em períodos menos conturbados.

Com o agravamento do processo inflacionário a partir do final dos anos 70 e a profusão de choques heterodoxos desde 1986, estabeleceu-se na política de tarifas públicas formidável confusão de objetivos. É óbvio que as tarifas não podem ao mesmo tempo servir para: a) geração de recursos para autofinanciamento de inversões; b) arrecadação de recursos para o Tesouro via impostos incidentes sobre os preços; c) criação de subsídios cruzados no setor, visando a redistribuir renda ou viabilizar investimentos de outros setores; d) contenção da inflação; e) incentivo a regiões ou setores econômicos em dificuldades.

O Presidente da República em exercício tem um certo grau de razão em solicitar a apuração de custos das estatais para a fixação de níveis tarifários realistas. O estabelecimento de precondições para a concessão de reajustes pode dar a impressão de um retorno ao expediente de contenção das tarifas públicas como forma de rebaixamento da taxa de inflação. As políticas de contenção tarifária não deram e nem darão resultado no combate à inflação. Aumentarão, isso sim, as necessidades de financiamento das empresas estatais e, por essa via, prejudicarão mais adiante o combate à inflação.

Se, no entanto, a intenção for retornar a práticas saudáveis de estabelecimento de preços de bens e serviços públicos, é preciso saber que a aferição dos custos das estatais se tornou complicada no Brasil, tendo em vista a situação atual do setor governamental em que todos devem a todo mundo e os custos financeiros são elevados. Estima-se que, em alguns setores, a inclusão dos custos financeiros possa aumentar em até 30% o custo médio de determinados bens supridos pelo Governo. Há necessidade, portanto, de se proceder a um encontro geral de contas do setor público como medida prévia a uma adequada política tarifária. Em suma, a preocupação do Presidente está correta, mas a ação decorrente dessa preocupação não parece ser a mais adequada.

No caso do setor privado, existem indícios crescentes de que se pretende voltar a praticar controles mais estritos sobre os preços dos oligopólios ao invés da sistemática atual de "liberdade vigiada", expressa nas chamadas câmaras setoriais. A existência de abusos nessa área está fora de questão, mas a única forma de coibi-los é através da promoção da competição entre os produtores e o conseqüente rebaixamento dos custos e incremento da oferta de produtos de origem interna ou externa. Daí a importância do programa de abertura ao exterior da economia, infelizmente ameaçado de postergação pelo novo Governo.

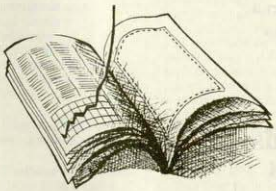
O que realmente caberia, em adição à completa liberalização das relações trabalhistas e da economia em geral bem como a adequada contabilização de custos das estatais é a apresentação e implementação de um programa de estabilização capaz de convencer a todos de uma rápida e duradoura queda da taxa de inflação. Só assim as partes interessadas aceitarão os inevitáveis sacrifícios envolvidos nessa fase difícil da vida econômica nacional. A estabilidade da moeda é a melhor proteção para os salários, pois só ela permite o crescimento sustentado da produção a longo prazo e a conseqüente incorporação dos ganhos de produtividade aos salários.

O espaçamento dos reajustes de tarifas públicas e o aumento da indexação dos salários não se integram em um plano coerente de estabilização, porquanto sinalizam direções opostas – o primeiro reduzindo e o segundo aumentando as pressões de custos na economia. Entretanto, visto que tal espaçamento não está respaldado por uma desaceleração de preços generalizada, o mais provável é o Governo obter um efeito antiinflacionário efêmero e ser forçado, mais adiante, a promover a chamada inflação corretiva, como já ocorreu várias vezes no passado. Nesse momento, a situação pode se complicar ainda mais, se entrar em vigor uma nova política salarial com as características mencionadas acima.

Haveria que ajuizar ainda o efeito de tais medidas sobre o setor externo. Como as empresas estão em sua grande parte trabalhando com margens estreitas de rentabilidade, isto significa que eventuais aumentos nos custos salariais, decorrentes de alterações na legislação, não poderão deixar de ser transferidos aos preços, sob pena de colocarem em risco a sua sobrevivência. A política cambial terá então que compensar o aumento dos custos com novas rodadas de desvalorizações cambiais que, no entanto, adicionarão mais força ao processo inflacionário. Essa será uma questão tanto mais grave quanto maior for a falta de opção das autoridades na luta contra a inflação, e menor a margem de manobra no setor externo em 1993, devido à recessão na OCDE e aos percalços da economia argentina.

Por conseguinte, a política de curto prazo deve ser conduzida cuidadosamente, para não ter efeito contrário ao esperado, isto é, acelerar as expectativas inflacionárias, ao invés de investir frontalmente contra a inflação e contribuir para a redução do desemprego e da recessão. A maior parte de nossas elites, desconhecendo Walras, tem dificuldade em perceber a economia como um conjunto integrado, no qual alterações localizadas, como é o caso das mudanças na política de preços administrados e salários, repercutem sobre todo o sistema econômico nacional e, em certos casos, internacional. ■

Comece 93 com um bom inve$timento!



Edição ESPECIAL de Fevereiro de

CONJUNTURA ECONÔMICA

Esta é uma ótima oportunidade para veicular um anúncio de sua Empresa.

Solicite informações pelo telefone (021) 240-8521

Ao fazer 45 anos, a revista Conjuntura Econômica representa um verdadeiro marco na histórica atuação da Fundação Getúlio Vargas.
O Lloyds Bank parabeniza esta respeitada publicação com a certeza de que seu pioneirismo e importância continuarão a repercutir entre os principais homens de negócios do País.

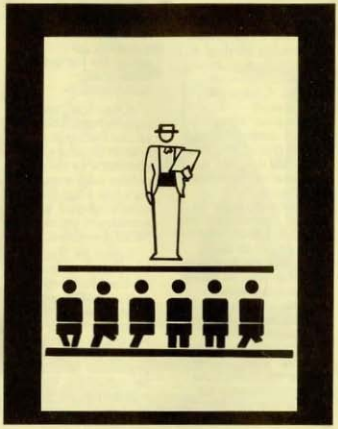


Como se forjou o milagre espanhol (I)

Um dos arquitetos do Pacto de La Moncloa e ex-ministro da Economia da Espanha diz na Fundação Getulio Vargas que sem estabilidade econômica não há democracia duradoura

A Fundação Getulio Vargas realizou recentemente o "Seminário sobre a Experiência Espanhola numa Transição Econômica". Entre os conferencistas convidados pela FGV estava o prof. Enrique Fuentes Quintana, ex-ministro da Economia da Espanha e um dos arquitetos do Pacto de La Moncloa.

Apresentado pelo dr. Julian Chacel, diretor do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE-FGV), como economista, político e brilhante intelectual, "protagonista de maior importância no Pacto de La Moncloa que permitiu estabelecer a paz social numa Espanha ainda tensa das feridas da guerra civil", o dr. Enrique Fuentes Quintana pronunciou sua conferência cuja importância e atualidade determinaram que *Conjuntura Econômica* decidisse publicá-la na integra.



A construção de uma democracia pluralista

Tentarei expor-lhes o objetivo básico que a experiência espanhola alcançou desde os anos 70 até os dias de hoje. Por quem trabalhamos, o que fizemos e quais os objetivos que deram sentido e coerência às nossas ações no campo econômico.

A grande meta para nós que vivemos no primeiro plano político e para os cidadãos que acompanharam a mudança democrática na Espanha, era a de acelerar e construir uma sociedade democrática e pluralista. Uma sociedade democrática que tivesse uma Constituição adequada à época, que colocasse o país numa situação de igualdade com as demais nações européias. A Espanha aspirava à sua integração política e econômica com a Comunidade Econômica Européia, e para realizá-la, precisava previamente definir um quadro de democracia pluralista, instalando-a e preservando-a.

Era um objetivo certamente ambicioso. Já havíamos fracassado muitas vezes ao longo de nossa história contemporânea, sendo o mais recente desses fracassos especialmente doloroso. Nos anos 30, durante a Segunda República, a situação política nos indicava o caminho, mas a situação econômica nos foi desfavorável. Dizia-se que a Espanha nunca tinha tido muita sorte nos momentos históricos em que teve oportunidade de construir uma democracia pluralista, porque nessas oportunidades, eclodia uma crise econômica internacional. Em 1930, a crise econômica decorrente da Grande Depressão influiu na situação de todos os países europeus, e evidentemente na da Espanha, dificultando até impedir a construção de uma democracia pluralista em nosso país. De fato, a não-solução dos problemas econômicos deteriorou de tal forma a situação social e política da Espanha que importantes enfrentamentos sociais degeneraram na tragédia da Guerra Civil, coisa que nenhum espanhol de nosso tempo está disposto a reviver.

Sem estabilidade econômica não existe democracia duradoura

Quando em 1975 se abriu a primeira etapa para fundamentar uma nova democracia na Espanha, a experiência do passado nos apontava para a necessidade de atribuir

aos problemas econômicos toda a importância que traziam. Porque, de novo em 1975, nossa nova oportunidade vinha acompanhada da grave crise energética mundial que afetava a Espanha com grande intensidade, criava dificuldades e, às vezes, parecia impedir a construção desta democracia pluralista.

Com a marca da experiência dos anos 30, atribuímos à economia todo o seu valor: nós, espanhóis, ante a segunda oportunidade democrática, resolvemos não desperdiçá-la. Acreditamos que o principal problema político era o econômico, e se não o resolvêssemos através de meios políticos, a democracia não se manteria em forma duradoura. Não teria futuro.

Assim, para conseguir solucionar os problemas econômicos que estavam presentes em 1975 era indispensável atuar em diferentes direções, apontadas pela experiência anterior como fundamentais.

Primeiro, não se pode construir uma democracia apoiada na instabilidade da inflação; como se sabe, a inflação constitui um dissolvente da convivência democrática da maior importância, e é muito difícil que, coexistindo com inflação intensa, uma democracia tenha continuidade num país. Se admitíamos essa afirmação, era evidente que tínhamos que desenvolver um conjunto de políticas eficientes para conseguir uma estabilidade econômica que debelasse a inflação existente em 1975.

Segundo, sabíamos que o desenvolvimento econômico da Espanha tinha que ser feito com sua integração à Europa, e que essa integração nos exigiria aumentar o intercâmbio de bens, de serviços e de capitais, abrindo nossa economia ao exterior. A Espanha tinha que se desenvolver, tornando óbvia a competitividade de sua produção com os países de fora, fundamentalmente com os comunitários, buscando um lugar na divisão internacional do trabalho, isto é, no intercâmbio de bens, serviços e capitais com outros países, de tal maneira que esta liberalização ou abertura externa ratificasse o caráter duradouro da produção interna.

Por fim, como linha de ação fundamental, estabelecer um sistema econômico de mercado.

Com inflação não há estabilidade

A Espanha deveria contar com um mercado competitivo de bens, serviços e capitais que enfrentasse, diariamente, aqueles mercados, que não estivessem viciados pelo monopólio ou pela falta de competição. Só através da abertura da economia interna às reformas necessárias, poderia instalar-se a competição como norma fundamental de funcionamento do mercado.

Para alcançar esses três objetivos, ou seja, reduzir a inflação para chegar a um clima de estabilidade; integrar nossa economia intensificando a troca de bens e serviços, e instalar a competição nos mercados de bens, serviços e capitais, presumíamos a necessidade de uma reforma dentro do País que devia ser construída por todas as instituições democráticas.

A resolução desse conjunto de problemas se deu mediante a adoção de uma via, que tratou de definir a política mais adequada para tirar a Espanha da crise e, na qual, viriam a colaborar todos os partidos políticos.

Insisto em que acreditávamos que o principal problema político da Espanha era econômico, e também imaginávamos que era através de métodos políticos que esses problemas deveriam ser resolvidos. Esse método político revelou ser a democracia pluralista o melhor modelo, isto é, que se buscasse o consenso entre os diferentes grupos políticos com representação parlamentar. O segredo de todos os Acordos de La Moncloa foi o de chamar à responsabilidade todos os grupos políticos com representação e lhes outorgar o direito de participar na definição de uma política econômica marcada pelas suas presenças e que, pela via do pacto se chegasse a uma estabilidade, a uma maior abertura com a reforma dos mercados que eram fundamentais no desenvolvimento da economia interna.

Democracia e economia

O documento de análise dessas alternativas, que viabilizaram politicamente a democracia através da resolução de seus problemas econômicos básicos, foi elaborado pelo Ministério da Economia sob minha direção e contando com um grande número de colaboradores. Aceito pelo Presidente do Governo, este levou-nos aos diversos partidos com representação parlamentar, para sua correspondente negociação.

Qual não foi a nossa surpresa quando a oposição, com enorme rapidez, além de ratificar a necessidade dos Acordos, subscreveu-os, juntamente com as forças políticas do governo, apesar de que havíamos previsto dificuldades iniciais e uma longa tramitação. O amplo sentido de cooperação dos diversos grupos políticos nos dava, no final de outubro de 1977, os Acordos de La Moncloa.

Por sua vez, esses Acordos foram para todos nós a base fundamental para chegarmos à Constituição democrática de 1978, de tal modo que, hoje acreditamos, sem pactos econômicos não haveríamos chegado a ela, porque toda Constituição política democrática requer uma base sólida de caráter econômico. E, naturalmente, nossa

Constituição de 1978 é herdeira ou conseqüência dessa negociação concluída em La Moncloa.

Os efeitos dos acordos sobre o funcionamento da economia foram inicialmente espetaculares. A inflação, que alcançava uma taxa mensal entre 30% e 40% em julho de 1977, passou a um crescimento anual, um ano depois, de 14 % ou 15%. E desde essa etapa, todas as variáveis de importância da economia espanhola seriam reconduzidas a níveis mais sustentáveis, de tal maneira que ia desaparecendo, pouco a pouco, o conjunto dos núcleos que empurravam a desestabilização da economia espanhola.

A Constituição foi assinada por sua Majestade, o Rei, em dezembro de 1978, e a partir desse momento se abriu a etapa democrática na qual vivemos até hoje. Os espanhóis de antes e depois de 1977 revelaram uma grande ansiedade e sempre aspiraram, por convicção, a terem uma Constituição democrática. Desejávamos todos transformar a Espanha, ao longo de nossas vidas, num país normal, europeu, do ponto de vista político. Isto supunha a garantia das liberdades democráticas asseguradas pela Constituição. E mais, significava a igualdade com o conjunto dos países europeus, democracias pluralistas como a nossa.

Abrindo as portas da Comunidade Européia

Abriu-se a possibilidade de jogar a grande cartada pela integração da Espanha na Comunidade, o que foi feito com toda disposição. A Espanha, país democrático situado na Europa Ocidental, tinha todo direito de aderir à CE, subscrevendo o correspondente tratado e naturalmente aceitando o conjunto de disposições de integração na Comunidade Econômica Européia.

Foi uma longa negociação a que precedeu nosso ingresso na CE. Somente em meados de 1985, a Espanha assinaria o Tratado de Adesão à Comunidade Econômica Européia pelo qual, a partir de janeiro de 1986, se tornou membro de pleno direito e passou a estabelecer um intercâmbio com ela. Sendo parte dessa união supranacional, conseguimos alcançar um conjunto de objetivos importantes.



Sem os pré-requisitos dos Acordos e sem a democratização, não nos haveria sido possível esta integração que representa uma nova etapa para a economia nacional.

Todos os espanhóis, sem distinção de credo político, apoiaram, em 1985, a entrada da Espanha na Comunidade Econômica Européia. Esta atitude apenas ratificava um desejo das gerações espanholas que tinham visão histórica e presença política na Espanha contemporânea de 1977 e que, desde esta época, já tinham definido seu país como uma sociedade pluralista. Havia uma intuição de que nossa entrada na Comunidade Econômica Européia seria o meio para resolver melhor os problemas espanhóis, tanto políticos quanto econômicos; de que nossa convivência com o grupo de países europeus era a melhor forma natural de solucionar velhas questões, do ponto de vista econômico, melhor do que resolvê-los isoladamente, de forma inadequada.

Afinal, o milagre espanhol

Já desde 1985, quando da assinatura do Tratado e, transpostas as fases prévias a partir de janeiro de 1986 rumo à plena integração, a Espanha conhece um crescimento econômico extraordinário que se prolongaria até 1989.

Hoje estão definidas com clareza a existência de duas etapas diferentes na recente experiência espanhola:

1 – Uma etapa prévia de definição, que podemos chamar de condições democráticas para a integração. Etapa brilhante que a Espanha desenvolveu de maneira exemplar. Os Acordos de La Moncloa constituem hoje teses de doutorado nas principais universidades do mundo, já que muito

poucos politicólogos daquele momento não acreditavam que a Espanha alcançasse em paz uma transição política com a que foi realizada. Esse requisito prévio é o que está nos alicerces da nossa democracia política, contribuindo com a vitalidade, transmitindo um impulso acelerante e permitindo nossa entrada na CE, hoje a força impulsora dos processos econômico e político espanhóis.

2 – Esta etapa é a que vai de 1986 até 1989, brilhante, em que a produção cresce a níveis de 5% em termos reais anualmente. Então logramos dominar a inflação, passando ela a níveis de 4% a 5% anuais em 1988, quando se situava em 44% ao chegarmos ao Ministério da Economia. Esta desaceleração da inflação e o aumento do produto constituem, sem dúvida, os principais resultados de todo o processo de transição econômica e política da Espanha, revelando o acerto de nossa entrada na Comunidade Econômica Européia.

Atualmente, porém, a atividade econômica tem fases de expansão e fases de desaceleração. Já a partir de 1989, começaria uma etapa mais difícil, na qual a taxa de crescimento é menor, rebrota levemente a inflação até se situar em 6% anuais. Ademais, encontramos um conjunto de problemas fundamentais, problemas de uma economia que vive suas próprias vicissitudes com uma naturalidade democrática clara, com um desejo de todos os grupos políticos, de buscar caminhos para corrigi-las. Ou seja, um diálogo aberto sobre os meios que a Espanha poderá contar para melhor resolver seus problemas.

A importância do mercado livre

Queria insistir sobre alguns aspectos que se revelam importantes para os espanhóis nesta etapa, como também sobre os elementos que encontramos várias vezes no decorrer do processo, e que devem ser bem resolvidos por toda sociedade no momento atual.

O primeiro é o da integração. É difícil atualmente que qualquer país do mundo, por maior que seja a sua economia, possa viver à margem de um processo de integração. O mundo fala uma língua, a língua da internacionalização ou da integração. Naturalmente cada país tem que escolher bem o núcleo onde se integra, o bloco do qual vai fazer parte. A Espanha se integrou bem ao bloco que lhe era mais acessível, o mais lógico do ponto de vista econômico e político.

A integração, uma vez concretizada, obriga aos países adotar determinados comportamentos. Todos os estudos econômicos trazidos à CE afirmam que o desenvolvimento dos países com um mercado integrado oferece muito mais oportunidades do que através do isolamento de cada um deles.

Um informe recente da Comunidade Econômica Européia mostrava que a integração permitia aumentar o produto em torno de 4 a 5% estaticamente, e que dinamicamente os efeitos eram quadruplicados, provavelmente em conseqüência de um grande mercado.

O pai da economia, Adam Smith, já nos havia ensinado que a base do desenvolvimento econômico estava constituída por um grande mercado.

A integração abre a possibilidade para os países de conseguirem mais oxigênio, vindo de uma força adicional que se incorpora à economia e com isto permite que ela cresça. Essa força é dada a todas as economias integradas e não apenas a um país determinado. Para conseguir participar dessa força impulsionadora, força fundamental da integração, é necessário levar em conta o conjunto de normas européias que são exigidas dos países que integram a área comunitária, para melhor aproveitar as condições de dinamismo e de crescimento que a Comunidade Econômica Européia oferece. E as condições são precisamente as mesmas que nos levaram aos Acordos de La Moncloa.

O segundo se refere à inflação. Nenhum povo ou país pode encontrar o caminho do desenvolvimento com inflação. O primeiro mandamento, fundamental hoje para os europeus contemporâneos, é que a inflação não soluciona nenhum dos problemas econômicos. Quando a inflação ameaça reaparecer em qualquer país, deve ser enfrentada com energia e rapidez para evitar complicações graves. O passo dado nesta direção deve ser firme no sentido de fazê-la retroceder, evitando os enormes custos que sua presença pode significar.

Como ganhar a batalha da inflação

Articular uma política exigente para lutar contra a inflação é o primeiro dos objetivos de todos os países europeus, quando querem aproveitar as oportunidades que o mercado comum lhes oferece. E esta política antiinflacionária os obriga a buscar três metas básicas em todos os países da Europa.

Primeiro, uma política orçamentária que evite o crescimento excessivo do gasto público, que equilibre o orçamento vital dos órgãos públicos e que se dirija, fundamentalmente, através deste equilíbrio orçamentário, a não aumentar essencialmente sua dívida. Por outro lado, esta política orçamentária deve estar acompanhada por uma política monetária que vigie o crescimento

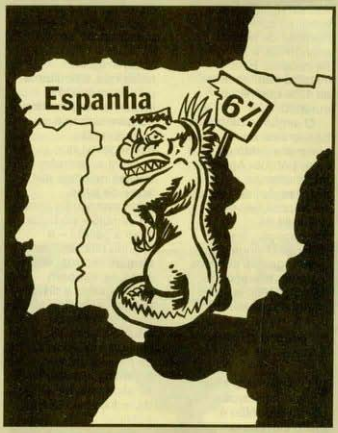
da quantidade de dinheiro, porque qualquer expansão arbitrária de moeda se paga sempre em termos de preços maiores.

O terceiro aspecto é o da reforma dos preços. Devemos evitar façanhas, adotando políticas de moderação no crescimento das rendas, tanto salariais quanto empresariais, das áreas de monopólios que de alguma maneira elevem o conjunto de rendas além dos valores de sua produtividade ou da contribuição ao patrimônio comum da sociedade.

Estes três instrumentos, isto é, a integração, a inflação e a reforma dos preços dão uma combinação de políticas econômicas em cuja base está realmente o alcance das melhores posições dentro da CE.

Voltando às três políticas básicas para enfrentar a inflação, falaremos agora, em segundo lugar, da taxa de câmbio. Esta não pode ser uma taxa de câmbio que sofra minidesvalorizações constantes, senão que deve ser estabilizada por uma ação direta da política econômica correspondente. Não aceitar a justificação financeira, que estabelece uma taxa de câmbio estável, supõe negar, em grande parte, as possibilidades de estabilidade da vida econômica do país.

Finalmente, se colocam as reformas de estrutura dos mercados. Reforma de estruturas que levam a impulsionar a competitividade dos mercados de bens, a competitividade dos mercados de serviços e a competitividade do mercado financeiro. A competição é o caminho essencial para construir uma Europa livre e eficiente, e para que os países que fazem parte dessa



Europa livre e eficiente tenham oportunidade de se desenvolver e crescer.

Problemas atuais

A Espanha aceitou estas exigências da Europa comunitária com algumas imperfeições, e naturalmente temos alguns problemas atualmente. De modo que terminarei minha intervenção mostrando onde estão nossas debilidades porque, como toda obra humana, esta também é imperfeita. De fato, existem defeitos importantes na prática de nossa política.

Onde estão basicamente estes defeitos? Direi que em três pontos.

A Espanha exibe uma inflação que não consegue descer do patamar dos 6% ao ano. Esta cifra é um pouco utópica, porque falo em taxa anual de crescimento dos preços e, realmente, este crescimento dos preços a 6%, visto pelos espanhóis com olhos europeus, se torna uma inflação pouco admissível. Temos uma inflação que duplica a média dos melhores países europeus, Alemanha, França, Luxemburgo e Holanda. Neles a inflação está situada na faixa de 3% a 3,5% ao ano. Mas nós não conseguimos descer dos 6% anuais. Fazemos todo o possível. Para mim particularmente, visto do ponto de vista da experiência anterior, é enormemente confortável. Estivemos nos 44%, estamos nos 6%. Um salto espetacular sem dúvida.

Mas, não é olhando para o passado que faremos o futuro, senão olhando o presente para tratar de ver como semearemos o futuro europeu que nos permita competir com os outros países. E aí está o meu interesse.

Quais são os defeitos fundamentais pelos quais nossa taxa antiinflacionária não consegue baixar desse patamar sólido onde está instalada e nos impede de chegar às cifras européias?

Acreditamos que a causa básica esteja no aspecto atual da inflação. Explicarei o que quero dizer com isto. O conjunto de preços espanhóis tem um comportamento heterogêneo que permite agrupá-lo em dois núcleos diferentes: de um lado o preço dos produtos agrícolas e industriais e, de outro lado, o preço dos produtos de serviços, transportes etc.

A inflação no setor de bens está severamente limitada. Por quê? Porque os bens são intercambiáveis no Mercado Europeu e a disciplina desse mercado estabelece limites que não podemos ultrapassar.

Se a Alemanha vende o conjunto de seus produtos industriais com uma inflação de 3%, ou a Espanha inflaciona os

preços na mesma proporção da Alemanha, não poderá competir. E, por isso, os preços industriais espanhóis estão-se comportando como os preços praticados pela Alemanha. Estão subindo a 3%. Por outro lado, como os preços dos serviços não-comercializáveis não são intercambiáveis, são fixados pelo mercado interno, onde é permitido que estes serviços explorem o mercado mediante a fixação de preços mais elevados.

O crescimento dos preços dos serviços, na Espanha, está situado em 12%. E vocês perguntarão por que esta diferença é tão radical. A causa fundamental é que a competição não existe no mercado de serviços. A outra causa, também importante, é a de que o Estado presta muitos desses serviços que deviam ser liberalizados. A raiz do mal está, portanto, na ausência de competição.

Necessitamos, portanto, corrigir essa inflação dual que permite taxas de 12% para os serviços e taxas de 3% e 4% para os preços industriais e agrícolas. Devemos dar um tratamento que torne a competição obrigatória, melhorando o conjunto das margens de preços dos serviços, baixando-os mediante uma política de privatização e sobretudo de uma política de competição que crie condições nas quais só possa ser possível respirar nesses mercados em função de competição e não favorecê-los pela sua limitação.

Nesta área, as debilidades espanholas são graves. Tem havido certo medo em liberalizar, certo medo em privatizar, certo medo em estimular a competição. Na área dos serviços, onde o temor se apoderou das medidas de política econômica, a inflação se instalou. E se instalou num patamar de 12% que não é europeu.

O segundo problema básico está no comportamento do setor público. Apesar da reforma na fiscalização, da criação de disposições de melhoria da arrecadação, o setor público continua dando lugar a gastos públicos maiores, elevando o déficit público a níveis importantes.

Os perigos do déficit público

O déficit está hoje situado em cerca de 5% do PIB. Não é muito elevado em termos europeus. Poderia ser um consolo para nós olharmos para os italianos, que ostentam uma cifra de 10%. Mas isto nada mais nos indica senão que os problemas deles são muito mais graves do que os nossos.

Outros países da CE, como a França, por exemplo, exibem um déficit menor. Não a Alemanha, que tem um déficit de 4% ou 5%, quase igual ao espanhol. Sem dúvida, temos que reduzir o déficit público. E por que temos que fazê-lo? Porque o déficit provoca um efeito muito claro que talvez vocês conheçam melhor por sua própria experiência.

O déficit público é coberto nos mercados financeiros, que exigem pagamentos de juros elevados para atrair a poupança, que por sua vez, vai financiar projetos privados. Um déficit público elevado pressiona as taxas de juros elevando-as, e estas acabam reduzindo, dificultando ou encarecendo o investimento privado; acabam atraindo os investimentos estrangeiros que passam a desfrutar dessas mesmas altas taxas de juros, pressionando as taxas de câmbio – no nosso caso a peseta – e criando dificuldades para as exportações e serviços; acabam encarecendo a dívida pública, dificultando o financiamento da infra-estrutura. A redução das altas taxas de juros constitui um objetivo fundamental, só alcançado através da redução do déficit público.

Nosso mercado de trabalho, por outro lado, se encontra viciado em muitos aspectos. E pouco flexível, rígido, um mercado onde os salários crescem mais do que a produtividade, elevando os custos trabalhistas unitários e prejudicando a competição de nossa produção. Flexibilizar esse mercado é uma reforma importante, sob todos os pontos de vista.

Finalmente, há um problema que resume todos: a competitividade exterior. A Espanha tem hoje um déficit no comércio exterior de mercadorias muito elevado, e procura compensá-lo através de seu superávit no setor do turismo, onde somos uma potência. Necessitamos de uma grande importação de capitais. A Espanha importou mais de US$ 50 bilhões que permitiram eliminar, ou melhor, financiar esse déficit, mas é certo que esse é um problema fundamental a ser resolvido.

Como toda economia viva, a espanhola tem sido problemática, como qualquer outra. O importante é que hoje podemos descrevê-la como social-democrática. Parte integrante de um Estado democrático que soubemos construir, com variáveis que a aproximam do comportamento europeu. Estamos dentro da Comunidade Econômica Européia para tratar do conjunto de nossos problemas. E, ainda que diariamente surjam problemas, não podemos esquecer que o percurso histórico foi importante, e que na origem deste percurso está presente o consenso político como arma básica de uma democracia pluralista que os espanhóis souberam aproveitar nesta hora.

Este é o primeiro de uma série de artigos sobre o "Milagre Espanhol". O conferencista veio ao Brasil graças à colaboração da Agencia Española de Cooperación Internacional e da Fundação Mapfre.

Tradução de Vera Lúcia Machado

Ajuste fiscal de emergência

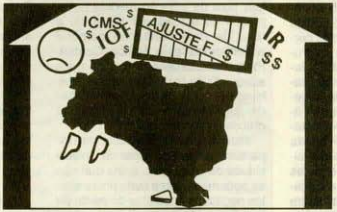
CARLOS REIS*

O Governo Itamar parecer ter-se precipitado ao mandar para o Congresso o chamado ajuste fiscal de emergência, quando havia tantas outras opções para melhorar as finanças do Governo. Por outro lado, qualquer aumento na carga tributária parece inoportuno, até porque é consenso que ela já é tão alta que funciona como inibidor da atividade econômica. Nesse caso, o Governo perde mais na queda da atividade econômica do que no aumento da alíquota. Aliás, a perda não é apenas da arrecadação, mas de toda a sociedade.

O que aconteceu com o setor automobilístico ainda no Governo Collor foi expressivo: governos federal e locais se uniram ao setor para reduzir custos, inclusive com substanciais cortes nas alíquotas exageradas dos impostos. O resultado foi a reativação do setor com aumento de arrecadação, sobretudo se computados os efeitos indiretos.

Vejamos, por exemplo, o que acontece com a cerveja. O salário mínimo hoje compra apenas 50 garrafas de cerveja, o que faz a vida do brasileiro mais triste. Com a diminuição da elevadíssima tributação sobre a cerveja, sem dúvida haveria mais produto, mais alegre consumo, e, incluindo os efeitos indiretos, maior receita para o setor público.

A principal causa da arrecadação insuficiente é a queda na atividade econômica, a recessão. Sem combater a recessão, não haverá aumento de carga tributária que dê resultado. E uma das causas da recessão são as elevadíssimas cargas tributárias que incidem sobre os produtos



brasileiros. O Brasil tributa tanto que tributa até a miséria. Incide ICMS sobre os produtos da cesta básica, que é pago pelo mais pobre, o que é uma forma de sadismo institucional.

A outra causa da baixa arrecadação tem dupla face. É o que chamaríamos de sonegação desmonte da estrutura fiscalizatória. A desastrosa reforma administrativa do Governo passado atingiu profundamente a máquina pública, facilitando muito a ação dos sonegadores, inclusive para irritação dos empresários corretos que tentam, às vezes com sacrifício e dificuldade, cumprir com as suas obrigações.

A prova eloqüente de que uma fiscalização melhorada pode produzir resultados importantes é o que ocorreu com o INSS, onde um trabalho sério resultou em expressivo aumento de arrecadação. Aliás, o INSS não precisou das "fontes adicionais de recursos", que se diziam necessárias para pagar os 147%.

Outro ponto que ainda não foi convenientemente encaminhado é o dos elevados gastos do Governo. Por que o Governo gasta tanto, é uma questão que todos os brasileiros levantam a cada dia. Certamente por ineficiência, empreguismo, nepotismo e descontrole da máquina administrativa. A verdade é que o Brasil precisa de um Governo federal com menos atribuições e com menos estatais para tomar conta. Por isso, descentralização e privatização são tão importantes.

Uma reforma fiscal no Brasil de hoje tem por obrigação simplificar o caos gerado por mais de 50 impostos e por toneladas de legislação confusa e conflitante. O congestionamento de nossos tribunais devido a problemas tributários é prova disso. Qualquer reforma superficial, de emergência ou não, só pode contribuir para aumentar a confusão reinante e jogar mais um fator de improdutividade e confusão nos ombros de quem trabalha.

Uma reforma fiscal como precisamos tem que ser profunda, simplificar radicalmente desde o número de impostos às normas jurídicas aplicáveis. Tem que passar por alterações constitucionais, e pela definição precisa das áreas de atuação dos diferentes níveis de governo.

Qualquer ajuste menor do que isso só vai servir para complicar as coisas para todos, inclusive para o Governo. E, realmente, não é sequer necessária para melhorar as finanças públicas. ■

* Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Indicadores econômicos

Índice geral de preços referente a novembro registra desaceleração. No nível de varejo, a inflação situou-se 3,9 pontos percentuais abaixo da registrada no mês anterior

IGP-DI de novembro – ligeira queda

O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getulio Vargas informa que o índice geral de preços – IGP-DI referente a novembro registrou alta de 24,2%, 0,7 ponto percentual abaixo do índice de outubro (tabela). Esse resultado é conseqüência dos aumentos verificados no índice de preços por atacado – IPA (24,4%), no índice nacional de custo da construção – INCC (29,2%).

Em nível de atacado, o movimento de preços recuou 0,4 ponto percentual. Enquanto os preços de produtos industrializados mantiveram-se estáveis, os preços de produtos agrícolas decresceram 2 pontos percentuais. Dentre os agrícolas, os grupos cereais e grãos (28,3%), legumes e frutas (27,3%), lavouras para exportação (26,9%) e fibras vegetais (24,3%) apresentaram variações mais expressivas. Na categoria industrial, móveis de madeira (42,1%), café (37,8%), bebidas alcoólicas (37,7%), couros e peles (36,3%), vestuário (32,4%) e calçados (29,6%) destacaram-se dentre as principais fontes de pressão sobre o índice médio.

Em nível de varejo, os preços situaram-se 3,9 pontos percentuais abaixo dos do mês anterior. Neste nível, os grupos vestuário (30,1%), despesas diversas (25,1%), educação, leitura e recreação (24,8%), saúde e cuidados pessoais (23,6%) e alimentação (23%) pressionaram com mais intensidade o índice médio. Os demais grupos integrantes do índice, representados por habitação (19,8%) e transportes (19,1%), situaram-se abaixo da média.

Em nível da indústria da construção civil, o movimento médio de preços, medido pelo INCC, ficou 10,3 pontos percentuais acima do resultado de outubro. Desta feita, as pressões de alta que explicam este desempenho foram mais elevadas no grupo mão-de-obra (34,6%) do que no grupo materiais e serviços (29,2%).

Taxa real de câmbio sofre queda de 16%

Nos últimos três meses a taxa real de câmbio brasileira, relativa a uma cesta das principais moedas do mundo, sofreu uma queda de pelo menos 16%, opinou o conhecido economista Celso Martone. A desvalorização aconteceu em função da valorização do dólar em relação às moedas européias e também pelo fato taxa de inflação medida pelos preços do atacado ter superado a taxa de desvalorização cambial administrada pelo Banco Central. Para o economista, a medida mais adequada de paridade cambial deve levar em conta os preços por atacado, que vêm aumentando acima dos preços ao consumidor e da TR.

Martone, que é professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, opina que não se podem esperar a curto prazo efeitos negativos imediatos da perda de paridade, já que o Brasil possui quase US$ 20 bilhões em reservas. Mas, sem dúvida, haverá, ao longo do tempo, enfraquecimento gradual das exportações.

Mínimo de US$ 100 será desastre

Economista da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) afirmou que "a fixação do salário mínimo em US$ 100 será um desastre para o Governo".

"Além de pressionar a inflação, esse salário mínimo poderá desestabilizar a Federação, os estados e municípios, que têm uma enorme folha de pagamento."

A análise oferecida pelo técnico da Fipe, Juarez Rizzieri, revela que apenas para garantir o pagamento dos benefícios da Previdência o Governo teria que fazer um desembolso adicional de US$ 6 bilhões. Com isso, os índices de inflação avançariam rapidamente ao mesmo tempo em que dobraria o volume do déficit público.

Vendas crescem 2% em São Paulo

Números da pesquisa da Federação do Comércio do Estado de São Paulo revelam que as vendas no varejo cresceram 2% no decorrer de novembro em relação a outubro na região metropolitana de São Paulo. Retirando-se os efeitos sazonais, a alta seria de 5%, informaram os analistas da FCES, para quem o crescimento das vendas é devido ao maior poder aquisitivo dos consumidores, com o pagamento do 13º salário. Embora os técnicos da Federação esperem um crescimento nas vendas de 30% em dezembro, mesmo assim as vendas acumuladas ficariam abaixo das registradas em 1991.

Crescem demissões, diz pesquisa Fiesp

A indústria paulista continuou acelerando seu ritmo de demissões, apesar da recuperação registrada em alguns setores, revela pesquisa divulgada pela Federação das Indústrias de São Paulo. De fato, o nível de emprego de novembro registrou uma variação negativa de 0,45%.

O desempenho acumulado este ano na indústria paulista já ultrapassou a marca de 150 mil, sendo dispensados 150.850 trabalhadores. Nos últimos 12 meses, 180.550 trabalhadores foram dispensados, o que representa uma queda de 10,34% em relação ao período anterior. Entre os setores que mais demitiram em novembro está o adubos e corretivos

agrícolas, enquanto o que menos demitiu foi o de material plástico.

O índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA, com período de referência entre 30 de outubro e 30 de novembro de 1992, situou-se em 22,23%, constituindo-se na agregação dos índices da região metropolitana do Rio de Janeiro (23,19%) e de São Paulo (21,90%). O IPCA calculado pelo IBGE se refere às famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários mínimos.

Os índices das regiões são calculados através da fórmula de cálculo de Lespeyres, utilizando-se como ponderações os valores de despesas obtidos da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF de 1988. Para agregá-los, a variável de ponderação é o rendimento total urbano (PNAD - 1987).

Os índices do Rio de Janeiro e de São Paulo constituem-se em produtos derivados do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, cujo objetivo é acompanhar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos por famílias de determinadas faixas de renda e períodos de tempo nas nove regiões metropolitanas do País, além de Brasília e do município de Goiânia. Para calcular os resultados agregados das duas regiões, o somatório das ponderações das demais foi redistribuído, proporcionalmente, em cada uma delas, resultando no percentual de 25,83% para o Rio de Janeiro e de 74,17% para São Paulo.

Já o INPC, também pesquisado pelo IBGE no período entre 30 de outubro e 30 de novembro de 1992, situou-se em 22,66%, constituindo-se na agregação dos índices da região metropolitana do Rio de Janeiro (23,76%) e de São Paulo (22,18%). O INPC se refere às famílias com chefes assalariados e rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 8 salários mínimos.

Os índices das regiões são calculados através da fórmula de cálculo de Laspeyres, utilizando-se como ponderações os valores de despesas obtidos da pesquisa de orçamento familiar (POF) de 1988. Para agregá-los, a variável de ponderação é a população residente urbana (projeção para 1985).

Os índices do Rio de Janeiro e de São Paulo constituem-se em produtos derivados do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), cujo objetivo é acompanhar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos por famílias de determinadas faixas de renda e períodos de tempos nas nove regiões metropolitanas do País, além de Brasília e do

Comportamento dos índices de preços e variações percentuais – novembro de 1992

Índice	Núm. índice do mês (Dez/89= 100)	Variação Percentual		
		No mês	Acum. no ano	Acum. em 12 meses
Geral de preços				
Disponibilidade interna	93017,867	24,22	916,94	1142,05
Oferta global	92441,283	24,43	919,71	1146,37
Preços por atacado				
Disponibilidade interna	89756,974	24,43	913,28	1131,14
Bens de consumo	93017,421	25,25	919,34	1119,07
Duráveis	73605,517	28,13	918,17	1202,30
Utilidades domésticas	65326,598	29,12	993,21	1271,14
Outros	88782,044	26,81	831,88	1119,68
Não-duráveis	98101,300	24,70	919,57	1103,95
Gêneros alimentícios	135468,793	24,31	918,75	1084,85
Outros	68181;354	25,34	920,87	1135,63
Bens de produção	87734,191	23,90	909,33	1139,20
Matérias-primas	92542,238	22,43	873,67	1050,97
Materiais de construção	82683,272	25,34	933,84	1195,63
Máquinas, veíc. e equip.	83487,342	27,08	941,13	1314,85
Outros	84864,847	23,60	962,90	1208,77
Oferta global	88796,000	24,80	918,02	1138,39
Produtos agrícolas	124164,394	23,98	853,48	974,30
Produtos industriais	81291,384	25,07	940,84	1202,86
Extrativa mineral	92469,483	22,50	1050,34	1272,39
Ind. de transformação	80040,270	25,41	928,18	1194,38
Preços ao consumidor Brasil				
Total	105097,284	22,74	906,96	1146,60
Alimentação	104321,321	23,00	941,40	1162,58
Habitação	118411,101	19,80	883,08	1129,43
Vestuário	44087,751	30,12	771,63	904,27
Saúde e cuidados pessoais	108851,750	23,56	936,80	1242,36
Educação, leitura e recreação	103475,786	24,80	896,81	1141,96
Transportes	119588,446	19,10	894,49	1152,49
Despesas diversas	124419,164	25,08	953,17	1330,75
Nacional de custo da construção				
Total	76344,978	29,16	989,27	1203,98
Mão-de-obra	92900,728	34,63	1182,39	1319,70
Materiais de construção	66352,965	24,96	866,90	1121,93

Fonte: Centro de Estudos de Preços - IBRE/FGV.

município de Goiânia. Para calcular os resultados agregados das duas regiões, o somatório das ponderações das demais foi redistribuído, proporcionalmente, em cada uma delas, resultando no percentual de 30,55% para o Rio de Janeiro e de 69,45% para São Paulo.

Os números da recessão

Documento do Departamento de Indústria da Diretoria de Pesquisa do IBGE, contendo os índices de emprego, salário e valor da produção no setor industrial para os meses de julho e agosto deste ano revela que, os índices de emprego industrial revelam resultados negativos: -0,2% de julho e agosto, -10,8% na comparação agosto de 92-agosto de 91, e -6,7% de janeiro a agosto.

De julho para agosto, houve redução de 0,7% no número de horas pagas na produção, a retração chegou a 12,5% na comparação com agosto do ano passado e a 7,5% no acumulado janeiro-agosto. Por setor de atividade, de julho para agosto, o fumo registrou a maior queda (-14,5%), influenciando o resultado da região Sul (-2%) que ficou com a mais alta taxa negativa, seguida de perto pelo Rio de Janeiro (-1,9%). Enquanto isso, o Nordeste foi a única área a apresentar expansão (2,2%).

Os indicadores de folha de pagamento real da indústria revelam queda de 3,1% de julho para agosto e 3,7% na comparação agosto de 92-agosto de 91. É provável que esta queda esteja bastante associada à redução no número de demissões (o que leva a um menor dispêndio com indenizações), já que na relação agosto/julho observa-se aumento das horas extras 1,6% e um recuo mais suave tanto no salário contratual (-1,5%) quanto no pessoal ocupado na produção (-0,2%). Em termos regionais, apenas São Paulo (-1,2%) apresentou resultado acima da média nacional, o que pode ser explicado pela presença de um grande número de empresas de porte, também com forte vínculo com o mercado externo. O Nordeste ficou com a taxa mais baixa -8,1%, por absorver com maior intensidade a evolução do salário mínimo, já que agosto foi o último mês antes do mais recente reajuste (setembro).

A queda nos rendimentos e no emprego e as altas taxas de juros fizeram com que tivesse prosseguimento a retração do mercado interno, o que se reflete no índice que mede o valor real da produção industrial: -4,7% de julho para agosto, -21,2% na comparação agosto de 92/agosto de 91 e -13,8% no acumulado janeiro-agosto. A taxa mais baixa do acumulado no ano foi para o Rio de Janeiro (-24,2%), ficando também abaixo da média o Nordeste e São Paulo, ambos com 13,9%, Minas, -5,9%, e Sul, -10,8%, obtiveram as menores variações negativas.

O desemprego segundo o IBGE

O IBGE divulgou a taxa de desemprego aberto em outubro, levando em conta as seis regiões metropolitanas pesquisadas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre. A taxa 5,77%, permaneceu estável em relação a setembro (5,74%) e ficou acima da registrada em outubro do ano passado (4,26%).

Por setor de atividades, de setembro para outubro, construção civil (7,42%) e serviços (4,37%) permaneceram com tendência de alta, enquanto a indústria de transformação (7,10%) e o comércio (6,35%) apresentaram pequenas quedas. Na comparação com outubro do ano passado, todas as taxas aumentaram significativamente, com destaque para o comércio (de 4,50% para 6,35%).

Pessoas ocupadas – O percentual de pessoas ocupadas manteve-se praticamente estável de um mês para o outro. Na comparação anual, continua em queda a participação da indústria de transformação (de 22,21% em outubro do ano passado para 20,21% em outubro desde ano), a de serviços aumentou 1,4 ponto percentual (de 48,71% para 50,14%) e as dos demais setores permaneceram estáveis.

De um mês para o outro, aumentou ligeiramente a participação dos empregados sem carteira assinada (de 22,60% para 22,74%) e das pessoas que trabalham por conta própria (de 21,10% para 21,46%). Enquanto isso, caiu um pouco a dos empregadores (de 4,55% para 4,41%) e a dos empregados com carteira assinada (de 50,72% para 50,40%). Na comparação anual, aumentou a participação de todas as categorias, à exceção dos empregados com carteira assinada (de 53,74% em outubro do ano passado para 50,40% em outubro deste ano).

Rendimento médio real em setembro – Quanto ao rendimento médio real de setembro de 1992 das pessoas ocupadas, aumentou 7% de um mês para o outro e caiu 4% na comparação com setembro do ano passado.

Todos os setores de atividade apresentaram rendimentos mais elevados, de agosto para setembro, com destaque para os 13% do comércio e para os 9% da construção civil. Ao contrário, no confronto com setembro do ano passado, houve queda em todos setores, sendo que na construção civil a taxa negativa chegou a -8% e no comércio a -5%.

O rendimento médio real de todas as categorias também aumentou de agosto para setembro, com destaque para os empregados sem carteira assinada; já na comparação anual, à exceção dos empregados com carteira assinada as demais categorias registraram quedas: conta própria (-11%), empregados sem carteira assinada (-5%) e empregadores (-3%).

Últimos indicadores de produção industrial

Segundo pesquisa do Departamento de Indústria do IBGE, entre agosto e setembro, na série com ajuste sazonal, o parque industrial brasileiro voltou a apresentar, pela sétima vez consecutiva, queda na produção (-1,4%). Na comparação com setembro do ano passado, a retração chegou aos 6,6%, contra -13% na comparação agosto de 92/agosto de 91.

Com estes resultados, a produção industrial brasileira acumulou queda de 5,9% de janeiro a setembro deste ano. ■

Política monetária

LAURO VIEIRA DE FARIA

APESAR da baixa da inflação, os dados referentes à execução da política monetária em outubro não foram de molde a tranqüilizar as expectativas dos agentes econômicos. O saldo de títulos federais em poder do público voltou a crescer acima da inflação, medida pelo IGP-DI. Enquanto esta foi de 24,9%, aquele cresceu 35,7%. Esse fato decorreu do retorno da procura de ativos domésticos após forte especulação com moeda estrangeira, verificada em setembro, devido a expectativas pessimistas quanto a mudanças abruptas da política econômica. No final desse mês, foram recorrentes os boatos sobre a adoção de planos econômicos de impacto, como a dolarização da economia, que acabaram não se materializando. Isso possibilitou ao Banco Central retomar as vendas de títulos públicos federais em outubro.

Entretanto, a preocupação do novo Governo com a situação social, agravada pela recessão e desemprego elevados, levou-o a baixar temerariamente as taxas de juros, provavelmente com o objetivo de atenuar a queda da produção e até encontrar espaço para algum crescimento da economia. As taxas reais de juros recuaram em quase todos os segmentos do mercado financeiro e, nas aplicações de curtíssimo prazo, tornaram-se negativas. Deflacionados pelo IGP-M, a taxa referencial de juros e as aplicações em cadernetas de poupança e FAF renderam em outubro, respectivamente, (-)1,4%, (-)0,9%, e (-)1,3% (tabela 1).



Como era de se esperar, a queda das taxas reais de juros foi o reflexo de emissões vultosas de moeda. Os saldos de papel-moeda e da base monetária cresceram 37% e 32,2%, respectivamente. Os depósitos à vista tiveram incremento de 24,6%, de modo que os meios de pagamentos (M1) cresceram 28,7% (tabela 2). Desde agosto, portanto, a autoridade monetária vem permitindo crescente aceleração da oferta de moeda, culminando com taxas de expansão acima da taxa de crescimento dos preços em outubro.

Isto certamente não colabora para o êxito do combate à inflação, pois como a produção não tem crescido nem a inflação declinado

Tabela 1 – Rendimento real de ativos selecionados – em percentagem real – deflator: IGP-M

Discriminação	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
Bolsa (SP)	49,24	1,18	-0,25	7,22	-4,69	-37,34	9,60	-2,18	8,72	-18,14	-20,64
CDB pré-30 dias[1]	2,51	1,67	7,67	2,32	2,79	0,36	1,80	1,10	1,04	0,50	2,16
Poupança[2]	2,06	-1,27	2,88	1,46	-0,02	-1,58	2,03	-0,63	0,59	-0,84	0,39
Overnight	4,44	0,70	4,51	3,32	2,13	0,53	3,63	0,83	1,76	1,11	2,33
Ouro (físico)	-3,32	-3,77	-2,05	6,01	-4,60	1,72	6,80	-5,80	3,72	-9,81	2,82
US$ paralelo	-8,77	-2,01	2,08	6,99	-2,69	0,58	2,31	-1,64	2,24	-8,69	5,47
FAF[3]	1,42	-2,31	1,85	0,76	-0,62	-2,95	0,13	-2,72	-1,66	-1,29	-1,36

Fonte: *Gazeta Mercantil*.

[1] Taxa líquida para aplicações realizadas no primeiro dia do mês.

[2] Cadernetas com "aniversário" no primeiro dia do mês subseqüente.

[3] Projeção em outubro.

Tabela 2 – Meios de pagamento e base monetária – média dos saldos diários – Cr$ milhões

Período	Meios de pagamento[1]				Base monetária[2]			
	Variações percentuais				Variações percentuais			
	Saldos	No mês	No ano	Em 12 meses	Saldos	No mês	No ano	Em 12 meses
1991 - Out.	6.085,9	8,1	174,2	300,0	3.607.589	10,3	159,5	254,8
Nov.	6.587,2	8,2	196,8	303,9	3.972.694	10,1	185,8	284,9
Dez.	9.582,3	45,5	331,7	331,7	5.528.617	39,2	297,7	297,7
1992 - Jan.	10.054,1	4,9	4,9	359,9	6.109.292	10,5	10,5	323,0
Fev.	11.452,7	13,9	19,5	312,4	6.779.607	11,0	22,6	312,2
Mar.	13.668,0	19,3	42,6	306,1	7.986.991	17,8	44,5	300,7
Abr.	16.538,2	21,0	72,6	374,2	9.474.574	18,6	71,4	346,2
Maio	19.419,2	17,4	102,7	418,7	11.350.550	19,8	105,3	409,3
Jun.	24.355,7	25,4	154,2	498,6	14.144.865	24,6	155,8	484,0
Jul.	29.276,9	20,2	205,5	552,4	17.105.391	20,9	209,4	532,4
Ago.	34.252,7	17,0	257,5	626,6	19.757.4	15,5	257,4	602,9
Set.	41.179,0	20,2	329,6	631,5	23.995,1	21,4	334,0	633,7
Out.	52.918,2	28,7	452,8	770,5	31.711,4	32,2	473,6	779,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

[1] Papel-moeda em poder do público + depósitos à vista nos bancos comerciais (inclusive Banco do Brasil), caixas econômicas e BNCC.
[2] Papel-moeda em circulação + reservas bancárias.

Tabela 3 – Indicadores amplos de liquidez real – variações percentuais dos saldos em fim de período*

Período	M2[1]		M3[2]		M4[3]	
	No mês	Em 12 meses	No mês	Em 12 meses	No mês	Em 12 meses
1991 Out.	-2,7	-2,0	-3,5	-2,4	-5,1	-1,3
Nov.	3,4	5,3	2,5	4,3	-1,8	0,5
Dez.	19,1	25,7	20,4	23,7	18,9	20,8
1992 – Jan.	6,8	35,7	4,6	29,7	7,3	28,1
Fev.	4,9	50,1	4,5	41,4	4,4	45,7
Mar.	7,7	51,1	6,2	41,8	8,7	52,0
Abr.	7,0	68,1	7,5	56,4	5,9	59,4
Maio	1,3	64,8	-0,2	51,7	3,2	56,3
Jun.	5,7	71,9	4,7	56,2	5,2	65,1
Jul.	2,8	81,9	2,1	62,5	4,0	65,1
Ago.	2,0	79,1	1,3	63,2	2,1	62,8
Set.	-6,5	62,9	-5,1	52,6	-4,1	55,5
Out.	1,2	70,6	1,7	61,1	0,3	64,3

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Deflator: IGP-DI. [1]M1 + títulos públicos federais, estaduais e municipais em poder do público + Fundos de Aplicações Financeiras (FAF) + DER. [2]M2 + depósitos de poupança. [3]M3 + títulos privados (depósitos a prazo, letras de câmbio e letras hipotecárias, exceto aqueles em poder dos Fundos de Aplicações Financeiras – FAF).

Tabela 4 – Principais fatores de expansão e contração da base monetária – Cr$ trilhões

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.
Tesouro Nacional	0,72	0,01	0,4	-1,17	-1,69	-1,09	0,15	-1,87	-2,7	-1,9
Operações c/ títulos públicos	-5,92	-3,26	-7,29	-3,96	-6,14	-5,43	-7,25	-4,40	11,1	-15,0
Operações c/ o setor externo	3,28	3,65	5,31	4,34	5,98	3,70	5,53	2,38	-7,8	21,4
Liberações de cruzados novos	1,83	1,62	2,09	2,85	3,25	3,95	4,41	6,69	0,7	0,8
Outros	-0,53	0,40	0,01	0,50	0,06	0,67	0,30	0,86	3,7	1,3
Variação da base monetária	-0,62	2,42	-0,23	2,66	1,06	1,80	2,84	3,66	5,0	6,6

Fonte: Banco Central.

de forma convincente, ou seja, não existem motivos para crer que o público deseje aumentar os seus saldos monetários, em termos reais, a aceleração das emissões de moeda pode causar mais adiante, com as defasagens de praxe, o aumento da inflação. Felizmente, as autoridades parecem ter-se dado conta de que é inoportuna a baixa significativa das taxas reais de juros enquanto não estiver equacionada a questão fiscal. Certamente, alguma redução dos juros é possível, tendo em vista o término das liberações de cruzados novos, cujo efeito sobre o consumo e, por essa via, sobre a inflação, preocupava o Governo. Porém tal queda não pode redundar em taxas negativas de juros reais, sob pena de se elevar o patamar inflacionário da economia.

Os fatores explicativos da evolução da base monetária em outubro foram condicionados pelo retorno de demanda de ativos domésticos. Os principais fatores expansionistas foram as operações com o setor externo, nas quais o Banco Central recomprou as divisas vendidas ao público em setembro, que liberaram recursos no valor de Cr$ 21,4 trilhões, e a assistência financeira de liquidez, de Cr$ 1,1 trilhão. Esta diminuiu em relação ao mês anterior mas permanece concentrada no segmento de intermediários financeiros governamentais, não acarretando problema para o restante do sistema bancário.

Os principais fatores contracionistas foram as operações com títulos públicos federais, com impacto de Cr$ 15 trilhões, e as contas do Tesouro Nacional, que apresentaram um superávit de Cr$ 1,9 trilhão para efeito de impacto monetário (tabela 2). Se a intenção for reverter o processo de aceleração das emissões monetárias, é de se esperar nos dois últimos meses do ano maior esforço de colocação de títulos públicos por parte do Banco Central, tendo em vista a provável redução do saldo de caixa do Governo federal que pode chegar a apresentar déficits em razão de pesados desembolsos com o pagamento do 13º salário e a isonomia salarial do funcionalismo.

Novamente, observa-se que o término da liberação de cruzados novos não ensejou aperfeiçoamento significativo da política monetária. Os agregados monetários seguem apresentando taxas de expansão incompatíveis com a queda da inflação. Já mencionamos a evolução de M1 e da base monetária em outubro. Os agregados monetários mais amplos, que incluem títulos e depósitos de curto prazo e alta liquidez, também apresentaram taxas de crescimento superiores à inflação. Nesse mês, os saldos de M2, M3 e M4 tiveram acréscimos de 26,4%, 27% e 25,3%, respectivamente (tabela 3). O encaixe transacional por excelência da economia brasileira, o M1 acrescido dos FAF, teve um incremento de 26% em outubro.

Os ativos de risco renderam o esperado, em condições de juros reais em queda e elevada incerteza quanto aos rumos da política econômica. Em outubro, o ouro e dólar paralelo tiveram seus preços reduzidos em 5,8% e 4,6%, em termos reais, ao passo que os índices bursáteis cairam 2,19% (BVSP) e 1,7% (BVRJ) (tabela 4).

Até o momento, o novo Governo não foi capaz de definir claramente como vai enfrentar os problemas de inflação, recessão e desemprego, vale dizer, como será a sua política de curto prazo. A política monetária, como não poderia deixar de ser, sofre também os efeitos da indefinição governamental. Centrada no tabelamento das taxas de juros nas aplicações de curtíssimo prazo (e não no controle dos agregados monetários), desconectada da política cambial, que continua inundando a economia com recursos estrangeiros e exigindo vendas maciças de títulos públicos com o objetivo de esterilizar a entrada desses recursos, vai produzindo os impactos esperados na economia, ou seja, uma recessão inútil porquanto logicamente incapaz de reduzir a inflação. ■

Próximos Lançamentos da Editora da FGV

Comunicação em Prosa Moderna

Othon M. Garcia

15ª edição

Obra consagrada no ensino da Língua Portuguesa, em sua mais nova edição.

Maiores informações:

Editora/FGV
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ

Tels.: (021) 551-0698
e 551-1542 r. 107/110

Política fiscal

LIA ALT PEREIRA*

UMA vez mais o superávit de caixa do Tesouro Nacional demonstra um equilíbrio artificial. No mês de outubro, o resultado positivo foi de Cr$ 70,9 bilhões contra Cr$ 2.130,3 bilhões de setembro.

Em setembro, para conseguir maior superávit, não foram repassados os recursos do PIS/Pasep, sendo então realizados em outubro dois repasses, no montante de Cr$ 1,5 trilhão. Aliado a uma compressão nas despesas de custeio e investimento, esse fato explica em parte o resultado de outubro e a diferença entre os resultados dos meses de outubro e setembro.

O déficit de caixa próximo de Cr$ 1 trilhão será inevitável no mês de novembro, o que poderá repetir-se em dezembro. Mesmo assim, o Governo fechará o ano com superávit, uma vez que o saldo acumulado nos 10 primeiros meses foi de aproximadamente Cr$ 5 trilhões.

Em novembro e dezembro, o Governo tem pesados pagamentos com pessoal e encargos por causa do desembolso com o 13º salário e a isonomia salarial.

A transferência do lucro do Banco Central para o Tesouro, em janeiro, poderá ser o aporte que o Governo necessitará para manter o equilíbrio de caixa.

A receita corrente orçamentária da União apresentou uma queda em outubro, em relação a setembro, de 19,53%, ligeiramente superior à da despesa corrente que foi de 18,22%.

Alguns impostos mostram recolhimento positivo em relação ao mês anterior: imposto de renda, imposto de importação, IPI e IOF. Os impostos arrecadados cresceram 4,36% em termos reais, enquanto a contribuição para o Finsocial continua com arrecadação bem abaixo da esperada. Entretanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal, ao considerar constitucional a cobrança dessa contribuição das empresas prestadoras de serviço, criou a possibilidade de estendê-la às demais empresas.

Se confirmada a constitucionalidade do Finsocial, esse fato poderá alterar o projeto de reforma fiscal em discussão.

Do total da despesa no mês de outubro, os gastos com pessoal representaram 20,64%, transferências para estados e municípios 20,71%, juros e encargos de dívida interna, 6,49%. Nas despesas de capital, a amortização da dívida interna correspondeu a 26,51%, e os empréstimos por conta do orçamento das operações oficiais de crédito a 4,44%.

Com o novo Governo, a proposta orçamentária para 1993 foi revista e já está sendo analisada no Congresso Nacional sem alterações quanto ao montante de receita/despesa (US$ 231,5 bilhões) mas com mudanças na realocação dos recursos, elevando para cerca de US$ 60 bilhões os recursos da área social: previdência, assistência social, saúde e educação.

A reprogramação dos gastos reflete as prioridades do novo Governo, e todos os valores do orçamento estão expressos em cruzeiros de abril de 92:

Bem-estar social

Cancelamento de um programa de Cr$ 210 bilhões, intitulado "minimização de vulnerabilidade das cidades"; esse montante terá sua aplicação prevista em habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana. O Ministério do Bem-Estar

Tabela 1 – Despesas mais relevantes – previsão (% do PIB)

Pessoal	2,94
Serviço da dívida	40,40
Encargos	2,81
Amortizações	37,58
Transferências constitucionais a estados e municípios	2,70
Investimentos	1,51

Fonte: Projeto de lei do Orçamento.

Obs.: Vale notar que no item serviços da dívida, o subitem amortização inclui as correções monetárias e cambial do endividamento público.

1. Receita do Tesouro – proposta orçamentária de 1993 (%)



Tabela 2 – Brasil – Execução orçamentária do Tesouro Nacional – 1991-92 – em Cr$ milhões de out. 92

Discriminação	Janeiro a outubro		Var. real	Out. 92
	1991	1992	1992-1991	Set. 92
Receita corrente bruta	316.137.101	308.306.929	-2,48	-19,53
Receita corrente líquida	314.184.634	306.208.113	-2,54	-19,46
Receita tributária líquida	303.406.539	282.621.053	-6,85	-19,58
Incentivos fiscais	1.952.233	2.089.755	7,04	-28,98
Restituições	234	9.061	3779,18	-
Receita tributária bruta	305.359.006	284.719.869	-6,76	-19,66
Impostos	165.281.114	161.944.327	-2,02	4,36
Imposto de renda	89.307.416	83.462.471	-6,54	4,95
Imposto de importação	9.318.340	10.195.907	9,42	7,81
IPI	52.408.120	51.157.701	-2,39	4,85
IOF	12.617.579	14.921.186	18,26	3,29
Outros *	1.629.658	2.207.062	35,43	-28,96
Taxas	880.500	1.097.549	24,65	-18,85
Contribuições	139.197.391	121.677.993	-12,59	-45,24
Finsocial	42.114.779	30.017.246	-28,73	-46,64
Cont. soc. s/luc. pes. jur.	9.383.160	13.083.355	39,43	13,51
PIN	781.547	925.840	18,46	-32,36
Proterra	1.170.671	1.235.496	5,54	-37,76
PIS/Pasep	26.748.107	24.585.764	-8,08	12,20
Contrib. plano seg. servid.	2.949.890	1.907.394	-35,34	70,79
Outras contribuições	56.049.237	49.922.898	-10,93	-87,83
Receita patrimonial	2.952.958	9.924.758	236,10	-56,47
Outras receitas correntes	7.825.137	13.662.302	74,60	-14,92
Receita de capital	177.785.410	497.676.781	179,93	68,63
Operações de crédito	29.749.326	407.705.178	1270,47	108,68
Amortiz. de empréstimos	22.632.811	11.234.509	-50,36	-28,45
Outras receitas de capital	21.202.929	78.691.991	-35,07	46,29
Alienação	4.200.343	45.103	-98,93	-63,33
Total da receita líquida	491.970.044	803.884.894	63,40	12,21
Total da receita bruta	493.922.511	805.983.710	63,18	12,00

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional (Siafi).
* Inclui os incentivos fiscais nos dados mensais.

Social alterou os critérios de distribuição das verbas, passando a população e a renda *per capita* a determinarem os valores a ser distribuídos entre os estados.

Saúde

Retiraram-se Cr$ 2,15 trilhões do Inamps, que foram alocados na aquisição e distribuição de medicamentos (Cr$ 960 bilhões), no Sistema Único de Saúde (Cr$ 1,06 trilhão) e na administração hospitalar (Cr$ 3,2 bilhões). A dotação antes destinada ao Inamps seria para o pagamento de internações na rede hospitalar e atendimento ambulatorial.

Educação e desportos

A dotação para construção de Ciac's de Cr$ 1,25 trilhão perdeu Cr$ 158,6 bilhões que foram reprogramados para a modernização de escolas técnicas, aquisição de instrumental de ensino e pesquisa das universidades federais, entre outras.

Minas e energia

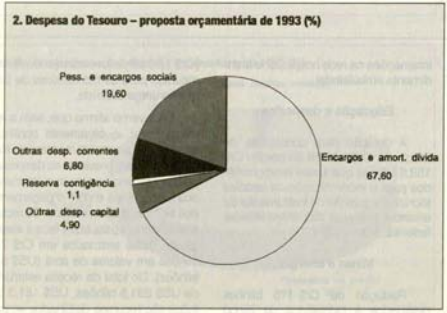
Redução de Cr$ 115 bilhões destinados à hidrelétrica de Xingó (Cr$ 1,53 trilhão), remanejando esses recursos para as hidrelétricas de Samuel e Jorge Lacerda.

O Governo afirma que, sem a reforma fiscal, o orçamento continua sendo um instrumento meramente formal. Não foram previstas as despesas para o próximo ano, com a isonomia dos funcionários e com o pagamento dos 147% aos aposentados. Os recursos adicionais para fazer face a esses gastos estão estimados em Cr$ 7,2 trilhões em valores de abril (US$ 5,6 bilhões). Do total da receita estimada de US$ 231,5 bilhões, US$ 161,3 bilhões são recursos destinados ao pa-

Tabela 3 – Brasil: Execução orçamentária do Tesouro Nacional – 1991-92 – em Cr$ milhões de out. 92

Discriminação	Janeiro a outubro		Variação real 1992/1991	Out.92
	1991	1992		Set.92
1 - *Despesas correntes*	311.087.171	236.082.111	-24,11	-18,22
Pessoal e encargos	105.860.629	81.957.372	-22,58	-38,41
Transf. para instituições privadas	964.835	380.759	-60,54	-33,27
Transf. intragovernamentais	79.558.668	73.695.905	-7,37	-2,51
Transf. para estados e municípios	94.499.678	56.733.603	-39,96	15,42
Transf. ao exterior	6.135	8.545		162,38
Juros e encargos da dívida interna	9.132.609	11.575.737	26,75	-17,18
Juros e encargos da dívida externa	8.600.043	5.270.727	-38,71	-64,30
Outras despesas correntes	12.464.574	6.459.464	-48,18	25,76
2 - *Despesas de capital*	174.459.583	438.846.447	151,55	11,41
Obras e instalações	1.117.950	1.223.351	9,43	23,67
Equip. e material permanente	1.225.183	572.691	-53,26	-30,63
Outras despesas	5.639.314	328.734	-94,17	-72,32
Transf. Intragovernamentais	1.383.021	7.065.920	410,90	-30,31
Transf. para estados e municípios	353.536	2.271.272	542,44	-83,84
Transf. para instit. privadas	15.428.392	5.132	107,66	-64,85
Outras inversões financeiras	25.211.160	14.390.159	-6,73	43,03
Concessão de empréstimos	2.472	12.042.751	-52,23	1,94
Amortização da dívida interna	18.217.757	35.541.062	95,09	81,60
Correção monetária e cambial	88.995.572	356.179.341	300,22	28,04
Amortização da dívida externa	16.885.226	9.226.034	-45,36	-71,34
3 - *Total da despesa* (1 + 2)	485.546.754	674.928.558	39,00	-8,23

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional (Siafi).



gamento de dívidas interna e externa, ou seja, 67,4%.

O montante dos recursos ordinários que consta do projeto de lei, se comparado à expectativa de realização no ano em curso, registra uma queda real de 7%.

No que se refere ao orçamento de investimento, deu-se prioridade a projetos já em andamento e com menores prazos de maturação incluídos no plano plurianual PPA. Assim, os investimentos das estatais prevêem um montante de Cr$ 26.672,3 bilhões, correspondentes a 3,1% do PIB.

A geração de recursos próprios deverá responder por 65,3% dos investimentos das empresas estatais. ■

* Economista do IBRE/CEEG.
Dados de 25.11.92

Setor externo

LIA VALLS PEREIRA*

O saldo da balança comercial em outubro foi de US$ 1.357 milhões, o que eleva o saldo já acumulado no ano para US$ 12.890 milhões. As exportações registraram o segundo maior valor observado no ano de 1992 – US$ 3.292 milhões – e as importações atingiram o maior valor da série mensal do ano corrente – US$ 1.935 milhões. Na comparação com os resultados do ano de 1991, entretanto, enquanto as exportações apresentam taxas positivas de crescimento de 24% e 10,4% em relação ao mês de outubro e ao acumulado janeiro a outubro, as importações mostram taxas negativas de 13,9% e 4,1%, respectivamente.

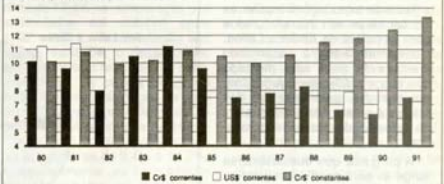
O grande destaque da pauta de exportações no ano de 1992 tem sido o agregado de manufaturados, que explicam 60,1% do total das exportações brasileiras já realizadas em 1992 (tabela 1). A análise da série histórica dos acumulados de janeiro a outubro, a partir de 1980, reforça a maior importância deste agregado no corrente ano. Assim, as exportações totais acumuladas em 1992 constituem o pico da série, sendo 1,3% maiores que o segundo maior valor registrado, em 1989. Da mesma forma, as exportações acumuladas de manufaturados no corrente ano representam o pico da série, mas são 12,4% e 12,7% superiores, respectivamente, ao segundo maior valor da série (1988) e ao acumulado de 1989. Considerando-se que os produtos básicos que participam em 24% no total das exportações declinaram 5,7% e os semimanufaturados com participação de 14,4% cresceram 7%, fica evidente o papel das exportações de manufaturados para explicar o desempenho favorável das vendas externas brasileiras.

A análise dos principais 25 produtos que explicam 56% do total das exportações de manufaturados revela o enorme incremento nas vendas brasileiras de itens da indústria de material de transporte. Assim, na comparação entre os acumulados até outubro de 1992 e 1991, as exportações de automóveis de passageiros cresceram em 130%; a de ônibus de passageiros em 120%; a de veículos de carga em 57%; e a de partes e peças para veículos em 41%. Destacam-se ainda com taxas de crescimento entre 30% e 50% os seguintes produtos: suco de laranja concentrado; pneumáticos; carne de bovino industrializada; gasolina; máquinas de terraplanagem; tecidos de algodão, motores elétricos; e açúcar refinado. Logo, 48% dos principais produtos exportados apresentaram taxas de crescimento superiores a 30%.

Explicam o dinamismo das exportações de manufaturados não só a retração do mercado doméstico e um câmbio relativamente alinhado (a defasagem cambial acumulada medida pelo IPA-PI na base média de 1988 foi de 4,2% e de 9% em relação à cesta de moedas e ao dólar, respectivamente, em outubro), mas também os mercados de destino dos produtos brasileiros.

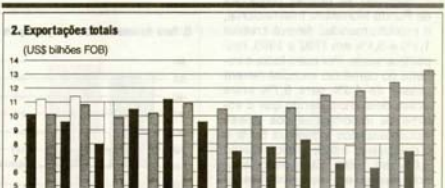
As exportações brasileiras cresceram no presente ano até outubro, em 51,1% para o mercado da

1. Balança de serviços
(US$ bilhões FOB)



Fontes: Contas Nacionais e Boletim do Banco Central do Brasil.

2. Exportações totais
(US$ bilhões FOB)



Fontes: Contas nacionais e boletim do Banco Central do Brasil.

América Latina e Caribe em relação ao mesmo período do ano anterior. Este mercado já explica 22,3% do total das exportações, ultrapassando o mercado da América do Norte que representa 21,3% do total. Nota-se, porém, que os Estados Unidos permanecem como o maior comprador individual das mercadorias brasileiras, explicando 20,2% do total da pauta. Já a Argentina, que representa o principal mercado na América Latina e Caribe, absorve apenas 8,5% do total das vendas externas brasileiras. Cabe ressaltar ainda que, em termos de blocos regionais, a Comunidade Européia representa 30% do total das exportações brasileiras, enquanto o Mercosul explica 8,5% (gráficos 4, 5, 6 e 7).

Os contrastantes ritmos de crescimento das vendas externas brasileiras para os principais mercados, conforme se verifica no gráfico 5, contribuem em parte para o dinamismo das exportações de manufaturados. Tradicionalmente, a pauta de exportações brasileiras concentra-se em manufaturados para os países da América Latina. Considerando-se o acentuado crescimento para este mercado que atinge 119% para a Argentina, por exemplo, este seria um dos fatores a serem destacados, além da questão da recessão doméstica.

A pergunta que imediatamente surge é: será possível manter-se este patamar de exportações para 1993?

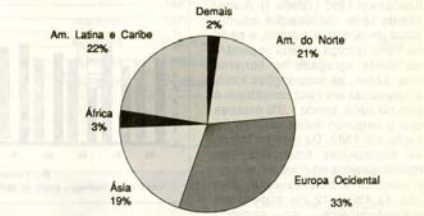
Segundo as últimas projeções do Fundo Monetário Internacional, o produto mundial deverá crescer 1,1% e 3,1% em 1992 e 1993, respectivamente. Por outro lado, o volume do comércio mundial deverá passar de 4,5% para 6,7% entre esses dois anos, sendo que o volume de importações dos países industrializados alcançará 5,1% e o dos países em desenvolvimento 9,6% em 1993. Essa maior taxa nos países em desenvolvimento deriva do maior crescimento do PIB esperado nesses países – 6,2% – em relação ao dos países industrializados – 2,9%. Cabe ressaltar ainda que no grupo dos países em desenvolvimento projetam-se taxas de crescimento do produto para 1993 de: 3,3% (África); 6,6% (Ásia); 8,7% (Oriente Médio e Europa) e 3,9% (Hemisfério Ocidental). Já no grupo de industrializados, as maiores taxas esperadas referem-se ao Canadá (4,4%), Japão (3,8%) e Estados Unidos (3,1%).

Os resultados das exportações brasileiras acumuladas até outubro do corrente ano indicam a Argentina como o segundo maior mercado, precedida pelos Estados Unidos. Para se ter uma idéia do

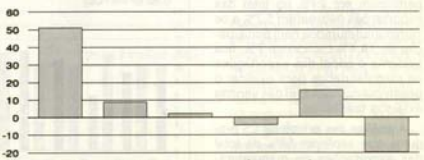
3. Importações totais – (US$ bilhões FOB)



4. Estrutura da pauta de exportações por mercado de destino

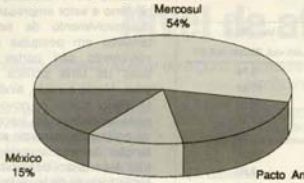


5. Taxa de crescimento nos principais mercados de destino – (Jan.–out.92/jan.–out.91)



Fonte: Decex.

6. Estrutura da pauta de exportações por destino na Aladi



papel desempenhado pelo mercado argentino, do total de US$ 2.759 milhões a mais exportados até outubro de 1992 em relação ao acumulado janeiro a outubro de 1991, 48,9% são explicados por este mercado. As pressões domésticas por mudanças nos rumos da política econômica argentina e as recentes medidas que se traduziram numa desvalorização real do peso argentino indicam a pequena probabilidade de que esse mercado possa ter um desempenho similar para a sustentação do ritmo das exportações brasileiras em 1993. Neste sentido, a manutenção do percentual de 22,2% da região latino-americana na pauta de exportações passará a depender de maior incremento dos mercados mais importantes para o Brasil. Mais especificamente, os mercados mexicano e chileno teriam que apresentar taxas de crescimento de suas importações brasileiras superiores às já observadas até o presente momento. Na comparação dos acumulados até outubro entre 1992 e 1991, registraram-se taxas de 52% e 39,4% para o México e o Chile respectivamente. Essa possibilidade de incremento parece, entretanto, um pouco remota, em especial no caso mexicano. Além de problemas associados ao programa de estabilização que poderão implicar queda no ritmo de crescimento, a eventual entrada em vigor do Nafta (North American Free Trade Agreement) tenderá a uma discriminação ainda mais favorável para importações norte-americanas e canadenses.

Considerando-se as projeções do FMI, os mercados mais dinâmicos entre os países em desenvolvimento estariam na Ásia, Oriente Médio e Europa em 1993. Em relação ao Oriente Médio, as compras brasileiras de petróleo têm ensejado incremento no comércio com os países dessa região. Assim, esta região, que explica 3,7% do total das exportações brasileiras, apresentou um acréscimo de 17,4% na comparação dos acumulados até outubro entre 1992 e 1991. Já em relação aos países asiáticos, o desempenho exportador brasileiro tem-se revelado fraco. Os países do grupo ASEAN, com participação na pauta de 3% e os Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Formosa e Hong-Kong), com 3,9%, apresentaram taxas negativas de 5,4% e 14,7%, respectivamente, na comparação dos acumulados até outubro de 1992 e 1991. Quanto aos países europeus em desenvolvimento, que correspondem basicamente às antigas economias socialistas, a participação na pauta de exportações brasileiras é de apenas 0,9%. Além disso, o incremento do produto dessa região depende de que o período de maior impacto das reformas liberalizantes que provocaram queda no PIB da ordem de 9,7%, em 1991, esteja terminando. Ressalta-se, entretanto, que essa é uma hipótese otimista, pois ainda não é totalmente transparente que os países da Europa Oriental tenham conseguido completar as reformas necessárias para a retomada do crescimento econômico.

Na hipótese, portanto, de que os mercados dos países da América Latina e Caribe, em especial a Argentina, não sejam capazes de manter o mesmo ritmo de absorção das exportações brasileiras em 1993, os mercados dos países industrializados surgem como principais variáveis para o incremento das vendas externas do Brasil.

A queda do produto japonês de 4,4% em 1991 para 2% (projetado), em 1992, pode ser o principal fator para explicar o declínio da participação deste mercado nas exportações brasileiras, que passa de 8,1% (1991) para 6,4% (janeiro a outubro 1992). Considerando-se que o incremento na taxa do PIB esperado para 1993 é de 1,8 ponto percentual em relação a 1992 e na hipótese de manutenção da recessão doméstica brasileira e câmbio alinhado é provável que se elevem as exportações para o mercado ja-

7. Taxa de crescimento para os países da Aladi – (Jan.–set.92/jan–set.91)



Fonte: Decex.

Principais produtos da pauta de exportações brasileiras – janeiro a outubro 1992

	% no total da pauta	Variação % Jan.-out. 92/Jan.-out. 91
Básicos	24,01	-5,74
Minérios de ferro	6,20	-17,82
Soja e farelo de soja	6,84	20,06
Café cru em grão	2,87	-24,17
Fumo em folhas	1,83	-15,05
Carne galo/frango/galinha	1,25	15,02
Demais	5,02	-3,60
Semimanufaturados	14,42	6,98
Alumínio em bruto	2,78	6,07
Semimanuf. de ferro ou aço	2,65	-4,65
Pasta química de madeira	2,02	21,39
Ferro-ligas	1,13	4,05
Couro e peles	1,03	13,66
Demais	4,81	8,75
Manufaturados	50,14	19,44
Laminados planos de ferro ou aço	4,11	-9,75
Calçados, partes e componentes	3,86	3,22
Suco de laranja concentrado	3,14	38,35
Motores de pistão	2,18	-5,47
Automóveis de passageiros	2,20	130,12
Partes e peças p/veículos	2,21	41,17
Veículos de carga	1,76	56,98
Fio-máquina	1,47	13,35
Bombas e compressores	1,25	22,39
Aparelhos transmissores, recep.	1,19	9,21
Demais	36,78	20,84
Total		10,35

Fonte: Balança Comercial CTIC/Decex.
Obs.: O total geral não soma 100 devido às operações especiais.

ponês. Além disso, as medidas introduzidas durante este ano de progressiva liberalização nas importações de suco de laranja poderão beneficiar as vendas brasileiras desse produto para o Japão.

A aceleração esperada do crescimento econômico na Comunidade Européia poderá não se verificar, se persistirem incertezas quanto ao funcionamento do sistema cambial. As expectativas favoráveis ao investimento com a proximidade da entrada em vigor do mercado comum são negativamente afetadas quando, no momento, teme-se que o projeto Europa 92 possa reduzir-se ao desmantelamento somente das barreiras comerciais. Considerando-se o peso do mercado da Comunidade na pauta de exportações brasileiras, este seria um cenário extremamente desfavorável.

A eleição do presidente democrata nos Estados Unidos reforça a previsão de recuperação da economia norte-americana, na medida em que se esperam medidas específicas de incentivos aos investimentos. Por outro lado, teme-se um possível acirramento do protecionismo norte-americano pela implementação de políticas industriais ativas. Considera-se prematuro este diagnóstico. Políticas industriais ativas não devem e não se resumem a práticas de barreiras comerciais. Regulações que promovam a eficiência através da concorrência e articulações entre governo e setor empresarial para o desenvolvimento de setores intensivos em pesquisa e desenvolvimento são partes constitutivas de uma política industrial ativa. Neste sentido, ainda não está claro como o novo governo norte-americano irá traçar o perfil da política de comércio exterior em função de uma estratégia industrial. Além disso, demandas de proteção através de investigações sobre práticas desleais ou acordos voluntários de restrição às exportações têm estado presentes na economia norte-americana, mesmo na vigência de governos republicanos. Deve-se ressaltar ainda que um maior viés protecionista da política comercial norte-americana também dependerá da solução do litigioso com a Comunidade Européia na questão de oleaginosas que cerceia atualmente a continuação da Rodada Uruguai.

Logo, apesar da projeção de maior crescimento no comércio mundial em 1993, existem no momento várias incertezas que afetam principalmente os principais mercados das exportações brasileiras: América Latina, Comunidade Européia e os Estados Unidos. Estratégias de promoção às exportações para o mercado asiático, inclusive a China que vem mantendo um elevado ritmo de crescimento econômico, deveriam ser pensadas, mesmo que apenas possam atenuar os efeitos de um cenário de comércio mundial desfavorável ao Brasil.

Finalmente, caso os países europeus resolvam os problemas de coordenação macroeconômica e não se verifique acirramento do protecionismo norte-americano, é possível esperar patamares similares de exportações entre 1992 e 1993, mantidas as condições vigentes no mercado doméstico brasileiro. ■

*Economista do IBRE/CEEG
Dados de 2.12.1992

Nível de atividade

A recessão persiste, apesar de alguns indicadores apontarem no sentido da recuperação da economia.

MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES*

Para os mais otimistas, as estatísticas recentes indicam reversão do processo recessivo. O indicador do nível de atividades (INA) da Fiesp em outubro último cresceu 3,3% em relação a igual mês do ano anterior, e já acumula uma variação positiva de 5% nestes 10 meses do ano. A utilização da capacidade instalada da indústria de transformação no País subiu dos 73% registrados em julho para 74% em outubro, segundo levantamento da FGV/IBRE/CET. O problema social parece não se estar mais agravando: o Dieese detectou, para outubro, estabilização da taxa de desemprego no mesmo nível do mês anterior (15,5%), enquanto que nas seis principais regiões metropolitanas pesquisadas pela FIBGE, o desemprego caiu de 5,9% em agosto para 5,7% em setembro (mais uma vez, vale lembrar que estes diferentes patamares de desemprego apurados por estes dois institutos devem-se a diferenças de metodologia).

Porém, se observados mais detidamente estes e outros indicadores de nível de atividade, constata-se que ainda não se pode falar em reversão da tendência recessiva.

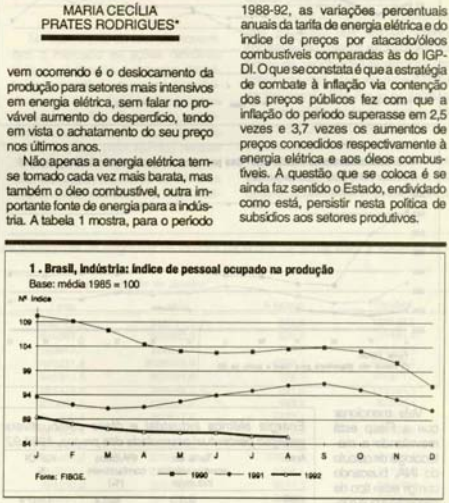
O desempenho positivo do INA (Fiesp) deve ser avaliado com certas restrições. Este indicador é composto por três outros, com ponderações iguais, a saber: total de vendas reais da indústria (para os mercados interno e externo), horas trabalhadas na produção e consumo de energia elétrica na produção. Os dois primeiros vêm apresentando resultados negativos, com queda de -2,4% e -6,1% no acumulado janeiro-outubro deste ano. Assim, é o aumento significativo do consumo de energia elétrica, que subiu 16,3% nestes primeiros 10 meses de 1992 com relação a igual período de 1991, que vem explicando os resultados positivos do INA.

Esta maior utilização de energia elétrica pela indústria paulista não quer significar a reativação da produção, já que as vendas reais da indústria continuam em queda. O que possivelmente vem ocorrendo é o deslocamento da produção para setores mais intensivos em energia elétrica, sem falar no provável aumento do desperdício, tendo em vista o achatamento do seu preço nos últimos anos.

Não apenas a energia elétrica tem-se tornado cada vez mais barata, mas também o óleo combustível, outra importante fonte de energia para a indústria. A tabela 1 mostra, para o período 1988-92, as variações percentuais anuais da tarifa de energia elétrica e do índice de preços por atacado/óleos combustíveis comparadas às do IGP-DI. O que se constata é que a estratégia de combate à inflação via contenção dos preços públicos fez com que a inflação do período superasse em 2,5 vezes e 3,7 vezes os aumentos de preços concedidos respectivamente à energia elétrica e aos óleos combustíveis. A questão que se coloca é se ainda faz sentido o Estado, endividado como está, persistir nesta política de subsídios aos setores produtivos.

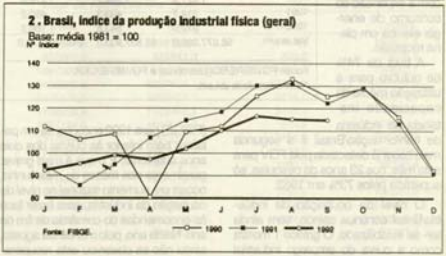
1 . Brasil, indústria: índice de pessoal ocupado na produção

Base: média 1985 = 100



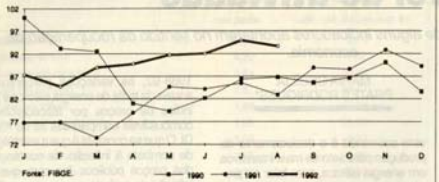
2 . Brasil, índice da produção industrial física (geral)

Base: média 1981 = 100



3 . Brasil, Indústria: índice de salário contratual médio real

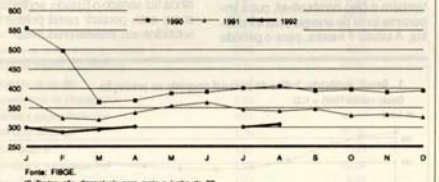
Deflator: INPC. Base: média 1985 = 100



Fonte: FIBGE.

4. Brasil: rendimento médio real* das pessoas ocupadas no trabalho principal

Deflator: INPC (Cr$ 1.000 de jan. 92)



Fonte: FIBGE.
(*) Dados não disponíveis para maio e junho de 92.

Vale mencionar que a Fiesp está reavaliando a metodologia de cálculo do INA, buscando corrigir esse tipo de distorção a que o índice ficou sujeito com a expansão do consumo de energia elétrica em plena recessão.

A taxa de 74% de outubro para a utilização média da capacidade instalada da indústria de tranformação/Brasil é a segunda mais baixa já detectada pela FGV para este mês, nos 23 anos da pesquisa, só superada pelos 73% em 1983.

O nível de ocupação da indústria/Brasil continua caindo, sem ainda ter- se estabilizado. O gráfico 1 mostra como a curva do emprego industrial (FIBGE) para 1992 encontra-se em patamar bem inferior às curvas dos dois anos anteriores. E o que é mais grave: geralmente nos meses de maio/junho, ocorre um aumento sazonal no nível de ocupação da indústria, para fazer face às encomendas do comércio de fim de ano. Neste ano, pelo menos até agosto, ainda não se observou esta recuperação. O nível de ocupação em agosto último encontrava-se 10,9% inferior ao de igual mês de 91, e 17,4% menor do que em agosto de 90.

Energia elétrica industrial e óleos combustíveis: variação percentual acumulada dos preços, 1988-92

Anos	Tarifa da energia elétrica industrial	IPA/óleos combustíveis (%)	IGP-DI %
1988	903,3	693,4	1.037,6
1989	1.218,5	1.638,3	1.782,9
1990	1.471,9	1.284,7	1.476,6
1991	514,7	433,3	480,2
1992 *	672,0	543,5	1.166,6
Var. acum.	98.677.086,0	65.537.933,0	248.173.570,0

Fonte: FGV/IBRE/BD(Eletrobrás) e FGV/IBRE/CEP.
* Var. acumulada jan.set.

É importante entender que essa redução na mão-de-obra da indústria deve-se não apenas à recessão em curso, mas também ao processo de reestruturação e modernização da indústria em bases mais eficientes. Tanto é assim, que a produção física da indústria neste ano em relação aos dois anos anteriores caiu relativamente bem menos do que o nível de emprego (gráfico 2). A estagnação da produção observada entre os meses de julho-setembro deveu-se, sobretudo, à insegurança gerada nos segmentos produtivos pelo processo de *impeachment* do Presidente Collor.

Um sinal claro da modernização industrial em curso é a tendência de aumento do salário contratual médio real da indústria/Brasil. O gráfico 3 mostra a superioridade desta curva para 1992, comparada às de 1990 e 1991. Isto evidencia que são os trabalhadores menos qualificados que vêm sendo eliminados do processo produtivo industrial.

Mas, a situação salarial da indústria não representa a realidade salarial do País. Quando se observa a evolução do rendimento médio real (do trabalho principal) das pessoas ocupadas na economia como um todo, constata-se que a tendência tem sido de deterioração nestes últimos três anos (gráfico 4).

A situação do comércio varejista também continua crítica. O faturamento real do comércio geral da região metropolitana de São Paulo (RMSP) registrou queda de -18,8% no acumulado janeiro-outubro de 92, cabendo aí destacar que a maior redução foi no segmento de duráveis (-27,7%). Neste mesmo período, o nível de emprego encolheu em -12% e o salário médio real pago pelo comércio caiu -4,5%.

Recentemente, o Ipea reviu para baixo suas projeções para o desempenho da economia em 1992. A expectativa de maior retração na atividade industrial (-5,1%) associada a um inesperado retrocesso no setor serviços (-0,3%) são os grandes responsáveis pela projeção de -1,5% de queda no produto interno bruto (PIB) para este ano. ■

* Economista do IBRE/CEEG
Dados até 4.12.1992.

Mercado de ações

AILTON COENTRO FILHO

DEPOIS de junho, o mês de novembro foi o pior período de 1992 para o mercado de ações, em termos da rentabilidade média obtida pelos papéis negociados no mercado secundário. Na Bolsa de Valores de São Paulo, o índice Bovespa registrou uma queda de 0,9% no mês correspondendo a uma perda real de 19,75%. No Rio, o índice IBV apresentou uma variação nominal positiva de 2,2% no período, mas uma desvalorização de 17,2% em termos reais.

No acumulado do ano até novembro, o mercado de ações devolveu toda a valorização expressiva do primeiro semestre e agora a lucratividade real do período janeiro/novembro já é negativa. Com efeito, considerando uma inflação acumulada de 910% (medida pelo IGP-M) nesses 11 meses, a variação nominal do índice Ibovespa no período se limitou a 653%, evidenciando uma desvalorização real de 25,5%, na média das ações, para os aplicadores.

A liquidez do mercado também sofreu ao longo dos últimos meses, contrastando com os expressivos volumes de negociação registrados nas bolsas até abril. Naquele mês, a Bolsa de Valores de São Paulo contabilizava uma média diária de negócios da ordem de US$ 120 milhões. Em novembro, essa média caiu abaixo dos US$ 50 milhões, indicando o clima de maior cautela que tem caracterizado os investidores a partir da crise política

Tabela 1 – Mercado de ações: índices e volumes de negócios — índices de fechamento do mês e volumes em Cr$ milhões

Período		Bolsa de Valores do Rio de Janeiro				
		I B V	Total	À vista	A termo	Opções
1991	Outubro	1147	450722,8	348741,1	348,5	101633,2
	Novembro	1151	614287,4	582302,0	500,2	31485,2
	Dezembro	2365	393942,7	324635,1	770,7	68536,9
	Total		4580331,6	3686408,0	6995,1	886928,6
1992	Janeiro	4141	846040,5	650394,8	274,3	195371,3
	Fevereiro	5089	884479,0	765093,3	231,5	119154,1
	Março	6414	610603,9	527757,6	199,9	82646,4
	Abril	8023	807685,6	691627,9	1753,1	114304,7
	Maio	9332	661509,9	574496,1	4013,2	83000,6
	Junho	7605	575423,8	465001,9	10325,2	100096,7
	Julho	10113	506485.3	378428.6	10664.3	117392.4
	Agosto	12484	359382.7	279905.3	8354.1	71123.2
	Setembro	16435	391250.9	326289.6	8540.3	56420.9
	Outubro	17364	422791.7	357485.5	8672.3	56633.9
	Novembro	17751	277749.7	229207.3	7152.8	41389.6

Período		Bolsa de Valores de São Paulo				
		Ibovespa	Total	À vista	A termo	Opções
1991	Outubro	3209	879497,6	769775,1	6114,0	103608,6
	Novembro	3231	537080,0	475841,3	703,2	60535,5
	Dezembro	6078	1047260,3	914691,4	1679,3	130889,7
	Total		9456250,9	8227624,1	39029,7	1189557,6
1992	Janeiro	11207	2178879,0	1955427,6	2835,0	220616,4
	Fevereiro	14498	1758950,9	1605440,1	3423,6	150087,2
	Março	17555	1767134,8	1540018,3	1954,5	225162,0
	Abril	22575	2317294,8	2060093,7	3494,5	253706,6
	Maio	25912	1770301,2	1586440,9	2120,5	181739,8
	Junho	20069	1492858,4	1402737,5	3380,5	86740,4
	Julho	26800	1426642.1	1267012.4	2202.5	157427.2
	Agosto	32671	1125582.0	959138.1	1497.9	164946.0
	Setembro	44494	1303443.1	1086865.8	406.6	216171.1
	Outubro	46173	1155827.4	993087.9	522.5	162217.0
	Novembro	45743	852836.4	765142.6	266.5	87427.4

FGV-100 – nova carteira, a partir de 01.10.92.

Papel	Peso	Papel	Peso
CPN 5	8,7764	SHA 4	0,5109
ITS 4	5,4937	MAG 5	0,4909
ARC 6	4,9710	SGU 4	0,4821
SUZ 4	4,5849	DOCAON	0,4614
BEL 4	4,1285	REP 4	0,4486
CRU 3	3,3474	BOB 4	0,4444
KLA 4	3,2938	TEK 4	0,4289
VAG 4	2,8102	REE 4	0,4127
BRH 4	2,4512	ETE 3	0,3961
PSI 4	2,0678	FLCLAN	0,3810
DUR 4	1,8458	CIC 4	0,3776
CPC 4	1,8387	BAR 4	0,3768
PMA 4	1,8071	CHA 4	0,3549
RPS 4	1,7588	CPF 4	0,3528
MSA 3	1,7462	POM 4	0,3527
MANMON	1,6932	EBE 4	0,3417
MES 4	1,5809	CAB 4	0,3390
COG 4	1,5668	ANP 5	0,3357
RIO 4	1,5070	SID 4	0,3316
VSM 3	1,3933	ART 4	0,3183
PDI 4	1,3857	LIX 4	0,3087
AVI 4	1,3823	EST 4	0,3059
SCO 4	1,3739	MAH 4	0,3016
ALP 4	1,3486	MGE 4	0,2962
ICP 4	1,3263	MVI 4	0,2955
UNIPBN	1,2618	SUL 4	0,2916
BMT 4	1,2067	ILM 4	0,2873
WHMTON	1,2037	PRS 4	0,2790
SAM 4	1,0154	CRE 4	0,2746
PNO 5	0,9988	VGA 4	0,2651
CON 4	0,9514	JBD 4	0,2281
CNF 4	0,8977	FJT 4	0,2250
LAM 4	0,8604	INPRPN	0,2172
GOA 4	0,8262	FCA 4	0,2143
PIP 4	0,8252	PDA 4	0,2132
IVI 4	0,7929	FNV 4	0,2113
FAP 4	0,7881	IGU 6	0,2102
IBA 4	0,7771	CTK 4	0,2046
LEV 4	0,7559	SAG 4	0,1911
TRM 4	0,7493	BCA 6	0,1903
PRB 4	0,7188	IBE 6	0,1764
PTI 4	0,7122	AZE 4	0,1681
BRG 10	0,7017	NAK 4	0,1441
SGASPN	0,7009	BRU 4	0,1440
ANO 5	0,6917	BBC 3	0,0906
EBC 4	0,6837	SERGPN	0,0887
ERI 4	0,6801	FBR 4	0,0879
RPA 4	0,6279	COB 6	0,0836
LUX 4	0,5289	TRF 4	0,0779
FRI 4	0,5159	CBT 4	0,0376

O índice FGV-100, calculado pela FGV, é composto de 100 ações de empresas privadas nacionais não-financeiras. É divulgado diariamente nos jornais: *O Estado de São Paulo* e *Gazeta Mercantil*.



Desempenho do índice FGV-100

No mês	16,17%
No ano	1.311,86%
Em 12 meses	2.076,09%

Data	Fechamento		Máximo		Mínimo	
	Pontos	Variação	Pontos	Variação	Pontos	Variação
03.11.92	47.689	-0,36%	48.078	0,46%	47.617	-0,51%
04.11.92	47.754	0,14%	47.956	0,56%	47.600	-0,19%
05.11.92	47.639	-0,24%	47.894	0,29%	47.595	-0,33%
06.11.92	48.338	1,47%	48.405	1,61%	47.631	-0,02%
09.11.92	47.522	-1,69%	48.360	0,05%	47.489	-1,76%
10.11.92	47.732	0,44%	48.016	1,04%	47.503	-0,04%
11.11.92	49.054	2,77%	49.054	2,77%	47.738	0,01%
12.11.92	49.736	1,39%	49.770	1,46%	49.047	-0,01%
13.11.92	49.935	0,40%	50.033	0,60%	49.744	0,02%
16.11.92	49.982	0,09%	50.105	0,34%	49.791	-0,29%
17.11.92	50.931	1,90%	50.931	1,90%	49.974	-0,02%
18.11.92	51.505	1,13%	51.506	1,13%	50.886	-0,09%
19.11.92	51.304	-0,39%	51.740	0,46%	51.266	-0,46%
20.11.92	52.105	1,56%	52.117	1,58%	51.331	0,05%
23.11.92	52.460	0,68%	52.550	0,85%	52.063	-0,08%
24.11.92	53.119	1,26%	53.162	1,34%	52.539	0,15%
25.11.92	54.372	2,36%	54.372	2,36%	53.102	-0,03%
26.11.92	55.033	1,22%	55.234	1,59%	54.384	0,02%
27.11.92	54.652	-0,69%	55.025	-0,01%	54.639	-0,72%
30.11.92	55.599	1,73%	55.723	1,96%	54.609	-0,08%

Cálculo: Fundação Getulio Vargas – IBRE / FGV-100
Luiz Antonio Amaral Souto
Fonte dos dados: Agência Estado / Broadcast

que culminou com o afastamento do Presidente Collor.

Incertezas voltam a rondar o mercado

Desde a posse do Presidente interino Itamar Franco, o comportamento do mercado acionário vem-se apresentando instável, com acentuada oscilações das cotações dos volumes de negócios.

A composição de um ministério relativamente pouco conhecido no eixo Rio-São Paulo, em particular no caso dos titulares da área econômica, e a ausência inicial de definições claras, quanto às diretrizes de política econômica do novo Governo, alimentaram um clima de crescente incerteza entre os investidores do mercado.

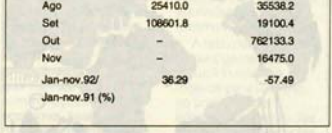
Declarações de certa forma intempestivas do Presidente Itamar Franco, sobre o programa de privatização, o projeto de modernização, a questão das tarifas públicas e a estrutura do sistema financeiro, contribuíram para exacerbar desconfianças entre os agentes econômicos e acentuar instabilidade no mercado de ações.

Questões fundamentais para administração da política econômica, tais como os salários, os juros e os preços públicos, permaneciam até meados de dezembro sem uma definição sobre o que o Governo cogitava em fazer. No início de dezembro, começaram os rumores sobre possível "choque" heterodoxo depois da aprovação do *impeachment* do Presidente Fernando Collor. Conflitos entre os ministros da área econômica e o Presidente interino fortaleciam os boatos que sugeriam a inevitabilidade do "choque" heterodoxo.

Tabela 2 – registro de emissão de ações e debêntures (em US$ mil)

Período	Ações	Debêntures
Jul	115738,7	147993,6
Ago	58111,5	64275,4
Set	55892,7	130287,9
Out	67717,3	226203,6
Nov	93658,4	67954,0
Dez	32172,8	221890,4
Total no ano	815020,2	1063591,3
1992–Jan	152912,6	21034,2
Fev	97639,3	17280,6
Mar	43388,4	21185,9
Abr	112424,3	2041,8
Maio	456182,5	3808,5
Jun	55765,2	132592,1
Jul	14644.9	12550.7
Ago	25410.0	35538.2
Set	106601.8	19100.4
Out	–	762133.3
Nov	–	16475.0
Jan-nov.92/ Jan-nov.91 (%)	36.29	-57.49

1. Bovespa x BVRJ x inflação – taxas de variação percentual mensais



2. Variação diária do índice de fechamento – novembro 1992



Por trás desse quadro de muitas indefinições e de grande confusão, certas perspectivas vão pouco a pouco se cristalizando, dando uma idéia do que poderá vir a ser a política econômica do Governo Itamar Franco em 1993:

• O programa de privatização deverá dar uma guinada com a exigência de aporte de 30% em dinheiro para os compradores e com o exame do Congresso nas privatizações ditas estratégicas. É esperado um ritmo ainda mais lento para o programa.

• A fase de cordialidade entre o Governo brasileiro e o FMI, implementada na administração do Ministro Marcílio, deve dar lugar a um período marcado por um endurecimento na relação entre os dois, sobretudo pela opinião clara do novo Presidente, com relação à política recessiva implementada nos últimos dois anos.

• É de se esperar uma reversão a curto prazo na política de manutenção de elevadas taxas de juros reais. Se isto acontecer como contrapartida a um adequado ajuste fiscal, poderá viabilizar a retomada do processo de crescimento econômico. Entretanto, se os juros cederem sem o suporte de ajuste fiscal, a inflação deverá se acelerar.

O comportamento do mercado de ações nos próximos meses estará associado aos desdobramentos da política econômica a ser implementada a partir de janeiro de 1993. Eventuais mudanças nas diretrizes da política monetária deverão ter influência ponderável nos negócios. ■

Investimento estrangeiro e bolsas de valores

MAURO HALFELD FERRARI ALVES*

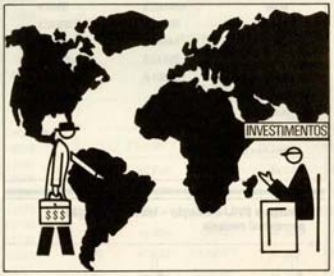
O início da década de 90 assinala uma transformação nas relações internacionais. O reordenamento econômico dos principais países, a formação de mercados regionais e a busca da globalização, tanto nas ações produtivas quanto nas financeiras, tem norteado a trajetória que ora se percorre.

Simultaneamente, o sistema financeiro vivenciou substanciais avanços nos últimos anos. Se, em 1960, os bancos norte-americanos eram essencialmente domésticos, limitando-se aos tradicionais negócios bancários com residentes no país, hoje observa-se forte contraste. Uma agência de um banco americano situada em Londres pode aceitar um depósito em ienes de uma companhia sueca, ou mesmo emprestar francos suíços a um industrial alemão[1].

Este dinâmico mercado, que opera 24 horas por dia e sente a pulsação de cada fenômeno sobre o globo, tem adquirido proporções inimagináveis. Em 1963, os financistas estimavam que o euromercado envolvia US$ 7 bilhões em depósitos; já em 1986, o mesmo objeto era estimado em US$ 3 trilhões.

Por que investidores detêm ativos em outros países? Segundo Fischer Black[2], existem diferentes hipóteses que consideramos a seguir.

Inicialmente, deve-se analisar a situação em que os investidores são mais ricos que seu país, isto é, pouparam além das possibilidades de investimento dentro de suas fronteiras. Nesse caso, os residentes em um país *A* deverão aplicar o excesso de seus recursos em um país *B*, onde a situação seja oposta, isto é, os investidores são mais pobres que o país. Este modelo, ainda que bastante simplificado, justifica as primeiras transferências de capital entre os países do mundo.



Uma segunda hipótese estaria associada às expectativas de retorno que um país é capaz de oferecer ao capital. A obtenção de retornos excepcionalmente elevados sempre estimulou investidores a ultrapassarem suas fronteiras à procura de ações subavaliadas ou com boas perspectivas de valorização. Naturalmente, as relações "risco *versus* retorno" devem ser criteriosamente avaliadas antes de se efetivar as transferências. Nesse sentido, países do Terceiro Mundo freqüentemente oferecem oportunidades de elevados retornos a investidores propensos ao risco. Exemplo desse relato é exposto no gráfico.



Outra possibilidade estaria relacionada com a política fiscal administrada pelos governos. Se um país eleva os impostos sobre o capital (imposto de renda, por exemplo) e outros países não o fazem, então, bens de capital irão deixar o país com maior taxa. Ao contrário, se um país reduzir a taxação, bens de capital entrarão no país.

Diversificação internacional

O desejo de obter os benefícios da diversificação internacional seria outra consistente hipótese. "Um investidor não deve colocar os ovos na mesma cesta." Nesse conselho, repetido sistematicamente pelos financistas, reside o motivo que leva o aplicador a diversificar seu portfólio entre diferentes ativos, inclusive estrangeiros. A lógica da diversificação internacional é a mesma que induz o investidor doméstico a realizar suas inversões entre os diferentes segmentos produtivos de seu país.[3]

A Teoria de Carteiras, fundamentada por Markovitz,[4] explica como um investidor pode reduzir as variações nos retornos de suas aplicações, escolhendo ações que não se movem exatamente juntas. Suponha uma carteira composta por duas ações em que haja uma correlação negativa perfeita. Prova-se que, se as participações das ações na carteira forem inversamente proporcionais aos desvios-padrão das suas rentabilidades, o risco da carteira é eliminado, apesar de permanecer o risco individual de cada ação.

O risco total de cada título pode ser dividido em duas partes: risco sistemático (risco do mercado de ativos como um todo) e risco não-sistemático (risco do ativo em particular).

O risco não-sistemático (*unique risk*) pode ser totalmente eliminado através da diversificação. Uma carteira com cerca de 30 títulos está, em geral, livre desse risco.

Por outro lado, o risco sistemático (*market risk*) não pode ser totalmente eliminado através da diversificação, uma vez que ele está relacionado com variações na economia. Assim, mudanças nas políticas monetária ou fiscal impactam substancialmente os retornos oferecidos pelas ações, contribuindo para a perpetuação do risco sistemático.

Entretanto, quando a diversificação é estendida a diferentes países, parcela substancial do risco sistemático é eliminada. Com o investimento distribuído entre vários países, o risco sistemático que estava vinculado a fenômenos particulares de cada país é reduzido a pequena parcela do risco total de uma ação.

Investimentos externos nas bolsas do Brasil

Período	Ingresso	Retorno	Saldo (US$ milhões)
1991	759,8	188,9	570,8
Jan. 92	314,6	48,7	265,9
Fev. 92	242,4	79,6	162,8
Mar. 92	395,0	68,8	326,2
Abr. 92	398,5	135,5	245,3
Maio 92	380,5	135,5	245,3

Fonte: Banco Central do Brasil.

Obstáculos ao investimento estrangeiro

Em 1984, os investimentos estrangeiros constituíam 7,6% do volume total transacionado nas bolsas de valores dos Estados Unidos. Por outro lado, os investidores americanos detinham, no exterior, o equivalente a 7,9% do mesmo referencial.[1]

A reduzida dimensão desses percentuais induz à busca dos motivos para o atraso no processo de internacionalização dos investimentos em bolsa.

Certamente, um dos mais sólidos obstáculos reside no campo informacional. Existe considerável dificuldade para se obter dados consistentes sobre o desempenho das inúmeras companhias com ações transacionadas em bolsas de valores espalhadas pelo mundo. Adicionalmente, as ineficiências do mercado, a forte concentração em poucos títulos e a reduzida liquidez dos demais atuam como relevantes restrições.

Como os retornos são obtidos em diferentes moedas cuja paridade flutua, o investidor estrangeiro também estará envolvido com o risco cambial. Sinteticamente, pode-se afirmar que esse risco é passível de eliminação através de operações de *hedge* onde o investidor toma empréstimos em moeda do país em que aplicou.

Países que habitualmente expropriam bens de capital (como indústrias, por exemplo) sem compensar seus proprietários com o valor de mercado apropriado, ou onde se mantém a ameaça de uma expropriação no futuro, são avaliados negativamente pela comunidade financeira internacional.

A expropriação pode tomar várias formas: quando um país impõe tetos às taxas de juros oferecidas pelos bancos, os depositantes podem entender esse ato como uma expropriação. Limitar a liberdade de um investidor transferir os dividendos gerados pelo capital investido em um país também pode ser uma forma de expropriação.

Acontecimentos recentes

A imprensa internacional tem comentado amplamente o impacto que o crescente afluxo de capitais estrangeiros tem proporcionado às bolsas de valores latino-americanas. Estima-se que US$ 50 bilhões retornaram à América Latina nos últimos dois anos. Sem dúvida, algo muito significativo para um continente que remeteu US$ 250 bilhões por conta do pagamento de parte de suas dívidas durante a década de 80.

Mesmo os mais ácidos críticos da política liberalizante em curso nos países latinos hão de concordar que o processo de privatização de empresas estatais contribuiu consideravelmente para esse renascimento do mercado financeiro latino-americano.

A propósito, as companhias telefônicas do México e do Chile tornaram-se os mais atraentes papéis lançados nos últimos tempos no mundo. Analogamente, a possibilidade de uma futura privatização da Telebrás transformou suas ações em estrelas das bolsas brasileiras.

Após a liberalização das operações de investidores estrangeiros promovida pelo Governo brasileiro no final de maio de 1991, o ingresso de recursos externos tem sido vigoroso, alavancando fortemente as cotações nas bolsas brasileiras.

O capital estrangeiro canalizado para o mercado brasileiro origina-se não apenas dos investidores institucionais estrangeiros, mas também do capital especulativo internacional, insatisfeito com as deprimidas taxas de juros ora praticadas no Primeiro Mundo.

A tabela informa o montante líquido do investimento externo nas bolsas brasileiras nos primeiros meses de 1992.

Os beneficiários do processo: o caso brasileiro

Mas, no Brasil, quem lucra com isso?

O balanço de pagamentos (enquanto a entrada de capital superar a remessa de dividendos), os tradicionais investidores (fundos de pensão e bancos de investimentos), que assistem à valorização de suas carteiras, e os intermediários. Adicionalmente, as companhias com ações de grande liquidez (*blue chips*) que têm acesso ao mercado e que podem encontrar facilidades em operações de aumento de capital.

Na realidade, faz-se necessário que a "mágica" das bolsas seja estendida ao restante da multidão de empresas nacionais carentes de recursos para alavancar suas operações. Essas empregam a maior parte do capital humano, detêm a incipiente tecnologia nacional e teriam, no mercado acionário, a melhor alternativa para seu desenvolvimento.

Outro potencial beneficiário do investimento direto seria o Estado. Uma mudança nas regras do processo de privatização que atraísse, de fato, o capital estrangeiro, seria alívio para a União. Seus escassos recursos seriam direcionados para obras de infra-estrutura e de assistência social, liberando-a dos pesados aportes de capital para as estatais. Estas, por sua vez, seguindo o exemplo da Telmex (companhia telefônica do México), teriam garantidos seus projetos de expansão e evolução tecnológicas.

Adicionalmente, o Governo mostrou-se pouco competente na administração dos abundantes recursos recebidos durante o "milagre". A nova proposta (investimentos diretos) conta com mais capacidade técnica e interesse para uma correta alocação de recursos.

Importa observar que o País está diante da oportunidade de acabar com seus temores contra o investimento estrangeiro direto. Ao contrário do que se temia, a eterna dependência econômica brasileira não era causada apenas pelo capital estrangeiro. A experiência demonstrou que "ter credores é bem pior que ter parceiros". Por um lado, se os sócios levam embora o lucro, por outro, os credores cobram os juros. No primeiro caso, se houver insucesso, a remessa ao exterior será zero. Mas, no segundo, a remessa terá que ser honrada, a qualquer custo. Enfim: "dos males, o menor".

Conclusões

Vivencia-se momento importante dentro da evolução do sistema financeiro internacional. Certamente os avanços que ora são consolidados proporcionarão ganhos substanciais aos participantes.

Embora o Brasil não seja o prato predileto dentro do variado cardápio dos investidores internacionais, ele ainda tem chances de se mostrar mais atraente. A consolidação do processo de privatização, o corte de tarifas alfandegárias, a implementação de uma reforma fiscal capaz de solucionar os eternos desequilíbrios do setor público revelam-se fundamentais. Em complemento, mudanças nas regras do mercado acionário que exijam maior transparência por parte das companhias e que ampliem os direitos dos acionistas minoritários tornam-se urgentes. Dessa forma, os obstáculos ao ingresso do capital estrangeiro serão gradualmente demolidos. ■

Referências bibliográficas

[1] Krugman, Paul R. & Obstfeld, Maurice. *International Economics*. Glenview, Scott, Foresman, 1988.

[2] Black, Fischer. The Ins and Outs of Foreign Investment. *Financial Analysts Journal*. p. 1-7. May-June 1978.

[3] Lessard, Donald R. *International Finance Handbook*. New York, John Willey & Sons, 1983.

[4] Markovitz, Harry. Portfolio Selection. *The Journal of Finance*, n.1, p.77-91, 1952.

* Professor assistente da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora

Mercado de commodities

LUIZ ANTONIO PINAZZA
LUIZ CARLOS MOURA
IVAN WEDEKIN

Boi gordo

O número de contratos negociados com boi gordo na BM&F apresentou sensível redução no mês de novembro, 739 contra 1.458 no mês anterior. Entre o primeiro e último pregão, a cotação da arroba com vencimento em dezembro passou de US$ 17,60 para US$ 17,80.

Câmbio

Em setembro, foram negociados 455.307 contratos com dólar comercial na BM&F, contra 609.136 no mês anterior. Entre o primeiro e último pregão, a cotação da moeda norte-americana com vencimento em dezembro passou de Cr$ 10.141 para Cr$ 10.047.

Café

O número de contratos negociados na BM&F registrou uma redução de 15% em novembro em relação ao mês anterior, ou seja, 5.887 contra 6.918. A cotação da saca de 60 kg com vencimento em dezembro passou de US$ 72 para US$ 76,80.

Ouro

No mercado disponível de ouro na BM&F, houve ligeira redução no número de contratos negociados em novembro, 986.959 contra 1.077.089 no mês anterior. O preço médio do grama do metal ficou em Cr$ 105.789,50, com uma variação de 25,51% entre o primeiro e o último pregão, enquanto a TR (taxa referencial) variou 22,03%.

Mercado de futuros

No mês de novembro, a BM&F registrou redução no volume de contratos negociados com as principais *commodities*. À exceção do mercado de café e ouro, as cotações das demais *commodities* não apresentaram reações significativas. ■

Tabela 1 – Preços médios dos contratos

Ano/mês	Boi gordo (arroba)	Café (sc. 60 kg)	Dólar médio	Café em US$
1991 – Jan.	2.986,14 fev.	16.785,14 mar.	193,64	14,02
Fev.	–	18.990,63 mar.	221,82	12,84
Mar.	–	22.610,44 mai.	230,27	12,46
Abr.	–	21.253,45 mai.	252,43	9,67
Maio	–	22.432,90 jun.	273,44	8,53
Jun.	–	24.704,61 set.	298,28	7,84
Jul.	–	23.764,13 set.	329,50	6,21
Ago.	–	25.683,50 set.	371,96	5,49
Set.	–	36.821,43 dez.	433,56	6,38
Out.	–	44.950,00 dez.	585,75	76,74
Nov.	–	54.451,50 dez.	743,36	73,25
Dez.	–	75.410,00 mar.	958,12	78,71
1992 – Jan.	–	75.900,00 mar.	1.197,40	63,39
Fev.	–	94.427,22 mar.	1.478,67	63,86
Mar.	–	125.257,00 mai.	1.814,54	69,03
Abr.	–	133.056,62 mai.	2.197,83	60,54
Mai.	–	142.132,18 jun.	2.628,67	54,07
Jun.	–	160.076,39 jul.	3.149,87	50,82
Jul.	–	208.881,76 set.	3.829,18	54,55
Ago.	–	229.613,55 set.	4.680,26	49,06
Set.	–	317.140,07 dez.	5.771,44	54,95
Out.	–	504.826,55 dez.	7.214,90	69,97
Nov.	–	664.128,52 dez.	9.046,84	73,41
Dez.				ERR
Variação em 12 meses				
Nov.	–	1.023,08	–	(8,82)
Dez.	–	1.119,67	–	0,22
Variação em %				
Nov.	–	38,12	–	12,01
Dez.	–	59,18	–	27,33

Fonte: Bolsa de Mercadorias & Futuros (a partir de 17.5.91).

Tabela 2 - Número de contratos negociados

Mês/ano	Boi gordo		Café	
	1991	1992	1991	1992
Jan.	20	39	883	2.251
Fev.		195	573	4.886
Mar.		193	347	3.869
Abr.		266	345	4.372
Maio		309	598	2.441
Jun.		700	367	3.636
Jul.		1.213	1.121	2.110
Ago.		671	999	2.574
Set.			579	3.253
Out.		1.458	341	6.918
Nov.		739	871	5.887
Dez.			648	
Total	20	5.783	7.672	42.197

Fonte: Bolsa de Mercadorias & Futuros (a partir de 17.5.91).

A boa-nova dos fundos de commodities

LAURO VIEIRA DE FARIA

NO âmbito do mercado financeiro, o destaque do segundo semestre de 1992 ficou, sem dúvida, com os fundos de *commodities*.

Instituídos pela Resolução CMN nº 1.912, de 11 de março de 1992 e regulamentados pela Circular nº 2.205 do Banco Central, tais fundos já acumulam um patrimônio agregado de US$ 2,2 bilhões, detendo atualmente a segunda posição no *ranking* patrimonial da indústria de fundos mútuos, que inclui os tradicionais fundos de renda fixa, de ações e os FAF.

As 99 carteiras de *commodities* continuam recebendo aportes significativos de recursos. Até o dia 19 de novembro, segundo informações da *Gazeta Mercantil*, o valor das carteiras teve um aumento de 75%, já descontada a rentabilidade das aplicações.

Qual o segredo dos fundos de *commodities*? Certamente, a ampla flexibilidade na composição das carteiras e o adequado prazo de carência estabelecido pelo Banco Central para enquadramento dos fundos aos limites de aplicação. Esses fatos têm determinado uma rentabilidade atraente e a possibilidade de redução de riscos mediante aplicação em ativos "reais" e indexados ao dólar, que vêm a ser qualidade fundamental na situação presente de grande incerteza na economia.

Vejamos algumas características da regulamentação.

O fundo de investimento em *commodities*, constituído sob forma de condomínio aberto, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em carteira de ativos financeiros vinculados a produtos agrícolas e agroindustriais e outros ativos financeiros, bem assim a realização de operações em mercados organizados de liquidação futura envolvendo contratos referenciados nos mencionados produtos.

A administração de fundos de investimentos em *commodities* poderá ser exercida por banco múltiplo, banco comercial, banco de investimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários ou sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a supervisão e responsabilidade direta do administrador da instituição.

As aplicações do fundo de investimento em *commodities* deverão estar representadas por:

1. 80%, no máximo, em: direitos creditórios vinculados a contratos de exportação (*export notes)* de produtos agrícolas, pecuários e agroindustriais, observado o máximo de 15%; *warrants* representativos de depósitos de produtos agrícolas, pecuários e agroindustriais, desde que com garantia de instituição financeira; certificados de mercadorias, com emissão garantida por instituição financeira.

2. 45%, no máximo, em: títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central; títulos das dívidas públicas estadual e municipal; certificados de depósito bancário, letras de câmbio, letras hipotecárias e debêntures; quotas de fundos de aplicação financeira; e notas promissórias emitidas por sociedades por ações, destinadas à oferta pública.

3. 20%, no máximo, em ações de companhias abertas admitidas à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão regulamentado e autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários.

4. 10%, no máximo, em ouro em barras adquirido em bolsa de mercadorias e de futuros.

O fundo de investimento em *commodities* deverá manter posições em mercados organizados de liquidação futura envolvendo contratos referenciados em produtos agrícolas, pecuários e agroindustriais correspondentes a, no mínimo, 15% do total de suas aplicações.

Finalmente, conforme observado pela Andima, o tratamento tributário dado a estes fundos é o mesmo aplicável aos fundos mútuos de ações, ou seja, a alíquota de imposto de renda é de 25% e incide sobre os ganhos reais, quando o aplicador for pessoa física ou jurídica não-tributada com base no lucro real. Cabe observar que, neste caso, é admitida a compensação de eventuais prejuízos, com os rendimentos auferidos em resgates posteriores, atendidas as condições estipuladas no Art. 11 da instrução normativa do DRF nº 19, de 20.2.92.

Caso se trate de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o pagamento do imposto de renda será efetuado na consolidação dos resultados.

O fundo de *commodities*, certamente, veio preencher uma lacuna importante no sistema financeiro nacional. ■

Seca e guerra na África

LUIZ ANTONIO PINAZZA*

EM 1992, a África setentrional e a Somália experimentaram dramática escassez de alimentos. Os 10 países da África setentrional enfrentaram a maior seca do século. A produção de cereais caiu 46% e houve necessidade de maciças importações. No Leste da África, a Somália padeceu com a seca no meio de uma turbulenta guerra civil. A produção de grãos caiu pela metade e a comunidade internacional teve de quintuplicar o auxílio alimentar em relação aos anos normais.

A maior seca do século

A parte meridional do continente africano teve violenta quebra na colheita da safra de grãos 1991/92, da ordem de 46% em relação ao ano anterior. Esse desastre adveio da forte insolação e baixa precipitação durante o ciclo de produção das lavouras da safra de verão, que vai de setembro a abril.

Do lado da produção vegetal, o milho, que é a principal cultura, teve uma redução de 60%, sendo 77% no Zimbabwe, 62% no Malawi e 60% na África do Sul. A adversidade foi também implacável para com outras explorações importantes, tais como o açúcar, o algodão e o fumo.

Já na pecuária, grandes perdas foram registradas na África do Sul, Nairóbi, Swaziland, Botswana e Zimbabwe. Estimativas apontam que morreram mais de 2,2 milhões de bovinos por falta de água e alimentação. O caso mais extremo é o do Zimbabwe, onde a mortandade atingiu 50% do rebanho. O gado morre no solo duro e seco e os criadores, por absoluta falta de pastagens, são forçados a descartar animais para abate a preços aviltados.

O retrato econômico-financeiro da agricultura é de verdadeira *débacle*. Os agricultores não tiveram produção e estão sem receita e alimentos para a própria subsistência. Os pecuaristas comercializam animais a preços baixos e não dispõem de condições para alimentá-los. A queda na produção e renda do setor é generalizada, quase ninguém se salva.

O impacto da seca aumenta a fome e a miséria nos 10 países que integram a região. Cerca de 1/3 da população foi diretamente afetado. Segundo a FAO, o risco de desidratação, contaminação e doenças envolve 18 milhões de pessoas. Essa situação dramática toca basicamente crianças, gestantes e mulheres em fase de amamentação.

É muito precária a disponibilidade de alimentos na região. A seca foi mais virulenta em Malawi, Moçambique e Zimbabwe, não obstante os outros países terem sido afetados em diferentes doses, como no caso de Angola, Botswana, Lesotho, Namíbia, Swaziland, Zâmbia e África do Sul. Os maiores índices de mortalidade por causa da desidratação e fome estão sendo registrados em Moçambique, onde a guerra civil complica sobremaneira a distribuição dos alimentos importados.

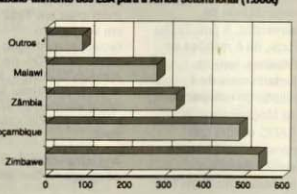
Importações maciças de alimentos

Tradicionalmente, a oferta de alimentos nos países da África meridional é garantida pela produção local, auxílios internacionais e importações comerciais.

Com a severidade da seca, o Zimbabwe e a África do Sul, que são os principais exportadores da região, ficaram sem excedentes. Neste contexto soma-se outro fato negativo: o clima desfavorável de 1991 também prejudicou a produção, tornando os estoques de passagem para 1992 inexpressivos.

O balanço de oferta e demanda de alimentos mostra um quadro agudo de dependência de importações até abril de 1993, quando começa a nova colheita, da qual, aliás, não se pode ter grande, expectativa. Com o

1. Auxílio-alimento dos EUA para a África Setentrional (1.000t)



* Lesotho, Botsuwana, Angola, Swaziland e Namibia.

deslocamento da população rural, a falta de sementes e outros insumos, a perda de animais, a desestruturação do transporte e a salinização dos campos irrigados, houve queda na área plantada e a produtividade está severamente comprometida.

As projeções mostram que as importações de alimentos durante 1992 alcançaram volume jamais visto – cerca de 12 milhões de t. Para 1993, estima-se uma quantidade somente um pouco menor.

De acordo com a SADC – Southern Development Community, uma organização criada em 1980 para promover a cooperação econômica e o desenvolvimento agrícola entre os 10 países da região, até final de julho de 1992 a comunidade internacional tinha colaborado com US$586 milhões em assistência alimentar.

Já a Usaid – United State Agency For Internacional Development, em relatório de setembro de 1992, confirmava auxílio para a região de US$ 473 milhões. Para 1993, os EUA prometem uma ajuda de 380 mil t de milho, no valor de US$ 33 milhões, além de outras colaborações da ordem de US$ 108 milhões.

As dificuldades extrapolam as importações

Somente a internalização de alimentos não significa que o abastecimento alimentar da população esteja garantido. Os países são carentes em infra-estrutura de armazenagem e transporte. Em



decorrência, o quebra-cabeça da logística de distribuição torna-se mais complicado à medida que exaurem as ofertas domésticas e tornam mais premente a necessidade de importações. A velocidade do atendimento nas regiões de acesso mais difícil não ocorre no tempo desejado, o que aumenta o pânico e o desespero da fome.

Dos países afetados pela estiagem, cerca de seis deles estão no interior do continente e dependem fundamentalmente do transporte de trens e caminhões, para fazer com que o alimento chegue aos locais de abastecimento, desde os portos marítimos de África do Sul, Moçambique e Tanzânia.

Para piorar ainda mais a situação, existem ainda as escaramuças civis em Malawi, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. Isso cria maiores obstáculos para que a distribuição dos alimentos alcance os domicílios, principalmente os rurais.

Em Malawi, aumenta cada vez mais a necessidade de alimentos. À população local, de 6 milhões de pessoas, tem-se juntado mais de 1 milhão de refugiados de Moçambique. A SADC estima que correntemente estejam sendo liberadas mensalmente 8 mil t de alimentos, para uma necessidade de 55 mil. É um estopim de pólvora aceso.

A falta de água é outro problema sério, em particular em Zimbabwe, Moçambique e Namíbia. A disseminação de doenças, tais como disenteria, cólera e infecções respiratórias, cresce entre a população, a qual está em extrema vulnerabilidade do ponto de vista sanitário. O estado é de calamidade pública, com o uso dos ambientes coletivos (escolas, hospitais, fábricas etc.) sendo proibido ou racionalizado, quando possível.

Os estragos diretos e indiretos provocados pela seca sobre as economias nacionais destruíram os programas de ajustamento estruturais que estavam sendo levados em Zâmbia, Zimbabwe e Malawi. Apesar dos auxílios internacionais, a escassez de alimentos corrói a reserva cambial com importações comerciais, pressiona a inflação e aumenta o déficit público. O desempenho econômico do Zimbabwe em 1992 foi um verdadeiro desastre: a inflação saltou para 30% no primeiro semestre, a balança comercial ficou negativa em US$ 960 milhões e o PIB caiu 10%.

A guerra aumenta a desgraça na Somália

A Somália está localizada no Leste da

África e faz fronteira com a Etiópia e o Quênia. A sua população beira 7,5 milhões de habitantes e possui renda *per capita* anual de US$120. A agricultura participa com mais de 50% da formação da renda do país.

Analisando-se a balança comercial de oferta e demanda de cereais do país, observa-se normalmente uma produção de 500 a 600 mil t nas duas principais lavouras: milho e sorgo. A importação alcança cerca de 200 mil t, sendo a metade na forma de auxílio externo. Nos anos 80, em média, dos auxílios recebidos em alimentos, os EUA participaram com 40% e a CE com 37%.

Em anos normais, os cereais respondem por 45% na dieta do país. O consumo energético diário do cidadão é baixo, de apenas 1.900 calorias. Esta média representa 90% da quantidade mínima recomendada pela FAO e corresponde a cerca de 75% e 50%, respectivamente, do consumido pelos países desenvolvidos e os EUA.

Desde a renúncia do Presidente Said Barre, em janeiro de 1991, deflagrou-se a guerra civil no país, por causa dos conflitos étnicos existentes entre as tribos. Nesse quadro beligerante, somou-se a seca, aumentando a escassez de alimentos, principalmente nas áreas do sul e de centro.

Desde novembro de 1991, as fontes oficiais vinham alertando que a generalização da fome era um risco iminente, diante da menor produção e dos problemas ligados a sua distribuição. A guerra tem arrasado domicílios e campos agrícolas de produção. Os estoques de alimentos disponíveis



estão deteriorando-se, e as áreas com sistemas de irrigação sendo destruídas. A produção de cereais em 1991 e 1992 ficou em torno de 257 mil t, quase a metade do que se obtém em anos considerados normais.

Atualmente, o sistema de saúde pública está em completo colapso. As doenças se espalham pelos quatro cantos. Os números são assustadores:

- 4 milhões de pessoas precisam de ajuda urgente;
- 1,5 milhão de pessoas estão em condições de alto risco de sobrevivência;
- morre 1 de cada 4 crianças com menos de 5 anos;
- 3 mil pessoas morrem diariamente.

É, sem dúvida, uma das maiores tragédias a que o mundo tem assistido recentemente. Para se ter uma idéia da sua intensidade, é importante lembrar que, na da Etiópia de 1984/85, morreram 1 milhão de pessoas de uma população de 40 milhões.

A falta de ajuda para a Somália decorre da morosidade das ações dos organismos de auxílio internacionais, do colapso da estrutura de distribuição interna e dos saques dos estoques de alimentos. Este último é o problema mais sério. Os alimentos desaparecem dos portos e caminhões. Nas áreas de maior risco, onde ocorrem as escaramuças, para movimentar as mercadorias é preciso negociar com os guerrilheiros, que via de regra querem aumentar suas provisões. Isso diminui a oferta interna e aparece o mercado negro. Os preços ficam mais altos e muito acima da capacidade de compra da população.

As coberturas jornalísticas sobre a situação da Somália vêm sensibilizando a opinião pública mundial. A pressão sobre os organismos internacionais aumentaram. A Cruz Vermelha tem ampliado seus esforços na região. O Conselho de Segurança da ONU autorizou o envio de uma tropa de 3.500 soldados para garantir que os alimentos cheguem de fato à população faminta. As ajudas externas estão baseadas em arroz, sorgo e óleos vegetais. Os líderes guerrilheiros são contra a chegada de tropas estrangeiras no país.

De qualquer modo, as expectativas para a Somália são nefastas a curto prazo. O auxílio internacional é o único meio para amenizar o quadro de fome e de doenças. Para 1993, ainda que as condições climáticas sejam favoráveis, a produção de alimentos continuará abaixo do normal. A disponibilidade de insumos é pequena e as áreas de irrigação estão destruídas. Melhores perspectivas somente virão com governo estável e políticas apropriadas, hipótese muito distante da realidade atual. ■

*da Agroceres.

TELE... VISÕES



Este é o tema central do número de dezembro de 1992 da revista o CORREIO DA UNESCO, que apresenta os seguintes artigos:

O GÊNIO SUBVERSIVO DA TELEVISÃO, *Jean-Claude Guillebaud*

NOTÍCIAS
A INFORMAÇÃO COMO ESPETÁCULO, *Mouny Berrah*
UMA TELEVISÃO ALTERNATIVA, *Nathalie Magnan*

VARIEDADES
A EMOÇÃO AO VIVO, *Justine Boissard*

DESENHO ANIMADO
A GERAÇÃO GOLDORAK, *Bétrice Cormier-Rodier e Béatrice Fleury-Vilatte*

TELENOVELAS
EUA: OS PIONEIROS, *Alain Garel*
EGITO: A VIDA PÁRA NA HORA DA NOVELA, *Samir Gharib*
BRASIL, A VERDADE DAS MENTIRAS, *Dinapiera di Donato*

CINEMA
DO FILME AO TELEFILME, *François Garçon*

Informações:
EDITORA/FGV
Praia de Botafogo, 190 — 6.º andar
22.253-900 — Rio de Janeiro — RJ
Tels.: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110

As Contas Nacionais de 1991

O Departamento de Contas Nacionais está divulgando, nesta oportunidade, os resultados das Contas Nacionais consolidadas, com dados revistos para o período 1980 a 1990 e atualizados para 1991.

OS dados de 1991 ainda devem ser considerados como preliminares, pois algumas informações básicas não estão disponíveis, até o momento.

No que se refere aos resultados revistos da década de 80, estão resumidas, a seguir, as principais razões de tais revisões e seus reflexos em relação à série divulgada pelo IBGE, em 1991.

Agropecuária – Os novos resultados para o ano de 1985, que apresentam valores superiores aos anteriormente divulgados, incorporam os dados definitivos do Censo Agropecuário para todas as Unidades da Federação. Na versão anterior, não estavam disponíveis os resultados dos Censos da Agropecuária de alguns estados.

Indústrias extrativa mineral e de transformação – O ano de 1980 sofreu pequena correção no cálculo do valor da produção, o que ocasionou diferenças nos valores já conhecidos. Para o ano de 1985, os dados são os mesmos já publicados.

Comércio e outros serviços – Devido ao método adotado para seu cálculo, as alterações nos valores adicionados dessas atividades refletem as revisões efetuadas na agropecuária e nas indústrias extrativa mineral e de transformação.

Para as demais atividades e para os outros componentes das Contas Consolidadas, poucas e eventuais correções foram introduzidas. Referem-se, particularmente, ao ano de 1990, já que os valores divulgados em 1991 eram ainda preliminares, para vários agregados das Contas Nacionais.

Neste documento, as participações das atividades, medidas na tabela 7A, referem-se ao produto interno bruto a custo de fatores e, não mais a esse agregado acrescido da imputação dos serviços de intermediação financeira. A mudança permite neutralizar, na comparação entre anos, a influência da variação dessa imputação financeira total nas participações das atividades.



Análise dos resultados

O início do ano de 1991 caracterizou-se por forte retração da atividade econômica, como reflexo das medidas do Plano Collor II, anunciadas em janeiro. No segundo trimestre, a perspectiva de aumento da demanda interna, motivada pelas expectativas de liberação dos cruzados e de recuperação dos salários reais, bem como a definição de uma política monetária menos ativa possibilitaram reverter o processo de queda, com a recomposição dos estoques

industriais e a recuperação de várias atividades como construção civil, comércio e transportes. O desempenho da economia brasileira, no segundo semestre, estabilizou-se em um quadro recessivo, com duas forças atuando em sentidos opostos: a demanda interna reprimida e o crescimento acentuado das vendas externas.

Os comentários, a seguir, sobre os resultados de 1991 restringem-se, tão-somente, aos aspectos de maior relevância, sem abordagens analíticas mais exaustivas, por considerar que os relatórios do PIB trimestral, ao longo do ano, já contêm as análises mais detalhadas.

Atividades econômicas

Na análise das tabelas 7 e 7A, chama a atenção a queda da participação da atividade instituições financeiras, no produto interno bruto, que passa de 12,3% em 1990, para 8,1%, em 1991. Dentre as múltiplas razões dessa queda, destacam-se: o fim das operações compromissadas com as pessoas físicas e jurídicas não-financeiras; a desaceleração da taxa inflacionária no ano, reduzindo os ganhos com o imposto inflacionário; e a queda do *spread* bruto obtido pelos bancos comerciais e múltiplos.

Por outro lado, observa-se um aumento real das atividades aluguéis e outros serviços. Esse aumento deve ser visto com cautela, pois pode estar influenciado pelo método tradicional da estimativa, passível de revisão.

Formação bruta de capital fixo

A taxa de investimento (formação bruta de capital fixo/PIB), a preços correntes, recuou em 2,6 pontos percentuais, em relação ao ano anterior. A preços de 1980, a taxa de investimento continua sua trajetória descendente, apresentando a menor taxa do período (15,2%) e queda de 0,8 ponto percentual em relação a 1990. A maior queda da taxa, a preços correntes, revela menor variação dos preços dos bens de capital em relação ao deflator implícito, sobretudo das máquinas e equipamentos nacionais.

Administrações públicas

Analisando os dados da tabela 8, verifica-se uma variação real negativa da receita tributária em cerca de 10%. Credita-se essa queda da receita real à arrecadação desfavorável dos tributos federais, prejudicada, entre outros fatores, pela desindexação dos pagamentos dos tributos. Acresce, ainda, o excepcional resultado do IOF em 1990, conseqüência do plano de estabilização, o que contribuiu para elevar a base de comparação.

Embora tenha havido perda real na receita tributária, a redução das despesas evitou o crescimento do déficit em conta corrente. Isso deve-se, particularmente, à continuidade da política de contenção do endividamento mobiliário do Governo federal, iniciada em março de 1990.

Produto interno bruto

O comportamento das atividades econômicas traduziu-se em modesta *performance* do PIB real: 0,9%, em relação a 1990. Este resultado, *vis à vis* o crescimento populacional, explica a variação negativa do PIB real *per capita*.

Notas

As unidades monetárias foram convertidas para representação atual, ou seja um cruzeiro atual corresponde a um cruzado novo, a mil cruzados ou a um milhão de cruzeiros do período anterior a fevereiro de 1986 (Cr$ 1,00 = NCz$ 1,00 = Cz$ 1.000,00 = Cr$ 1.000.000,00 pré-1986). Assim, trata-se apenas de eliminação de dígitos na representação de valores, e não de uma apresentação a preços constantes. Quando se tratar de preços constantes de um ano-base, isto está claramente especificado na tabela.

As diferenças eventuais apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento dos dados.

Os números apresentados nesta versão para população residente, incorporam os primeiros resultados, ainda bastante preliminares, do Censo Demográfico de 1991. Os reflexos nos resultados *per capita* do sistema são expressivos, mas devem ser utilizados com cautela, já que o IBGE ainda não concluiu a apuração do Censo Demográfico de 1991.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE

Departamento de Contas Nacionais

Gilda Maria Cabral Santiago

Equipe técnica

Departamento de Contas Nacionais

Chefe da Divisão de Planejamento:

Eduardo Pereira Nunes

Chefe da Divisão de Síntese:

Heloisa Valverde Filgueiras

Equipe Técnica

Heloisa Valverde Filgueiras (coordenadora)

Carlos Roberto Lavalle Silva

Cláudia Coelho Reis

Diuzamar Francisca dos Santos

Ida Kós

João Carlos de Faria Freitas

Luiz Carlos Coelho

Luiz Guilherme C. Hettenhausen

Marco Cícero N. de P. Maciel

Maria Alice de G. Veloso

Maria das Graças de F. Schurr

Paulo Augusto R. da Silva

Ricardo Ramos Zarur

Samuel Sidsamer

43 200 000 2.750.000

Tabela 1 – Contas consolidadas para a Nação. Conta 1 – Produto interno bruto – 1980-91 – em Cr$ 1.000

	1980[1]	1981	1982	1983	1984	1985[1]
1.1 - Produto interno bruto, a custo de fatores (2.4)	11.254	21.896	44.575	102.092	335.039	1.262.293
1.1.1 - Remuneração dos empregados (2.4.1)	4.340					502.460
1.1.2 - Excedente operacional bruto (2.4.2)	6.914					759.833
1.2 - Tributos indiretos (2.7)	1.674	3.170	6.355	15.024	40.257	146.167
1.3 - Menos: subsídios (2.8)	478	658	1.254	3.106	6.147	21.925
Produto Interno Bruto	12.450	24.408	49.676	114.010	369.149	1.386.535
Consumo final (1.4 + 1.5)	9.838	18.838	39.351	91.621	286.665	1.049.846
1.4 - Consumo final das famílias (2.1)	8.699	16.552	34.294	80.293	254.678	913.400
1.5 - Consumo final das administrações públicas (2.2)	1.139	2.286	5.057	11.328	31.987	136.446
1.6 - Formação bruta de capital fixo (3.1)	2.806	5.627	10.834	21.257	65.197	234.311
1.7 - Variação de estoques (3.2)	55	36	(173)	(1.698)	(4.424)	31.140
1.8 - Exportação de bens e serviços (4.1)	1.121	2.311	3.846	13.393	52.306	169.331
1.9 - Menos: importação de bens e serviços (4.5)	1.400	2.404	4.182	10.563	30.595	98.094
Dispêndio correspondente ao produto interno bruto	12.450	24.408	49.676	114.010	369.149	1.386.535
	1986	1987[2]	1988[2]	1989[2]	1990[2]	1991[2]
1.1 - Produto interno bruto, a custo de fatores (2.4)	3.270.303	10.420.187	78.223.118	1.159.763.240	28.658.302.661	146.544.011.900
1.1.1 - Remuneração dos empregados (2.4.1)						
1.1.2 - Excedente operacional bruto (2.4.2)						
1.2 - Tributos indiretos (2.7)	456.665	1.336.551	9.384.311	136.407.105	4.628.252.722	21.335.041.000
1.3 - Menos: subsídios (2.8)	53.897	183.090	1.056.318	24.414.816	555.561.683	2.888.355.000
Produto Interno Bruto	3.673.071	11.573.648	86.551.111	1.271.755.529	32.730.993.700	164.990.697.900
Consumo final (1.4 + 1.5)	2.882.784	8.623.567	62.388.263	916.299.003	25.151.706.101	130.523.162.003
1.4 - Consumo final das famílias (2.1)	2.491.917	7.220.303	51.522.869	734.942.521	20.093.558.716	106.711.485.003
1.5 - Consumo final das administrações públicas (2.2)	390.867	1.403.264	10.865.394	181.356.482	5.058.147.385	23.811.677.000
1.6 - Formação bruta de capital fixo (3.1)	699.147	2.573.152	19.665.260	314.863.526	7.032.458.599	31.175.543.897
1.7 - Variação de estoques (3.2)	985					
1.8 - Exportação de bens e serviços (4.1)	322.848	1.091.348	9.425.243	104.511.000	2.345.423.000	14.042.553.000
1.9 - Menos: importação de bens e serviços (4.5)	232.693	714.420	4.927.655	63.918.000	1.798.594.000	10.750.561.000
Dispêndio correspondente ao produto interno bruto	3.673.071	11.573.648	86.551.111	1.271.755.529	32.730.993.700	164.990.697.900

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais.
[1] A estimativa da remuneração dos empregados só é possível de ser realizada em anos censitários, quando existem informações para salários e encargos sociais, com qualidade homogênea para todas as atividades econômicas. O excedente operacional bruto inclui a remuneração dos autônomos.
[2] A variação de estoques está incluída no consumo final das famílias.

Tabela 2 – Contas consolidadas para a Nação. Conta 2 – Renda nacional disponível bruta – 1980-91 – em Cr$ 1.000

	1980[1]	1981	1982	1983	1984	1985[1]
Consumo final (2.1 + 2.2)	9.838	18.838	39.351	91.621	286.665	1.049.846
2.1 - Consumo final das famílias (1.4)	8.699	16.552	34.294	80.293	254.678	913.400
2.2 - Consumo final das administrações públicas (1.5)	1.139	2.286	5.057	11.328	31.987	136.446
2.3 - Poupança bruta (3.3)	2.216	4.573	7.733	15.611	60.856	263.956
Utilização da renda nacional disponível bruta	12.054	23.411	47.084	107.232	347.521	1.313.803
2.4 - Produto interno bruto, a custo de fatores (1.1)	11.254	21.896	44.575	102.092	335.039	1.262.293
2.4.1 - Remuneração dos empregados (1.1.1)	4.340					502.460
2.4.2 - Excedente operacional bruto (1.1.2)	6.914					759.833
2.5 - Remuneração de empregados, líquida, recebida do resto do mundo (4.2 - 4.6)	0	0	(10)	(21)	(50)	(153)
2.6 - Outros rendimentos, líquidos, recebidos do resto do mundo (4.3 - 4.7)	(405)	(1.015)	(2.581)	(6.819)	(21.891)	(73.507)
2.7 - Tributos indiretos (1.2)	1.674	3.170	6.355	15.024	40.257	146.167
2.8 - Menos: subsídios (1.3)	478	658	1.254	3.106	6.147	21.925
2.9 - Transferências unilaterais, líquidas, recebidas do resto do mundo (4.4 - 4.8)	9	18	(1)	62	313	928
Apropriação da renda nacional disponível bruta	12.054	23.411	47.084	107.232	347.521	1.313.803
	1986	1987[2]	1988[2]	1989[2]	1990[2]	1991[2]
Consumo final (2.1 + 2.2)	2.882.784	8.623.567	62.388.263	916.299.003	25.151.706.101	130.523.162.003
2.1 - Consumo final das famílias (1.4)	2.491.917	7.220.303	51.522.869	734.942.521	20.093.558.716	106.711.485.003
2.2 - Consumo final das administrações públicas (1.5)	390.867	1.403.264	10.865.394	181.356.482	5.058.147.385	23.811.677.000
2.3 - Poupança bruta (3.3)	628.070	2.516.673	20.768.161	317.769.468	6.792.028.793	30.857.970.250
Utilização da renda nacional disponível bruta	3.510.854	11.140.240	83.156.424	1.234.068.471	31.943.734.894	161.381.132.253
2.4 - Produto interno bruto, a custo de fatores (1.1)	3.270.303	10.420.187	78.223.118	1.159.763.240	28.658.302.661	146.544.011.900
2.4.1 - Remuneração dos empregados (1.1.1)						
2.4.2 - Excedente operacional bruto (1.1.2)						
2.5 - Remuneração de empregados, líquida, recebida do resto do mundo (4.2 - 4.6)	(325)	(3.916)	(30.627)	(337.117)	(10.813.826)	(37.597.068)
2.6 - Outros rendimentos, líquidos, recebidos do resto do mundo (4.3 - 4.7)	(163.065)	(432.252)	(3.388.610)	(38.035.712)	(832.896.128)	(4.207.686.277)
2.7 - Tributos indiretos (1.2)	456.665	1.336.551	9.384.311	136.407.105	4.628.252.722	21.335.041.000
2.8 - Menos: subsídios (1.3)	53.897	183.090	1.056.318	24.414.816	555.561.683	2.888.355.000
2.9 - Transferências unilaterais, líquidas, recebidas do resto do mundo (4.4 - 4.8)	1.172	2.761	24.549	685.772	56.451.148	635.717.718
Apropriação da renda nacional disponível bruta	3.510.854	11.140.240	83.156.424	1.234.068.471	31.943.734.894	161.381.132.253

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais.
[1] A estimativa da remuneração dos empregados só é possível de ser realizada em anos censitários, quando existem informações para salários e encargos sociais, com qualidade homogênea para todas as atividades econômicas. O excedente operacional bruto inclui a remuneração dos autônomos.
[2] A variação de estoques está incluída no consumo final das famílias.

Tabela 3 – Contas consolidadas para a Nação. Conta 3 – Conta de capital – 1980–91 em Cr$ 1.000

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
3.1 - Formação bruta de capital fixo (1.6)	2.836	5.627	10.834	21.257	65.197	234.311
3.1.1 - Construção	1.715	3.554	7.145	14:150	44.052	159.393
3.1.1.1 - Administrações públicas	256	544	983	1.789	5.927	26.066
3.1.1.2 - Empresas e famílias	1.459	3.010	6.162	12.361	38.125	133.327
3.1.2 - Máquinas e equipamentos	1.011	1.884	3.409	6.441	20.206	69.658
3.1.2.1 - Administrações públicas	37	93	205	354	1.404	6.015
3.1.2.2 - Empresas e famílias	974	1.791	3.204	6.087	18.802	63.643
3.1.3 - Outros	110	189	280	666	939	5.260
3.2 - Variação de estoques (1.7)	55	36	(173)	(1.698)	(4.424)	31.140
Formação bruta de capital	2.891	5.663	10.661	19.559	60.773	265.451
3.3 - Poupança bruta (2.3)	2.216	4.573	7.733	15.611	60.858	263.956
3.4 - Menos: saldo em transações correntes com o resto do mundo (4.9)	(675)	(1.090)	(2.928)	(3.948)	83	(1.495)
Financiamento da formação bruta de capital	2.891	5.663	10.661	19.559	60.773	265.451

	1986	1987[1]	1988[1]	1989[1]	1990[1]	1991[1]
3.1 - Formação bruta de capital fixo (1.6)	699.147	2.573.152	19.665.260	314.863.526	7.032.458.599	31.175.543.897
3.1.1 - Construção	493.069	1.848.360	13.199.281	224.147.734	4.668.862.402	21.787.603.230
3.1.1.1 - Administrações públicas	88.797	306.549	2.238.277	31.262.223	904.862.692	3.762.648.000
3.1.1.2 - Empresas e famílias	404.272	1.541.811	10.961.004	192.885.511	3.863.979.710	18.024.955.230
3.1.2 - Máquinas e equipamentos	182.705	658.058	5.955.960	82.548.176	2.142.277.714	8.220.308.614
3.1.2.1 - Administrações públicas	23.975	63.903	495.548	5.892.054	326.380.632	1.520.619.000
3.1.2.2 - Empresas e famílias	158.730	594.155	5.460.412	76.656.122	1.815.897.082	6.699.689.614
3.1.3 - Outros	23.373	66.734	510.019	8.167.616	221.318.483	1.167.632.053
3.2 - Variação de estoques (1.7)	965					
Formação bruta de capital	700.132	2.573.152	19.665.260	314.863.526	7.032.458.599	31.175.543.897
3.3 - Poupança bruta (2.3)	628.070	2.516.673	20.768.161	317.769.468	6.792.028.793	30.857.970.250
3.4 - Menos: saldo em transações correntes com o resto do mundo (4.9)	(72.062)	(56.480)	1.102.900	2.905.942	(240.429.806)	(317.573.647)
Financiamento da formação bruta de capital	700.132	2.573.152	19.665.260	314.863.526	7.032.458.599	31.175.543.897

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais. [1]A partir de 1987 não foi ainda possível estimar a variação de estoques.

Tabela 4 – Contas consolidadas para a Nação. Conta 4 – Transações correntes com o resto do mundo – 1980-91 – em Cr$ 1.000

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
4.1 - Exportação de bens e serviços (1.8)	1.121	2.311	3.846	13.393	52.306	169.331
4.2 - Remuneração de empregados recebida do resto do mundo (2.5 + 4.6)	1	2	2	4	14	43
4.3 - Outros rendimentos recebidos do resto do mundo (2.6 + 4.7)	102	190	363	657	3.066	12.658
4.4 - Transferências unilaterais recebidas do resto do mundo (2.9 + 4.8)	18	34	35	86	352	1.075
Recebimentos correntes	1.242	2.537	4.246	14.140	55.738	183.107
4.5 - Importação de bens e serviços (1.9)	1.400	2.404	4.182	10.563	30.595	98.094
4.6 - Remuneração de empregados paga ao resto do mundo (4.2 - 2.5)	1	2	12	25	64	196
4.7 - Outros rendimentos pagos ao resto do mundo (4.3 - 2.6)	507	1.205	2.944	7.476	24.957	86.165
4.8 - Transferências unilaterais pagas ao resto do mundo (4.4 - 2.9)	9	16	36	24	39	147
4.9 - Saldo das transações correntes com o resto do mundo (3.4)	(675)	(1.090)	(2.928)	(3.948)	83	(1.495)
Utilização dos recebimentos correntes	1.242	2.537	4.246	14.140	55.738	183.107

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
4.1 - Exportação de bens e serviços (1.8)	322.848	1.091.348	9.425.243	104.511.000	2.345.423.000	14.042.553.000
4.2 - Remuneração de empregados recebida do resto do mundo (2.5 + 4.6)	114	374	2.378	13.507	697.011	4.004.907
4.3 - Outros rendimentos recebidos do resto do mundo (2.6 + 4.7)	18.478	38.657	307.138	4.729.771	112.997.035	600.062.217
4.4 - Transferências unilaterais recebidas do resto do mundo (2.9 + 4.8)	2.004	6.434	34.564	744.866	59.286.563	653.331.136
Recebimentos correntes	343.444	1.136.813	9.769.323	109.999.144	2.518.403.609	15.299.971.260
4.5 - Importação de bens e serviços (1.9)	232.693	714.420	4.927.655	63.918.000	1.798.594.000	10.750.561.000
4.6 - Remuneração de empregados pagas ao resto do mundo (4.2 - 2.5)	439	4.290	33.005	350.624	11.510.837	41.601.995
4.7 - Outros rendimentos pagos ao resto do mundo (4.3 - 2.6)	181.543	470.909	3.695.748	42.765.484	945.893.163	4.807.768.494
4.8 - Transferências unilaterais pagas ao resto do mundo (4.4 - 2.9)	831	3.673	10.015	59.094	2.835.415	17.613.418
4.9 - Saldo das transações correntes com o resto do mundo (3.4)	(72.062)	(56.480)	1.102.900	2.905.942	(240.429.806)	(317.573.647)
Utilização dos recebimentos correntes	343.444	1.136.813	9.769.323	109.999.144	2.518.403.609	15.299.971.260

Fonte: Bacen – Departamento Econômico – Divisão de Balanço de Pagamentos.

Tabela 5 – Produto interno bruto, produto interno bruto per capita, população residente e deflator implícito – 1980-91

Anos	Produto interno bruto				População residente em (1000 hab.)[1]
	Em Cr$ 1.000		Índice do produto real		
	Preços correntes	Preços em 1980	Base: 1980 = 100	Variação anual em %	
1980	12.450	12.450	100,0	9,2	118.623
1981	24.408	11.895	95,5	-4,5	120.918
1982	49.676	11.959	96,1	0,5	123.256
1983	114.010	11.546	92,7	-3,5	125.640
1984	369.149	12.153	97,6	5,3	128.070
1985	1.366.535	13.117	105,4	7,9	130.547
1986	3.673.071	14.114	113,4	7,6	133.072
1987	11.573.648	14.621	117,4	3,6	135.646
1988	86.551.111	14.606	117,3	-0,1	138.270
1989	1.271.755.529	15.085	121,2	3,3	140.944
1990	32.730.993.700	14.423	115,8	-4,4	143.670
1991	164.990.697.900	14.559	116,9	0,9	146.449

Anos	Produto interno bruto *per capita*				Deflator implícito	
	Em Cr$ 1000		Índices do produto real		Índices base: 1980 = 100	Variação anual em %
	Preços correntes	Preços em 1980	Base: 1980 = 100	Variação anual em %		
1980	0,105	0,105	100,0	6,8	100	90
1981	0,202	0,098	93,7	-6,3	205	105
1982	0,403	0,097	92,4	-1,4	415	102
1983	0,907	0,092	87,6	-5,3	987	138
1984	2,882	0,095	90,4	3,3	3.037	208
1985	10.621	0,100	95,7	5,9	10.571	248
1986	27.602	0,106	101,1	5,6	26.025	146
1987	85.322	0,108	102,7	1,6	79.156	204
1988	625.957	0,106	100,6	-2,0	592.585	649
1989	9.023.126	0,107	102,0	1,3	8.430.870	1.323
1990	227.820.656	0,100	95,7	-6,2	226.940.493	2.592
1991	1.126.608.566	0,099	94,7	-1,0	1.133.251.474	399

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais.
Nota: População estimada para 1 de julho (estimativa já incluindo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991).

Tabela 6 – Produto interno bruto, produto nacional bruto e renda nacional disponível bruta – 1980-91 – em Cr$ 1.000

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
6.1 - Consumo final	9.838	18.838	39.351	91.621	286.665	1.049.846
6.1.1 - Consumo final das famílias	8.699	16.552	34.294	80.293	254.678	913.400
6.1.2 - Consumo final das administrações públicas	1.139	2.286	5.057	11.328	31.987	136.446
6.2 - Formação bruta de capital	2.891	5.663	10.661	19.559	60.773	265.451
6.2.1 - Formação bruta de capital fixo	2.836	5.627	10.834	21.257	65.197	234.311
6.2.2 - Variação de estoques	55	36	(173)	(1.698)	(4.424)	31.140
6.3 - Exportação de bens e serviços	1.121	2.311	3.846	13.393	52.306	169.331
6.4 - Menos: importação de bens e serviços	1.400	2.404	4.182	10.563	30.595	98.094
Produto interno bruto	12.450	24.408	49.676	114.010	369.149	1.366.535
6.5 - Menos: rendimentos líquidos enviados ao resto do mundo	405	1.015	2.591	6.840	21.941	73.660
Produto nacional bruto	12.045	23.393	47.085	107.170	347.208	1.312.875
6.6 - Menos: trans. unilaterais, líq., ao resto do mundo	(9)	(18)	1	(52)	(313)	(928)
Renda nacional disponível bruta	12.054	23.411	47.084	107.232	347.521	1.313.803

	1986	1987[1]	1988[1]	1989[1]	1990[1]	1991[1]
6.1 - Consumo final	2.882.784	8.623.567	62.388.263	916.299.003	25.151.706.101	130.523.162.003
6.1.1 - Consumo final das famílias	2.491.917	7.220.303	51.522.869	734.942.521	20.093.558.716	106.711.465.003
6.1.2 - Consumo final das administrações públicas	390.867	1.403.264	10.865.394	181.356.482	5.058.147.385	23.811.677.000
6.2 - Formação bruta de capital	700.132	2.573.152	19.665.260	314.863.526	7.032.458.599	31.175.543.897
6.2.1 - Formação bruta de capital fixo	699.147	2.573.152	19.665.260	314.863.526	7.032.458.599	31.175.543.897
6.2.2 - Variação de estoques	985					
6.3 - Exportação de bens e serviços	322.848	1.091.348	9.425.243	104.511.000	2.345.423.000	14.042.553.000
6.4 - Menos: importação de bens e serviços	232.693	714.420	4.927.655	63.918.000	1.798.594.000	10.750.561.000
Produto interno bruto	3.673.071	11.573.648	86.551.111	1.271.755.529	32.730.993.700	164.990.697.900
6.5 - Menos: rendimentos líquidos enviados ao resto do mundo	163.390	436.168	3.419.236	38.372.830	843.709.954	4.245.283.365
Produto nacional bruto	3.509.681	11.137.480	83.131.875	1.233.382.699	31.887.283.746	160.745.414.535
6.6 - Menos: trans. unilaterais, líq., ao resto do mundo	(1.172)	(2.761)	(24.549)	(685.772)	(56.451.148)	(635.717.718)
Renda nacional disponível bruta	3.510.854	11.140.240	83.156.424	1.234.068.471	31.943.734.894	161.381.132.253

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais. [1]A variação de estoques está incluída no consumo final das famílias.

Tabela 7 – Produto interno bruto a custo de fatores, segundo as classes e ramos de atividade econômica e produto interno bruto a preços de mercado – 1980-91 em – Cr$ 1.000

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Agropecuária	1.232	2.407	4.224	12.154	43.267	149.289
Indústria	4.970	9.502	19.921	43.243	145.556	570.159
Extrativa mineral	127	273	563	1.990	10.128	40.826
Transformação	3.812	7.137	14.970	32.251	106.383	424.639
Construção	813	1.685	3.387	6.708	20.880	75.553
Serviços industriais de utilidade pública	218	407	1.001	2.294	8.165	29.141
Serviços	5.923	12.281	25.254	60.265	188.424	702.321
Comércio	1.328	2.441	4.796	10.361	31.524	114.361
Transportes	459	958	2.079	4.678	14.898	53.532
Aéreo	30	57	131	301	1.238	4.241
Ferroviário	49	116	262	595	1.816	6.506
Hidroviário	11	49	120	303	1.122	3.024
Rodoviário	369	736	1.566	3.479	10.722	39.761
Comunicações	111	252	537	1.255	3.904	13.578
Instituições financeiras	936	2.391	4.878	13.404	41.468	156.552
Administrações públicas	781	1.584	3.563	7.752	21.832	95.975
Aluguéis	826	1.843	3.814	10.322	34.832	120.818
Outros serviços	1.482	2.812	5.587	12.493	39.966	147.485
Subtotal	12.126	24.190	49.399	115.662	377.246	1.421.769
Menos: imputação dos serviços de interm. financeira	872	2.294	4.824	13.570	42.207	159.476
Produto interno bruto a custo de fatores	11.254	21.896	44.575	102.092	335.039	1.262.293
Tributos indiretos	1.674	3.170	6.355	15.024	40.257	146.167
menos: subsídios	478	658	1.254	3.106	6.147	21.925
Produto interno bruto a preços de mercado	12.450	24.408	49.676	114.010	369.149	1.386.535

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Agropecuária	374.732	1.076.382	8.251.219	103.666.626	2.989.255.013	15.770.744.188
Indústria	1.471.805	4.763.749	34.146.494	496.212.591	11.040.247.683	54.733.924.292
Extrativa mineral	86.938	230.718	1.499.656	18.085.485	468.111.669	2.471.798.785
Transformação	1.074.488	3.318.071	24.217.582	342.796.267	7.532.843.597	36.620.485.206
Construção	233.718	876.134	6.256.542	106.247.426	2.222.550.061	10.332.200.059
Serviços industriais de utilidade pública	76.661	338.827	2.172.715	28.083.413	816.742.356	5.309.440.242
Serviços	1.671.138	6.164.444	47.990.230	841.341.874	18.250.089.379	87.757.951.559
Comércio	283.047	837.137	6.333.704	90.437.853	2.086.244.979	10.442.023.458
Transportes	136.138	435.920	3.302.654	48.559.574	1.206.184.812	6.347.378.046
Aéreo	10.838	35.072	241.858	3.335.803	60.520.563	204.845.240
Ferroviário	13.346	51.624	399.993	5.713.110	136.353.068	681.183.931
Hidroviário	8.130	20.871	143.847	1.543.428	42.924.647	229.129.778
Rodoviário	103.824	328.353	2.516.956	37.967.233	966.386.534	5.232.219.097
Comunicações	29.040	106.666	923.416	15.103.792	366.123.498	1.669.392.930
Instituições financeiras	260.921	1.609.697	12.085.093	279.441.348	3.527.296.116	11.896.886.245
Administrações públicas	267.338	896.416	6.830.095	123.056.084	3.392.865.224	14.453.608.000
Aluguéis	312.351	1.083.752	9.007.734	136.723.387	4.165.858.960	23.045.948.463
Outros serviços	382.303	1.194.856	9.507.534	148.019.836	3.505.515.770	19.902.714.416
Subtotal	3.517.675	12.004.576	90.387.943	1.440.221.091	32.279.592.074	158.262.620.039
Menos: imputação dos serviços de interm. financeira	247.372	1.584.389	12.164.825	280.457.851	3.621.269.413	11.718.608.139
Produto interno bruto a custo de fatores	3.270.303	10.420.187	78.223.118	1.159.763.240	28.658.322.661	146.544.011.900
Tributos indiretos	456.665	1.336.551	9.384.311	136.407.105	4.628.252.722	21.335.041.000
menos: subsídios	53.897	183.090	1.056.318	24.414.816	555.561.683	2.888.355.000
Produto interno bruto a preços de mercado	3.673.071	11.573.648	86.551.111	1.271.755.529	32.730.993.700	164.990.697.900

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 7A – Produto interno bruto a custo de fatores, segundo as classes e ramos de atividade econômica - 1980-91 – em %

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Agropecuária	10,9	11,0	9,5	11,9	12,9	11,8
Indústria	44,2	43,4	44,7	42,4	43,4	45,2
Extrativa mineral	1,1	1,2	1,3	1,9	3,0	3,2
Transformação	33,9	32,6	33,6	31,6	31,8	33,6
Construção	7,2	7,7	7,6	6,6	6,2	6,0
Serviços industriais de utilidade pública	1,9	1,9	2,2	2,2	2,4	2,3
Serviços	52,6	56,1	56,7	59,0	56,2	55,6
Comércio	11,8	11,1	10,8	10,1	9,4	9,1
Transportes	4,1	4,4	4,7	4,6	4,4	4,2
Aéreo	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3
Ferroviário	0,4	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5
Hidroviário	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2
Rodoviário	3,3	3,4	3,5	3,4	3,2	3,1
Comunicações	1,0	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1
Instituições financeiras	8,3	10,9	10,9	13,1	12,4	12,4
Administrações públicas	6,9	7,2	8,0	7,6	6,5	7,6
Aluguéis	7,3	8,4	8,6	10,1	10,4	9,6
Outros serviços	13,2	12,8	12,5	12,2	11,9	11,7
Subtotal	107,7	110,5	110,8	113,3	112,6	112,6
Menos: imputação dos serviços de interm. financeira	7,7	10,5	10,8	13,3	12,6	12,6
Produto interno bruto a custo de fatores	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tributos indiretos	14,9	14,5	14,3	14,7	12,0	11,6
menos: subsídios	4,2	3,0	2,8	3,0	1,8	1,7
Produto interno bruto a preços de mercado	110,6	111,5	111,4	111,7	110,2	109,8
	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Agropecuária	11,5	10,3	10,5	8,9	10,4	10,8
Indústria	45,0	45,7	43,7	42,7	38,5	37,3
Extrativa mineral	2,7	2,2	1,9	1,6	1,6	1,7
Transformação	32,9	31,8	31,0	29,6	26,3	25,0
Construção	7,1	8,4	8,0	9,2	7,8	7,1
Serviços industriais de utilidade pública	2,3	3,3	2,8	2,4	2,8	3,6
Serviços	51,1	59,2	61,4	72,5	63,7	59,9
Comércio	8,7	8,0	8,1	7,8	7,3	7,1
Transportes	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,3
Aéreo	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,1
Ferroviário	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Hidroviário	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2
Rodoviário	3,2	3,2	3,2	3,3	3,4	3,6
Comunicações	0,9	1,0	1,2	1,3	1,3	1,1
Instituições financeiras	8,0	15,4	15,4	24,1	12,3	8,1
Administrações públicas	8,2	8,6	8,7	10,6	11,8	9,9
Aluguéis	9,6	10,4	11,5	11,8	14,5	15,7
Outros serviços	11,7	11,5	12,2	12,8	12,2	13,6
Subtotal	107,6	115,2	115,6	124,2	112,6	108,0
Menos: imputação dos serviços de interm. financeira	7,6	15,2	15,6	24,2	12,6	8,0
Produto interno bruto a custo de fatores	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tributos indiretos	14,0	12,8	12,0	11,8	16,1	14,6
menos: subsídios	1,6	1,8	1,4	2,1	1,9	2,0
Produto interno bruto a preços de mercado	112,3	111,1	110,6	109,7	114,2	112,6

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais. Nota: A estrutura percentual que consta deste quadro permite conhecer a contribuição de cada atividade (incluída a imputação de serviços de intermediação financeira) para a formação do produto interno bruto a custo de fatores, já que ainda não é possível conhecer, por atividade econômica, o valor dos impostos indiretos líquidos de subsídios.

Tabela 8 — Conta corrente das administrações públicas – 1980-91 – em Cr$ 1.000

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
8.1 - Consumo final das administrações públicas	1.139	2.286	5.057	11.328	31.987	136.446
8.1.1 - Salários e encargos	781	1.584	3.563	7.752	21.832	95.975
8.1.2 - Outras compras de bens e serviços	358	702	1.494	3.576	10.155	40.471
8.2 - Subsídios	478	658	1.254	3.106	6.147	21.925
8.3 - Transferências de assistência e previdência	962	2.016	4.335	9.808	29.977	100.108
8.4 - Juros da dívida pública interna	239	554	1.667	4.953	24.247	153.726
8.5 - Poupança em conta corrente	112	267	(175)	(1.612)	(10.934)	(112.753)
Total da utilização da receita corrente	2.930	5.781	12.138	27.583	81.424	299.452
8.6 - Tributos indiretos	1.674	3.170	6.355	15.024	40.257	146.167
8.7 - Tributos diretos	1.384	2.878	6.416	14.370	43.990	165.304
8.8 - Outras receitas correntes líquidas	(128)	(267)	(633)	(1.811)	(2.823)	(12.019)
8.8.1 - Outras receitas correntes brutas	2.178	5.047	10.571	24.945	79.253	337.139
8.8.2 - Menos: outras despesas de transferências	2.306	5.314	11.204	26.756	82.076	349.158
8.8.2.1 - Transferências intragovernamentais	1.223	2.628	5.438	12.391	36.159	129.752
8.8.2.2 - Transferências intergovernamentais	391	817	1.734	3.857	12.592	58.306
8.8.2.3 - Transferências ao setor privado	646	1.797	3.454	9.259	28.303	144.936
8.8.2.4 - Transferências ao exterior	46	72	578	1.249	5.022	16.164
Total da receita corrente	2.930	5.781	12.138	27.583	81.424	299.452
	1986	1987	1988	1989	1990	1991
8.1 - Consumo final das administrações públicas	390.867	1.403.264	10.865.394	181.356.482	5.058.147.385	23.811.677.000
8.1.1 - Salários e encargos	267.338	896.416	6.830.095	123.056.084	3.392.865.224	14.453.608.000
8.1.2 - Outras compras de bens e serviços	123.529	506.848	4.035.299	58.300.398	1.665.282.161	9.358.069.000
8.2 - Subsídios	53.897	183.090	1.056.318	24.414.816	555.561.683	2.888.355.000
8.3 - Transferências de assistência e previdência	291.715	870.261	6.187.669	94.922.049	2.682.754.748	13.908.558.000
8.4 - Juros da dívida pública interna	391.708	1.147.717	13.920.390	283.856.079	4.916.058.928	5.896.808.000
8.5 - Poupança em conta corrente	(260.530)	(707.488)	(10.809.835)	(254.037.142)	(3.291.923.564)	(609.736.000)
Total da utilização da receita corrente	867.657	2.896.844	21.219.936	330.512.284	9.920.599.180	45.895.662.000
8.6 - Tributos indiretos	456.665	1.336.551	9.384.311	136.407.105	4.628.252.722	21.335.041.000
8.7 - Tributos diretos	471.665	1.356.472	9.484.198	141.466.280	4.244.984.183	18.705.622.000
8.8 - Outras receitas correntes líquidas	(60.673)	203.821	2.351.427	52.638.899	1.047.362.275	5.854.999.000
8.8.1 - Outras receitas correntes brutas	720.860	3.859.407	40.571.557	762.663.679	15.120.484.852	79.955.003.000
8.8.2 - Menos: outras despesas de transferências	781.533	3.655.586	38.220.130	710.024.780	14.073.122.577	74.100.004.000
8.8.2.1 - Transferências intragovernamentais	404.767	1.227.275	12.167.118	188.077.563	7.862.162.565	34.727.498.000
8.8.2.2 - Transferências intergovernamentais	124.119	511.358	4.716.581	62.278.107	2.088.054.070	9.694.205.000
8.8.2.3 - Transferências ao setor privado	214.404	1.812.569	20.527.235	448.346.444	3.910.848.999	27.758.062.000
8.8.2.4 - Transferências ao exterior	38.243	104.384	809.196	11.322.666	212.056.943	1.920.239.000
Total da receita corrente	867.657	2.896.844	21.219.936	330.512.284	9.920.599.180	45.895.662.000

Fontes: FGV – IBRE – Centro de Estudos Fiscais (até 1986). IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 11 – Produto interno bruto e formação bruta de capital fixo – 1980-91— em Cr$ 1.000

Anos	Preços correntes			Preços de 1980		
		FBCF/PIB			FBCF/PIB	
	PIB	FBCF	Em %	PIB	FBCF	Em %
1980	12.450	2.835	22,8	12.450	2.835	22,8
1981	24.408	5.627	23,1	11.895	2.484	20,9
1982	49.676	10.834	21,8	11.959	2.317	19,4
1983	114.010	21.257	18,6	11.546	1.944	16,8
1984	369.149	65.197	17,7	12.153	1.968	16,2
1985	1.386.535	234.311	16,9	13.117	2.141	16,3
1986	3.673.071	699.147	19,0	14.114	2.633	18,7
1987	11.573.648	2.573.152	22,2	14.621	2.603	17,8
1988	86.551.111	19.665.260	22,7	14.606	2.477	17,0
1989	1.271.755.529	314.863.526	24,8	15.085	2.507	16,6
1990	32.730.993.700	7.032.458.599	21,5	14.423	2.304	16,0
1991	164.990.697.900	31.175.543.897	18,9	14.559	2.209	15,2

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 9 – Variação anual do produto real, segundo as classes e os ramos de atividade econômica – 1980-91 – em números índices

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Total	109,23	95,54	100,54	96,55	105,26	107,93
Agropecuária	109,52	107,97	99,51	99,42	103,37	109,96
Produção vegetal	110,10	109,57	96,68	98,21	108,53	113,16
Produção animal	108,60	105,49	104,77	101,52	94,13	103,64
Indústria	109,25	91,13	100,02	94,16	106,61	108,27
Extrativa mineral	112,84	97,52	106,93	115,45	130,48	111,60
Transformação	109,11	89,62	99,82	94,15	106,17	108,34
Produtos minerais não-metálicos	107,74	94,77	97,16	83,70	99,85	107,95
Metalúrgica	112,48	83,00	96,35	97,39	113,78	107,32
Mecânica	114,48	80,33	82,75	86,64	118,77	110,35
Material elétrico e de comunicações	112,30	94,52	102,78	88,95	101,99	119,04
Material de transporte	104,50	77,13	97,05	93,34	104,58	111,73
Madeira[1]						
Mobiliário[1]						
Papel e papelão	111,22	93,11	107,22	101,69	106,84	106,50
Borracha	109,36	85,39	94,01	103,82	107,76	108,51
Couros e peles[1]						
Química	105,02	98,76	108,14	98,50	109,56	106,23
Farmacêutica	111,66	102,61	100,71	92,21	108,86	105,23
Perfumaria, sabões e velas	109,06	101,41	103,56	101,30	98,89	115,93
Produtos de matérias plásticas	114,45	79,10	109,12	89,81	104,28	111,50
Têxtil	106,51	86,28	105,02	89,39	96,38	113,51
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	110,67	99,33	103,02	86,93	102,21	106,40
Produtos alimentares	108,38	102,67	101,31	103,25	99,31	100,22
Bebidas	102,03	92,42	97,62	94,95	99,48	111,03
Fumo	96,13	104,08	104,24	98,28	103,29	111,72
Editorial e gráfica[1]						
Diversas[1]						
Construção	109,04	93,94	97,95	86,04	100,88	106,01
Serviços industriais de utilidade pública	110,50	103,40	106,30	107,80	112,20	110,20
Serviços	109,02	97,58	101,92	99,12	104,05	106,40
Comércio	108,46	93,83	100,34	96,02	103,94	107,40
Transportes	107,49	98,27	101,81	97,80	104,32	106,63
Aéreo	107,66	104,66	106,82	96,11	104,12	109,90
Ferroviário	118,36	93,55	100,28	95,05	116,59	107,01
Hidroviário	97,65	96,29	94,70	95,25	122,20	96,00
Rodoviário	106,55	98,44	101,78	98,36	102,39	106,62
Comunicações	119,90	112,82	116,80	110,97	113,18	118,01
Instituições financeiras[2]		106,64	104,24	105,61	107,73	109,98
Administrações públicas[2]		101,93	101,93	101,93	101,93	101,93
Outros serviços[3]						

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Total	107,60	103,60	99,89	103,28	95,61	100,95
Agropecuária	91,98	114,97	100,84	102,85	96,28	102,62
Produção vegetal	89,88	115,26	98,30	103,19	89,80	101,77
Produção animal	95,78	114,48	105,20	102,30	106,72	103,79
Indústria	111,75	101,05	97,41	102,90	92,01	99,24
Extrativa mineral	103,69	99,25	100,37	103,96	102,73	100,28
Transformação	111,30	100,95	96,59	102,88	90,54	99,29
Produtos minerais não-metálicos	117,24	102,33	95,83	103,82	88,97	101,47
Metalúrgica	111,95	100,43	96,75	105,01	87,38	99,82
Mecânica	121,98	104,03	91,40	104,99	83,14	87,36
Material elétrico e de comunicações	122,58	97,77	95,56	105,67	94,49	95,48
Material de transporte	112,52	89,85	109,08	97,19	84,14	100,33
Madeira[1]						
Mobiliário[1]						
Papel e papelão	110,46	103,62	98,42	105,62	93,75	105,60
Borracha	113,55	103,62	102,14	98,11	95,61	100,83
Couros e peles[1]						
Química	101,46	105,53	96,99	99,71	91,93	104,32
Farmacêutica	122,85	102,37	85,83	104,68	90,29	102,45
Perfumaria, sabões e velas	120,01	112,25	92,15	111,52	94,32	105,31
Produtos de matérias plásticas	121,61	95,80	92,78	112,36	84,39	98,91
Têxtil	113,52	99,41	93,88	100,49	89,89	94,73
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	107,25	90,39	93,23	101,85	86,00	86,78
Produtos alimentares	100,35	106,82	97,63	101,27	101,82	103,98
Bebidas	123,19	96,57	102,40	114,70	102,28	104,99
Fumo	107,46	102,10	100,97	105,11	98,65	101,48
Editorial e gráfica[1]						
Diversas[1]						
Construção	118,39	101,13	97,04	103,28	91,65	96,01
Serviços industriais de utilidade pública	108,30	103,30	105,79	101,82	101,82	104,31
Serviços	108,24	103,27	102,31	103,81	99,17	102,12
Comércio	107,75	102,55	97,41	103,05	93,66	101,12
Transportes	111,25	104,57	104,22	103,37	97,20	102,29
Aéreo	123,61	96,73	103,60	116,48	100,26	100,33
Ferroviário	105,04	100,85	104,46	104,09	87,27	91,23
Hidroviário	111,31	100,56	98,99	103,58	97,90	103,71
Rodoviário	110,95	105,98	104,39	102,05	98,11	103,71
Comunicações	119,63	109,10	110,60	119,17	109,00	119,63
Instituições financeiras[2]	98,26	95,29	100,26	101,37	96,88	91,97
Administrações públicas[2]	101,93	101,93	101,93	101,93	101,93	101,93
Outros serviços[3]	110,15	103,65	104,73	102,96	101,03	99,39

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais. [1]Gêneros da indústria de transformação não incluídos na Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE. [2]O indicador utilizado para esta atividade só é disponível a partir de 1981. [3]Para a atividade de outros serviços, foi utilizada a variação média da economia para os anos de 1981 a 1985, em virtude da não existência de indicadores adequados para o período.

Tabela 10 – Índices de produto real (base: 1980 = 100), segundo as classes e os ramos de atividade econômica - 1980-91

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Total	100,00	95,54	96,06	92,74	97,62	105,36
Agropecuária	100,00	107,97	107,44	106,82	110,42	121,42
Produção vegetal	100,00	109,57	105,93	104,04	112,91	127,77
Produção animal	100,00	105,49	110,52	112,20	105,62	109,46
Indústria	100,00	91,13	91,15	85,83	91,50	99,06
Extrativa mineral	100,00	97,52	104,28	120,39	157,08	175,31
Transformação	100,00	89,62	89,46	84,23	89,42	96,88
Produtos minerais não-metálicos	100,00	94,77	92,08	77,07	76,96	83,07
Metalúrgica	100,00	83,00	79,97	77,88	88,62	95,10
Mecânica	100,00	80,33	66,47	57,59	68,40	75,48
Material elétrico e de comunicações	100,00	94,62	86,97	77,36	78,90	93,92
Material de transporte	100,00	77,13	74,85	69,87	73,07	81,64
Madeira[1]						
Mobiliário[1]						
Papel e papelão	100,00	93,11	99,83	101,52	108,46	115,51
Borracha	100,00	85,39	80,28	83,34	89,81	97,45
Couros e peles[1]						
Química	100,00	98,76	106,80	105,20	115,25	122,43
Farmacêutica	100,00	102,61	103,34	95,29	103,73	109,16
Perfumaria, sabões e velas	100,00	101,41	105,02	106,39	105,20	121,96
Produtos de materias plásticas	100,00	79,10	80,31	77,52	80,84	90,13
Têxtil	100,00	86,28	90,61	81,00	78,07	86,61
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	100,00	99,33	102,33	88,96	90,92	96,74
Produtos alimentares	100,00	102,67	104,01	107,40	106,65	106,89
Bebidas	100,00	92,42	90,22	85,66	85,22	94,62
Fumo	100,00	104,08	108,49	106,63	110,13	123,04
Editorial e gráfica[1]						
Diversas[1]						
Construção	100,00	93,94	92,01	79,17	79,87	84,67
Serviços industriais de utilidade pública	100,00	103,40	109,91	118,49	132,94	146,50
Serviços	100,00	97,98	99,56	96,68	102,68	109,25
Comércio	100,00	93,83	94,15	90,40	93,96	100,92
Transportes	100,00	98,27	100,05	97,85	102,07	108,84
Aéreo	100,00	104,66	111,80	107,45	111,88	122,95
Ferroviário	100,00	93,55	93,81	89,17	103,96	111,25
Hidroviário	100,00	96,29	91,19	86,86	106,14	101,89
Rodoviário	100,00	98,44	100,19	98,55	100,90	107,58
Comunicações	100,00	112,82	131,77	146,23	165,50	195,31
Instituições financeiras	100,00	106,64	111,16	117,40	126,47	139,09
Administrações públicas	100,00	101,93	103,90	105,90	107,95	110,03
Outros serviços[2]	100,00	95,54	96,06	92,74	97,62	105,36

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Total	113,36	117,44	117,32	121,16	115,85	116,94
Agropecuária	111,68	128,40	129,48	133,17	128,21	131,57
Produção vegetal	114,84	132,36	130,11	134,26	120,57	122,70
Produção animal	104,84	120,02	126,26	129,17	137,85	143,07
Indústria	110,71	111,87	108,97	112,13	103,16	102,37
Extrativa mineral	181,77	180,41	181,08	188,25	193,39	193,94
Transformação	107,83	108,85	105,14	108,17	97,94	97,24
Produtos minerais não-metálicos	97,39	99,66	95,50	99,15	88,21	89,51
Metalúrgica	106,47	106,92	103,45	108,63	94,92	94,75
Mecânica	92,07	95,78	87,55	91,91	76,42	66,76
Material elétrico e de comunicações	115,13	112,56	107,56	113,66	107,40	102,55
Material de transporte	91,86	82,54	90,03	87,51	73,63	73,87
Madeira[1]						
Mobiliário[1]						
Papel e papelão	127,60	132,22	130,13	137,44	128,85	136,06
Borracha	110,66	114,66	117,11	114,90	109,86	110,77
Couros e peles[1]						
Química	124,22	131,09	127,14	126,78	116,54	121,58
Farmacêutica	134,10	137,28	117,82	123,33	111,36	114,08
Perfumaria, sabões e velas	146,37	164,30	151,40	168,84	159,25	167,71
Produtos de materias plásticas	109,61	105,01	97,42	109,46	92,38	91,37
Têxtil	100,59	100,00	93,88	94,34	84,80	80,33
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	103,75	93,78	87,43	89,05	76,58	66,46
Produtos alimentares	107,26	114,58	111,87	113,29	115,35	119,94
Bebidas	116,56	112,56	115,26	132,21	135,23	141,97
Fumo	132,22	135,00	136,31	143,27	141,34	143,43
Editorial e gráfica[1]						
Diversas[1]						
Construção	100,24	101,37	98,37	101,59	93,11	89,40
Serviços industriais de utilidade pública	158,66	163,90	173,39	176,20	179,40	187,14
Serviços	118,25	122,11	124,93	129,70	128,63	131,36
Comércio	108,74	111,51	108,62	111,94	104,84	106,01
Transportes	121,09	126,62	131,96	136,42	132,60	135,63
Aéreo	151,98	147,01	152,30	177,40	177,86	178,45
Ferroviário	116,86	117,85	123,11	128,14	111,83	102,02
Hidroviário	113,42	114,05	112,90	116,94	114,48	118,73
Rodoviário	119,36	125,50	132,06	134,76	132,22	137,12
Comunicações	233,65	254,91	281,93	335,98	366,22	438,10
Instituições financeiras	136,67	130,24	130,58	132,36	128,23	117,94
Administrações públicas	112,15	114,32	116,52	118,77	121,07	123,40
Outros serviços[2]	116,05	120,29	125,98	129,71	131,04	130,24

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais.
[1]Gêneros da indústria de transformação não incluídos na Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE.
[2]Para a atividade de outros serviços, foi utilizada a variação média da economia para os anos de 1981 a 1985, em virtude da não existência de indicadores adequados para o período.

Tabela 12 – Formação bruta de capital fixo – máquinas e equipamentos – 1980-91 – em Cr$ 1.000

Anos	Equipamentos nacionais	Equipamentos importados	Total
1980	866	145	1.011
1981	1.669	215	1.884
1982	3.064	345	3.409
1983	5.587	854	6.441
1984	18.120	2.085	20.206
1985	62.876	6.782	69.658
1986	160.694	22.011	182.705
1987	577.075	80.984	658.058
1988	5.420.949	535.011	5.955.960
1989	75.068.522	7.459.654	82.548.176
1990	1.925.958.610	216.319.104	2.142.277.714
1991	6.966.882.150	1.233.426.464	8.220.308.614

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 14 – Produto interno bruto e renda interna bruta a preços constantes de 1980-91 – em Cr$ 1.000

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Consumo final	9.839	9.251	9.594	9.319	9.521	9.792
Formação bruta de capital fixo	2.835	2.484	2.317	1.944	1.968	2.141
Equipamentos nacionais	866	664	580	458	507	564
Equipamentos importados	145	126	99	67	63	77
Construção	1.715	1.611	1.578	1.357	1.369	1.452
Outros	110	83	60	61	28	48
Variação de estoques	55	26	(33)	(176)	(134)	264
Exportação de bens e serviços	1.121	1.360	1.235	1.412	1.722	1.843
Menos: importação de bens e serviços	1.400	1.227	1.153	952	924	924
Produto interno bruto	12.450	11.895	11.959	11.546	12.153	13.117
Influência das relações de troca	0	(208)	(219)	(251)	(202)	(214)
Renda interna bruta	12.450	11.687	11.740	11.295	11.952	12.903
	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Consumo final	11.018	11.207	11.048	11.486	11.266	11.490
Formação bruta de capital fixo	2.633	2.603	2.477	2.507	2.304	2.209
Equipamentos nacionais	729	668	618	584	494	441
Equipamentos importados	97	109	107	118	142	153
Construção	1.719	1.738	1.687	1.742	1.596	1.533
Outros	88	87	64	65	73	83
Variação de estoques	3					
Exportação de bens e serviços	1.648	1.965	2.222	2.335	2.220	2.366
Menos: importação de bens e serviços	1.189	1.154	1.141	1.243	1.368	1.506
Produto interno bruto	14.114	14.621	14.606	15.085	14.423	14.559
Influência das relações de troca	71	(137)	(17)	(281)	(427)	(336)
Renda interna bruta	14.185	14.485	14.589	14.804	13.996	14.223

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 13 – Produto interno bruto a custo de fatores da indústria de transformação, segundo os gêneros de atividade e total do rendimento dos autônomos – 1980-91 – em Cr$ 1.000

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Indústria de transformação	3.812	7.137	14.970	32.251	106.383	424.639
Autônomos	40	86	184	423	1.290	4.681
Estabelecimentos	3.773	7.050	14.786	31.828	105.093	419.958
Produtos minerais não-metálicos	212	381	828	1.469	4.495	17.771
Metalúrgica	430	754	1.526	3.136	11.284	51.020
Mecânica	366	720	1.416	2.740	8.936	39.291
Material elétrico e de comunicações	266	520	1.049	2.147	6.371	33.433
Material de transporte	301	524	1.083	2.647	7.339	26.742
Madeira	97	152	358	486	1.775	6.767
Mobiliário	65	111	249	432	1.434	5.982
Papel e papelão	108	166	406	937	3.753	12.256
Borracha	48	95	226	473	1.714	7.738
Couros e peles	18	31	86	258	957	2.547
Química	553	1.111	2.178	5.515	20.254	72.342
Farmacêutica	65	145	274	603	1.744	6.884
Perfumaria, sabões e velas	38	76	146	284	825	3.188
Produtos de matérias plásticas	89	147	330	671	1.994	9.330
Têxtil	247	446	899	1.805	6.209	25.950
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	190	311	768	1.732	5.211	21.490
Produtos alimentares	415	812	1.762	4.252	14.287	50.522
Bebidas	49	107	217	433	1.244	5.176
Fumo	26	85	161	311	1.023	3.083
Editorial e gráfica	101	201	512	738	2.076	7.489
Diversas	87	154	309	759	2.167	10.957

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Indústria de transformação	1.074.488	3.318.071	24.217.582	342.796.267	7.532.843.597	36.620.485.206
Autônomos	11.909	32.763	269.909	4.268.989	96.927.677	534.362.325
Estabelecimentos	1.062.578	3.285.308	23.947.672	338.527.278	7.435.915.920	36.086.122.881
Produtos minerais não-metálicos	45.856	146.812	1.037.401	14.320.181	315.152.239	1.564.801.561
Metalúrgica	131.243	385.361	2.928.847	39.848.328	797.544.213	4.152.010.930
Mecânica	124.942	420.364	3.019.850	44.553.429	908.665.893	4.190.627.538
Material elétrico e de comunicações	92.325	296.393	2.221.630	31.358.699	638.486.116	2.793.645.897
Material de transporte	65.354	204.552	1.840.920	25.524.993	567.248.460	2.686.945.855
Madeira	18.725	53.394	307.598	4.684.759	94.537.954	405.588.403
Mobiliário	18.096	45.860	287.176	4.378.649	84.450.762	330.883.464
Papel e papelão	30.388	105.958	798.499	13.228.837	256.219.816	1.456.011.475
Borracha	14.848	50.103	384.131	4.579.298	102.583.753	472.049.787
Couros e peles	7.752	18.626	157.592	1.820.392	38.962.803	158.079.400
Química	148.253	476.514	3.345.576	37.166.126	846.039.025	4.397.147.515
Farmacêutica	15.640	48.649	321.468	5.046.750	145.058.536	680.490.215
Perfumaria, sabões e velas	7.513	28.195	246.039	3.819.894	80.167.293	377.663.275
Produtos de matérias plásticas	24.060	81.923	523.816	8.774.756	185.448.933	849.018.107
Têxtil	66.589	180.847	1.213.944	17.777.507	383.266.529	1.799.336.115
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	58.774	145.058	974.435	16.015.189	368.813.051	1.371.765.582
Produtos alimentares	114.246	364.359	2.645.169	36.091.241	943.459.464	4.800.850.511
Bebidas	12.944	37.402	281.901	5.382.008	139.537.729	781.954.910
Fumo	8.038	27.285	210.083	2.702.226	72.609.969	437.348.196
Editorial e gráfica	24.558	70.469	493.266	8.673.959	230.491.138	1.226.732.282
Diversas	32.431	97.184	708.330	12.780.058	237.172.245	1.153.171.874

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais.

A estrutura da produção brasileira à luz das Contas Nacionais

MARIA LÚCIA MORAES LEHWING*

CARACTERÍSTICAS relevantes da evolução relativa dos setores econômicos podem ser obtidas através das nossas Contas Nacionais, mesmo admitindo-se que persiste um significativo nível de agregação nas informações sobre as atividades econômicas.

A lei da participação declinante da atividade agropecuária na renda interna é um fato normal no processo de desenvolvimento econômico. Observando-se a tabela 1, verifica-se tal tendência, com a participação do setor agropecuário decrescendo de 24,9% em 1949 para o patamar de cerca de 11% durante as décadas de 70 e 80. A velocidade de contração da renda deste setor foi alta, mas a estabilidade do nível de participação vem perdurando por mais de 20 anos.

O setor industrial, principalmente a indústria de transformação, atingiu índices elevados de participação no total do esforço de produção em curto período de tempo, saltando de cerca de 26% para o patamar de 40% em pouco mais de 20 anos.

Nem sempre, porém, a perda de renda agropecuária significou ganhos para a renda industrial. Os dados disponíveis mostram que, em períodos de retração ou de desaceleração da atividade econômica, alguns subsetores de serviços se apropriam daquela perda, aumentando seus percentuais, notadamente as atividades de intermediação financeira, como se verá mais adiante.

Com o auxílio de comparações internacionais, é possível prever-se, admitindo-se homogeneidade da metodologia internacionalmente adotada, uma crescente participação dos serviços na renda interna. As economias industriais de mercado, como, por exemplo, Reino Unido, Japão e EUA, apresentam participações percentuais do total de serviços de 62%, 56% e 67%, respectivamente, enquanto que suas contribuições do setor agropecuário são da ordem de 2% a 3% (tabela 2).

Tabela 1 – Brasil – participação setorial na renda interna – 1949-91

Setores	Participação percentual					
	1949	1959	1970[1]	1980[1]	1985[1]	1991[1]
Agropecuária	24,9	19,2	12,3	10,9	11,8	10,8
Indústria	26,0	32,6	38,3	44,2	45,2	37,3
Serviços	49,1	48,2	56,2	52,6	55,6	59,9
Comércio	12,4	14,4	17,5	11,8	9,1	7,1
Interm. financeiros	3,8	3,2	6,4	8,3	12,4	8,1
Transporte e comun.	7,0	6,2	4,6	5,1	5,3	5,4
Governo	6,8	7,1	9,9	6,9	7,6	9,9
Aluguéis	6,3	7,0	9,9	7,3	9,6	15,7
Outros serviços	12,8	10,3	7,8	13,2	11,7	13,6

Fontes: – para os anos de 1949 e 1959, foram utilizadas informações publicadas pela FGV;
– para os anos de 1970, 1980, 1985 e 1991, foi utilizada a série revista publicada pelo IBGE/DECNA.

[1] Estrutura percentual de cada atividade (incluída a imputação de serviços de intermediação financeira) no Produto Interno Bruto a Custo de Fatores.

Com relação ao setor de serviços, no Brasil, já se verifica esta tendência crescente de participação no total da estrutura de produção nos últimos 40 anos.

As dificuldades metodológicas e de cálculo dos agregados macroeconômicos costumam exacerbar-se no caso dos serviços. Por mais complexo que seja um bem material ou por mais que sua qualidade varie ao longo do tempo, é mais fácil mensurar sua produção em valores nominais ou em termos reais do que a produção dos serviços. A quantidade de um serviço não pode ser medida da mesma forma que a quantidade de um bem material, por observação direta, em um determinado momento. Para se quantificar a produção de um serviço, é necessário comparar as condições das pessoas ou dos bens afetados, antes e depois da prestação do referido serviço. Um automóvel completamente reparado pode ser examinado após executado o serviço de reparação, mas a magnitude deste serviço não pode ser medida sem o conhecimento do estado anterior do veículo e qual a importância das reparações necessárias. A

Tabela 2 – Estrutura da produção por setores, segundo países selecionados

Países	Distribuição do PIB (em %)					
	Agricultura		Indústria		Serviços	
	1965	1985	1965	1985	1965	1985
Países de baixa renda						
Índia	47	31	22	27	31	41
China	39	33	38	47	23	20
Paquistão	40	25	20	28	40	47
Países de renda média baixa						
Bolívia	23	27	31	30	46	42
Paraguai	37	29	19	25	45	46
Costa Rica	24	20	23	29	53	51
Países de renda média alta						
Brasil	19	13	33	33	48	54
Argentina[1]	17	13	42	44	42	44
México	14	11	31	35	54	54
Economias industriais de mercado						
Reino Unido	3	2	41	36	56	62
Japão	9	3	43	41	48	56
EUA	3	2	38	31	59	67

Fonte: World Bank.
[1] Os dados referem-se aos anos de 1965 e 1986.

Tabela 3 – Brasil – participação percentual de subsetores selecionados de serviços no total do produto interno bruto a custo de fatores e variação anual do produto real – 1980-91

Anos	Instituições financeiras		Administrações públicas		Outros serviços	
	Partic. no PIB cf (em %)	Variação anual do prod. real (%)	Partic. no PIB cf (em %)	Variação anual do prod. real (%)	Partic. no PIB cf (em %)	Variação anual do prod. real (%)
1980	8,3	–	6,9	–	13,2	–
1981	10,9	6,64	7,2	1,93	12,8	–
1982	10,9	4,24	8,0	1,93	12,5	–
1983	13,1	5,61	7,6	1,93	12,2	–
1984	12,4	7,73	6,5	1,93	11,9	–
1985	12,4	9,98	7,6	1,93	11,7	–
1986	8,0	-1,74	8,2	1,93	11,7	10,15
1987	15,4	-4,71	8,6	1,93	11,5	3,65
1988	15,4	0,26	8,7	1,93	12,2	4,73
1989	24,1	1,37	10,6	1,93	12,8	2,96
1990	12,3	-3,12	11,8	1,93	12,2	1,03
1991	8,1	-8,03	9,9	1,93	13,6	-0,61

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas – Departamento de Contas Nacionais.

mensuração da quantidade de um serviço qualquer é intrinsecamente mais difícil do que a quantificação da produção de um bem, já que a primeira implica avaliar quantitativamente a importância das modificações experimentadas por um bem ou por uma pessoa, e a segunda decorre de contar unidades físicas.

Assim, a forma de se estimarem as rendas apropriadas pelos diversos subsetores de serviços exige do analista uma boa dose de prudência, antes de uma conclusão apressada. Resta, todavia, uma certa margem para suposições relativamente bem fundamentadas.

Da observação da última série de Contas Nacionais, verifica-se que o segmento de instituições financeiras participou com percentuais crescentes do total do produto interno bruto a custo de fatores no período 1980-89, reduzindo sua participação apenas nos anos de 1990 e 1991 (tabela 3).

Considerado internacionalmente uma "indústria difícil" em termos de métodos de avaliação adotados, a principal causa do melhor desempenho relativo do setor financeiro, em fase de desaceleração econômica e/ou recrudescimento inflacionário (como foi a do período 1980-89), é a preferência pela posição de ativos de curtíssimo ou de curto prazo, que o mercado financeiro pode oferecer, enquanto que as atividades diretamente ligadas ao processo produtivo sentem-se pressionadas por custos financeiros em elevação, que podem chegar a restringi-las. Nesta linha de raciocínio, destaca-se ainda a redução da fatia do produto interno bruto a custo de fatores abocanhada pelo segmento instituições financeiras, que decresceu para 8,1% em 1991, ante os 12,3% em 1990. Tal queda de participação deve ser atribuída ao declínio da inflação em 1991, levando à redução do "*spread* bruto" obtido pelos bancos comerciais e múltiplos, limitando seus ganhos.

Entre os vários segmentos do setor serviços, aluguéis e administração pública registraram aumentos de participação no esforço de produção durante os últimos 12 anos, passando de 7,3% e 6,9%, respectivamente, em 1980 para 15,7% e

9,9% em 1991. As possíveis explicações para o significativo aumento de contribuição do segmento aluguéis esbarram na forma indireta como são estimados seus valores anuais. Segundo a última metodologia publicada ("Sistema de Contas Nacionais Consolidadas: Brasil" – IBGE – Decna – Rio de Janeiro, 1989), "definidos os aluguéis médios mensais, por tipo de moradia para 1970 e 1980, esses valores foram interpolados e ajustados com base na evolução do índice geral de preços, conceito disponibilidade interna (fonte: FGV), mesmo indicador utilizado para gerar a série após 1980". O método assim definido, provavelmente, superestimou o valor dos aluguéis residenciais (pagos a terceiros e imputados), tendo em vista que vários planos econômicos adotados após 1980 não permitiram que a inflação plena fosse repassada aos aluguéis residenciais. Uma possível alternativa metodológica seria a aplicação, ano a ano, do índice de preços previsto pela política econômica para aluguéis.

Para o segmento administrações públicas, observa-se que este subsetor apresentou ganhos crescentes de participação percentual no total do PIB a custo de fatores, de 1985 a 1990 (tabela 3), apesar das dificuldades econômicas do País. Tal fato deve estar, provavelmente, relacionado à manutenção do quadro de pessoal empregado pelo Governo (estabilidade do emprego), mesmo em períodos de crise.

Com relação ao subsetor outros serviços, que engloba uma gama imensa de atividades, as recomendações metodológicas internacionais são no sentido de serem avaliadas separadamente. Todavia, no Brasil, dada a atomicidade e diversidade de seus componentes, aliadas à insuficiência de informações disponíveis, foram agregadas em dois grandes grupos, que são as atividades sociais e prestação de serviços. No tocante ao cálculo do produto real do segmento outros serviços, a estimativa é baseada em estatística de taxa de variação anual do pessoal ocupado naquelas atividades, disponíveis a partir de 1985 e incluindo, provavelmente, o mercado informal.

Apesar de todo esforço técnico desenvolvido para ampliar e melhorar as estatísticas sobre o segmento outros serviços, o estágio atual das informações não permite inferir muito sobre o seu desempenho, pelo menos até o presente momento. ■

* Economista do Centro de Estudos de Preços – IBRE.

COMO FOI 1992?

Só poderemos avaliar no início de 1993, mas você encontrará mais elementos para o seu julgamento na Edição Especial de Fevereiro de Conjuntura Econômica, *que apresentará o retrospecto de toda a economia brasileira em 1992 bem como as pespectivas para 1993.*

Esta é, portanto, uma ótima oportunidade para veicular um anúncio de sua Empresa, que será lido por um público selecionado e numeroso, de alto poder aquisitivo.

Solicite informações pelo telefone (021) 240-8521

ESTUDOS HISTÓRICOS

A HISTÓRIA DO BRASIL, VISTA DE UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR



O número 9 da revista Estudos Históricos *apresenta os seguintes temas:*

- Retrato da América quando jovem, Mary del Priori
- *Há cem anos, o quarto centenário: dos horríveis sacrilégios às santas alegrias*, Jaime de Almeida
- *Idolatrias e milenarismos: a resistência indígena nas Américas*, Ronaldo Vainfas
- *O drama da conquista na festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural*, Rachel Soihet
- *O dilema da identidade nacional e do desenvolvimento autóctone em uma era de normas e metas universalistas*, H. C. F. Mansilla
- *Modernização e identidade: as idéias na América Latina*, Eduardo Devéz Valdés
- *América hispânica: documentação e bibliografia*, Eliane Garcindo Dayrell, Francisca L. N. Azevedo e Guillermo Giucci
- *Colombo nos manuais de história: examinando o mito*, Carla R. Phillips e William D. Phillips Jr.
- 1492: um balanço da historiografia francesa, Ronald Raminelli

Malores informações:

Editora/FGV
Caixa Postal: 9.052 – 22272
Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-0698
e 551-1542 r. 107/110

A conta de capital

FERNANDO GALVÃO DE ALMEIDA*
SERGIO GUSTAVO DA COSTA**

A conta de capital do Sistema de Contas Nacionais expressa a evolução da formação bruta de capital fixo (FBCF) do País e de suas fontes de financiamento.

A FBCF representa o valor dos bens duráveis incorporados pelas unidades produtoras residentes no País a fim de serem utilizados, durante um período não inferior a um ano, no seu processo de produção, assim como o valor dos bens e serviços incorporados aos bens de capital fixo visando aumentar a sua vida útil, rendimento ou capacidade de produção e o valor dos serviços ligados à instalação desses bens.

A estrutura da conta de FBCF compreende desagregações segundo o tipo de investimento (construção, máquinas e equipamentos e outros) e o tipo de investidor (administrações públicas, empresas e famílias).

A importância da conta de capital, em termos da relação entre a contabilidade nacional e a teoria econômica, está ligada fundamentalmente a dois fatores: em primeiro lugar, a conta de capital reflete a igualdade macroeconômica entre poupança e investimento, sendo o equilíbrio contábil assegurado pela incorporação dos investimentos não programados em estoques.

É relevante notar que a metodologia empregada pelas Contas Nacionais para a avaliação dos estoques difere da utilizada pela contabilidade geral, uma vez que o objetivo é medir a variação física de estoques e não o seu valor, sendo necessária a efetivação de ajustamentos quando os dados primários são apresentados desta forma. No caso das Contas Nacionais brasileiras, não foi possível, nos últimos cinco anos, estimar a variação dos estoques.

Em segundo lugar, a conta de capital permite uma análise desagregada da composição dos investimentos em capital físico realizados no País, variável que tem uma relação teórica importante com o crescimento do produto agregado.

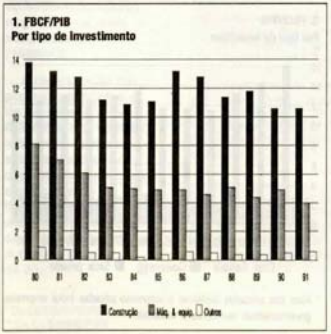
Resultados globais

Os dados referentes à evolução da FBCF em termos reais no período 1980/91 refletem a redução dos investimentos realizados no País durante a década: em nenhum ano, os investimentos totais conseguiram ultrapassar o volume alcançado em 1980.

Os períodos mais críticos foram registrados nos anos em que a economia brasileira foi submetida a programas mais drásticos de ajustamento macroeconômico em função da crise da dívida (1981/84) e da política antiinflacionária do Governo Collor (1990/91).

No que se refere à relação entre a FBCF e o PIB, considerada uma variável fundamental para a determinação do potencial de crescimento do produto agregado, registrou-se, principalmente na última metade da década, um comportamento ambíguo entre as estatísticas calculadas com base nos valores correntes e constantes.

A discrepância entre as duas séries reflete um aumento dos preços relativos dos investimentos *vis-à-vis* os outros preços da economia. Os dados a preços constantes, mais apropriados para quantificar o volume físico de investimentos realizados, indicam a redução da potencialidade de crescimento econômico do País durante o período analisado, ajudando a



Atividade empresarial do governo federal – formação bruta de capital fixo – 1980-91 (preços correntes de 1980 – Cr$ 1.000)

Período	FBCF presas federais 1	FBCF Total 2	(1)/(2) (em %)	Emp. Fed/PIB (em %)
1980	532,5	2.835	18,8	4,3
1981	495,4	2.484	19,9	4,2
1982	475,4	2.317	20,5	4,0
1983	414,7	1.944	21,3	3,6
1984	325,6	1.968	16,5	2,7
1985	319,9	2.141	14,9	2,4
1986	309,7	2.633	11,8	2,2
1987	338,9	2.603	13,0	2,3
1988	310,3	2.477	12,5	2,1
1989	242,2	2.507	9,7	1,6
1990	154,5	2.306	6,7	1,1
1991	202,1	2.209	9,1	1,4

Fontes: FIBGE e FGV/IBRE/CEEG.

entender o significado do termo "década perdida".

Desagregações por tipo de investimento e investidor

A desagregação dos resultados por tipo de investimento mostra que a resposta a políticas macroeconômicas menos restritivas (período 1985/89) deu-se fundamentalmente no âmbito da construção civil, sugerindo que o efeito da crise sobre a base produtiva brasileira (em termos de capital físico) foi ainda maior.

No que se refere à desagregação por tipo de investidor, os dados apresentados demonstram que a queda verificada na FBCF global foi decorrência da redução dos investimentos das empresas e famílias, já que a FBCF das administrações públicas (Governo) experimentou uma recuperação na segunda metade da década. Durante todo o período analisado, no entanto, a FBCF do Governo não ultrapassou os 20% da FBCF total.

Deve-se notar, no entanto, que a FBCF do Governo não incorpora as inversões das empresas estatais, representando apenas uma parcela dos investimentos comandados pelo setor público. A metodologia adotada pelas Contas Nacionais considera a atividade produtiva das empresas estatais assemelhada à das empresas privadas, dando o mesmo tratamento a ambos os tipos de empresa.

Com base em dados compilados pelo CEEG/IBRE/FGV, é possível avaliar o impacto da evolução dos investimentos das empresas estatais federais no total da FBCF.

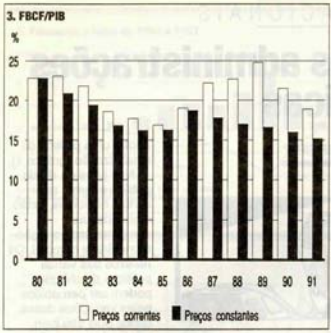


* Além das unidades familiares e empresas privadas inclui empresas governamentais municipais e estaduais.

No ano de 1980, as empresas estatais federais foram responsáveis por 18,8% dos investimentos totais na economia brasileira, representando cerca de 4,3% do PIB a preços constantes. Em 1991 estas empresas investiram cerca de 1,4% do PIB, caindo para 9,1% a sua participação na FBCF global.

Essa drástica redução no nível de inversão das empresas estatais é explicada por uma ampla configuração de fatores, dentre os quais destacam-se: estabelecimento de controles efetivos sobre as empresas estatais a partir da criação, em 1979, da Secretaria de Controle das Empresas Estatais – SEST; estrangulamento das fontes de financiamento internas (limitação dos créditos de longo prazo e cortes de subsídios/transferências do tesouro) e externas (esgotamento do padrão de financiamento externo); redução das tarifas reais, em função da utilização da política de preços das estatais no âmbito da política antiinflacionária, comprometendo a capacidade de autofinanciamento das empresas.

Em face da deterioração da FBCF das empresas estatais



federais, e dada a estabilidade dos investimentos do Governo, o perfil dos dispêndios de capital comandados pelo setor público se alterou em favor deste último no decorrer da década de 80.

Financiamento da FBCF

A conta de capital agrupa o registro das poupanças dos diversos setores institucionais (empresas, famílias, Governo e setor externo) que financiam a FBCF.

Os dados relativos à poupança do Governo apresentaram-se negativos desde 1982 (ver conta corrente das administrações públicas).

A poupança do setor externo, que representava 23% do financiamento global em 1980 e 27,8% em 1982, também reduziu-se gradativamente a partir de 1983, registrando valores negativos no final da década. Em 1991 os recursos externos continuaram retraídos, financiando apenas 1% da FBCF.

Segundo dados do CEEG/IBRE/FGV, a geração própria de recursos (poupança interna bruta) das estatais federais não-financeiras sofreu fortes oscilações no período analisado, apresentando valores negativos nos anos mais recentes (1989/90).

A deterioração das poupanças externa e do Governo (inclusive das empresas estatais) indica que coube ao setor privado arcar com uma parcela mais significante do financiamento da acumulação de capital da economia brasileira durante a década de 80. ■

* Do CEEG/IBRE/FGV
** Do CCE/IBRE/FGV

A SEGUIR...

Revista de Administração Pública 4/92

Redução da pobreza e proteção do meio ambiente: um chamado à Nação,
Lewis T. Preston

Principais resultados da política ambiental brasileira: o setor público,
Cleverson Vitório Andreoli

Implicações ambientais do desenvolvimento da infra-estrutura: saneamento urbano,
Carlos Henrique Abreu Mendes

A crise ambiental urbana brasileira,
Maurício Andrés Ribeiro

Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil,
Eduardo J. Viola e Paulo F. Vieira

Poder local: um tema em análise,
Tânia Fischer

Estado e políticas sociais no Brasil,
Luiz Fernando Rodrigues de Paula

A importação de metodologias administrativas no Brasil — uma análise semiológica,
Maurício Serva

Algumas considerações sobre a natureza do processo de capacitação tecnológica: "fontes de inovação",
David Rosenthal e Inaldo Lima Moreira

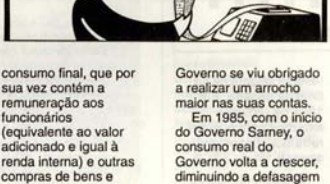
Acidentes em sistemas sociotécnicos de alto risco: uma proposta de "planejamento institucional" para os sistemas de energia elétrica,
Ramon Moreira Garcia

Faça uma assinatura anual da Revista de Aministração Pública

Maiores informações:
Editora/FGV
Praia de Botafogo, 190 — 6.º andar
22.253-900 — Rio de Janeiro, RJ
Fones: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110

Conta corrente das administrações públicas

LIA ALT PEREIRA*



As subcontas da conta das administrações públicas expressam o somatório das três esferas de Governo que para efeito dessas contas chamamos de governo propriamente dito nos seus dois segmentos: Administração Central – que compreende os órgãos da administração direta; Administração Descentralizada – representada por entidades de natureza autárquica, como autarquias, fundações e fundos especiais, criados ou geridos autonomamente.

Refletem a influência do Governo sobre a economia nacional, através de suas numerosas e variadas transações, cuja dimensão e natureza econômica, exercem impacto direto sobre a economia.

O Governo exerce sua interferência através de ação normativa e do exercício de controle direto sobre variados tipos de atividades.

O que caracteriza o Governo propriamente dito é a produção e natureza dos serviços oferecidos à comunidade; suas atividades de produção diferem substancialmente quanto ao seu financiamento, natureza e estrutura de custos.

O valor da produção do Governo é constituído pelo consumo final, que por sua vez contém a remuneração aos funcionários (equivalente ao valor adicionado e igual à renda interna) e outras compras de bens e serviços.

O consumo final das administrações públicas nos últimos 12 anos reflete ora um declínio em termos reais, ora uma alta significativa apontando os anos 1983 e 1984 como os mais críticos, como conseqüência da crise econômica agravada após setembro de 1982, quando o financiamento externo se tornou extremamente difícil e o Governo se viu obrigado a realizar um arrocho maior nas suas contas.

Em 1985, com o início do Governo Sarney, o consumo real do Governo volta a crescer, diminuindo a defasagem dos dois últimos anos.

O congelamento dos preços dos Planos Cruzado e Bresser não foi suficiente para que as outras compras de bens e serviços deixassem de crescer em termos reais.

As contas das administrações públicas, nas suas transações correntes, demonstram o pouco esforço que o Governo exigiu de si mesmo, quando das várias tentativas de se adotar uma política de estabilização (gráfico 1).

Nos juros da dívida pública interna, das contas nacionais, estão embutidas as componentes correção monetária e cambial. Os reflexos das várias políticas de choque podem ser percebidos pelas variações dessa conta, pois seu item principal, a correção monetária, diminui ou aumenta segundo o ritmo da inflação.

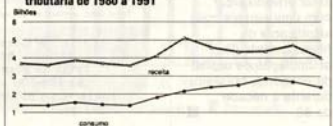
A queda ocorrida em 1990 foi conseqüência do confisco dos cruzados no Plano Collor I (gráfico 2).

Pode-se notar que a poupança em conta corrente é negativa desde 1982, representando nesse ano -0,35% e em 1989 -19,98% do PIB, respectivamente.

Carga tributária bruta é a relação entre a arrecadação de tributos e o produto interno ou renda de um país. A classificação dos tributos em diretos e indiretos é bastante questionada.

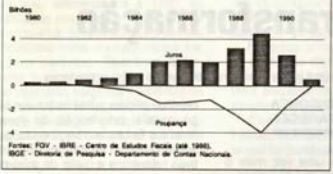
Também o uso da carga tributária líquida como indicador perdeu seu significado, uma vez que o método adotado nas Contas Nacionais é o de considerar a correção monetária e cambial da dívida pública como encargos, tornando a carga líquida negativa (carga tributária bruta – transferências – subsídios), e assim

1. Consumo final da adminstração pública x receita tributária de 1980 a 1991



Fontes: FGV - IBRE - Centro de Estudos Fiscais (até 1988).
IBGE - Diretoria de Pesquisa - Departamento de Contas Nacionais.

2. Poupança x juros de 1980 a 1991



Fontes: FGV - IBRE - Centro de Estudos Fiscais (até 1986).
IBGE - Diretoria de Pesquisa - Departamento de Contas Nacionais.

3. Brasil: carga tributária bruta



Fonte: FIBGE.

sendo pouco agrega à medição do peso dos impostos sobre a economia.

Os anos de 1984 e 1985 apresentaram uma forte queda de carga tributária bruta, e a tributação obteve em 1986 um bom nível de arrecadação com participação maior dos tributos chamados indiretos (sobre a produção, consumo e serviços), como conseqüência do aquecimento de atividade econômica provocado pelo Plano Collor I.

O impacto significativo das medidas extraordinárias do Plano Collor I sobre a arrecadação elevaram a carga tributária bruta para 27,11% do PIB em 1990. Passado o efeito de tais medidas e com a economia enfrentando um processo recessivo, a carga tributária sofreu uma redução de 2,84% em 1991 (gráfico 3).

Nas outras receitas correntes brutas, estão registradas as despesas de correção monetária e juros dos fundos PIS/Pasep e FGTS. Em contrapartida, os saldos desses fundos são transferências para empresas do governo e estão computados em transferências para o setor privado. Daí o grande crescimento dessas duas subcontas em período de alta inflação.

As empresas públicas e as sociedades de economia mista são tratadas no sistema de contas como empresas privadas. ■

* Economista do IBRE/CEEG
Dados até 2.12.1992



HISTÓRIA

O BRASIL DE JK
Ângela de Castro Gomes (org.)

HISTÓRIA ORAL
A EXPERIÊNCIA DO CPDOC
Verena Alberti

OS PRESIDENTES DA REPÚBLICA
GUIA DOS ACERVOS PRIVADOS
FGV/CPDOC

SUCESSOS E ILUSÕES
Gerson de Moura

TRABALHO E PREVIDÊNCIA
60 ANOS EM DEBATE
Ângela de Castro Gomes

Maiores informações:
Editora/FGV
Praia de Botafogo, 190 — 6.º andar
22.253-900 — Rio de Janeiro, RJ
Fones: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110

Indústria de transformação

A evolução do produto real (1980-91) na indústria de transformação e no comércio

JOÃO MENDONÇA DA COSTA REGO*

No início dos anos 80, a indústria brasileira sofreu as pressões da conta petróleo (segundo choque), da conta de juros, retração do mercado externo (ajustamento das economias industrializadas às condições vigentes) e alternâncias das políticas monetária e fiscal que resultaram em forte contração da atividade fabril – conforme mostrado no gráfico, a produção manufatureira atinge seu ponto de maior contração no ano de 1983, com 16 pontos percentuais abaixo da de 1980.

Segue-se-lhe uma fase de continua expansão, que se estende até fins de 1987, fortemente sustentada pelo mercado interno – política econômica mais liberal, antecipações de consumo ante as expectativas de inflação crescente, aumentos salariais de classes trabalhadoras filiadas a sindicatos mais fortes e recomposição do poder de compra advinda do plano de estabilização de 1986. A produção industrial alcança, em 1987, seu mais alto nível da série (9 pontos percentuais acima do patamar de 1980).

A partir de então, adotam-se sucessivos planos de estabilização, tendo como lugar comum o congelamento temporário de preços, como tentativa de atenuar o processo inflacionário.

O produto da indústria de transformação acumulou, no decênio 1980-89, um crescimento de 8% (contra 118% entre 1970-79), recuando sua participação no produto global para 29% em 1989 (contra 34% em 1979).

A indústria de transformação foi o setor que mais sentiu o impacto do novo plano de estabilização (Governo Collor), quando a demanda interna foi compulsoriamente contraída pelo bloqueio de liquidez e as empresas obrigadas a promover forte ajuste, com repercussões sobre o nível de emprego, salários e investimentos. Em segundo estágio (1991), repete-se uma vez mais o controle governamental de preços.

A necessidade de contenção do processo inflacionário e do déficit público – induzindo a que se adotasse uma política econômica contracionista – e indefinições quanto à evolução do comércio internacional, continuaram limitando os níveis da produção de manufaturados.

Assim, o primeiro biênio dos anos 90 caracteriza-se por nova fase contracionista, com a produção fabril situando-se 3 pontos percentuais abaixo do nível alcançado em 1980, tendo-se reduzido para 25% sua participação no produto bruto total.

Do comportamento da indústria de transformação, no período 1980-91, inferem-se as seguintes observações:

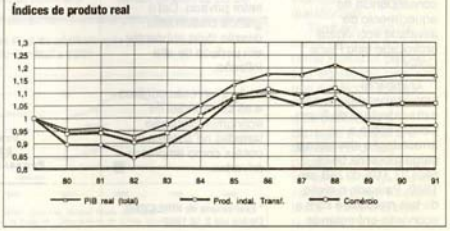
1. A estratégia de desenvolvimento industrial dos anos 70 e de parte dos anos 80 (essencialmente assentada em substituição de importações e expansão de exportações) foi viabilizada em razão de: utilização de recursos externos no financiamento de investimentos de infra-estrutura necessários à consolidação do processo de crescimento econômico; concessão de incentivos fiscais e créditos oficiais subsidiados em larga escala; priorização de investimentos físicos em segmentos que apresentassem vantagens competitivas referentes a custo de mão-de-obra e/ou disponibilidade de matérias-primas e recursos naturais; preços e tarifas pouco realistas quanto aos bens e serviços públicos.

2. Argumenta-se que tal política teve como resultado a consolidação de uma estrutura industrial resistente à eliminação de subsídios e liberalização da economia.

3. Assistiu-se à complementação das etapas de programas substitutivos de importações setoriais, em que o Estado investidor, ao lado de empresas de capital estrangeiro e nacional privado, ocuparam espaços na produção de bens industriais ao longo de várias décadas. Identificaram-se também procedimentos de ajustamento estrutural das empresas privadas, na redução de endividamento, esforço de capitalização, redução de custos operacionais e aumento de eficiência organizacional.

4. Nota-se que o processo recessivo de 1983 foi extremamente mais intenso do que o de 1991, no que se refere ao parque de produtos industrializados. Uma desagregação de resultados segundo gêneros indus-

Índices de produto real



triais de maior peso relativo (ver tabela 10 das Contas Nacionais) mostra que, referendados a 1980, as indústrias mecânica e de material de transporte foram os segmentos industriais mais contracionistas naqueles períodos. Releve-se, entretanto, que no ano de 1991 a indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos também apresentava acentuada queda (34 pontos abaixo do índice de 80). Somente as indústrias de celulose, papel e papelão (de forte vinculação com o mercado externo), química (especialmente devido aos investimentos na capacidade de extração/refino de petróleo) e produtos alimentares mantiveram posições positivas ao longo da série em análise.

5. Como último ponto, há que se considerar a possibilidade de a indústria brasileira de transformação vir a expandir-se (a curto prazo) pela incorporação de capacidade ociosa existente. Entretanto, escassez de investimentos físicos privados (cuja decisão depende de expectativas de condições efetivas e duradouras de crescimento do mercado consumidor) e crise financeira do Estado (que impossibilita retomada, em nível suficiente, de investimentos em infra-estrutura) limitam a capacidade de maior crescimento das atividades industriais.



Comércio

O segmento mercantil tem suas principais interfaces com a oferta interna de produtos agropecuários, bens duráveis e não-duráveis de consumo, materiais de construção, bens de capital de pequeno porte, com importações de produtos de consumo final e, naturalmente, com os consumidores demandantes desses bens.

As decisões de consumo estão associadas a: maior ou menor essencialidade do bem; preços relativos; disponibilidade de financiamentos e taxas de juros aplicadas; comportamento de salários e carga de tributos; fatores sazonais; promoções/liquidações no varejo; fenômenos de exacerbação/antecipação de consumo característicos de períodos de congelamento de preços, de expectativas de aceleração inflacionária e de elevações do salário real.

Podemos afirmar que a evolução do segmento mercantil nos anos 70 esteve mais associada ao terceiro fator, enquanto nos anos 80 preponderaram os dois últimos itens.

Consoante metodologia da FIBGE, o cálculo do índice de produto real do comércio tem como fontes, em anos censitários, os censos comerciais e censos demográficos. Para anos não-censitários, aplicam-se coeficientes – margem comercial/valor da produção, obtidos de matrizes insumo/produto de 1980 – sobre índices de produção física de grupos de produtos agropecuários, industriais e nos índices de volume de importação. Nos anos 80, o desempenho do setor primário foi fator importante para atenuar os efeitos das amplas flutuações do produto industrial. Pode-se dizer que a agropecuária e a indústria se contrabalançaram mutuamente em termos de crescimento e de recessão.

Nota-se (gráfico) estreita associação de sinais entre as curvas do produto comercial e do produto industrial manufatureiro; entretanto, provavelmente por influência dos produtos agropecuários, as fases recessivas são menos notáveis e os ciclos expansivos mais fortes no segmento mercantil, comparativamente à evolução da indústria de transformação. Na década de 80, a participação relativa de bens importados é de pouca monta.

A única discrepância da série ocorre em 1991, quando o produto industrial recua 0,7% (em relação a 90) e o produto comercial avança 1,1%. Alinham-se como possíveis causas: exacerbação do consumo decorrente do congelamento de preços (Plano Collor II); antecipações de consumo geradas por expectativas de reaceleração inflacionária (pós-congelamento) e início do desbloqueio de cruzados; generalizadas promoções no varejo; maior peso relativo de produtos externos após a liberação de importações; aquisição de bens duráveis de maior custo como forma de reserva de valor.

O produto real do segmento mercantil acumulou, no período 1980-91, um crescimento de apenas 6% (contra 120% entre 1970-79), decrescendo sua participação no produto agregado para 7% em 1991 (contra 12% em 1979).

A dinâmica do cenário macroeconômico recente está determinando profundas alterações na estrutura do setor comercial, destacando-se: estreitamento de relações entre comércio e indústria, com vistas à flexibilização de negociações quanto a preços, promoções conjuntas e investimentos em pontos de venda; ajustamentos estruturais abrangendo desativação de pontos pouco rentáveis, melhor adequação e qualificação de pessoal empregado e adoção de maior eficácia operacional nas lojas; modificação do *mix* de produção/comercialização, com ênfase em produtos de qualidade, menor custo, mas não necessariamente tão populares; interiorização e redução do porte físico dos novos *shopping centers*, como decorrência do esgotamento do potencial das capitais, menor disposição de lojas-âncora em tais investimentos e altos custos dos terrenos em áreas urbanas dessas capitais; diversificação da oferta de produtos importados.

* Economista do IBRE/CET.

RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 1992

Décimo-quinto dessa série anual, estuda os vínculos entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. O Relatório de 1990 sobre pobreza, o relatório do ano passado sobre estratégias desenvolvimentistas e este Relatório constituem uma trilogia sobre as metas e os meios do desenvolvimento.

A principal mensagem do Relatório é a necessidade de integrar as questões ambientais ao processo decisório desenvolvimentista. Como nas edições anteriores, o RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 1992 inclui os Indicadores do Desenvolvimento Mundial, que apresenta estatísticas sociais e econômicas sobre 125 países. É ainda um estudo realizado pelo corpo técnico do Banco e os conceitos nele apresentados não refletem necessariamente a opinião da Diretoria Executiva ou dos governos que ela representa.

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

CUPOM DE PEDIDOS

EDITORA/FGV
Praia de Botafogo, 190 - 6º andar
22.253-900, Rio de Janeiro, RJ
tels.: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110

PREÇO: Cr$ 317.000,00
VÁLIDO ATÉ 31/01/93

Acrescentar 10% referentes às despesas postais. Exceção feita ao Sistema de Reembolso Postal, cujo valor de postagem é cobrado pela própria ECT.

Desejo adquirir _____ exemplar(es) do RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 1992, pelo que estou remetendo a quantia de Cr$ _____, por meio de cheque nominal à Fundação Getulio Vargas e pagável no Rio de Janeiro, ou recibo de depósito na conta nº 11.747-1 do Banco do Brasil S/A., agência 0287-9, ou conta nº 19.410-1 do Bradesco S/A., agência 1414.

Nome: _____

End.: _____

Cidade: _____

Estado: _____ **CEP:** _____

_____ / /
Assinatura **Data**

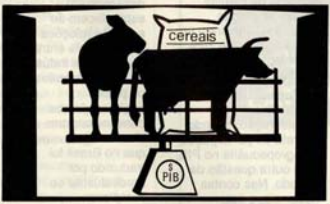
Agropecuária nas Contas Nacionais

MARIA JOSÉ
CYHLAR MONTEIRO*

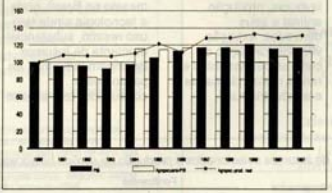
A divulgação de dados atualizados relativos às Contas Nacionais é sempre uma oportunidade de se colocar em perspectiva as informações setoriais que orientam as análises conjunturais.

Os números ora divulgados confirmam a importância da agropecuária na manutenção de níveis de desempenho do PIB, numa fase bastante difícil da economia brasileira, e a dimensão do ajuste setorial. O gráfico 1 mostra que, nos anos 80 e nos dois primeiros anos da presente década, o setor conseguiu manter o crescimento de sua produção física (medida através do produto real) apesar da quase que contínua deterioração dos preços recebidos pelos agricultores. Note-se que o PIB do setor agropecuário, que contabiliza não só a evolução das quantidades produzidas mas também a de seus preços, teve um comportamento bem menos favorável.

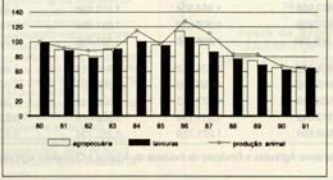
As informações registradas neste nível de agregação estão, contudo, sujeitas a uma importante restrição metodológica: o cálculo do PIB usa para a computação do consumo intermediário dados extraídos dos Censos Econômicos



1. Brasil – Indicadores de desempenho da economia e da agropecuária



2. Brasil – evolução dos preços corrigidos
Índices: 1980= 100



que servem de base para interpolar e extrapolar as estimativas relativas aos anos intercensitários. Assim, o fato de que em 1990 não foram realizados os Censos Econômicos introduz sérias distorções na avaliação. A tabela 1 apresenta a evolução do consumo aparente e dos preços pagos por alguns dos itens mais relevantes na composição do consumo intermediário[1]. As mudanças são bastante importantes e, sem dúvida, afetariam os resultados.

Sabe-se que a crise atravessada pela economia brasileira tem atingido todos os setores e que muitas atividades têm sido penalizadas. Contudo, é difícil deixar de considerar que tem havido um descaso com a elaboração de estatísticas básicas, que são de fundamental importância não só para análises retrospectivas mas, principalmente, para a projeção de tendências futuras, que podem apontar caminhos para a superação das dificuldades presentes.

Entre 1980 e 1989, o PIB brasileiro cresceu, globalmente, 21%, enquanto que o PIB da agropecuária se manteve estável. Quando se toma o produto real, isto é, a

evolução da produção em termos físicos, a situação se inverte, e o indicador relativo à agropecuária se mostra, em 1989, 33% superior enquanto que globalmente o produto real cresce os mesmos 21%. Nos dois anos seguintes, todos os indicadores aqui considerados apresentam movimentos paralelos, queda em 1990 e recuperação em 1991.

A participação da agropecuária no PIB oscilou entre um máximo de 11,7%, em 1984, e um mínimo de 8,2% em 1989. Note-se que, sob vários aspectos, 1989 foi um ano atípico, em que a participação de praticamente todas as classes e ramos da atividade econômica no PIB declinou, enquanto que as instituições financeiras registraram um aumento de sua participação de 24%, em face de um percentual que, nos demais anos, oscilou entre 7,7%, em 1980, e 15,6% em 1988. Aquele ano se iniciou com o Plano Verão [2] e terminou com uma inflação mensal de 49%. No que diz respeito à agropecuária, o produto real registrou seu máximo (33% acima de 1980) mas os preços recebidos pelos agricultores (no conceito de médias anuais de preços corrigidos) atingiram um índice mínimo de 70%, em relação aos 100% de 1980.

Mas há, também, que levar em consideração, quando se trata da participação da agropecuária no PIB, uma outra questão de método. Nas contas nacionais, o setor agropecuário é tomado como o conjunto de atividades que engloba a produção das lavouras, produção animal e seus derivados, extração vegetal, formação de culturas permanentes e novas matas plantadas e a indústria rural.

Pode-se dizer, *grosso modo*, que são atividades desenvolvidas dentro da porteira da fazenda. É uma definição que atende às normas das Nações Unidas e permite comparações entre economias bastante heterogêneas. Contudo, à medida que as economias se desenvolvem, estabelecem-se estreitas relações de dependência entre agricultura e indústria no marco daquilo que os países anglo-saxônicos convencionaram chamar *agribusiness*, e que no Brasil foi traduzido por agroindústria ou complexo agroindustrial. Sob esta perspectiva, verifica-se que hoje em dia a agropecuária usa, mesmo no Brasil, onde a tecnologia ainda tem uso restrito, substancial montante de insumos de origem industrial, ao passo que o consumidor tem acesso à produção agropecuária somente depois que esta passa por diversos processos na indústria e no comércio. Portanto, há um sem-número de atividades que têm seu desempenho pautado pelo que ocorre na agropecuária. Outrossim, o processo de modernização setorial implica que muitas das atividades que, anteriormente, eram executadas no estabelecimento agrícola, no presente passam a sê-lo na indústria ou no comércio. Portanto, a participação da agricultura, quando tomada como fornecedora de um certo tipo de bem ou serviço, é subestimada.

O desempenho das lavouras foi, nesse período, superior ao da produção animal e derivados. Interessante observar que, nos anos 80, o crescimento da produção das lavouras resultou mais de uma melhoria no rendimento

Brasil – Consumo aparente de insumos selecionados e produção de rações balanceadas (em t)

Anos	Agrotóxicos	Nitrogenados	Fertilizantes		Total	Rações balanceadas
			Fosfatados	Potássicos		
1980	73.832	905.560	1.988.486	1.306.573	4.200.619	15.494.500
1981	54.672	667.840	1.319.243	766.646	2.753.729	14.281.000
1982	45.245	643.613	1.198.475	876.382	2.718.470	12.602.000
1983	42.127	553.141	991.829	727.063	2.272.033	11.563.000
1984	55.303	823.936	1.554.534	1.076.038	3.454.508	10.823.000
1985	50.165	827.839	1.308.612	1.061.604	3.198.055	11.237.000
1986	66.991	1.006.193	1.556.286	1.391.438	3.953.917	13.607.000
1987	62.770	965.429	1.574.812	1.546.712	4.086.953	14.814.000
1988	59.979	876.866	1.498.615	1.368.267	3.743.748	14.214.000
1989	62.977	868.999	1.177.216	1.223.515	3.269.730	14.172.000
1990	61.603	913.042	1.211.199	1.202.034	3.326.275	15.624.000
1991	64.170	958.694	1.271.759	1.262.136	3.492.589	17.100.000

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas e Sindirações.

físico (t/ha) do que de uma expansão da área, que entre 1980 e 1991 cresceu apenas 1%, indicando que ocorreu uma racionalização no uso de insumos, já que seu consumo aparente declinou relativamente à década anterior e sem dúvida novas variedades mais produtivas entraram no mercado.

Os resultados são expressivos. O rendimento médio do algodão herbáceo aumentou 23%, o do arroz, 47%, o do café, 23%, o da cebola, 12%, o do feijão 19%, o do tomate, 29%, o do trigo, 70%. Alguns produtos importantes, contudo, mantiveram seus rendimentos estáveis, ou até declinantes, como nos casos do cacau, -21%, e soja, -10%. O rendimento do milho aumentou apenas 2% e o da laranja, 1%. Naturalmente, estes dados devem ser encarados com certo cuidado, pois a produtividade física das lavouras é muito influenciada pelas condições climáticas e, assim, um exame que só leve em conta pontos extremos da série pode conduzir a conclusões distorcidas.

A produção animal também registrou performance positiva no período. O produto real registrou evolução de 43% entre 1980 e 1991. O IBGE não discrimina, nos quadros apresentados, o PIB agropecuário segundo as atividades. Contudo, é de se supor que os resultados da produção animal e seus derivados tenham sido mais favoráveis que os das lavouras, tendo em conta que aquela teve preços mais satisfatórios que estas ao longo do período.

Os abates aumentaram, no total, 37%, com destaque para os das aves, que cresceram 71%. A produção de leite registrou incremento de 22%, mas a disponibilidade de ovos declinou 5%. Ainda assim, a produção animal em seu conjunto conseguiu impedir maior deterioração dos preços recebidos pelos produtores rurais.

Em resumo, podemos concluir que, apesar de sua pequena participação no PIB, o setor agropecuário apresentou nestes últimos anos um desempenho bastante satisfatório, não obstante as adversidades enfrentadas. ■

*Economista do CEA/IBRE/FGV

[1]Em conjunto, as despesas com aqueles três itens representam cerca de 42% das despesas dos estabelecimentos agropecuários, segundo dados do Censo de 1985.

[2]O Plano Verão (de 16.1.89) foi o terceiro (ou quarto, se se considerar que após o Plano Cruzado de fevereiro de 1986, houve um ajuste chamado de Plano Cruzado II, ou cruzadinho) plano de estabilização macroeconômico do Governo Sarney. Em dezembro de 1988, a variação mensal do IGP-DI foi de 28,9% e, em março de 1989, de 4,2% (Ver *Agroanalisys*, v. 13, n. 1, jan. 1989). Todos estes Planos e ainda os dois Planos Collor interferiram bastante na comercialização da produção agropecuária, além de terem influenciado sobre decisões de plantio.

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

CONTABILIDADE
Custos — um enfoque administrativo
volume I (10.ª edição)
volume II (9.ª edição)
GEORGE GUERRA LEONE

MATEMÁTICA
Elementos de Matemática Financeira
12.ª edição
LUIZ A. F. CAVALHEIRO

COMUNICAÇÃO
Comunicação em prosa moderna
15.ª edição
OTHON M. GARCIA

Maiores informações:
Editora/FGV
Praia de Botafogo, 190 — 6.º andar
22.253-900 — Rio de Janeiro, RJ
Fones: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110
Fax.: (021) 551-7801

Inflação e Contas Nacionais

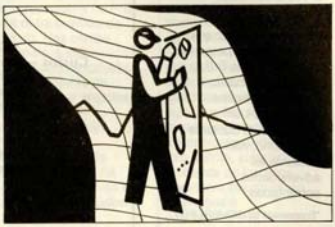
RUBENS ABDELHAY*

NA apresentação das Contas Nacionais, chama-se a atenção para os problemas provocados pela inflação na mensuração dos agregados econômicos, o que tem sido objeto de preocupação crescente dos técnicos ligados a esta área em todo o mundo. Como seria de se esperar, a inflação provoca dirtorções, que se tornam tão mais acentuadas quanto maiores as taxas verificadas. No caso do Brasil, esse problema assume logicamente dimensão extremamente séria, e é ainda agravado pela particularidade da existência entre nós da correção monetária.

Para ilustrar esse fato, examinamos a evolução recente do deflator do PIB, em confronto com o índice geral de preços disponibilidade interna, IGP-DI, calculado pela Fundação Getulio Vargas. Historicamente, ambos os indicadores têm apresentado comportamento semelhante, conforme mostrado no artigo "História, fórmulas e divergências", publicado em *Conjuntura Econômica* de março de 1991. Ao longo de 43 anos, até 1989, não foram verificados desvios sistemáticos.

No período agora considerado, entre 1981 e 1991, a trajetória de ambos os indicadores é essencialmente a mesma, o que pode ser verificado na tabela, que apresenta as taxas anuais de variação do IGP-DI (média do ano) e do deflator implícito do PIB.

Como se pode perceber, as taxas se aproximam bastante, tendendo as eventuais divergências, em um ano, a serem normalmente compensadas em anos subseqüentes. No entanto, a alta de preços acumulada ao longo do período em questão, medida pelo IGP-DI, apresenta-se superior àquela calculada pelo deflator implícito do PIB. Esta diferença, a nosso ver não-expressiva, deve ser creditada principalmente ao altíssimo nível alcançado pela inflação, em particular nos últimos anos, o que, como observamos, forçosamente provoca distorções na mensuração dos indicadores da atividade econômica.



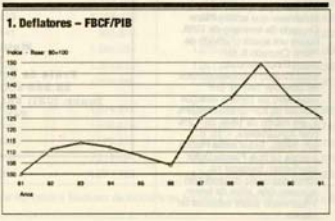
Outro aspecto que não deve deixar de ser mencionado, na comparação que estamos fazendo, reside em que alguns índices de preços, dentre os quais índices calculados pela Fundação Getulio Vargas, são utilizados para a confecção de estimativas que integram as Contas Nacionais, conforme destacado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais Consolidadas.

Dentre o conjunto de deflatores implícitos, examinamos também, dada a importância e abrangência do agregado a que se refere, o deflator implícito da formação bruta de capital fixo FBCF. O gráfico 1 apresenta a relação entre este e o deflator do PIB.

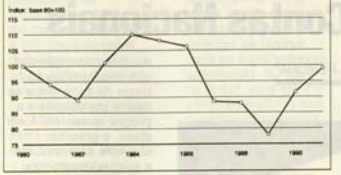
Como se pode notar, a partir de 1987 o deflator da FBCF passa a ser superior ao do PIB, numa escala não observada nos anos precedentes, o que indica aumento relativamente maior de preços dos produtos que compõem a FBCF, notadamente construções, máquinas e equipamentos, em relação aos demais preços da economia.

Apenas como uma curiosidade, traçamos o gráfico 2, que compara o índice de preços por atacado disponibilidade interna IPADI, com o deflator da FBCF. O IPA-DI é um índice muito abrangente que avalia a evolução de preços no atacado, tanto de bens de consumo quanto bens de produção, aí

1. Deflatores – FBCF/PIB



2. IPA-DI Deflator – FBCF



Taxas anuais de variação do IGP-DI e do deflator implícito do PIB

	IGP-DI (média do ano) variação anual (%)	Deflator implícito do PIB variação anual (%)
1981	110	105
1982	95	102
1983	154	138
1984	221	208
1985	226	248
1986	142	146
1987	225	204
1988	685	649
1989	1.320	1.323
1990	2.740	2.592
1991	415	399

incluídos materiais de construção.

Estamos conscientes da grande diferença existente entre o conjunto de bens considerados na formação bruta de capital fixo e a cesta de produtos que integra o índice de preços por atacado. Apesar disso, consideramos interessante a comparação, simplesmente dada a grande diversidade de produtos considerada em ambos os casos.

Aparentemente, o resultado mais interessante dessa comparação é que, ao final do período entre 1981 e 1991, o acumulado relativo a ambos os indicadores é praticamente idêntico, a despeito das oscilações verificadas ao longo dos anos. As opiniões quanto a esse resultado também se alternam, entre considerá-lo simples coincidência, ou se ele poderia ser atribuído ao fato de que, num processo inflacionário das dimenções do nosso, índices que se refiram a uma gama de produtos muito ampla naturalmente tenderiam a apresentar tendência convergente.

Efetivamente, em muitos casos, as questões suscitadas por um processo inflacionário tão acentuado quanto o experimentado em nosso país dão margem a explicações extremamente variadas ■

* Do IBRE/CEP

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nº 3/92

Em busca de um modelo integrado de planejamento e desenvolvimento de recursos humanos, *José Eduardo Coelho Messeder*

Democracia, participação social e funcionamento das instituições: situação e perspectivas da federalização do desenvolvimento, *Celina Maria de Souza*

Contribuiçãoà formulação de políticas públicas relativas ao meio ambiente, *R.M. Garcia*

Dinâmica, condicionantes e impactos socio-ambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil, *Charles Curt Mueller*

O Município e a proteção ambiental, *José Antônio Osório da Silva*

Considerações sobre recursos da saúde, economia e demografia brasileira, *Olímpio J.N.V. Bittar e Elpídio J. Mieldazis*

Participação comunitária e descentralização dos serviços de saúde, *José Rodrigues Filho*

A gestão da política de garantia dos direitos da criança e do adolescente, *Sylvia Constant Vergara*

Avaliação de arranjos institucionais para a gestão e o planejamento democráticos, *Joel Souto-Maior e Linda M. Gondim*

Administração participativa: onde estão as resistências?, *Luis Eduardo Carvalheira de Mendonça*

Produção flexível e planejamento territorial, *Hermes M. Tavares*

Terceira idade: o trabalho social com idoso no SESC e os programas de preparação para aposentadoria nas empresas, *Lucia Helena França*

INFORMAÇÕES
EDITORA/FGV
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110

Setor externo e Contas Nacionais

LIA VALLS PEREIRA*

SOB a ótica das Contas Nacionais, interessa observar em que medida as transações correntes entre residentes e não-residentes do País afetam os agregados que compõem o produto interno bruto da economia. A análise de alguns indicadores simples permite estudar essas relações.

O primeiro se refere ao grau de abertura da economia medido pela razão entre a média do somatório das exportações e importações de bens (mercadorias) e serviços de não-fatores (viagens internacionais, fretes, seguros, serviços governamentais e outros) e o produto interno bruto. Foram utilizadas três fontes de dados. A primeira baseada nos dados a preços correntes e a segunda baseada nos dados a preços constantes de 1980 apresentados nas Contas Nacionais. E a terceira, baseada nos dado de exportações e importações de bens e serviços de[1] não-fatores em dólares do balanço de pagamentos e do PIB em dólares. Os resultados, conforme se verifica no gráfico 1, não são coincidentes. Destacam-se, em especial, os diferenciais entre as estimativas dos dados em dólares a preços correntes em relação

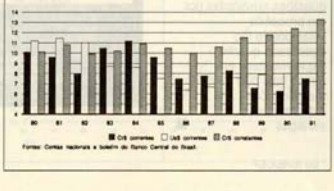


aos baseados em preços constantes. A explicação para essas diferenças pode estar associada a diversos fatores: dificuldades de estabelecer uma metodologia correta para o cálculo do PIB em dólares; a transformação dos dados do comércio exterior em dólares para cruzeiros correntes através da taxa de câmbio média do ano, e a metodologia utilizada para construir a série de exportações e importações a preços constantes.

Observando-se os três cálculos, as menores divergências são encontradas ao longo da série entre os dados em dólares e a preços correntes. Além disso, o grau de abertura da economia a preços constantes seria de 13,3%, em 1991, sendo o coeficiente de exportações de 16,2% e o de importações de 10,3%. Estes são resultados que não parecem muito razoáveis, se os compararmos com os de outros países. O coeficiente das exportações no Japão, calculado com base nos dados a preços correntes, foi de 10,3%, em 1991, por exemplo.

Os resultados, quer seja em dólares ou a preços correntes, revelam o declínio do coeficiente de abertura da economia que passa de 11,2% (ou 10,1% a preços correntes) para 7,2% (ou 7,5% preços correntes) entre 1980 e 1991. Ressalta-se que esta queda está mais associada ao declínio das importações. Assim, o coeficiente das exportações de mercadorias cai de 8,8% para 7,5%, e o de serviços de não-fatores de 0,9% para 0,7%. Já o coeficiente de importações de mercadorias cai de 10,2% para 5%, e o de serviços de não fatores de 2,8% para 1,4%.

1. Estimativas de grau de abertura da economia brasileira



Fontes: Contas nacionais e boletim do Banco Central do Brasil

Cabe destacar, porém, que o resultado do coeficiente de exportações de mercadorias, em 1991, é influenciado pelas defasagens cambiais acumuladas durante o ano. Assim, se considerarmos o ano de 1988, em que o câmbio estava relativamente alinhado, o coeficiente foi de 8,9%. No caso das importações de mercadorias, não há nenhum resultado ao longo da série superior ao do ano de 1980.

Esses dados revelam que o término do programa de promoção às exportações, pautado na concessão de amplos subsídios, em meados da década de 80, não comprometeu significativamente o desempenho exportador brasileiro. Por outro lado, apontam igualmente a necessidade da formulação de uma nova política de estímulo às exportações que permite elevar o coeficiente deste agregado no PIB. Maior exposição dos produtos brasileiros no comércio mundial é indutor de elevação de eficiência no mercado doméstico. Do lado das importações, apesar do início da Reforma Tarifária e do desmantelamento das barreiras não-tarifárias, as tendências recessivas no mercado doméstico ainda não permitiram um acréscimo mais expressivo deste agregado.

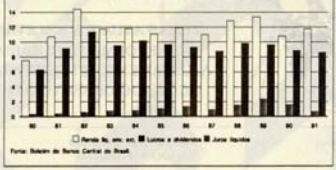
O segundo indicador se refere ao comportamento da renda líquida enviada ao exterior (saldo de serviços de fatores mais as transferências unilaterais). No caso do Brasil, este valor é sempre positivo e seu principal componente são os juros seguidos de lucros e dividendos (gráfico 2). Como percentagem do PIB, a renda líquida experimenta uma elevação nos primeiros anos da década de 80 devido ao choque do acréscimo dos juros externos passando de 3,3% para 5,6% entre 1980 e 1982. A partir de 1985, esta participação tende a declinar, alcançando 2,8% em 1991. Logo, diminui o diferencial entre o PIB e o PNB no Brasil.

O terceiro indicador é a participação da poupança externa (saldo em transações correntes com o sinal inverso) na formação bruta de capital fixo. Pelo gráfico 3 observa-se o grande declínio desta razão durante a década de 80. Este coeficiente cai de 23,3% em 1980 para 1% em 1991. As razões são conhecidas: a crise da dívida externa obrigando à geração de saldos comerciais superavitários. Em países em desenvolvimento, esperam-se poupanças externas positivas e, pelo menos, não-declinantes. Neste sentido, a crise da dívida foi perversa na medida em que transformou o País em exportador de poupança, como em 1988.

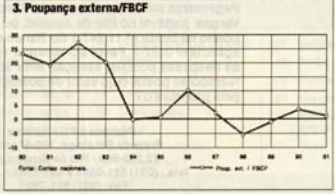
Em suma, durante a década de 80, o único fator realmente favorável associado ao setor externo representado nas Contas Nacionais foram as exportações. Mesmo apresentando um ritmo de crescimento menor do que na década de 70, as exportações serviram parcialmente para atenuar os custos da recessão, como em 1983 e 1988, e impulsionar o crescimento do PIB em 1984. Ressalta-se, porém, que a elevação dos coeficientes de exportação em épocas recessivas induz erroneamente alguns setores da sociedade a aceitarem a falsa dicotomia entre mercado interno e externo. E, em adição, se traduz freqüentemente numa estratégia exportadora em que o mercado externo é considerado alternativa temporária ao mercado interno. Logo, o desafio para a década de 90 é não só a recuperação do crescimento econômico com elevação da poupança externa, mas também um aumento no grau de abertura da economia brasileira.■

2. Renda líquida enviada ao exterior e seus componentes

US$ bilhões



3. Poupança externa/FBCF



[1] A série do PIB em dólares foi extraída do texto "Considerações sobre o PIB e o PIB *per capita*" publicada no presente número da *Conjuntura Econômica*.

* Economista do IBRE/CEEG

Dados até 4.12.1992



BRASIL
O DESAFIO DA ABERTURA ECONÔMICA



Segundo volume de *Brasil e a Nova Ordem Internacional*, reunindo trabalhos apresentados e discutidos no Centro de Economia Mundial da FGV no período 1991/92, sob o patrocínio do Comitê de Cooperação Empresarial, formado por 30 empresas privadas.

TEMAS ATUAIS E RELEVANTES

REFORMA TRIBUTÁRIA
AJUSTAMENTO E MODERNIZAÇÃO
LIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO

PREÇO: Cr$ 124.000,00
VÁLIDO ATÉ 31/01/93

Pagamento em cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, pagável no Rio de Janeiro, ou recibo de depósito na conta nº 11.747-1 do Banco do Brasil S/A, agência nº 0287-9. Favor acrescentar 10% referentes às despesas postais, exceção feita ao sistema de reembolso postal cujo valor de postagem é cobrado pela própria ECT.

Pedidos à FGV/Editora
Praia de Botafogo, 190-6º andar
22.253-900 - Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110
Fax: (021) 551-7801

Contas Nacionais e PIB

Considerações sobre as Contas Nacionais, o PIB e o PIB per capita

MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES*

ESTAS considerações pretendem abordar três questões básicas, a saber: a evolução do PIB e do PIB *per capita* nos últimos 11 anos, a relevância da utilização da RNDB *per capita* ao invés do PIB *per capita* para mensurar o poder de compra do brasileiro, e um esclarecimento sobre as diferentes estimativas para o PIB em dólar (US$) divulgadas pelo Banco Central.

Observando-se a tabela 5 das Contas Nacionais, constata-se que o produto interno bruto (PIB) do Brasil cresceu apenas 16,9% entre 1980 e 1991, ficando bem inferior ao aumento populacional de 23,5%. Com isto, o PIB *per capita* chegou a cair 5,5% ao longo deste período, o que representou uma queda anual de -0,5%.

Para uma avaliação destes resultados, é interessante compará-los aos do período anterior, 1970-81, quando o PIB e a população residente subiram, respectivamente, 118,5% e 28,9%, acarretando um aumento considerável de 69,4% no PIB *per capita*. Deve-se lembrar no entanto que esta comparação envolve pólos opostos, ou seja, os anos do chamado "milagre econômico" de um lado, e aqueles que ficaram conhecidos como "perdidos" do outro.



A evolução do PIB *per capita* nos últimos onze anos evidencia três etapas distintas. De 1980 a 1984, que caracterizou o auge da recessão advinda da crise da dívida externa, o PIB *per capita* despencou em média -2,5% ao ano. Na segunda etapa que se estendeu até 1987, houve uma recuperação recorde de 4,3% ao ano. Já de 1987 a 1991, a constante ameaça de uma hiperinflação e as sucessivas tentativas de estabilização da economia provocaram nova deterioração de -1,6% ao ano no PIB *per capita*.

Se se considera apenas a década de 80 (1980-90), verifica-se que o PIB *per capita* sofreu redução de -4,4%. Este encolhimento poderia ter sido bem maior (-6,6%), não fosse a revisão da série de população a partir das estimativas preliminares do censo demográfico de 1991, que detectou um crescimento populacional (1,9% a.a.) inferior às projeções até então utilizadas (2,2% ao ano).

Do ponto de vista da análise da renda média do brasileiro, a utilização da estatística de renda nacional disponível bruta (RNDB) *per capita* seria preferível à do PIB *per capita*. Isto porque nem todo o valor adicionado internamente no País, que é medido pelo PIB, reverte em renda para os brasileiros. Conforme evidencia a tabela 6 das Contas Nacionais, a situação do Brasil é típica de um país que apresenta saldo negativo com o resto do mundo em termos de rendimentos dos fatores de produção (tais como juros, lucros, aluguéis, *royalties* e assistência técnica), e saldo positivo relativamente pequeno no que se refere às transferências unilaterais.

Deve-se lembrar que importantes organismos internacionais como o Banco Mundial e as Nações Unidas (PNUD) utilizam o PNB *per capita* em seus *Anuários*, quando se trata de avaliar a renda *per capita* dos países. Como se sabe, esta variável pode ser inferior ou superior ao PIB *per capita* de cada país, dependendo dos saldos dos fluxos dos rendimentos de fatores com o exterior serem negativos ou positivos.

Da observação dos dados recentes de PIB e PNB para alguns países, fica claro que esta precisão metodológica tem mais sentido para alguns países do que para outros. Como exemplos deste primeiro grupo, cita-se a Argentina, Chile e Uruguai, para os quais o PNB foi inferior ao PIB em respectivamente -8,6% (em 1989), -5,8% (em 1991) e -3,9% (em 1990). Já no caso dos Estados Unidos, Japão e Reino Unido, a diferença entre estas duas variáveis é menor, com o PNB superando o PIB em 1991 em apenas 0,2%, 0,7% e 0,3%, nesta ordem.

Pela tabela 1, evidencia-se que nos últimos 12 anos, a renda

Tabela 1 – Brasil – produto interno bruto, produto nacional bruto e renda nacional disponível bruta

Anos	PIB (Cr$ mil)	PNB (Cr$ mil)	RNDB (Cr$ mil)	PNB/PIB (%)	RNDB/PIB (%)
1980	12.450	12.045	12.054	-3,25	-3,18
1981	24.408	23.393	23.411	-4,16	-4,08
1982	49.676	47.085	47.084	-5,22	-5,22
1983	114.010	107.170	107.232	-6,00	-5,95
1984	369.149	347.208	347.521	-5,94	-5,86
1985	1.386.535	1.312.875	1.313.803	-5,31	-5,25
1986	3.673.071	3.509.681	3.510.854	-4,45	-4,42
1987	11.573.648	11.137.480	11.140.240	-3,77	-3,74
1988	86.551.111	83.131.875	83.156.424	-3,95	-3,92
1989	1.271.755.529	1.233.382.699	1.234.068.471	-3,02	-2,96
1990	32.730.993.700	31.887.283.746	31.943.734.894	-2,58	-2,41
1991	164.990.697.900	160.745.414.535	161.381.132.253	-2,57	-2,19

Fonte: FIBGE.

Tabela 2 – Estimativas em dólar para o PIB brasileiro, 1980-91, segundo critérios do Banco Central

Anos	1º critério	2º critério	3º critério (atual)			
	PIB a preços correntes (milhões US$)	PIB a preços correntes (milhões US$)	PIB a preços correntes (milhões US$)	PIB a preços constantes* de 91 (milhões US$)	População residente (mil hab.)	PIB *per capita* a preços constantes (US$ de 91/hab.)
1980	249.000	162.788	228.519	364.330	118.623	3.071
1981	271.200	171.699	239.399	348.329	120.918	2.880
1982	275.978	182.960	255.957	350.101	123.256	2.840
1983	196.569	182.264	256.504	337.730	125.640	2.688
1984	199.540	200.214	280.167	355.224	128.070	2.774
1985	223.635	223.635	310.876	383.123	130.547	2.935
1986	269.089	245.203	342.748	412.100	133.072	3.097
1987	294.495	263.504	366.343	426.731	135.646	3.146
1988	329.342	273.700	378.090	425.921	138.270	3.080
1989	447.644	296.367	405.744	439.402	140.944	3.118
1990	477.476	298.576	403.415	419.552	143.670	2.920
1991	403.667	314.167	423.239	423.239	146.449	2.890

Fonte: Tabela elaborada segundo os critérios do Bacen, tendo por base a recente revisão das Contas Nacionais, FIBGE, e dados obtidos na FGV (*CE*), FMI (*Anuário 91*) e FMI (*IFS*).

nacional disponível bruta (RNDB) no Brasil em relação ao PIB alcançou variação mínima de -2,2% em 1991 e máxima de -6% em 1983. Isto mostra que a trajetória da renda média do brasileiro neste período é na verdade um pouco distinta daquela apontada pela estatística do PIB *per capita*, utilizada normalmente pelas contas nacionais da FIBGE.

Até o final do ano passado, o analista econômico via-se perplexo quando precisava fazer a conversão do PIB em cruzeiros, como é divulgado pela FIBGE, para PIB em dólares. O próprio Banco Central (Bacen) apresentava, por exemplo, para o mesmo PIB de 1990 estimativas tão díspares como US$ 478 bilhões ou US$ 299 bilhões, dependendo do critério de conversão que se utilizasse (ver *Brasil – Programa Econômico*, do Bacen, de dez.1991). Qual das duas estimativas era a mais correta?

O primeiro critério (que chegou aos US$ 478 bilhões) consistia simplesmente na divisão do PIB nacional a preços correntes pela taxa média de câmbio verificada em cada ano. São inegáveis as distorções provocadas por este tipo de estimativa quando a política cambial não coincide com a inflação interna. O segundo critério (que estimou os US$ 299 bilhões), utilizado pelo Bacen desde 1988, considerava o ano de 1985 como base para conversão, e então sobre este PIB em dólar acumulavam-se as taxas de crescimento real do PIB nacional e da inflação (IPC) norte-americana. O ano-base escolhido foi o de 1985 por ser aquele em que, no decorrer de 1970-88, as variações da correção cambial e do deflator implícito do PIB estavam mais próximas. A principal limitação deste último método era de que a taxa de conversão tida como base (no caso, a de 1985) não refletia a realidade cambial do país no horizonte de tempo mais amplo, mas apenas a do ano-base, o que não deixava de ser até certo ponto uma opção arbitrária.

A partir do início de 1992, o Bacen introduziu um terceiro critério de conversão,* que é o que passou a ser adotado em caráter exclusivo a partir de então. A nova sistemática é baseada na metodologia utilizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que por sua vez inspirou-se no Projeto das Comparações Internacionais

desenvolvido pelas Nações Unidas (PNUD) para comparar produto nacional e poder de compra entre diferentes países.

O novo método estimou a relação entre a taxa média de câmbio cruzeiro/dólar e a paridade do poder de compra Brasil/EUA para o período 1962-91. Foi montada, assim, uma equação de regressão pelo método interativo de Cochrane-Orcutt, onde a variável dependente é o logaritmo (neperiano) da taxa média anual de câmbio e a variável independente é o logaritmo (neperiano) do índice da relação entre os deflatores brasileiro e americano, considerados em mesma base. Com isto, eliminou-se o problema da eleição do câmbio-base, e a nova taxa de conversão passou a levar em consideração a realidade cambial do País associada à questão dos deflatores, dentro de um enfoque de longo prazo.

A partir da recém-publicada revisão das Contas Nacionais e a divulgação dos dados para 1991, procedeu-se aqui à estimativa do PIB em dólares para o período 1980-91, segundo os três critérios do Bacen (tabela 2). A título de comparação de resultados, vale observar que os valores do PIB estimados pelo segundo critério são sistematicamente os mais baixos. Já os valores apurados pelos dois outros critérios estão mais próximos entre si, sendo que nos 12 anos considerados, o terceiro critério apresentou estimativas de PIB mais elevadas em sete destes anos.

A tabela 2 mostra ainda que, utilizando-se o terceiro critério a dólares constantes de 1991, o PIB brasileiro subiu de US$ 364,3 bilhões em 1980 para US$ 423,2 bilhões em 1991, um aumento de 16,2%, bem semelhante aos 16,9% registrado pelas Contas Nacionais para o período – o que reforça a boa qualidade deste terceiro método. Já o PIB *per capita* caiu de US$ 3.071 para US$ 2.890 entre 1980-91, também considerado em dólares de 91.

Para finalizar, é importante lembrar que a Organização das Nações Unidas (PNUD) introduziu recentemente o conceito do PIB real *per capita*, que mede o poder de compra da renda *per capita* de um país comparado ao dos demais países, a partir do levantamento dos preços dos bens e serviços comuns a todos os países. No caso brasileiro, o PIB *per capita* para 1989 estimado em US$ 2.878 (valores correntes), equivalia a US$ 4.951, segundo este conceito da ONU. Já no caso japonês, por exemplo, para um PNB *per capita* estimado em US$ 23.810 em 1989, o PIB real *per capita* correspondente era de US$ 14.311. ■

*Economista do IBRE/CEEG
Dados até 4.12.1992

[1] Para maiores esclarecimentos sobre este método, ver *PIB em dólares: Resumo de metodologias existentes e sugestão de novos critérios de apuração*. Bacen/Depec/Copec, mar. 1992.

revista brasileira de economia

Nº 3/92

Government saving and private saving in Brazil – *Daniel Lutz Gleizer*

Equilibrium and coordination with shacklean expectations – *Fernando J. Cardim de Carvalho*

Perspectivas para o financiamento externo da América Latina e do Caribe no início da década de 90 – *Arno Meyer*

Progresso técnico, organização da produção e condições de trabalho na agricultura – *Ademar Ribeiro Romeiro*

Minimal identification of dynamic rational expectations systems – *R.G. Flôres Jr e A. Szafarz*

Persistência de inovações e política econômica: a experiência do II PND – *Francisco Cribari Neto*

Moeda não-antecipada e produto no Brasil, 1968-85 – *Carlos Henrique Rocha*

INFORMAÇÕES

EDITORA/FGV
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110

Indicadores sociais

A condescendência com a delinqüência juvenil exibe seu efeito bumerangue: é espantosamente alto o número de crimes que vitima os menores e adolescentes, diz o IBGE

Um exército clandestino

IB TEIXEIRA

PESQUISA em andamento revela que o Grande Rio possui cerca de 12 mil "soldados" - indivíduos armados que protegem os locais de vendas de drogas distribuídos pelas centenas de favelas disseminadas pela cidade. A pesquisa também mostra que este enorme contingente bélico dispõe de armamento sofisticado, farta munição e recursos financeiros incalculáveis.

Em contraste com os vencimentos de um policial civil em início de carreira, que não vão muito além de Cr$ 2 milhões mensais, um "soldado" dessa milícia oculta pode receber até Cr$ 6 milhões por mês. Outro dado: quase 2/3 do contingente armado nas favelas é integrado por menores de 18 anos que virtualmente não podem ser alcançados pela legislação penal brasileira.

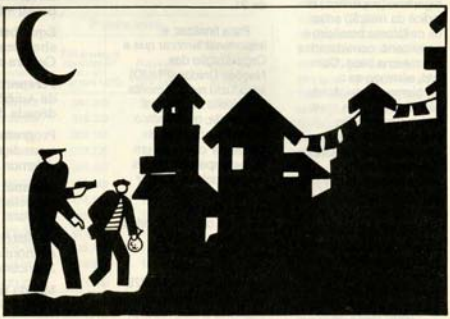
Entre as armas disponíveis por essa enorme milícia "protetora" das chamadas "bocas de fumo", encontram-se lunetas de visão noturna, metralhadoras ponto 30, armas anti-helicópteros, bazucas, granadas e outros implementos automáticos de última geração. A pesquisa também destaca o alto grau de eficácia de um dos núcleos armados mais importantes, o chamado "Comando Vermelho", cuja liderança encarcerada chega a possuir telefones celulares dentro dos presídios através dos quais se comunica com a cúpula da organização em liberdade.

Além da proteção aos centros distribuidores de drogas no Rio de Janeiro, o "exército" clandestino vem atuando em outros campos delituosos, principalmente seqüestros de grandes empresários e seus familiares, que estão rendendo quantias consideráveis aos integrantes dos diversos "comandos" que operam na cidade.

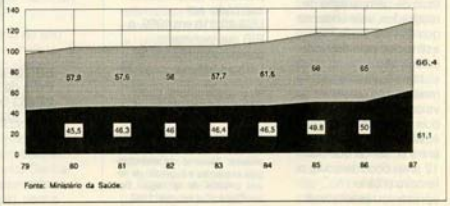
A experiência do Sendero Luminoso

Ao contrário do que geralmente se pensa, o êxito desse "exército" clandestino parece não se relacionar com supostas atividades de beneficência nas favelas, mas na utilização do *know-how* do Sendero Luminoso peruano e de outras organizações marginais que empregam o terror em larga escala para impor a colaboração ou o silêncio dos moradores locais. Quem não "colaborar" pode ser mutilado ou executado impiedosamente.

Em boa parte, graças à ação dessa milícia solidamente ins-



Mortalidade proporcional por causas externas, segundo grupos de idade – Brasil



Fonte: Ministério da Saúde.

talada nas centenas de favelas cariocas e na periferia fluminense, o Rio vem se transformando numa das mais perigosas cidades brasileiras. Os últimos levantamentos disponíveis revelam que, para uma taxa nacional por homicídios estimada em 13,6, o Rio registrou uma cifra absolutamente recordista: 26,1.

O estudo elaborado pelo Centro de Informações para a Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz, com base em registros de óbitos em todo o território nacional, apontou a cidade do Rio com um índice de homicídios bastante superior ao de Rondônia (24,5 óbitos), Ceará (20,9 óbitos) e Mato Grosso (20,3 óbitos). Como a pesquisa é de meados dos anos 80 e a violência desde então vem crescendo em escala geométrica, é possível pensar em cifras ainda mais dramáticas. De qualquer maneira, os números levantados contrastam de forma categórica com os de outras grandes metrópoles mundiais: para cada 100 mil habitantes, a cifra de morte por homicídio é, em Tóquio, de 1,1; em Londres, de 0,8, e no Rio, de 26,1.

Esvaziamento econômico

O contingente armado nas favelas do Rio representaria quase a totalidade dos exércitos de países como o Chile e Peru, superando também a de outros como Uruguai, Bolívia e Paraguai.

As repercussões econômicas da atividade desses bandos armados são óbvias: drástica redução no afluxo de turistas ao Rio de Janeiro, baixíssimo nível de ocupação de instalações da indústria hoteleira, menor dinamismo do comércio etc. Recentemente, comunicado do setor hoteleiro carioca revelou que seus estabelecimentos estão funcionando com menos de 40% de suas possibilidades. Portanto, a cidade vem sendo privada dos rendimentos de um importante núcleo gerador de recursos que é seu pólo turístico.

Tudo isso é mais grave quando se considera que o nível do desemprego na cidade do Rio se aproxima dos 15%, e que os índices do produto real do setor industrial apontam quedas consideráveis. O índice da indústria de construção, por exemplo, caiu a 68,32, em 1990, o que se compara com o índice 100 de 1980, informa o último anuário do Estado do Rio.

Adolescentes: maiores vítimas

Indicadores sociais do IBGE parecem mostrar que um tratamento condescendente com a delinqüência juvenil poderia estar estimulando níveis de morte violenta entre eles. Ou seja, as chamadas "causas externas" de mortalidade. De fato, levantamento com base em dados do Ministério da Saúde revela que, a partir dos 10 anos de idade, mais da metade dos óbitos são por causas externas. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, esta proporção chega aos 66,4%. Recorda-se que "causa externa" é o nome que agrupa a mortalidade por acidente, envenenamento, homicídio e suicídio.

Aliás, a evolução da violência, expressa na mortalidade por "causas externas", pode ser acompanhada no gráfico dos indicadores sociais do IBGE. Em 1980, por exemplo, a mortalidade dos menores entre 10 e 14 anos era de 42,8%; em 1985 ela já havia chegado aos 45,6%, para alcançar finalmente os 51,1% em 1987. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, os números eram ainda mais preocupantes. Eles haviam evoluído de 54,3% (1980) para 57,7% (1985), alcançando finalmente um patamar recordista em 1987: 66,4%.

Dito de outro modo, a forma complacente com que se enfrenta a questão da violência do adolescente e do menor em geral, a pretexto de se proteger a infância e a juventude, está provocando um efeito bumerangue de consequências desastrosas para os jovens. É o que parecem sinalizar os levantamentos estatísticos sobre homicídios, por exemplo, entre os adolescentes ■



ECOLOGIA

NOSSO FUTURO COMUM
Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente da ONU

SINAIS DE ESPERANÇA – LUTANDO POR NOSSO FUTURO COMUM
Linda Starke

AQUECIMENTO GLOBAL – O RELATÓRIO DO GREENPEACE
Jeremy Legget (editor responsável)

MUDANDO O RUMO – UMA PERSPECTIVA EMPRESARIAL GLOBAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
Stephan Schmidheiny com o Business Council for Sustainable Development

Informações
Editora/FGV
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-0698
e 551-1542 r. 107/110

Micro e pequenas empresas: terceira sondagem

Não obstante a perspectiva de ascensão (sazonal) das vendas em novembro-dezembro de 92, a taxa de crescimento anual do segmento mercantil deverá manter-se negativa.

A fim de compor um referencial quantitativo dos níveis da atividade comercial varejista (inclusive empresas de maior porte), mostra-se na tabela 1 a evolução recente de seu faturamento real (dados preliminares) – decréscimo de (-2,16%) em setembro de 92 em relação a agosto de 92, acumulando queda de -19,26% em janeiro-setembro de 92, comparativamente a igual período do ano anterior.

As confrontações revelam consideráveis reduções do faturamento em quase todos os ramos – no acumulado anual, o pior desempenho é o do segmento de farmácias e perfumarias, em virtude de majorações de preços praticadas pelas indústrias farmacêutica e de materiais de higiene e limpeza; as menores quedas foram observadas em vestuário (refletindo alguma recuperação recente das vendas) e na comercialização de veículos, em razão do acordo setorial firmado entre o Governo e a indústria automobilística (redução de 33% da alíquota de ICMS até o final de outubro de 92).

Panorama das micro e pequenas empresas

No âmbito dos micro e pequenos estabelecimentos comerciais varejistas, a situação dos negócios, em novembro de 92, foi considerada satisfatória por 62% das empresas, enquanto 36% julgavam-na insatisfatória e somente 2% apontavam-na como muito boa.

O clima conjuntural do comércio brasileiro, refletido pela ótica das micro e pequenas empresas, é contracionista: 41% prevêem declínio, 38% estabilidade e 21% expansão em novembro-dezembro de 92, em relação ao bimestre anterior (gráfico 1).

Já o panorama prospectivo do micro e pequeno comércio, para o último bimestre do corrente ano, aponta expansão das vendas: superiores ao normal para 43% das empresas; normais para a época do ano em 36% de informantes; e inferiores para 21%. As estimativas de ativação da demanda (em especial de bens populares) são induzidas por festas de fim de ano, 13º salário e outras gratificações, e recomposição de benefícios dos aposentados.

O comércio, em sua maioria, prevê aceleração dos preços de suas mercadorias (81% das empresas pesquisadas) e não espera significativa progressão das encomendas com vistas à próxima estação: 51% das empresas prognosticam encomendas normais para o período, 27% apontam que serão superiores ao normal e 22% inferiores.

No que tange ao efetivo de mão-de-obra, 73% das empresas deverão manter estável o quadro de empregados no último bimestre, 24% pretendem ampliá-lo e somente 3%, reduzi-lo.

Resultados das micro e pequenas empresas (setembro-outubro de 92)

Situação dos negócios – Considerada satisfatória por 62% das empresas comerciais pesquisadas e insatisfatória por 36% – atingindo, nesse último caso, 49% no Sudeste e 37% no Nordeste.

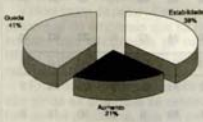
Dentre os que consideram a situação insatisfatória, 73% das empresas apontam o nível da demanda em ge-

Tabela 1 – Comércio varejista – evolução do faturamento real segundo ramos mercantis

Discriminação	Set. 92/ ago. 92	Set. 92/ set. 91	Jan-set. 92/ jan-set. 91
Comércio geral	-2,16	-15,02	-19,26
Lojas de departamentos	2,42	0,37	-11,96
Utilidades domésticas	1,20	-25,97	-27,15
Cine-foto-som e óticas	0,97	-34,21	-40,35
Móveis e decorações	5,55	-15,13	-24,52
Vestuário	-11,09	12,33	-7,48
Tecidos e armarinhos	-6,70	-27,05	-38,82
Calçados	-2,12	-19,78	-29,76
Supermercados	-9,74	-14,94	-17,43
Farmácias e perfumarias	-0,14	-67,54	-50,17
Agências de veículos	8,29	-7,86	-9,29
Autopeças e acessórios	4,99	-20,74	-28,41
Materiais de construção	-9,43	-20,34	-23,41

Fonte: FGV/IBRE/CET.

1. Previsão de vendas para nov./dez. 92
(Comércio em geral – ótica das micro e pequenas empresas)



2.. Previsão de vendas para nov./dez. 92
(Nível empresa – micro e pequenas empresas)



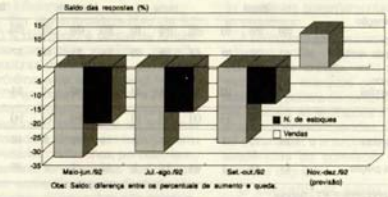
ral (falta de dinheiro) como principal fator que vem prejudicando a realização dos negócios, especialmente nas regiões Sul (86%), Sudeste (78%) e Norte (77%). Seguem-se-lhe em ordem de importância, escassez de capital de giro (11%) e nível da procura de mercadorias da empresa (6%) (gráfico 4).

Os reclamos foram mais intensos entre os vendedores de calçados, veículos e móveis de decorações.

Vendas realizadas – Pelo terceiro bimestre sucessivo, contraíram-se as vendas comerciais varejistas: estabilidade em 49% dos informantes, retração em 39% e crescimento em 12%. Menor volume de negócios foi constatado, principalmente, nas lojas de calçados e nos supermercados e lojas populares (armazéns, laticínios etc.).

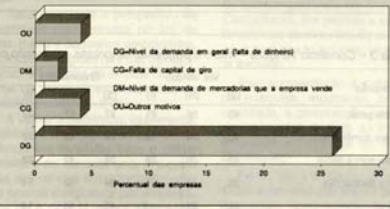
Compras – Os comerciantes continuam a adotar política cautelosa de compras para reabastecimento

3. Vendas e nível de estoques
(Em relação ao normal do período)

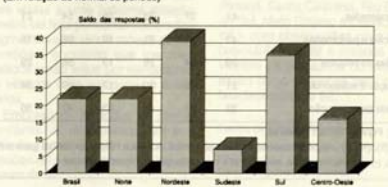


Obs: Saldo: diferença entre os percentuais de aumento e queda.

4. Principais fatores limitadores dos negocios das empresas



5. Previsão de vendas para nov.-dez.. 92
(Em relação ao normal do período)



Obs: Saldo: diferença entre os percentuais de aumento e queda.

imediato: 53% das empresas realizaram aquisições em níveis normais, 31% inferiores e 16% superiores – tal comportamento é verificado em todas as regiões do País. Maiores declínios de compras ocorreram no comércio de veículos e de calçados, cabendo salientar que as lojas de cine-foto-som e óticas foram as únicas a adquirir mercadorias em volume superior ao normal, em setembro-outubro de 92.

Estoques – Entre o princípio de setembro e o final de outubro do ano em curso, observou-se leve decréscimo do volume dos

Tabela 2 – Comércio varejista —micro e pequenas empresas – previsão para nov./dez. 92 (%)

Discriminação	Brasil			Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)
Volume de vendas	43	36	21	42	38	20	54	31	15	37	33	30	45	45	10	40	36	24
Volume de encomendas	27	51	22	35	44	21	45	40	15	24	40	36	24	67	9	22	63	15
	(+)	(=)	(-)	(+)	(=)	(-)	(+)	(=)	(-)	(+)	(=)	(-)	(+)	(=)	(-)	(+)	(=)	(-)
Mão-de-obra	24	73	3	17	81	2	19	78	3	18	79	3	41	57	2	23	74	3
Taxa de preços	81	16	3	83	14	3	82	16	2	75	20	5	89	9	2	80	18	2

Fonte: FGV/IBRE/CET - Sebrae.

Obs.: (S), (N), (I) – respectivamente, superior ao normal, normal e inferior ao normal (para a época do ano).

(+), (=), (-) - respectivamente, maior, igual e menor do que no bimestre anterior.

Tabela 3 – Comércio varejista – micro e pequenas empresas – previsão para nov.-dez./92 – (%)

Discriminação	Vol. vendas			Encomendas			Mão-de-obra			Tx. preços		
	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)	(S)	(N)	(I)
Comércio geral	43	36	21	27	51	22	24	73	3	81	16	3
Utilidades domésticas	46	38	16	29	49	22	28	71	1	77	21	2
Cine-foto-som e óticas	45	26	29	34	43	23	10	80	10	80	20	0
Móveis e decorações	35	40	25	34	52	14	20	75	5	85	15	0
Vestuário	60	31	9	45	41	14	41	57	2	80	18	2
Tecidos e armarinhos	44	43	13	31	39	30	34	64	2	84	15	1
Calçados	70	21	9	29	54	17	48	52	0	95	5	0
Supermercados	41	37	22	25	54	21	20	78	2	85	13	2
Farmácias e perfumarias	43	36	21	19	66	15	19	78	3	72	13	15
Agências de veículos	20	54	26	13	58	29	13	81	6	59	36	5
Autopeças e acessórios	21	49	30	17	49	34	15	76	9	85	13	2
Materiais de construção	33	27	40	23	47	30	15	83	2	75	22	3

Fonte : FGV/IBRE/CET – Sebrae

Obs.: (S), (N), (I) - respectivamente, superior ao normal, normal e inferior ao normal (para a época do ano)

(+), (=), (-) - respectivamente, maior, igual e menor do que no bimestre anterior

estoques comerciais (saldo de -10%). As maiores reduções ocorreram no Norte (-16%) e no Sudeste (-13%). Dentre os ramos comerciais, declínios mais acentuados foram informados pelos supermercados e lojas populares, e pelos vendedores de calçados.

No início de novembro, 61% das empresas mantinham estoques em nível normal para a época do ano, 26% em patamar inferior e 13% em superior. No Centro-Oeste, as empresas operavam com redução mais intensa dos estoques: 33% inferiores ao normal e 10% superiores.

Recurso ao crédito bancário – Mais uma vez, somente 12% das firmas recorreram ao crédito bancário. As que mais o fizeram foram as empresas do Centro-Oeste (15%).

Os vendedores de calçados e de tecidos crêem que a obtenção de crédito foi bem mais difícil do que há dois meses.

Influência do crédito – As condições atuais de crédito são relativamente normais em relação àquelas de dois meses atrás. Repercussões mais favoráveis sobre as vendas foram assinaladas por 26% das empresas mercantis nortistas

(apenas 6% indicaram influência desfavorável).

Com influência positiva, destacam-se o comércio de artigos do vestuário e de tecidos; e negativa, nas vendas de veículos.

Dificuldades de caixa – Diminuiu o percentual de empresas que se defrontam com dificuldades de caixa (de 49% para 42%), embora permaneçam em nível muito elevado.

Empresas nordestinas (49%) são ainda as que mais se ressentem desse problema, que na pesquisa anterior afetou os negócios de 59% das firmas daquela região. As que menos se queixaram foram as do Sul e do Centro-Oeste (37% de assinalações).

As farmácias, as lojas de cine-foto-som e óticas e as de materiais de construção eram as que, em novembro de 92, mais se defrontavam com dificuldades de caixa.

Mão-de-obra – Há três bimestres mantém-se estável o contingente de mão-de-obra nas micro e pequenas empresas comerciais – apenas empresas do Sul do País realizaram novas contratações de pessoal em setembro-outubro de 92, mesmo assim em percentual um tanto reduzido (saldo de +13%).

As lojas de tecidos e armarinhos e as de calçados foram as únicas a absorverem mão-de-obra adicional em setembro-outubro de 92.

Perspectivas

Os empresários estão, de modo geral, mais otimistas em relação à evolução dos negócios em novembro-dezembro de 92: 43% esperam que as vendas se expandam em nível superior ao normal para a época do ano, 36% que se mantenham em patamar normal e 21% em nível inferior (gráfico 5).

A grande maioria dos empresários (81%) prevê que os preços de suas mercadorias aumentem a taxas superiores às do bimestre anterior. No que concerne aos preços dos produtos do comércio como um todo, esse percentual eleva-se a 84% (apenas 2% acreditam em redução).

No que tange à intenção de compras (para a atual estação), 43% deverão concretizá-las em volume normal, 33% em níveis superiores e 24% em inferiores.

Em novembro-dezembro de 92, 51% das micro e pequenas empresas comerciais varejistas deverão realizar encomendas, para uma próxima estação, em nível normal, 27% em patamar superior e 22% em inferior. Volume mais expressivo de pedidos à indústria e ao comércio atacadista deverá ser feito por empresários nordestinos; por outro lado, menores encomendas serão feitas por comerciantes do Sudeste. No princípio de novembro, não existiam, para a quase totalidade (91%) das empresas, problemas ou atraso na entrega de mercadorias encomendadas.

Tendo em vista a perspectiva de incremento das vendas no fim de ano, micro e pequenos empresários, de todas as regiões do País, manifestaram a intenção de ampliar os quadros de pessoal, especialmente os sulistas (saldo de +39%).

A tabela 3 discrimina, igualmente, previsões dos micro e pequenos comerciantes varejistas para o último bimestre do corrente ano. A expansão das vendas em volume superior ao normal é esperada por empresários de 8 dos 11 ramos mercantis, especialmente os vendedores de calçados e os de artigos do vestuário.

Maior volume de encomendas com vistas a uma próxima estação deverá ser feita por comerciantes dos segmentos vestuário e móveis de decorações, enquanto que menores pedidos serão feitos por vendedores de veículos e de autopeças e acessórios.

Empresários de todos os ramos mercantis não manifestaram, em sua maioria, intenção de realizar demissões de pessoal nos dois últimos meses de 92.

Metodologia

A Sondagem Conjuntural do comércio varejista é realizada, bimestralmente, pela FGV e Sebrae nos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, junto às micro e pequenas empresas comerciais do País. O inquérito de Sondagem tem como objetivo obter do empresário informações sobre a evolução do comércio em geral e de seu ramo mercantil, de modo a fornecer subsídios às entidades governamentais e aos empresários.

A cada pesquisa, os comerciantes informam sobre vendas realizadas, situação do crédito, mão-de-obra empregada, estoques de produtos acabados, política de compras e, ainda, indicam as limitações impostas ao crescimento das vendas, no período em análise, e antecipam algumas tendências do comércio para o bimestre seguinte.

O conceito de saldo, representando a diferença entre avaliações positivas e negativas dos empresários a respeito do estado ou da evolução de variáveis pesquisadas, é de suma importância em Sondagens Conjunturais, por permitir a leitura de tendências dominantes de curto prazo, e será usado algumas vezes neste trabalho.

Para apresentação dos resultados da pesquisa, mostra-se, por item analisado, a composição percentual das respostas referido ao total das empresas informantes do item, na Sondagem.

Participaram desta pesquisa 1.001 empresas (de até 49 pessoas ocupadas), compreendendo 12 unidades da Federação – Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal – com observações para setembro-outubro de 92 e meados de novembro de 92 (época do inquérito), assim como previsões para novembro-dezembro de 92. ■

Centro de Estudos Tendenciais

Chefe
Eden Gonçalves de Oliveira

Equipe técnica
João Mendonça da Costa Rego
Jorge Ferreira Braga
Leonidas Barros Santos
Luiz Gonçalves Filho
Paulo Cesar Stilpen
Equipe de apoio
Jocicle Pereira Sombra
Josué de Oliveira Nazaré
Leda Maria Creusa Pereira
Maria Tereza Riente Abrantes
Paulo Roberto dos Santos Kruse
Selma Solano de Azevedo
Sonia Santos Rodrigues

A agroindústria em 1992

ROSANGELA CARNEVALE*
PAULO GONZAGA M. DE CARVALHO**

Os resultados sobre o desempenho do setor agroindustrial nos seis primeiros meses deste ano indicam retração de -2,4% ante igual período do ano anterior. Este desempenho reflete, basicamente, a contribuição negativa do subgrupo produtos industriais de origem agrícola (-4,1%), fortemente influenciado pelos decréscimos nos derivados de cana-de-açúcar (-17%), soja (-6,4%), cacau (-12,6%) e algodão (-5%). Com resultados positivos, neste subgrupo, destacam-se os derivados de milho (2,7%) e fumo (7,9%), além do acréscimo significativo na produção de suco de laranja (14,5%).

A produção industrial da pecuária (3%) teve influência positiva de carne de suínos (9%) e aves (10,2%), enquanto os derivados de bovinos apontam resultados negativos – carne (-4,8%) e leite (-1%). Adicionalmente, a produção industrial de insumos para agricultura manteve-se inalterada (-0,1%) enquanto os insumos utilizados pela pecuária cresceram 3,2%.

O processamento da cana-de-açúcar neste primeiro semestre resultou numa produção industrial inferior à verificada para o mesmo período do ano passado (-17%). Tal resultado pode ser atribuído ao descompasso no período das duas safras do Centro-Sul dado que, enquanto em 91 houve uma antecipação de safra, este ano a colheita iniciou-se com um atraso de cerca de 15 dias devido às condições climáticas desfavoráveis à maturação da planta. As previsões quanto à produção de cana-de-açúcar indicam acréscimo de 4% (segundo o IBGE-Deagro) e, mesmo considerando-se que o nível médio de rendimento industrial deverá ficar aquém do observado na safra passada, a intensificação da colheita no segundo semestre deverá, possivelmente, resultar em saldo positivo para os derivados do setor no acumulado do ano.

No que se refere ao complexo soja, o confronto com o primeiro semestre de 91 indica uma retração de (-6,4%) na produção de derivados. Os resultados para agricultura, ao contrário, apontam uma excelente performance (28,1%), basicamente em função do aumento da produtividade agrícola (30,8%), dado que a área plantada com soja diminuiu em 2,1% ano passado em benefício da lavoura de milho. Este contraste entre a produção agrícola e a industrial deve-se, em parte, ao fato de grande parte da produção agrícola ter sido direcionada para exportação *in natura* em detrimento do processamento industrial, devido aos preços internacionais mais favoráveis. A excelente safra agrícola indica disponibilidade suficiente de matéria-prima a ser comercializada *in natura* e/ou processada pela indústria até o final do ano. O atual nível da demanda externa já garantia, até finais de junho, a compra de 80% do total de grãos e derivados produzidos.

No primeiro semestre de 92, colheu-se a maior safra de milho da história, indicando um crescimento de 48,9% em relação ao mesmo período do ano passado. As condições climáticas favoráveis ao bom desempenho da cultura no Centro-Sul e os preços remuneradores que estimularam o plantio podem explicar estes resultados. A comercialização da safra resultou numa queda de preços, fazendo com que os produtores de aves e suínos optassem, eles mesmos, pelo preparo das rações em detrimento da compra do produto acabado; esse fato explica o crescimento de apenas 2,7% na produção dos derivados industriais do milho.

Brasil: nível de produção no primeiro semestre (base média de 1981=100)



A variação na produção de suco de laranja do semestre foi positiva em 14,5% em relação ao primeiro semestre de 1991. A demanda e os preços mundiais estimularam o esmagamento e as exportações, registrando-se no cômputo geral do semestre um acréscimo de 9,6% no volume total exportado. Adicionalmente, o preço final recebido pelos produtores sofreu ligeiro aumento no complemento ao preço provisório, de acordo com os prazos de contrato. No entanto, a previsão da safra agrícola anual de laranja, que só se intensifica a partir de setembro, registra acréscimo de apenas 2,7%. Esse descompasso entre produção agrícola e industrial pode, em parte, ser explicado pelo fato do total de laranja processada no primeiro semestre incluir frutas obtidas no segundo semestre de 91. As previsões de esmagamento para o segundo semestre vão depender do impacto da entrada da safra da Flórida no mercado e, conseqüentemente, do comportamento da demanda e dos preços no panorama internacional.

O indicador referente à produção de máquinas e insumos agrícolas para o primeiro semestre não sofre alteração frente ao mesmo período do ano passado (-0,1%). Este comportamento reflete a conjuntura de incerteza que vem influenciando, principalmente nos últimos anos, os investimentos do setor agrícola. O acréscimo detectado para o setor máquinas e equipamentos (2%), frente ao primeiro semestre de 1991, pode ser explicado pela base deprimida para este período, que no ano passado alcançou o mais baixo nível de produção dos últimos cinco anos. Já no que se refere ao agregado adubos e fertilizantes (-1,4%), apesar do impulso dado pelos sojicultores na compra desses insumos nos últimos seis meses, a vantagem comparativa dos preços destes itens frente aos preços de diversos produtos agrícolas

Tabela 1 – Brasil – agroindústria (base: igual período do ano anterior = 100)

Grupos selecionados	Jan.-jun. 92
Produtos industriais	
Derivados da agricultura*	95,86
Cana-de-açúcar	82,93
Soja	93,57
Trigo	96,18
Café	114,70
Cacau	87,42
Laranja	114,50
Fumo	107,89
Tomate	79,03
Algodão	95,04
Milho	102,72
Utilizados pela agricultura	99,54
Máquinas e equipamentos	102,01
Adubos e fertilizantes	98,65
Total da agricultura	96,28
Derivados da pecuária*	102,97
Bovinos	95,22
Suínos	109,01
Aves	110,20
Leite	98,96
Utilizados pela pecuária	103,15
Vacinas e suplementos	105,04
Rações	102,72
Total da pecuária	103,02
Total da agropecuária	97,58

Fonte: IBGE/Departamento de Indústria.
* O total inclui outros produtos derivados.

Tabela 2 – Soja – índices das exportações no primeiro semestre (base: janeiro-junho 91 = 100)

Segmentos	Valor (US$ FOB)	Quantidade (kg)
Soja (mesmo triturada)	134,93	140,14
Farelo de soja	92,70	86,86
Óleo bruto	73,10	74,01

Fonte: Decex.

no início do ano passado, resultou num patamar de produção industrial para o primeiro semestre de 1991 ligeiramente superior ao verificado para o mesmo período deste ano (gráfico).

O aumento na produção de suínos (9%) e aves (10,2%) neste semestre, frente ao mesmo período de 1991, foi estimulado pela combinação de uma superoferta de milho com expansão da demanda interna e externa. O menor preço do milho acarretou queda considerável no custo unitário de produção para os derivados de aves e suínos, estimulando a produção que, por sua vez, teve uma comercialização garantida pela atual conjuntura da demanda interna e externa.

No mercado interno, os aumentos verificados no preço da carne bovina, frente ao baixo poder aquisitivo da população, abriram espaço para uma expansão da oferta interna da carne avícola e de embutidos de suínos, itens mais baratos e substitutos naturais da carne bovina.

O *quantum* nas exportações de aves (30%) e suínos (157,6%) também cresceu nesse período frente à primeira metade do ano passado. Neste particular, vale assinalar que as vendas externas de carne suína para a CE foram timidamente retomadas. Além disso, destaca-se como a grande novidade do ano, a posição do mercado argentino como um dos principais compradores da carne suína brasileira, em função das vantagens cambiais e do compromisso assumido entre os governos dos países do Mercosul.

Neste semestre, ao contrário do que muitos analistas previam, a agroindústria não contribuiu para o crescimento da indústria, tendo uma queda (-2,4%) apenas um pouco menor do que a média do setor industrial (-3,1%). Cabe alertar, no entanto, que os resultados até junho não podem ser tomados como já definindo a tendência do ano. Embora possa ser considerada como colhida a maior parte da safra de verão, a possibilidade de estoque de matérias-primas importantes, como milho e soja, fornece uma margem de manobra para produtores e indústrias processadoras, cujo comportamento até o final do ano vai depender da conjuntura do mercado interno e externo.

Adicionalmente, não se pode ignorar que a entrada da safra de cana-de-açúcar do Centro-Sul na indústria com previsão de atingir variação média de 6,3%, e cujos derivados têm grande peso na agroindústria, deve pelo menos amenizar a queda observada até o momento.

Esta última previsão deve impactar, primordialmente, o indicador global para o Estado de São Paulo, onde o setor canavieiro, um dos mais expressivos, vem apresentando recuo de -13,7% ante janeiro-junho de 1991 (tabela). Este resultado, quando combinado com os fracos desempenhos de setores importantes, como os derivados industriais do trigo (-6,9%) e fumo (-18,5%), explica a performance negativa (-7,6%) da agroindústria paulista na referida comparação. O aumento na produção de café solúvel (7,2%) e suco de laranja (3,5%), basicamente voltados para o mercado externo, e do processamento industrial de aves (13,9%) e leite (5,2%) amenizou, em parte, a queda na produção da maioria dos setores industriais vinculados à agropecuária em São Paulo. Cabe destacar, no entanto, que esta queda foi maior que a verificada na agroindústria brasileira.

Já o desempenho da agroindústria da região Sul (6,4%), por sua importância, foi o principal destaque deste semestre no nível regional. Os segmentos que sobressairam foram os de fumo (21,3%), café (19,3%), suínos (10,6%) e milho (8,2%). Cabe assinalar que, ao contrário do que se esperava há um ano, o Mercosul tem contribuído para o crescimento da agroindústria da região, em especial dos setores industriais vinculados à pecuária, segmento onde a Argentina, historicamente, detinha vantagens comparativas.

Para maiores esclarecimentos quanto à metodologia utilizada para definir os setores agroindustriais, ver: "Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas nos Anos 80" – Feijó, Carmem et alii em IBGE/DPE, Texto para Discussão nº 39 – 1990, e "Produção da Pecuária e dos Setores Industriais Vinculados à Pecuária nos Anos 80" – Ferreira, Myrian et alii em IBGE/DPE, Texto para Discussão nº 57 – 1991. Estes dois trabalhos foram originalmente publicados nos anais dos Congressos da SOBER de 1990 e 1991.

Agradecemos o apoio computacional de Gilberto Gonçalves e Domingos Cersosimo. ■

* Economista do Departamento de Indústria do IBGE.
** Economista do Departamento de Indústria do IBGE e professor da Unesa.

Cimento: desempenho recente

Com exceção de 1986, a produção de cimento ainda não voltou a atingir os níveis verificados em 1981

MYRIAM SILVA DE BULHÕES

A indústria de cimento no Brasil, é caracterizada por sua estrutura oligopolista e concentrada.

A organização de uma indústria, sob o aspecto da concorrência ou do grau de concentração, depende de diversos fatores, tais como: capacitação tecnológica, disponibilidade da matéria-prima, diferenciação do produto, montante do investimento, escala de produção. São os dois últimos itens que constituem as principais causas da concentração na indústria de cimento.

• *Capacitação tecnológica* – Não ocorre nessa indústria formação de oligopólio por controle da tecnologia. O processo técnico não é gerado pelos fabricantes de cimento, mas pelos produtores de bens de capital. Os equipamentos são disponíveis para qualquer fabricante de cimento que possa realizar o investimento.

• *Matéria-prima* – O calcário é abundante na natureza não propiciando, portanto, vantagens monopolísticas.

• *Diferenciação do produto* – O cimento é um produto homogêneo, que não apresenta diferenças sensíveis de qualidade de fabricação, estando sujeito a normas da ABNT. Conseqüentemente, não existe a preferência do consumidor por marcas, ou gastos com *marketing* e propaganda que pudessem criar barreiras à entrada de novos produtores no setor.

Tabela 1 – Os maiores grupos na indústria de cimento – 1991

Grupos/empresas	Localização	Produção (1000 t)	Participação do grupo %
Votorantim	–	12.181	44
Cearense	CE	421	
Cimepar	PB	393	
Cipasa	PB	704	
Poty	PE	195	
Cimesa	SE	438	
Aratu	BA	309	
Itaú	MG/MS/GO	1.728	
Santa Rita	SP	1.173	
S.A Inds. Votorantim	RJ/SP	2.844	
Itaú do Paraná	PR	470	
Rio Branco	PR	1.325	
Catarinense	SC	555	
Gaúcho	RS	927	
Tocantins	DF	580	
Mato Grosso	MT	119	
João Santos	–	2.428	9
Cibrasa	PA	244	
Itapicuru	MA	174	
Ibacip	CE	155	
Itapetinga	RN	208	
Itabira	ES/SP	1.647	
S. Pereira da Silva	–	2.218	8
Itapessoca	PE	267	
Paraíso	MG/ES/RJ/GO	1.951	
Outros	–	10.663	39
Total da indústria	–	27.490	100

Fonte: SNIC (Sindicato Nacional da Indústria de Cimento) Visão – Quem é quem/Brasil mineral.

• *Montante do investimento* – A indústria de cimento requer um elevado investimento inicial. Na revista *Sumário Mineral*, do D.N.P.M., as estimativas de investimento para instalação de novas fábricas giram em torno de US$270 por t/ano. Isso significa que para uma fábrica de porte médio (cerca de 700 mil t/ano), o montante exigido ficaria próximo a US$ 200 milhões. Essa cifra, bastante elevada, dificulta significativamente a entrada de novos competidores.

• *Escala de produção* – As economias de escala, associadas ao alto investimento inicial, reforçam a concentração na indústria.

Na indústria brasileira, três grupos, Votorantim, João Santos e Severino Pereira da Silva, participam com 61%, sendo que o primeiro detém 44% da produção de cimento. O grupo Votorantim entrou no setor na década de 30 e os dois outros na década de 40. Nos três grupos, o investimento inicial na indústria de cimento foi gerado por capital acumulado nas indústrias de alimentos e têxtil.

Na indústria de cimento, a participação de capital estrangeiro é pouco expressiva (cerca de 13), distribuída entre três empresas: Ciminas (Holberdank–Suíça), Mauá (Lone Star–Estados Unidos, Lafarge–França) e Soeicom (Champanlimaund – Portugal). Na indústria existem, ao todo, 41 empresas e 55 fábricas.

Como mostra a tabela 1, os maiores produtores, sobretudo o grupo Votorantim, não se limitaram aos principais mercados da região Sudeste. A necessidade de instalar fábricas em outros centros, devido ao elevado custo do transporte de cimento, serviu de estímulo à expansão, contribuindo para o aumento da concentração industrial.

Os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, onde estão localizadas as fábricas de maior porte, respondem por mais da metade da produção de cimento no País.

Evolução da indústria de cimento (1988 – 91)

Todo cimento produzido é destinado ao setor de construção. Conseqüentemente, a indústria de cimento tem-se ressentido, ao longo dos anos, de cortes de gastos em obras públicas e desaceleração em construções habitacionais.

A Recessão na Indústria de Construção – A indústria de construção, caracteristicamente cíclica, tende a experimentar ascensão maior que a média global da economia em fases de expansão e, inversamente, quedas mais acentuadas em fases de depressão. A tabela 2 mostra sua evolução para o período em exame. À exceção de 1989, em que houve aumentos de obras contratadas pelos governos estaduais e municipais, viabilizadas por medidas fiscais, nos demais anos predominou severa recessão.

A retração das atividades atingiu os dois principais segmentos que compõem a indústria de construção, o de engenharia pesada, que depende do gasto governamental, e o de edificação, que está ligado ao nível de renda.

A construção pesada é particularmente afetada em tempos de crise porque, em média, 80% das receitas desse segmento provêm do setor público. No

Tabela 2 – Taxa de variação anual %

Anos	Ind. de Construção	PIB
1988	-4,0	-3,6
1989	6,4	3,4
1990	-11,3	-7,1
1991	0,3	1,2

Fonte: FIBGE

Tabela 3 – Produção de cimento

Anos	t (milhões)
1988	25,3
1989	25,9
1990	25,8
1991	27,2

Fonte: SNIC.

Tabela 4 – Em U$ milhões – 1991

Empresas	Patrimônio líquido	Imobilizado líquido	Receita operacional líquida
S.A. Inds. Votorantim	1.250	193	233
Paraíso	315	310	155
Itaú	321	153	129
Ciminas	229	290	83
Cauê	102	103	78
Gaúcho	83	18	55
Montes Claros	70	40	50
Tocantins	46	19	33
Total	2.416	1.126	816

Tabela 5 – Grau de endividamento

Empresas	1988	1989	1990	1991
S.A. Inds. Votorantim	0,13	0,09	0,06	0,04
Paraíso	0,36	0,42	0,38	0,29
Itaú	0,17	0,20	0,17	0,13
Ciminas	0,99	0,80	1,18	0,73
Cauê	0,69	0,58	0,71	0,36
Gaúcho	0,19	0,25	0,19	0,14
Montes Claros	0,12	0,16	0,27	0,18
Tocantins	0,48	0,81	0,82	0,25
Total	0,27	0,24	0,25	0,17

que diz respeito à demanda de cimento, a construção pesada abrange obras hidráulicas e de infra-estrutura urbana e construção de estradas. Considerando esses subsegmentos, a hidrelétrica de Xingó (na divisa de Alagoas com Sergipe) com investimentos orçados em US$ 600 milhões foi o único projeto de porte em execução no período em exame. No setor de energia elétrica, a necessidade de manutenção de um programa mínimo de expansão e as defasagens das tarifas levaram as empresas federais e estaduais a um elevado nível de endividamento. A conseqüência tem sido interrupção das obras como vem ocorrendo, por exemplo, com 13 projetos da Eletrobrás que vão sendo executados com extrema lentidão.

Nos dois outros subsegmentos não se implementaram projetos significativos. Acréscimos nas atividades de construção em 1989, como já mencionado, estão relacionados a obras estaduais e municipais e, em muitos casos, não significaram novos empreendimentos, mas simplesmente retomadas do que já havia sido iniciado e ficara interrompido por falta de pagamento às empreiteiras. A recuperação e manutenção das rodovias têm sido consideradas projeto prioritário, mas faltam recursos, e empréstimos do Banco Mundial destinados à área de transportes não foram liberados devido à ausência de contrapartida do Governo brasileiro.

A retração das atividades em edificações decorre, de um lado, da queda do salário real e declínio do volume de financiamentos, e de outro, de acréscimos nos custos da construção. As áreas mais afetadas coincidem com as de renda mais baixa. Segundo o Ministério da Ação Social, foram financiadas, entre 1990-91, cerca de 500 mil casas, enquanto que para 1992 os re-

cursos só serão suficientes para a construção de 150 mil.

A construção de cunho social, que depende basicamente de recursos do FGTS, é particularmente atingida em fases de recessão devido ao comportamento desse tipo de fundo. Em primeiro lugar, porque, com o aumento do desemprego e expansão da economia informal, reduzem-se as contribuições, e em segundo, porque aumentam os saques por parte dos desempregados. Os dados da FIBGE mostram acréscimos nas taxas de desemprego, principalmente em São Paulo, onde a taxa média passou de 3,8% em 1987, a 5,5% em 1991. Quanto à redução do volume de recursos das cadernetas de poupança, destinados à construção habitacional da classe média, além do achatamento salarial, verificaram-se: desvios, em diversas ocasiões, das aplicações em construção para outros setores; rentabilidades bem mais atraentes de outros ativos como títulos de renda fixa e, sobretudo, mercado acionário, nos últimos dois anos; bloqueio da metade dos depósitos da poupança, cerca de US$ 15 bilhões, em 1990.

Produção de cimento

A produção de cimento praticamente não cresceu após a crise econômica iniciada em 1981. O ano de 1986, com a implementação do Plano Cruzado, constituiu exceção. A taxa de expansão da produção de 22%, em relação a 1985, resultou, em parte, de programas em obras públicas e em parte, do acréscimo da demanda para construção de imóveis que se tornara ótima opção de investimento. Com o fracasso do Plano e recrudescimento inflacionário, tornou-se necessária uma reorientação da estratégia de gastos do Governo, levando a reduções acentuadas das atividades de construção nos anos subseqüentes. A tabela 3 mostra a evolução da produção, praticamente estagnada, entre 1988-91. O acréscimo no último ano, decorreu da entrada em operação da fábrica da Votorantim, em Nobres, no Estado de Mato Grosso.



A indústria cimenteira vem operando, nesses últimos anos, com uma capacidade ociosa entre 30% e 40%. Poucos investimentos têm sido realizados e muitos projetos foram revistos ou adiados, como por exemplo, os do grupo João Santos, um no sul do Pará e outro no interior da Bahia. Nem todos, entretanto, foram sustados, mesmo porque o tempo necessário entre a construção de uma fábrica e a comercialização do produto, que gira em torno de cinco anos, não o permitiria. Duas novas fábricas começaram a operar no período, uma em 1988 e outra em 1991, ambas do grupo Votorantim. A primeira, Companhia de Cimento Portland Poty, localizada na Paraíba, tem uma capacidade instalada de 2 mil t/dia e contou com investimentos de, aproximadamente, US$ 270 milhões. A segunda, localizada no município de Nobres em Mato Grosso, tem uma capacidade instalada de 600 mil t/ano. O mesmo grupo realizou também investimentos de cerca de US$ 100 milhões em projeto de ampliação da fábrica de Cimento Portland Rio Branco, situada no Paraná.

O perfil do consumidor de cimento

O perfil do consumidor de cimento tem mudado. Com a retração em obras realizadas pelas construtoras e empresas de engenharia, as atividades da indústria estão sendo, praticamente, mantidas pelo chamado "consumo formiga". Trata-se de consumidores de poucas quantidades que constroem pequenas casas ou fazem reformas, e que proliferam em épocas de crise. Segundo a Associação Brasileira de Cimento Portland, esse segmento absorveu, em 1991, cerca de 70% da produção de cimento. Constatam-se, por exemplo, aumento nas vendas de produtos típicos da fase de acabamento da construção, como argamassa, azulejo e ladrilhos, e queda em outros produtos largamente empregados em fase estrutural da construção, tais como: pedra britada e postes de concreto,

bastante utilizados no setor de obras públicas.

Preços na indústria de cimento

A questão dos preços está ligada ao transporte e à estrutura da indústria. O baixo valor específico do cimento faz com que o custo do transporte onere, em muito, o valor final do produto, principalmente no Brasil. Enquanto em outros países o cimento é transportado a granel por via férrea, no Brasil a grande parte é transportada já ensacada em caminhões. Incluindo assim os custos com embalagem, e sobretudo com os combustíveis, os preços do cimento para o consumidor final, no mercado interno, são elevados. Até que ponto são elevados por poderem estar incorporando ganhos extraordinários por parte das cimenteiras, constitui questão polêmica. Os produtores de cimento controlam a distribuição do produto e têm sido acusados de se valerem dessa prática para embutir parte de seus lucros no preço do frete. Observa-se, de um lado, a indústria com sua estrutura oligopolista pressionando aumentos de custos, e de outro, o Governo tentando combater a inflação, liberalizando as importações para obrigar o setor a baixar os preços. Em 1990, o Governo federal eliminou o imposto de 15% sobre a importação de cimento. Em um primeiro momento, as empresas reagiram baixando seus preços. A medida, entretanto, não produziu os resultados esperados. Como o imposto tem participação reduzida nos preços e o frete é muito elevado, as importações em pequenas quantidades não são vantajosas. Em 1992, 40 empresas de Belo Horizonte formaram um consórcio para, através da AMEOP (Associação Mineira das Empresas de Obras Públicas), importarem 160 mil sacos de cimento da

Tabela 6 – Patrimônio líquido – valores constantes 1991 – US$ milhões

Empresas	1988	1989	1990	1991
S.A. Inds. Votorantim	1.082	1.146	774	1.250
Paraíso	160	130	223	315
Itaú	232	232	159	321
Ciminas	177	194	102	229
Cauê	92	85	51	102
Gaúcho	74	70	46	83
Montes Claros	74	70	43	70
Tocantins	31	28	18	46
Total	1.922	1.955	1.386	2.416

Tabela 7 – liquidez corrente

Empresas	1988	1989	1990	1991
S.A. Inds. Votorantim	2,04	2,00	1,76	1,56
Paraíso	0,52	0,40	0,39	0,35
Itaú	2,97	2,98	1,83	2,02
Ciminas	1,19	1,94	1,88	1,23
Cauê	1,27	1,31	1,24	1,02
Gaúcho	1,84	3,19	1,28	2,85
Montes Claros	1,49	0,84	0,79	1,85
Tocantins	1,18	0,96	0,91	0,93
Total	1,62	1,72	1,20	1,29

Tabela 8 – Receita operacional líquida – valores constantes em 1991 - US$ milhões

Empresas	1988	1989	1990	1991
S.A Inds. Votorantim	306	330	244	233
Paraíso	122	93	113	155
Itaú	161	165	122	129
Ciminas	97	94	75	83
Cauê	76	77	75	78
Gaúcho	69	81	49	55
Montes Claros	61	57	49	50
Tocantins	50	58	39	33
Total	942	955	766	816

Romênia. A primeira partida de cimento ARI (alta resistência inercial), foi recebida no mês de outubro. Segundo a AMEOP, o preço do cimento importado, incluindo despesas portuárias, transporte ferroviário e 25 km de frete rodoviário até Belo Horizonte, é de US$ 5,74 o saco de 50 kg. Cimento do mesmo tipo produzido pela Ciminas, em Pedro Leopoldo, a 30 km de Belo Horizonte, fica em US$ 7,94 o saco. Além da diferença de 38% no preço, o cimento romeno vem acompanhado da garantia de que pode ser estocado até nove meses após a data de fabricação, enquanto a durabilidade do cimento nacional é bem inferior. Empresas construtoras de São Paulo estão também se associando para efetuarem importações. Assim sendo é possível que se quebre a resistência à compressão dos preços na indústria de cimento.

As principais empresas produtoras de cimento

As oito empresas da amostra (ver box sobre metodologia) apresentam tamanhos bastante diversos, como indicado na tabela 4, sendo que as três maiores (S.A. Indústrias Votorantim, Paraíso e Itaú) representam cerca de 80% do patrimônio, 60% do imobilizado e 65% das vendas do conjunto.

De maneira geral, as empresas alcançaram os melhores resultados em 1989, quando a indústria de construção cresceu de, aproximadamente, 6% (nos outros anos do período as taxas foram negativas e nulas), os preços do cimento variaram acima dos índices de inflação e as aplicações financeiras propiciaram ganhos satisfatórios. O impacto do Plano Collor mudou, abruptamente, esse comportamento. De início, foi afetada a situação de caixa das empresas e, ao longo de 1990,

constatou-se queda do faturamento devido ao rígido controle de preços. Nessa ocasião foram freqüentes as acusações às cimenteiras de embutir parte dos lucros nos preços dos fretes. Os reajustes nos preços do cimento no ano subseqüente, superiores aos índices de inflação, possibilitaram recuperação de vendas, mas os indicadores econômico-financeiros devem ser considerados com cautela, pois estão distorcidos em relação ao resto da série devido à aplicação da Lei nº 8.200, de 1991. Essa lei, que mudou a sistemática da correção monetária dos demonstrativos financeiros, teve como efeitos, em geral, acarretar acréscimos no patrimônio líquido e reduzir os lucros, o que se refletiu em queda de margens e rentabilidade.

Endividamento

As empresas mostraram uma boa situação patrimonial no período em estudo, como se constata pelos graus de endividamento na tabela 5. O último ano não pode ser comparado ao resto da série devido aos efeitos da lei acima mencionada, que, alterando a estrutura de capital, através da relação passivo/patrimônio líquido, provocou sensível melhoria do índice de endividamento e de capitalização.

A redução dos financiamentos de longo prazo entre 1988-90 está associada à ausência de um clima propício aos investimentos. Os montantes aplicados pelas empresas destinaram-se, basicamente, à reposição de equipamentos, informatização e projetos visando a economia de combustíveis. A Ciminas, que iniciou em 1988 o pagamento do financiamento realizado para implantação da Ciminas II, mostra um índice mais elevado, enquanto que na Paraíso são as reavaliações do patrimônio líquido que explicam os resultados obtidos nos dois últimos anos. À exceção dessa última empresa, o conjunto das cimenteiras está refletindo, no ano de 1990, subestimações da correção monetária do patrimônio líquido, fato esse que ficou corrigido com o estabelecido na Lei nº 8.200. A tabela 6 mostra a evolução do patrimônio líquido para o período 1988-91.

Tabela 9 – Margem bruta %

Empresas	1988	1989	1990	1991
S.A. Inds. Votorantim	26,33	44,09	30,96	28,30
Paraíso	40,14	21,72	44,79	56,60
Itaú	49,06	58,43	52,67	46,05
Ciminas	29,78	34,43	24,85	14,14
Cauê	17,01	32,91	32,04	19,25
Gaúcho	13,01	16,97	28,51	50,41
Montes Claros	23,25	32,09	27,11	26,67
Tocantins	50,57	49,50	57,03	54,98
Total	31,73	39,85	36,89	36,64

Tabela 10 – Margem operacional %

Empresas	1988	1989	1990	1991
S.A. Inds. Votorantim	37,46	74,29	28,99	24,96
Paraíso	1,42	1,90	-0,10	-13,60
Itaú	19,47	40,90	29,36	22,44
Ciminas	2,63	22,64	-24,90	-24,14
Cauê	-9,11	10,58	1,47	-10,80
Gaúcho	17,18	23,56	19,51	27,12
Montes Claros	10,03	18,92	9,27	14,46
Tocantins	23,92	53,09	38,56	33,68
Total	18,43	42,37	15,36	8,65

Tabela 11 – Rentabilidade operacional do ativo %

Empresas	1989	1990	1991
S.A. Inds. Votorantim	19,84	6,93	5,57
Paraíso	0,88	-0,04	-5,91
Itaú	24,63	15,36	10,51
Ciminas	6,10	-6,57	-6,50
Cauê	5,58	1,00	-7,45
Gaúcho	21,93	13,44	20,01
Montes Claros	13,14	6,60	10,51
Tocantins	63,29	35,75	24,26
Total	16,69	5,67	3,09

Liquidez

A situação de liquidez das empresas é, em geral, confortável, apesar dos acréscimos das despesas financeiras no final do período. Os indicadores mostrados na tabela 7, refletem as maiores receitas (operacionais e financeiras) auferidas em 1988-89, os efeitos do plano econômico de 1990 e os ajustes realizados em 1991. A Paraíso, devido ao endividamento, foi mais penalizada pelo controle de preços, em 1990, e pela política antiinflacionária calcada em elevadas taxas de juros. No início de 1992, concretizou a alienação de sua fábrica de Goiás, o que possibilitou o necessário saneamento financeiro da empresa.

Rentabilidade

O faturamento do conjunto das empresas, mostrado na tabela 8, declinou no final do período. Em outros segmentos industriais, as quedas foram mais acentuadas. A indústria de cimento constituiu exceção, ao registrar acréscimo da receita operacional em 1991, em relação ao ano anterior.

A diminuição nos valores das vendas, acréscimos de despesas financeiras e a possibilidade de importações, em grandes quantidades, de cimento mais barato do exterior, tornam essenciais as reduções dos custos de produção. De fato observa-se que a Gaúcho, que apresentou o melhor desempenho, no final do período, foi a

mais eficiente em atingir esse objetivo. Através de melhorias realizadas no parque produtivo (automação e troca de equipamentos), logrou reduzir os custos de manutenção, que se refletiram em queda de cerca de 60% dos custos indiretos de fabricação entre 1989-91. A Paraíso também reduziu, sensivelmente, seus custos indiretos, mas os encargos financeiros acarretaram prejuízos, enquanto a Tocantins operou com custos baixos ao longo do período. A respeito desse item deve-se, mais uma vez, chamar a atenção para aplicação da Lei nº 8.200, que teve como efeito acarretar aumentos dos custos indiretos, levando a reduções nos lucros, margens e rentabilidades. As quedas das margens brutas, em 1991, de quase todas as empresas, como mostrado na tabela 9, traduzem esse efeito.

As margens operacionais, na tabela 10, estão refletindo: o desempenho financeiro com picos de receitas, em 1989, e acréscimos de despesas no final do período; reduções nos lucros ou ampliacões dos prejuízos decorrentes dos aumentos dos custos indiretos.

Para o conjunto das empresas, as despesas financeiras cresceram, em relação à receita operacional líquida de 7%, em 1989, a 19%, em 1990, tendo sido reduzidas a 16% no último ano. Na Paraíso, Ciminas e Cauê essa relação atingiu, em 1990, respectivamente 39%, 61% e 16%, declinando, em 1991, nas duas últimas empresas.

A rentabilidade do ativo, em queda, está mostrando as reduções do lucro operacional e também, no último ano, os efeitos das mudanças das correções monetárias sobre o imobilizado das empresas (tabela 11).

Metodologia

Dentre as 41 empresas produtoras de cimento, somente oito apresentaram os demonstrativos financeiros pelo critério contábil da correção integral para todos os anos do período, 1988-91. Essas empresas que compõem a amostra participaram, em 1991, com 42% da produção de cimento no País, como mostra o quadro 1.

Para as empresas selecionadas, foram analisados os balanços patrimoniais, demonstrativos de resultados e os seguintes indicadores econômico-financeiros: (ver quadro 2)

As estatísticas primárias, recolhidas nos balanços e demonstrativos, foram corrigidas pelo IGP (DI) para valores de dezembro de 1991 e convertidas a taxa do dólár de fim de período.

Colaboraram neste estudo:
Josira T. de Britto
Marcos Caixeta
Roberto Wendling.

Referências

Guimarães, Eduardo A. Curso de Mestrado, UFRJ, 1980

—— *Acumulação e Crescimento da Firma*. Zahar, 1982.

Prochnik, Victor . *A Dinâmica da Indústria de Cimento no Brasil*. Tese, UFRJ, 1983.

Santos, Leônidas B. A Indústria da Construção Civil e a Retomada do Crescimento, *Conjuntura Econômica*, jul. 1992.

Szuter, Natan. *Os efeitos da Lei 8.200 sobre os balanços de 1991*, *Conjuntura Econômica*, maio, 1992.

Sondagens Conjunturais da Indústria da Construção Civil CET/ IBRE/FGV. *Conjuntura Econômica*, 1986-92.

Retrospectos da Economia Nacional e da Indústria. *Conjuntra Econômica*, 1986-92.

Sumário Mineral. D.N.P.M. 1988-91.

O Dirigente Construtor. set. 1992.

Visão. Quem é Quem, 1991.

Brasil Mineral. As Maiores Empresas do Setor Mineral. 1991.

Gazeta Mercantil, diversos, 1992.

SNIC –Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

Quadro 1 – Empresas da amostra – ano 1991

Empresas	Grupos	Localização	Produção (1.000 t)
S.A. Inds. Votorantim	Votorantim	RJ/SP	2.844
Paraíso	S. Pereira da Silva	MG/ES/RJ/GO	1.951
Itaú	Votorantim	MG/MS/GO	1.728
Ciminas	Holderbank (Suíça)	MG/SP	1.470
Cauê	Cauê	MG	1.062
Montes Claros	Matsulfur	ME	980
Gaúcho	Votorantim	RS	927
Tocantins	Votorantim	DF	580
Total da amostra			11.542
Total da indústria			27.490

Fonte: SNIC/Visão – Quem é quem/Brasil mineral.

Quadro 2 – Indicadores econômico-financeiros

1. Grau de endividamento = $\frac{\text{passivo circulante + exigível de longo prazo}}{\text{patrimônio líquido}}$

2 Liquidez corrente = $\frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$

3. Margem bruta= $\frac{\text{lucro bruto}}{\text{receita operacional líquida}}$

4. Margem operacional = $\frac{\text{lucro operacional}}{\text{receita operacional líquida}}$

5. Rentabilidade operacional do ativo = $\frac{\text{lucro operacional}}{\text{ativo médio}}$

Evolução do mercado de aluguéis

MARIA LÚCIA MORAES LEHWING*

DESDE a vigência da nova lei do inquilinato (Lei nº 8.245/91), que entrou em vigor em dezembro de 1991, a oferta de imóveis para locações residenciais vem aumentando mensalmente.

Esta maior oferta, aliada à recessão econômica, está causando uma redução significativa dos aluguéis residenciais em termos reais, situação que ocorre em todo o Brasil e que pode ser verificada, para o município do Rio de Janeiro, pela pesquisa mensal elaborada pela Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis – Abadi, abrangendo todos os bairros.

Segundo tal pesquisa, no período de março a setembro de 1992, os aluguéis médios de apartamentos de sala e quarto conjugado apresentaram um crescimento nominal de 107,09%, enquanto que, em termos reais, reduziram-se em 39,62%. Já para os apartamentos de sala e dois quartos, verificou-se que a variação nominal dos aluguéis médios foi de 145,26%, ao passo que, em termos reais, o decínio foi de 28,49%. Com relação aos aluguéis médios de apartamentos de sala e quatro quartos, observou-se um decréscimo de 26,26% em termos reais. Tais informações basearam-se na oferta de imóveis residenciais e em contratos novos realizados no período (tabela 1).

Tabela 1 – Novas locações residenciais: aluguel médio no município do Rio de Janeiro, por tipo de apartamento, em Cr$ – período: março-setembro 92.

Especificação	Março 92	Setembro 92	Variação nominal set-92/ mar-92 (%)	Variação real[1] set-92/ mar-92 (%)
Sala/qto. conj.	185.379,12	383.897,66	107,09	-39,62
Sala e 1 qto	255.658,16	601.142,95	135,14	-31,44
Sala e 2 qtos.	359.876,54	882.636,04	145,26	-28,49
Sala e 3 qtos.	471.521,33	1.190.297,58	152,44	-26,39
Sala e 4 qtos.	620.590,20	1.569.312,45	152,88	-26,26

Fonte: Abadi – Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis.
Elaboração: CEP/IBRE/FGV. [1]Deflacionada pelo IGP-DI.

Tabela 2 – Bairros do município do Rio de Janeiro com as maiores ofertas de imóveis para locação, por tipo de apartamento, em unidades habitacionais – mês: setembro 92.

Especificação	1º lugar	2º lugar	3º lugar
	Copacabana/ Leme	Tijuca/ Rio Comprido	Botafogo/ Humaitá
Sala/qto. conj.	13	2	10
Sala e 1 qto.	39	18	15
Sala e 2 qtos.	19	31	18
Sala e 3 qtos.	18	15	8
Sala e 4 qtos.	4	6	2
Total	93	72	53

Fonte: Abadi – Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis.

De acordo com a pesquisa da Abadi para setembro de 92, os bairros com as maiores ofertas de imóveis para locação foram Copacabana/Leme, Tijuca/Rio Comprido e Botafogo/Humaitá, com ofertas representando 11,96%, 9,26% e 6,82%, respectivamente, em relação ao total de ofertas do mês (777) (tabela 2).

Por ocasião da assinatura de um contrato de locação, alguns cuidados devem ser levados em conta, seja pelo locador, seja pelo locatário. Dúvidas sobre índices de reajuste e cláusulas consideradas abusivas podem eventualmente ocorrer e, em alguns casos, só serão resolvidas pela via judicial.

Recentemente, um acordo firmado com representantes de inquilinos, administradoras de imóveis e Procon de vários estados, foi suspensa a cobrança de taxa de contrato de aluguel por seis meses, período em que a Justiça deverá decidir sobre sua legalidade. A taxa vinha sendo cobrada em quase todos os estados do País e incidia em 60% sobre o valor de um aluguel mensal.

Do lado do locador, uma forma de evitar eventuais aborrecimentos no momento do reajuste dos aluguéis residenciais durante a vigência do contrato é fazer constar, no contrato de locação, a possibilidade de escolha de um índice de preços, independente do Governo e calculado por instituição especializada, o que evitaria repercussões negativas de sucessivos planos econômicos adotados anteriormente. É também aconselhável o estabelecimento de uma cláusula contratual de abono de pontualidade, fixado normalmente em 20% do valor do aluguel, e que representa um estímulo ao locatário para pagamento de aluguel na data acordada.

O mercado de locações vem sentindo aumento de inadimplência, decorrente de dificuldades econômicas do País, e os acordos continuam a ser a estratégia para se manter uma locação com bom inquilino. ■

*Economista do Centro de Estudos de Preços/IBRE

Consumo de aves no Brasil

IRENE RAGUENET TROCCOLI*

É fato notório que o poder de compra real dos salários tem decrescido anualmente no Brasil à medida que os patamares inflacionários se elevam.

Conseqüentemente, a população vem aprendendo a se adequar aos avanços dos preços dos diversos itens necessários à sua sobrevivência, deixando de adquiri-los ou apelando para o *downtrading* como forma de não abrir mão do consumo.

No caso dos produtos alimentícios, embora sejam imprescindíveis à sobrevivência humana, eles podem ser (e são) submetidos a processo de seleção, antes da compra, necessário à sua acomodação aos orçamentos domésticos.

Especificamente no que diz respeito ao mercado tanto produtor como consumidor das proteínas animais, sua evolução no País, ao longo dos últimos anos, retrata essas mudanças, assim como reflete (ainda que de forma parcial) os avanços do desenvolvimento tecnológico zootécnico e sua aplicação ao bem-estar humano.

Em termos históricos, o consumo de carne bovina no Brasil impunha-se às outras alternativas de proteínas animais, numa situação que perdurou até o início da década de 70.

Entre 1960 e 1971, a produção brasileira anual desta carne avançou quase 40% em termos acumulados, segundo dados do IBGE. Iniciou-se a década de 70 com oferta comercial de 1,8 milhão de t do produto, contra 800 mil t de carne suína (dado do IBGE) e 224 mil t de carne avícola (dado do Usda). Ou seja, era incontesteo o domínio da carne bovina sobre as demais, que eram consumidas de modo marginal, especialmente nas grandes cidades.



Com o passar do tempo, porém, o perfil deste mercado foi alterado paulatinamente. Pode-se dizer que os dois grandes causadores desta mudança se caracterizaram de forma separada, nas décadas de 70 e de 80.

Nos anos 70, assistiu-se, no Brasil, a um forte movimento no sentido de se estruturar e fortalecer o parque agroindustrial voltado para a produção, abate e transformação avícolas. Esta tendência apoiou-se num tripé de fatores.

O primeiro foi a gama de incentivos que o Governo então oferecia para a implantação de novos projetos industriais, dentro do programa de desenvolvimento econômico então em curso. A simultânea elevação dos preços internacionais da soja e a expansão do seu cultivo contribuíram para incentivar o crescimento das agroindústrias voltadas para a criação integrada, abate e transformação de animais de pequeno porte, geograficamente próximas às áreas de produção da leguminosa e do milho.

O segundo foi a acelerada evolução das pesquisas voltadas para a melhoria genética avícola em outros países, visando, em última instância, a maximizar a transformação de ração em carne no menor espaço de tempo possível. Em menos de 10 anos, a oferta de carne avícola passou, de pouco mais de 200 mil t em 1971, para 1,3 milhão de t em 1980. Por seu turno, a produção de carne bovina, no mesmo período, avançava não mais do que 13%, chegando a 2,1 milhões de t, o que ressalta o terceiro fator que reforçou o crescimento da produção avícola no Brasil: as diferenças entre os dois sistemas produtivos a favor desta última.

A pecuária de corte no Brasil possui, como características básicas, o fato de dispor de estrutura complexa de produção e de baixa tecnologia.

Assim, para que a carne bovina chegue até a mesa dos consumidores, várias etapas têm que ser vencidas, iniciando-se com o nascimento do bezerro, a sua evolução até o estágio do boi magro e a engorda deste último, que, ao se transformar em boi gordo, é finalmente abatido pelos frigoríficos, para, em seguida, ser a carne distribuída ao segmento retalhista.

Por outro lado, se o estudo da pecuária de corte obrigatoriamente engloba a observação das tendências junto às fases de cria, recria e engorda do gado, ele não pode omitir o fato de o preço da carne bovina ter sido constantemente monitorado pelas autoridades governamentais, dado seu elevado peso no cálculo dos índices inflacionários: 0,58% no caso do IPA e 4,17% no do IPC (a participação da carne avícola, por exemplo, é de 0,24% e 1,34%, respectivamente).

Os preços da carne bovina e do boi gordo no País oscilam tanto sazonalmente quanto plurianualmente, de acordo com a variação da produção.

No primeiro caso, trata-se da influência das alterações qualitativas das pastagens, que tendem a se tornar deficientes com o tempo seco característico do inverno, levando o gado a perder peso. Inversamente, a maior umidade típica da época estival contribui para a melhoria da alimentação natural do rebanho, sendo o verão época tradicional de aumento dos abates.



No segundo caso, a evolução plurianual dos preços reflete o ciclo pecuário em si, ou seja, o tempo que se passa entre o nascimento da novilha e o momento de a sua primeira cria ir para o abate. Neste caso, a extensão horizontal de um ciclo dura em média de seis a sete anos.

O ciclo pecuário é um fenômeno mundial, com peculiaridades inerentes a cada país, que registra as oscilações do rebanho (e, conseqüentemente, da produção de carne) a partir das variações registradas nos preços do gado. Os preços, e, conseqüentemente, as margens de lucro da atividade pecuária, são função do estoque de bovinos, sendo o ciclo influenciado pelas expectativas dos pecuaristas quanto ao delineamento futuro dos preços de mercado, por variáveis macroeconômicas e pela taxa de crescimento e de desfrute do rebanho. No Brasil, dado o caráter de criação extensiva do rebanho, também os acidentes climáticos assumem importância na avaliação do ciclo pecuário.

O inter-relacionamento da matriz com suas crias futuras leva o preço das vacas a uma peculiar dependência das expectativas sobre o preço do boi gordo no futuro (ou seja, quando as crias estiverem prontas para o abate).

Desta forma, quando se inicia uma fase descendente do preço do boi gordo, os pecuaristas tendem a projetar esta tendência declinante, formando expectativas pessimistas de preço para o futuro. Não havendo, portanto, estímulo à criação, aumenta o abate de matrizes. Cria-se, aí, um círculo vicioso, pois este maior abate acarreta, a curto prazo, maior oferta de carne, reforçando a queda dos preços de todo o complexo, o que reincentiva o abate de vacas (inclusive de categorias mais jovens).

Assim, os preços só voltam a subir de dois a três anos depois do início da fase descendente, quando o mercado começar a refletir a falta dos bois gordos em que teriam se tornado tanto os bezerros abatidos dois ou três anos antes, como os que teriam nascido das matrizes que também foram sacrificadas.

Dentro deste processo, é natural que haja algumas diferenças nos estágios evolutivos dos preços dos animais de reposição (boi magro e bezerro) daquele do boi gordo (que representa a fase final da criação).

Normalmente, a majoração dos preços do bezerro ou de novilhas para engorda antecede ou coincide com a alta do boi gordo. Isto porque o primeiro reflexo do abate indiscriminado de matrizes é a escassez dos bezerros, que, ao encarecerem, puxam o elo seguinte da cadeia – os bois magros. Finalmente, a majoração dá-se nos bois gordos e, simultaneamente, na carne bovina em nível de varejo. Por depender mais diretamente da capacidade de compra do consumidor, a variação de preços da carne bovina e do boi gordo é diferenciada da dos animais de reposição. Este diferencial, no entanto, é temporário e tende a desaparecer, à proporção que se agrava a escassez do elo final da cadeia. No início da fase ascendente do ciclo pecuário, a alta dos preços dos animais de reposição antecede a majoração do boi gordo e da carne bovina. O contrário ocorre quando se aproxima o pico do preço do boi gordo, quando, em função da retomada do crescimento do rebanho (determinada pela redução do abate de matrizes, em resposta à alta dos preços da carne), os preços dos bezerros começam a declinar, pela regularização da oferta, identicamente aos da carne bovina, só que em ritmo bem mais acentuado.

Há, em paralelo, duas outras características muito peculiares, e im-

portantes, da pecuária bovina. A primeira diz respeito ao fato de uma cabeça de gado poder ser encarada como um bem tanto de capital quanto de consumo. Esta dualidade termina por afetar a oferta para abate, na medida em que determina a liquidação ou retenção do rebanho num prazo relativamente curto frente às variações nos preços de cada categoria.

A segunda característica advém de o investimento na bovinocultura ter prazo de maturação médio de quatro anos, o que explica os preços elevados desta carne. Assim, a atividade só prospera quando a economia interna dos países produtores está em crescimento, absorvendo a produção. Ou, então, quando se dispõe de tecnologia de produção para se atender às exportações – o que é arriscado, na medida em que o mercado externo é pequeno e rígido, já contando com fornecedores tradicionais.

Assim, enquanto a pecuária de corte não consegue prescindir destas influências, a avicultura literalmente corre por fora, tornando-se subsetor voltado exclusivamente para o aprimoramento da eficiência técnica, que torne cada vez mais favorável a taxa de conversão alimentar e menor o prazo de engorda.

Quanto aos fatos que, na década de 80, vieram a solidificar a avicultura de corte no Brasil, destacam-se, além do rápido processo de esvaziamento real dos salários, a tendência (mundial) à ingestão de carnes brancas e a demanda externa do produto.

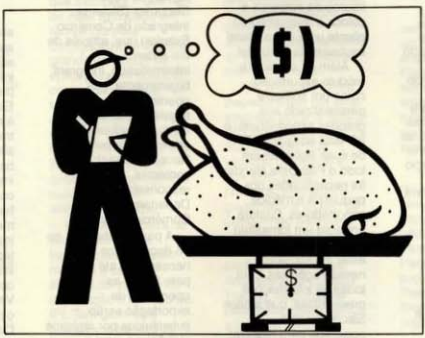
O primeiro ponto encontra suporte no fato de que, com o aprofundamento do processo inflacionário dos anos 80, os consumidores passaram a dispor de menos renda para a manutenção de seus gastos. De forma concomitante, a mencionada rápida absorção das inovações tecnológicas avícolas facultara o barateamento desta carne, que passou a ser ofertada a preços reais decrescentes.

A título de exemplo, para a média de 1989, o quilo do frango no varejo da cidade de São Paulo era 43% mais barato em termos reais do que seu preço médio de 1970, enquanto que tal retração, no caso da carne bovina, não ultrapassou 7%.

Um exercício estatístico mostra quão profunda foi a influência dos avanços tecnológicos e da economia de escala sobre os custos da produção avícola, traduzidos em menores preços e aumento do consumo. Tomando-se por base a produção anual de carne de aves (época em que o aumento médio anual foi de 20%) do período 1970-79, o ajustamento da curva apontaria, para 1992, produção da ordem de 2,1 milhões de t de carne de aves, inferior à expectativa real de cerca de 3 milhões de t.

O aspecto concernente à mudança do hábito alimentar foi de particular importância sobre o segmento cárneo de um modo geral, ao longo da década de 80. Com a aceleração do ritmo de vida das pessoas nas grandes cidades, cresceu a procura por alimentos mais práticos de preparar. Neste caso, é nítida a vantagem comparativa da ave frente ao boi, desde que as grandes indústrias passaram a apresentá-la semipronta ou pronta para o cozimento, tanto em partes como inteira. Proliferaram os pontos de vendas de frangos assados, bem como os embutidos de frango. Igualmente, a sofisticação do frango tipo *chester* e os frangos congelados defumados abriram novos horizontes à culinária da classe média em geral.

Além do mais, acentuou-se a crítica quanto ao tipo de alimentos ingeridos e sua influência sobre a saúde humana. Neste caso, a ave passou a ser percebida como fornecedora de carne magra e saudável, ideal para uma alimentação que objetivasse a manutenção tanto da boa saúde coronariana quanto do peso corporal, ao contrário da carne bovina e, principalmente, da carne suína.



Quanto ao sucesso das exportações brasileiras de carne avícola, é inegável que ele significou apoio fundamental ao crescimento da produção interna, a despeito das vicissitudes experimentadas pelos exportadores ante a desregulamentação deste comércio e a relativa estreiteza do mercado adquirente. Iniciadas ainda na década de 70, ao longo dos 12 últimos anos as vendas brasileiras do produto absorveram perto de 15% da produção, carreando aporte considerável de divisas estrangeiras.

Recentemente, ante as disputas internacionais devido à forte política de subsídios aplicados às exportações avícolas da Europa e dos EUA, as empresas brasileiras têm concentrado esforços na contenção de seus custos para aumentarem sua competitividade. ■

*Economista do CEA/IBRE/FVG

Banco do Brasil desenvolve *software* para exportações

O Banco do Brasil colocou à disposição das empresas exportadoras, em outubro, um novo produto: linha direta BB – módulo exportação, um *software* desenvolvido por um grupo de trabalho do próprio banco, formado por técnicos em informática e comércio exterior. O módulo exportação agilizará e garantirá o acesso das empresas exportadoras ao Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior), que o Governo federal estará operando a partir de janeiro de 93, como base no Serpro.

Os exportadores receberão o módulo exportação, sem qualquer custo, e poderão testá-lo até a entrada em funcionamento do Siscomex, quando toda a documentação necessária para as operações de exportação será substituída por registros eletrônicos com a emissão de um único documento.

A opção de acessar o Siscomex através do módulo exportação do BB, entretanto, oferecerá uma série de vantagens às empresas.

Apenas com um micro e um modem, o exportador passa, em poucos minutos, as informações à rede do BB, que se responsabiliza e garante o acesso à base Siscomex do Serpro. Isto evita os possíveis congestionamentos de demanda e ainda libera rapidamente o micro para outras atividades administrativas. O módulo exportação também possibilita a duplicação de arquivos das operações de exportação para controle interno da empresa e coloca à disposição do cliente uma caixa postal exclusiva da Embratel.

Além de oferecer o módulo exportação como um *software* personalizado aos grandes exportadores, o BB está equipando 210 de suas agências em todo o País para atender às necessidades dos pequenos e médios exportadores. Bastará entregar um formulário padronizado, que vai estar à disposição nessas agências, com todas as informações preenchidas, que a base Siscomex será acessada para registrar a operação e verificar se está aprovada.

O Banco do Brasil vem adotando uma estratégia mais competitiva, ampliando a automação dos serviços, lançando novos produtos e rejuvenescendo sua imagem. Em relação à nova sistemática adotada pelo Governo federal para o comércio exterior, o BB estará lançando outros *softwares* para atender às necessidades específicas de cada tipo de empresa. Em breve, o Banco do Brasil lança o módulo registro de vendas prévio, para as empresas que exportam *commodities*; o módulo registro de operação de crédito, para as que fecham exportações com prazo superior a 180 dias, e o módulo importação.

O que é siscomex

O Governo federal coloca em operação, em janeiro de 93, o Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior) que, através de um sistema informatizado, integrará, basicamente, três operações: a cambial, regulada pelo Banco Central; a aduaneira, administrada pela Receita Federal; e a comercial, sob responsabilidade do Departamento de Comércio Exterior.

A partir desta data, os 16 documentos necessários até agora para fechar as operações de exportação serão substituídos por registros eletrônicos, com a emissão de um único documento. No segundo semestre de 93, o mesmo processo de desburocratização será estendido às operações de importação.

Entre as principais vantagens trazidas pelo Siscomex, estão:

- redução, ao mínimo, do tempo de liberação de mercadorias importadas;
- agilização do despacho de mercadorias destinadas à exportação;
- mercado de câmbio mais dinâmico pela simplificação das operações e expressiva redução dos custos administrativos;
- disponibilidade de informações gerenciais e estatísticas atualizadas sobre as atividades do comércio exterior.

Bancos estaduais implantam rede de teleprocessamento

No início do próximo ano, os bancos estaduais estarão com seus computadores interligados para a prestação de serviços. Essa união dará origem à maior rede de transmissão de dados existente no meio bancário do País. A rede impulsionará a competitividade dos bancos estaduais, na medida em que essas instituições utilizarão tecnologia de ponta para impor mais rapidez às operações. A Rede Verde-Amarela, segundo o presidente da ATP, Ozias Monteiro Rodrigues, abre para os bancos estaduais as portas de novos mercados, reduz custos e aumenta a sua rentabilidade.

O ano de 1993 desde agora se mostra para os bancos estaduais como uma real oportunidade para a conquista de um espaço privilegiado no cenário financeiro nacional. Numa década em que conceitos como fusões, automação, terceirização, parcerias e alianças estratégicas começam a se firmar, os bancos estaduais incorporam no seu dia-a-dia essas estratégias para

aumentar o seu poder de competição e para promover uma revolução qualitativa em suas frentes de atuação.

O primeiro passo dessa postura já está sendo dado: existe um grupo executivo trabalhando para colocar em funcionamento, já nos primeiros dias de janeiro, uma rede de teleprocessamento que possibilitará a interligação dos 23 bancos estaduais filiados à ATP – Asbace Tecnologia e Produtos. Formado por técnicos do Bandepe, Banerj, Banespa, Banestes, Banrisul, BEA, BEC, BEM, Bemge, BRB e da própria ATP, o grupo executivo vem promovendo reuniões intensivas para cumprir as etapas do cronograma de ativação da Rede Verde-Amarela (RVA).

A atuação nacional dos bancos estaduais já acontece desde que o Sistema Verde-Amarelo chegou ao mercado, em 1981. Naquele ano surgia a prestação cooperada de serviços entre instituições bancárias, que tornou-se conhecida do público como Sistema Verde-Amarelo. Hoje, duas dezenas de serviços e produtos compõem o portfólio da ATP. A Rede Verde-Amarela vem aumentar o leque de opções colocado à disposição dos bancos estaduais e principalmente de seus clientes.

Pá-carregadeira eletrônica chega ao Brasil

A rede de revendedores Caterpillar está comercializando a pá-carregadeira de rodas 980F, produzida nos Estados Unidos. Trata-se de um equipamento de alta produção e confiabilidade mecânica, que incorpora o que há de mais avançado em tecnologia para carregadeiras e oferece grande variedade de aplicações em obras de construção pesada, na extração e carregamento de minérios, e na indústria florestal. A linha 980 é a líder mundial da sua categoria, reunindo hoje mais de seis mil unidades vendidas.

A pá-carregadeira de rodas 980F conta temporariamente com redução a zero da alíquota do imposto de importação e isenção do IPI. Tem garantia e assistência técnica da rede de revendedores Caterpillar em todo o território nacional.

Eucatex amplia mercados

A Eucatex Química embarcou, em outubro, um carregamento de tintas Eucalux (esmalte sintético brilhante) para Gana, na África.

Trata-se do primeiro carregamento de tintas Eucatex para o continente africano. Em virtude disso e para que o produto saisse em perfeita ordem, foi criado rótulo (vertido para a língua inglesa) segundo o código do consumidor inglês, adaptado para aquele país, que exige tempo de estocagem, precauções com o uso do produto, validade de prateleira da tinta.

Em Salto, foi montado um *container* de madeira com objetivo de simular o embarque para melhor calcular a quantidade dos produtos e verificar a resistência das caixas que acondicionavam as latas com tintas, bem como o melhor aproveitamento possível do espaço e proteção interna da carga.

"Os produtos foram inspecionados por uma empresa suíça, a S.G.S. (Société Générale de Surveillance), que verificou qualidade e quantidade dos produtos, pois alguns governos – é o caso de Gana – não permitem embarque sem uma inspeção prévia", explicou Paulo César Amanthea, da Eucatex Trading, responsável pela assessoria logística e mercadológica da exportação.

"Nossa expectativa é muito grande", comenta Amanthea. "Afinal, é uma abertura de mercado bastante significativa."

Recentemente, a empresa realizou outro embarque com fins de exportação, dessa feita com um carregamento de dois *containers*, do tipo iso, de terebintina para os EUA.

Novas oportunidades na Fispal 93

A Fispal – Feira Internacional da Alimentação é hoje o evento mais representativo do setor alimentício brasileiro, ostentando, com segurança inabalável, o quinto lugar no *ranking* de exposições do gênero e o primeiro na América Latina.

Nela, reúnem-se anualmente, os "pesos-pesados" desse importante segmento da economia nacional.

Após o período de renovação dos espaços ocupados por essas empresas em 92, a Fispal abre suas áreas remanescentes a novas empresas, que até o momento não tiveram a oportunidade de se apresentar no evento.

"Procuramos criar novas áreas, uma vez que 70% do nosso espaço para 93 já está ocupado" , diz Luiz Fernando de Oliveira Pereira, diretor comercial da Brasil Rio Promoções e Empreendimentos, organizadora da Fispal.

Como nos outros anos, para 1993, a Feira Internacional da Alimentação preparou várias novidades. São elas os setores *diet*, de automação comercial, de refeições coletivas e o de carnes.

A Fispal 93 será realizada de 22 a 25 de junho próximo, no Pavilhão de Exposições do Anhembi, em São Paulo. Em sua última edição, a Feira mobilizou 1.200 expositores nacionais e estrangeiros, apresentou 22 mil produtos e gerou negócios de cerca de US$ 1,9 bilhão. ■

Taxa de câmbio na Argentina

GUSTAVO GONZALEZ*

UM dos temas que maior atenção tem recebido na discussão sobre funcionamento do atual programa de estabilização – Plano de Convertibilidade – foi o que se refere à taxa de câmbio real e à viabilidade de sua manutenção a médio e curto prazos.

Por um lado, sua fixação em relação ao dólar norte-americano propiciou a reversão do processo inflacionário, através da melhora nas expectativas da sociedade. Contudo, a redução da inflação não foi suficiente para igualá-la aos níveis internacionais. Desde o início do Plano, o índice de preços ao consumidor cresceu pouco mais de 40%, e o do atacado, 6%. Este fato, unido à existência de um câmbio fixo, provocou crescente valorização da moeda doméstica, expressa na deterioração dos resultados da balança comercial. Segundo dados da Cepal, enquanto em 1991 o superávit comercial foi de US$ 3.872 milhões, nos primeiros sete meses de 1992 registrou-se um déficit de US$ 683 milhões. Isso gerou insegurança quanto à manutenção da atual paridade. Desde o início do Plano, março de 1991, a taxa de câmbio real medida em relação ao dólar norte-americano apresentou acentuada queda, enquanto que em relação a uma cesta de moedas se manteve, no melhor dos casos, estável.

É importante destacar que o nível da taxa de câmbio no início do programa era muito inferior aos observados em períodos anteriores.



Percebe-se claramente que o presente nível da taxa de câmbio real se encontra atrasado.

Ante os resultados desfavoráveis do saldo da balança comercial, não é raro encontrar quem atribua a responsabilidade disso ao comportamento da economia brasileira. Se é verdade que os desequilíbrios domésticos no Brasil de certo modo impulsionam a produção para o exterior, a relação entre Argentina e Brasil não difere da que a Argentina mantém com o resto do mundo. A título de ilustração, vemos que a paridade do peso com o peso uruguaio segue o mesmo caminho que a do peso com o cruzeiro. Portanto, a explicação fácil de que a fonte dos problemas argentinos no setor externo se encontra na crise brasileira não parece inteiramente acertada. É importante o fluxo de bens procedentes do Brasil, mas, a conservar-se a atual política cambial, muitos outros países no futuro podem "converter-se" em Brasil. Basta apenas recordar que uma parte significativa da crise externa do fim da década de 70 e início da de 80 teve como origem uma política antiinflacionária baseada no controle da taxa de câmbio que valorizou fortemente a moeda e gerou fortes déficits na balança comercial.

Argentina: o país mais caro do mundo

Quem pode viajar e comparar os preços pagos por bens e serviços em Buenos Aires e alguma outra capital do mundo, facilmente perceberá a existência de algum problema com o nível da taxa de câmbio. Nosso viajante imaginário na certa irá estranhar, por exemplo, que na Argentina, um país de alimentos abundantes, uma refeição fique tão ou mais cara que em Londres, por exemplo. Desde o início do Plano, os preços em dólar dos bens, e especialmente dos serviços, aumentaram fortemente.

Mas esse não é o único problema. Se observarmos detidamente as cifras,

vamos encontrar um desequilíbrio entre o aumento em dólares dos diversos preços, e o aumento (sempre em dólares) dos salários. Desde o lançamento do programa, os salários cresceram, em dólares, 20%, enquanto os alimentos, os serviços e o índice ao consumidor cresceram em percentagem mais ampla. Por outro lado, os preços dos bens industriais permaneceram estáveis, apesar do aumento dos salários. Este fator teve forte significação para o setor exportador. O crescimento em dólares do índice de preços ao consumidor foi quase o dobro do crescimento dos salários, o que se explica pelo descontentamento da população com a presente situação econômica.

O atraso cambial e as políticas do governo

Ainda que o governo insista em que a taxa de câmbio não se acha atrasada, desde agosto vem adotando medidas com o objetivo de "melhorar a rentabilidade do setor exportador". Sem que se haja corrigido a taxa de câmbio nominal através de medidas sobretudo de caráter fiscal, melhorou-se no entanto a taxa de câmbio efetivo. Pela primeira vez na história argentina, aplicou-se um reembolso generalizado, inclusive das exportações agropecuárias, de 3%, juntamente com a eliminação de retenções na exportação. Essas medidas constituem claro indício de uma aceitação implícita do problema quanto à taxa de câmbio. Esse esforço significará um desembolso fiscal de aproximadamente US$ 400 milhões ao ano, e não parece que tal incentivo às exportações possa refletir-se rapidamente em melhora nas contas externas. Mais ainda, os mercados internacionais não parecem de todo favoráveis, tanto no que se refere aos preços



das exportações quanto ao provável incremento da taxa de juros internacional.

Recentemente, ante uma forte pressão sobre o mercado cambial, o governo decidiu aprofundar a dolarização (permitindo a atualização e a emissão de cheques em dólares, facilitando o cumprimento de exigências financeiras ante o Banco Central nessa moeda, entre outras medidas). Mas essa medida dá lugar ao perigo de corrida cambial, mediante a melhora relativa da situação do sistema financeiro, sem de modo algum alterar o desequilíbrio dos preços relativos.

Perspectivas quanto à taxa de câmbio

O governo se acha decidido a manter, durante tanto tempo quanto possível, a atual política cambial. A seu favor, conta os ingressos de divisas provenientes do processo de privatização, além de algum capital que possa advir de organismos internacionais. Cessou o fluxo de capitais privados, do qual a economia desfrutou durante grande parte do ano passado e do primeiro semestre deste, e não é provável que retorne, ao menos no futuro imediato. As medidas fiscais para melhorar a taxa de câmbio efetivo implicam custos crescentes em termos de gastos públicos e taxa de juros, além de não serem passíveis de repetição.

Devido ao alto nível das reservas, aproximadamente US$ 8 bilhões, o governo pode sustentar a atual paridade, mas a custos que podem gerar expectativas negativas, em termos de balança comercial. Enquanto isso, o problema dos preços relativos se agrava, e a inflação continua. A dolarização só pode, de certo modo, criar mais problemas no setor financeiro se o desequilíbrio nos preços relativos, com atraso na taxa de câmbio, perdurar.

Culpar os parceiros pelos resultados do saldo comercial não tem muito fundamento, do ponto de vista do médio e do longo prazo. Superada a crise no Brasil, e mantida a atual política cambial, será preciso outra explicação para a persistência do déficit comercial, que desvie a atenção do problema do atraso cambial. ■

*Da Cedes Buenos Aires. Tradução de Alexandre Oliveira

Andrés Pérez, El Salvador

A Venezuela imaginou que a estabilização construiria um paraíso, mas acabou sofrendo o inferno do colapso econômico – Um país de miseráveis deitados num fantástico berço de riquezas.

IB TEIXEIRA

A Venezuela é um país marcado pelos equívocos. Um deles nasceu com o próprio Cristóvão Colombo, quando de sua terceira viagem ao continente americano (1498). Após costear o extremo leste, depois de uma penosíssima travessia do Golfo de Pária, o navegante genovês se encontrou ante duas ilhas de bom abrigo e abundante água doce. Assim, após escapar de uma tempestade infernal Colombo arribou às ilhas, quando então declarou solenemente que encontrara o paraíso terrestre e um fantástico continente.

Mas não era nem o paraíso nem continente. Colombo se encontrava apenas na ilha Margarita. Outro equívoco histórico foi o de Américo Vespúcio ao chegar ao continente americano, viajando na expedição de Alonso de Ojeda. Ao ver as habitações lacustres dos índios "caribes" na região do Lago Maracaibo, Vespúcio pensou que se encontrava ante uma autêntica Veneza e batizou o lugar como "Pequena Veneza". Ou Venezuela, como mais tarde seria conhecida. Vespúcio errou mas o nome ficou.

Muito mais tarde caberia a Simon Bolívar imaginar que a "Pequena Veneza" se transformaria na Grande Colômbia que uniria Nova Granada e os territórios independentes de Quito, além da própria terra colombiana. Como se sabe, Bolívar, El Libertador, renunciaria em 1830 à presidência da Grande Colômbia, precipitando assim a independência da Venezuela (1831).

Outros equívocos

E foi assim que a Venezuela chegou ao século XX, quando o início da exploração de petróleo fez com que o país abandonasse tudo para fornecer o chamado "óleo negro" ao mundo que rapidamente enriquecia. No final dos anos 20, a Venezuela já se transformara no maior exportador mundial de petróleo, e a riqueza inesperada fez nascer um novo equívoco: o país esperava viver *ad eternum* no berço esplêndido do petróleo. Nessa época, a agricultura desapareceu, a incipiente indústria sumiu, os bois morreram nos pastos e a população correu para as áreas de prospecção e exploração.

Logo a Venezuela se transformaria no país mais rico da América Latina. Então, boa parte da população passou a contar com um nível de vida distante até mesmo da imaginação européia. Automóveis de luxo, eletrodomésticos, o que havia de mais sofisticado no mundo suntuário transformaram a capital, Caracas, numa espécie de reino de *As Mil e Uma Noites*. É claro que, ao lado do luxo, coexistia a miséria extrema dos que haviam abandonado a agricultura e não encontravam trabalho nos campos de petróleo.

Mas como o que se ganha fácil também sai fácil, logo a luxuriosa orgia petrolífera foi interrompida por sucessivas crises nos preços. A concorrência árabe, as importações nababescas, o crescimento explosivo da população e finalmente a incompetência das elites acabaram transformando o paraíso sonhado de Colombo no pior dos infernos.

A Venezuela conheceu uma série de ditaduras que em termos de despotismo e corrupção deixaria o célebre Juan Vicente Gómez, El Tirano de los Andes, em segundo plano. E quando sobe ao poder o general Marcos Pérez Jiménez, cuja administração extravagante iria marcar época na América Latina. A pretexto de urbanizar Caracas, o militar venezuelano queima virtualmente bilhões de dólares numa série de obras faraônicas que também serviram para enriquecer alguns poucos integrantes de sua copa e cozinha, além dele, Pérez Jiménez, naturalmente.

Como os recursos da grande expansão da produção de petróleo e os altos preços internacionais haviam sido dilapidados no início de seu governo, logo Jiménez encontraria o recurso fácil de atribuir ao "imperialismo" e às companhias multinacionais que operavam na Venezuela todos os males de sua gestão. Foi então que lançou a campanha pelo monopólio estatal para o petróleo. A sucessão de escândalos que abalaram seu governo e manifestações populares que se prolongaram por várias semanas fez com que afinal fosse deposto por um golpe militar. Uma junta, presidida pelo almirante esquerdista Walfang Larazábal, restaurou as liberdades públicas, mas as raízes da estatização haviam sido bem plantadas por Pérez Jiménez.

Foi assim que, ainda no governo liberal de Rómulo Betancourt, surgiu a estatal Corporación Venezolana de Petróleo, que iria pouco a pouco assumir as concessões de exploração dadas a empresas norte-americanas. Comprometido com o ideal libertário, Rómulo

Betancourt, um dos maiores escritores latino-americanos, foi o primeiro a enfrentar dois tiranos a um só tempo: Fidel Castro, a quem acusou de trair a revolução cubana, bastante estimulada pela Venezuela, e o ditador da República Dominicana, Rafael Trujillo, o que custaria ao líder venezuelano uma tentativa de assassinato.

A estatização absoluta

Mas o grande equívoco da estatização absoluta da economia venezuelana iria surgir um pouco mais tarde com a eleição de Rafael Caldeira, da democracia-cristã e posteriormente, em 1973, com a ascensão de Carlos Andrés Pérez, da Ação Democrática. De fato, o mito estatizante, segundo o qual o "Estado todo-poderoso" conduziria a América Latina para a definitiva prosperidade, também na Venezuela uniria gregos a troianos.

Inspirado provavelmente por economistas heterodoxos e por seu próprio compatriota, o esquerdista José Antonio Mayobre, secretário executivo da Cepal, Rafael Caldeira investiu toda a sua popularidade na nacionalização. Proibiu o investimento estrangeiro em vários campos da economia, estatizou a exploração do alumínio e do ferro e estabeleceu um prazo (1983) para a reversão dos campos de petróleo ao Estado venezuelano.

Quando o atual presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, iniciou seu primeiro governo em 1973, o país, embora já saturado do populismo, iria ser submetido a outro poderoso impulso estatizante.

"Paradoxal Venezuela" – me dizia um jornalista de Caracas. – "Aqui todos os partidos – Ação Democrática, Democracia Cristã, Comunistas etc. – costumam ter o mesmo pensamento sobre os mesmos problemas, as mesmas soluções para as mesmas questões, a mesma visão ideológica do mundo e da América Latina, e não obstante mantêm uma luta fratricida entre si." Veja um exemplo: o "Movimento de Esquerda Revolucionária", facção guerrilheira e ultra-revolucionária, tem, na essência, a mesma visão do Estado que a aparentemente conservadora Acción Democrática.

De fato, logo o governo Andrés Pérez completaria a obra estatizante de seu adversário. Ao chegar ao Palácio de Miraflores, o presidente iniciou um amplo programa de subsídios à população, que em pouco tempo consumiria os recursos que estavam afluindo em forma abundante em decorrência do choque de petróleo de 1973. Seguindo os mesmos passos do chileno Salvador Allende, Andrés Pérez nacionalizou o petróleo, entregando-o à estatal Corporación Venezolana de Petróleo (PDVSA), que viria juntar-se a outras memoráveis estatais de Caracas, que se dedicavam com esmero a dissipar dólares e bolívares.

A lista é imensa:

Minerven, extração de ouro; Corporación de Mercadeo Agropecuário (CMA); Pequiven, petroquímica; Aseguradora Nacional Agrícola (Agroseguro); Venferca (fertilizantes); Sidor, siderúrgica do Orinoco; Venalum, alumínio; Alcasa, alumínio; Fintec, inovação tecnológica; IBC, indústria de bens de capital; Complexo de El Tablazo; Complexo de El Morón; Cenazucar (açúcar); Zulia-Urena, consórcio de Venezuela e Colômbia; Fondo de Desarrollo Urbano, banco de habitação; CAA, energia elétrica; Edelca, energia elétrica; EEB, energia elétrica; Carolo, energia elétrica; Perijá, energia elétrica.

Enfim, no primeiro governo Andrés Pérez, a expansão estatal chegou a tal ponto que o primeiro choque do petróleo que havia deixado um saldo no Tesouro de US$ 10 bilhões (1974) logo se transformaria num déficit de US$ 2,1 bilhões (1978) e uma dívida de cerca de US$ 35 bilhões, a quarta do continente, depois do Brasil, México e Argentina.

Para manter um estrito congelamento de preços, Andrés Pérez também destinou bilhões de dólares às importações de gêneros alimentícios. De fato, a orgia de gastos públicos chegaria a tal extremo que até mesmo a heterodoxa Divisão de Desenvolvimento Econômico, da Cepal, chegou a dizer no *Estudo Econômico* de 1981:

"... os grandes investimentos do Estado (venezuelano) para explorar novos recursos minerais e energéticos, para ampliar a capacidade de produção industrial e para aumentar as instalações produtoras de serviços básicos e finalmente a assistência social, embora tenham-se traduzido em projetos de avançada tecnologia e muito intensivos no uso

Perfil da Venezuela

População	19,7 milhões
Superfície	912 mil km²
PNB	US$ 60 bilhões
PNB per capita	US$ 2,560
Dívida externa	US$ 33 bilhões
Taxa média de crescimento	
1965-1990	-1%
Taxa de inflação anual	
maio de 1989	104%
maio de 1992	28,8%
Exportação – milhares de barris de petróleo-dia	
1988	1,6
1992 (abril)	2,7
Venda de automóveis	
1989	26.000
1991	76.000

Fontes: Cepal, 1991, Banco Mundial, 1992 – B. C. Venezuela, 1992.

de capital, terminaram provocando novas deformações estruturais no sistema produtivo." O teor da crítica da Cepal dá a medida do desbaratamento dos recursos.

Em meados dos anos 80, um levantamento das empresas estatais incluía outras 154 instituições autônomas, 107 empresas paraestatais, 104 agências de serviços e 57 *joint ventures* dominadas pelo dinheiro público. Uma estatística impressionante, mesmo para os padrões da América Latina dominada na época pelo estruturalismo.

Como a outra face da estatização é freqüentemente a corrupção, a história venezuelana registra para esse tempo episódios fantásticos, como a construção de uma siderúrgica em plena selva, usinas de alumínio bem distantes dos pontos de exportação e outros equívocos que terminaram gerando prejuízos enormes para o país.

Sob os olhares indignados da população, ministros, diretores de empresas estatais, políticos, parlamentares e outros funcionários públicos logo acumulariam quantias fantásticas nos bancos estrangeiros. Além disso, seu nível de consumo suntuário contrastava em forma absoluta com a miséria dos *ranchitos* (favelas) de Caracas.

A volta de Pérez

Quando finalmente Andrés Pérez voltou ao governo, em fevereiro de 1989, a Venezuela, além de um déficit público estrutural, acumulava uma variação no índice de preços ao consumidor de 104%.

Cessada a torrente de subsídios à população, que consumira boa parte dos recursos gerados pelo petróleo, a Venezuela, um dos países mais ricos, também exibia uma das populações mais pobres do planeta. De seus quase 20 milhões de habitantes, apenas 4 milhões podiam ser excluídos da faixa da pobreza. Por sua vez, as empresas estatais, que haviam sido erguidas contrariando frontalmente o princípio elementar dos custos e benefícios, já não aumentavam o nível de emprego nem geravam recursos para os cofres públicos. Os salários mínimos, fixados em dólares, se desvalorizavam com a rapidez com que a moeda nacional se diluía nos mercados de câmbio.

A Venezuela, como outros países latino-americanos, tinha sua população de miseráveis virtualmente deitada sobre um berço de riquezas. Contrariando suas promessas eleitorais, Carlos Andrés Pérez tentou reverter o lamentável panorama econômico do país. Embora considerado uma espécie de "El Salvador" pela população e havendo chegado ao poder com suas velhas promessas populistas – por essa época era um destacado dirigente da Internacional Socialista –, Andrés Pérez iniciou um drástico programa de estabilização econômica.

Para surpresa dos mais bem informados analistas internacionais, o governo recebeu o apoio do FMI e do Banco Mundial para um programa que incluía uma reforma fiscal, uma reforma do sistema financeiro, uma reforma do setor estatal e outras medidas que logo permitiriam uma substancial queda no desequilíbrio do Tesouro e a desaceleração dos preços. A taxa de inflação, que avançava além dos 100% em maio de 1989, logo cairia em forma dramática, situando-se hoje em torno dos 28% anuais.

Entre as reformas de Carlos Andrés Pérez estavam: a do comércio exterior, quando se reduziram as taxas alfandegárias de 1.000% a apenas 50%, também foram eliminadas todas as restrições quantitativas e as taxas pagas pelos importadores desceram dos 30% para 5% e 6%; a reforma financeira, com taxas de juros que passaram a ser positivas; reforma do sistema de preços, que eliminou o congelamento e outros controles, aumentando os preços do setor público, como petróleo, ferro, aço e alumínio; a reforma fiscal que visava mais eficiência nas empresas públicas, a redução do imposto de renda, a introdução do IVA (imposto sobre o valor agregado) e o combate à sonegação; e proteção aos pobres, com a introdução do seguro desemprego, distribuição de leite às crianças, mães e gestantes e a melhoria das aposentadorias.

Mas, como não se pode fazer omeletas sem quebrar ovos, logo, a "virada" de Pérez provocaria a rebelião de parte da população prejudicava em boa parte funcionários públicos, industriais beneficiários da reserva de mercado, gestores das empresas estatais etc. A primeira rebelião aconteceu na semana da posse de Andrés Pérez – fevereiro de 1989 – quando o aumento dos preços foi o estopim de uma rebelião popular que chegou a provocar a morte de 300 venezuelanos. Em fevereiro de 1992, uma tentativa de golpe com a participação de militares voltou a ameaçar o governo da Venezuela. Finalmente, na madrugada de 27 de novembro último, grupos radicais nacionalistas, unidos a antigos combatentes da esquerda guerrilheira e policiais voltaram a atacar o Palácio de Miraflores.

Para enfrentá-los, Pérez contou com a colaboração de seus opositores da democracia cristã (Copei) e dos militares profissionais. Mas, foram os bons resultados de seu corajoso programa de estabilização – crescimento de quase 10% no PIB, reforma da esclerosada economia nacional e substancial queda nos preços, que permitiram ao presidente conter êxito o ataque dos órgãos de estatização.

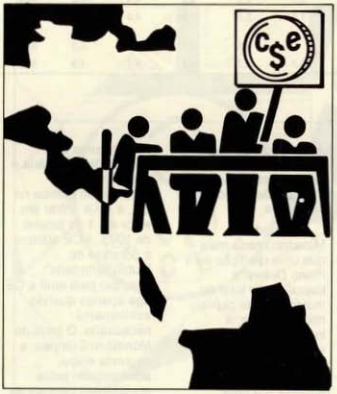
Sem dúvida, Carlos Andrés Pérez está pagando pesado tributo a um mau hábito do político latino-americano: o de prometer o que sabe não poder cumprir. ■

A integração européia: o longo caminho em direção à moeda única

ISABEL PARENTE DE MELLO*

A Comunidade Européia (CE) surgiu após a II Guerra Mundial, com o objetivo de garantir uma paz duradoura para o continente. Em 1950, com a intenção de unir sob uma só autoridade as indústrias de carvão e aço da Alemanha e França, o Plano Schuman pretendia unir as indústrias bélicas dos maiores inimigos da Europa. A Comunidade Européia do Carvão e Aço (CECA) foi criada em 1952 com seis membros: França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

A primeira idéia de criar uma força européia comum fracassou em 1954: a Comunidade Européia de Defesa (CED). A proteção da Europa ficou a cargo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sob influência dos EUA, porém sem a presença da França. Em 1957, as seis nações européias decidiram criar um mercado comum, a Comunidade Econômica Européia (CE), através do Tratado de Roma. A Grã-Bretanha, em 1961, pediu sua integração à CE, seguida pela Dinamarca, Irlanda e Noruega. O presidente Charles de Gaulle, preocupado com a soberania francesa, vetou a entrada da Grã-Bretanha e rechaçou diversas propostas que acelerariam a unificação. Em 1973, finalmente, Reino Unido, Dinamarca e Irlanda aderiram à CE. A Grécia ingressou em 1981, seguida por Espanha e Portugal em 1986.



A transformação da Europa em um mercado único, a partir de janeiro de 93, onde produtos, capitais e serviços circulariam livremente, foi consolidada na Ata Única de 1986. A ampliação desse projeto, o Tratado de Maastrich, assinado em fevereiro de 92, era simultaneamente a consagração do Ato Único Europeu, que estabelece o mercado único na Europa, e o primeiro passo na construção da união econômica e política, projetada para até o final da década de 90. Seus termos levariam à criação de uma moeda única, um banco central comum e uma política monetária única.

A Comunidade Européia tentou várias vezes a criação de uma única moeda, porém sempre fracassou. O Plano Werner, de 1972, nunca chegou a ser implementado: o colapso do sistema de Bretton Woods em março de 73 e a instabilidade econômica gerada pela alta dos preços do petróleo em 1973/74 inibiram as iniciativas de maior integração monetária. Em março de 79 foi instituído o Sistema Monetário Europeu (SME), que vigora até hoje. O SME tinha por objetivo criar uma zona de estabilidade cambial e de preços. As moedas têm teto e piso para flutuações dentro do "mecanismo de paridades cambiais": 2,25% para cima e para baixo e os bancos centrais de cada país-membro se comprometem a intervir no mercado, a cada vez que a variação cambial de uma moeda atingir 75% da margem consentida. O mecanismo do SME garantiu, nos anos 80, a estabilidade das economias dos países-membros da CE. A adoção de um padrão monetário único seria uma evolução notável do SME.

Em 1989, o Plano Delors, um novo plano

Principais indicadores macroeconômicos da CE

País	Part. do PIB (%)		Inflação (%)		Déficit público (% do PIB)		Dívida pública (% do PIB)		Taxas de juros (%)	
	Na CE	No mundo	1991	1992	1991	1992	1991	1992	1991	1992
França	19,7	5,1	3,1	2,7	2,1	2,2	47,1	47,6	9,2	6,5
Alemanha	25,5	6,5	3,5	3,9	2,8	3,2	41,7	42,7	8,5	7,9
Itália	17,7	4,5	6,4	6,3	10,2	10,4	103,5	108,0	13,0	12,2
Reino Unido	18,8	4,3	5,9	3,7	2,1	5,1	34,4	34,2	9,9	8,8
Quatro Grandes	79,5	20,4	4,8	3,9	4,1	5,0	55,2	56,6	10,0	9,2
Bélgica	3,2	0,8	3,2	8,0	8,3	5,5	134,4	133,4	9,9	8,7
Dinamarca	2,2	0,6	2,4	2,5	2,0	2,0	66,7	65,9	9,6	8,7
Grécia	1,1	0,3	19,5	15,2	17,5	14,9	125,5	118,0	23,3	21,0
Irlanda	0,7	0,2	3,2	3,7	2,8	1,8	98,0	96,0	9,2	9,1
Luxemburgo	0,1	-	3,1	3,1	1,5	1,5	6,2	5,8	8,2	7,9
Holanda	4,6	1,2	3,9	3,3	3,3	3,6	79,6	80,0	8,7	8,1
Portugal	0,9	0,2	11,4	8,5	6,8	5,8	85,3	82,5	18,5	16,0
Espanha	7,7	2,0	5,9	5,8	4,4	4,5	46,0	47,3	12,8	10,9
Oito Pequenos	20,5	5,3	5,5	5,0	4,9	4,6	75,7	76,0	11,7	10,4
Indicador de "convergência"	-	-	4,5	4,2	3,0	3,0	60,0	60,0	11,2	10,5
Total CE	100	25,7	4,7	4,1	4,3	4,9	59,4	60,6	10,3	9,5

Fontes: FMI/CE.

de união monetária e econômica, estabelecia três passos essenciais, culminando com a criação de uma moeda única na CE. A política monetária seria elaborada por um Sistema Europeu de Bancos Centrais, constituído de um banco central europeu e bancos centrais dos países-membros. A política econômica e principalmente a política fiscal seriam coordenadas pela Comissão da CE e o Conselho de Ministros: receava-se que a adoção, por um ou mais países, de uma política fiscal insustentável viesse comprometer a política monetária comum. O principal objetivo da política monetária seria manter a estabilidade dos preços: a criação de um banco central independente garantiria a condução da política monetária.

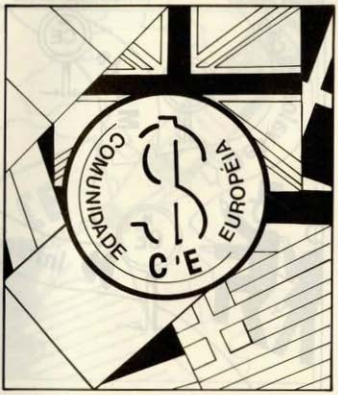
O Tratado de Maastrich nada mais é que uma reedição do Plano Delors: a liberalização total do movimento de capitais nos 12 países; a instalação de um sistema europeu de bancos centrais; e a troca de diferentes moedas por uma moeda comum. O Tratado de Maastrich, uma espécie de constituição européia, foi assinado em fevereiro de 92 pelos 12 países da CE, e só entrará em vigor se os parlamentos de nove países e a população dos outros três membros o aprovarem. O TM define novos passos rumo à integração monetária e econômica e à cooperação política na CE, e deve entrar em vigor em 1 de janeiro de 1993. A CE adotará o princípio de "subsidiariedade": princípio pelo qual a CE age apenas quando estritamente necessário. O Instituto Monetário Europeu, a segunda etapa, administrado pelos presidentes centrais de cada país-membro, será formado em 1 de janeiro de 1994 para coordenar as políticas monetárias e preparar a moeda única. A moeda única, a terceira etapa, será adotada em 1 de janeiro de 1997, se a maioria dos membros tiver chegado a uma "convergência econômica", medida em termos de inflação, taxas de juros, déficit orçamentário e estabilidade das moedas. Caso contrário, a moeda única será adotada automaticamente em 1 de janeiro de 1999 pelos países que tiverem alcançado os requisitos de "convergência econômica".

Os cinco critérios de "convergência econômica" exigidos pelo Tratado de Maastrich são: o déficit público não deve ultrapassar 3% do PIB; a dívida pública não deve ser mais que 60% do PIB; a taxa de inflação não deve ficar mais de 1,5% acima da taxa de três países com inflação mais baixa; as taxas de juros sobre a dívida pública a longo

prazo não devem ficar mais de 2% acima das taxas vigentes naqueles mesmos três países; a taxa de câmbio de cada país deve manter-se, por dois anos, dentro dos limites estabelecidos pelo SME, não podendo ocorrer nenhuma desvalorização ou valorização cambial significativa. Portanto, para participar da União Econômica Monetária (UEM) muitos países-membros da CE terão de modificar suas políticas econômicas. É necessário não só haver maior convergência da inflação e das taxas de juros para gerar maior estabilidade cambial, mas também controlar os déficits fiscais e a dívida. A duração da segunda etapa e o início da terceira dependeriam do grau e da rapidez da convergência econômica e financeira alcançada entre os países-membros. À época da negociação do acordo, poucos países preenchiam os critérios de "convergência econômica" exigidos para a união monetária. Contudo, vários países-membros quiseram evitar que houvesse uma "Europa de duas velocidades" Assim, os negociadores buscaram uma forma que permitisse a todos os países ingressar simultaneamente numa união econômica e monetária, dando um tempo àqueles que não estivessem em condições de satisfazer aos requisitos econômicos. No final de 1996, será decidido se a maioria dos países-membros satisfaz aos critérios econômicos e se convém à CE entrar na terceira etapa. Em caso afirmativo, será criado o Banco Central Europeu, que emitirá uma moeda única: o ECU. Os países que não satisfizerem aos critérios econômicos ficarão dispensados do Tratado, podendo aderir mais tarde, se preencherem as condições econômicas.

Tais disposições se aplicam a todos os países, salvo o Reino Unido e Dinamarca, que podem optar pela não-participação na união econômica e monetária, mesmo satisfazendo às condições econômicas necessárias, mantendo o direito de ingressar posteriormente.

Até o momento, sete membros da CE ratificaram o acordo: Bélgica, Luxemburgo, Grécia, Itália e Espanha, além da Irlanda e França, que promoveram um plebiscito popular. A Dinamarca, que também realizou um referendo popular, rejeitou o Tratado em junho de 92. A aprovação do Tratado pelo apertado resultado francês de 50,95% a 49,05%, em setembro de 92, deixou o destino do Tratado de Maastrich nas mãos do governo do Reino Unido e da Dinamarca, que defendem a renegociação do acordo sobre a unificação política e monetária da Europa. No entanto, França e Alemanha defendem a manutenção do prazo para a entrada em vigor do acordo.



Os 12 líderes da CE reuniram-se em Birmingham, numa reunião extraordinária, em outubro de 92, convocada para encontrar uma forma de viabilizar o Tratado de Maastrich. No encontro, decidiram por uma CE mais aberta, levando mais em consideração os níveis nacionais de decisão e seguindo unida em torno dos 12 países que a compõem, assegurando à população o poder limitado dos "eurocratas". As decisões mais práticas, contudo, ficaram para ser discutidas numa reunião no final do ano em Edimburgo.

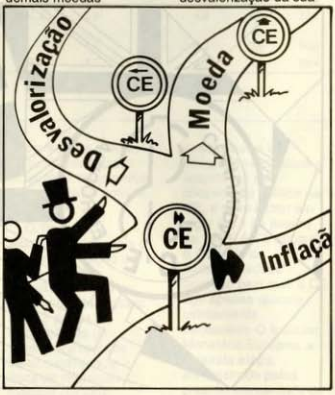
A crise que abalou o sistema cambial europeu, nas semanas que antecederam o plebiscito francês sobre o Tratado de Maastrich, caracteriza uma conjuntura de perplexidade diante do futuro incerto da economia mundial, e o sonho da unificação quase foi enterrado. A conclusão do Tratado levaria a uma moeda comum – o ECU – administrada por uma autoridade supranacional, restringindo a autonomia dos países europeus. A rejeição do Tratado por uma pequena maioria de votantes dinamarqueses e a aprovação, pelo apertado resultado francês, não foram suficientes para acalmar o mercado cambial. Os mercados de câmbio beiraram o

colapso, e os termos do TM deverão ser repensados, a fim de garantir uma adesão plena ao projeto europeu por parte dos povos de toda a Europa.

O mecanismo do SME garantiu, nos anos 80, a estabilidade das economias dos membros da CE. Com a queda do Muro de Berlim e a unificação alemã, a Alemanha deparou-se com um déficit público de 3,2% do PIB. Para enfrentar essa despesa, o Bundesbank tinha duas alternativas: emitir moeda, causando inflação, ou elevar sua taxa de juros num patamar superior à taxa vigente nos países-membros da CE. Tendo o controle da inflação e dos meios de pagamentos como sua prioridade, o Bundesbank optou pelo aumento da taxa de juros. Para os membros da CE, a medida adotada pela Alemanha teve sérias conseqüências. Considerando o marco alemão como a âncora do SME, num sistema de taxa de câmbio fixa, os bancos centrais dos países pertencentes ao SME orientam sua política de taxa de juros muito em função das taxas definidas pelo Bundesbank. Os demais membros do sistema tiveram que acompanhar a alta da taxa de juros alemã para manterem suas moedas atraentes ao fluxo constante do capital internacional, com graves conseqüências recessivas para as economias nacionais.

Com a recessão generalizada, o alinhamento com as taxas alemãs tornou-se insuportável para economias como as da Grã-Bretanha, da Itália e da Espanha.

O colapso cambial mostrou que há muito mais diferenças a superar no caminho da unificação do que supunham os líderes da Comunidade. O próprio presidente do Bundesbank, que com seu monetarismo inflexível tem segurado a inflação mas causado o enfraquecimento das demais moedas



demais moedas européias, admite o conflito existente entre as políticas nacionais e as regionais

O franco francês se aguentou bem, muito em virtude da solidez da economia da França, único país que, hoje, preenche os requisitos macroeconômicos, os cinco critérios de convergência econômica, para a união monetária exigidos pelo Tratado de Maastrich.

Na Itália, no período janeiro-agosto de 92, o Banco Central gastou 1/4 de suas reservas nacionais comprando liras no mercado de câmbio. O objetivo era manter o valor da lira e garantir sua permanência no SME. No entanto, no dia 13 de setembro de 1992, o governo teve que promover uma desvalorização da sua desvalorização da sua moeda, da ordem de 7%. Com a fuga dos investidores para o marco alemão, a lira continuou em queda e se viu obrigada a abandonar o SME, passando a flutuar livremente no mercado.

No Reino Unido, o governo havia garantido que não ocorreria uma desvalorização da libra. Porém, apesar de dois aumentos sucessivos da taxa de juros no dia 16 de setembro, os investidores continuaram procurando o marco alemão. A libra, em queda, sem conseguir manter a paridade com o marco alemão, retirou-se temporariamente do SME, deixando que o próprio mercado determinasse seu valor. Dois dias depois a libra tinha sofrido uma desvalorização de 11%. O governo britânico não pretende colocar sua moeda de volta ao SME. As condições para que o Reino Unido coloque a libra de volta ao SME incluem maior "convergência" entre as economias alemã e britânica e mudanças no funcionamento do SME, isto é, depois que os alemães mudarem sua política econômica – após reduzirem suas taxas de juros, condição básica para que os países europeus recuperem o ritmo de crescimento econômico.

Em relação à moeda espanhola, a peseta, o comitê monetário da CE decidiu desvalorizá-la em 5%, para evitar queda maior, evitando sua saída do SME. A situação da Espanha, com altas taxas de inflação e juros, não é tão grave se comparada com a da Itália, cujo déficit público e dívida pública correspondem a 10,4% e 108 % do PIB, respectivamente.

No momento, Itália, Grécia, Portugal e Espanha não preenchem nenhum dos requisitos para ingressar na terceira fase. Apenas os indicadores macroeconômicos da França e Luxemburgo preenchem os requisitos necessários para passar à terceira fase.

A Dinamarca foi o único país que, até agora, rejeitou o TM. O "não" a Maastrich foi justificado pelo desejo de manter a Dinamarca isenta da moeda comum e da política de segurança prevista pelo Tratado. Os social-democratas dinamarqueses, que constituem o maior partido do país, querem mudanças em áreas-chave do Tratado; isso significaria uma renegociação, opção que todos os países querem evitar.

As dificuldades na Europa ocorrem no momento em que as economias norte-americana e japonesa passam por momentos difíceis. A recuperação nos EUA ainda é lenta, apesar das sucessivas reduções da taxa de juros. O Japão apresentou sensível declínio na sua taxa de crescimento e elevadas perdas de capital nos mercados acionário e imobiliário.

A manutenção das altas taxas de juros nos países da Europa pode prejudicar as exportações brasileiras, pois inibiriam as importações européias. Por outro lado, a continua desvalorização das moedas européias em relação ao dólar torna as exportações brasileiras mais caras.

Diante de tal quadro, o relativo otimismo em relação à recuperação da produção e comércio mundiais, em 1992/93, conforme previsto no último relatório do FMI, não parece confirmar-se.

A instabilidade monetária observada nos mercados cambiais reflete um dos problemas mais difíceis de serem resolvidos do ponto de vista macroeconômico: a coordenação de políticas nacionais. O período recente vem sendo caracterizado por dois elementos inconciliáveis: a forte divergência entre os objetivos das autoridades econômicas dos países e um ambicioso programa de integração. A Alemanha vem mantendo uma política de juros elevados, com o objetivo de combater qualquer pressão inflacionária associada ao processo de reunificação do país. Isto contrasta com a preocupação com a recessão e desemprego em economias como a inglesa ou italiana, e também a norte-americana, levando à adoção de uma política monetária expansionista. Os juros mais altos na Alemanha aumentam a procura por ativos em marco, valorizando a moeda alemã em relação às demais. Na ausência de sinais de que haverá uma correção dos desequilíbrios nacionais, ou mesmo um mínimo de coordenação das políticas monetárias, as pressões especulativas se tornam insuportáveis, a despeito da intervenção dos bancos centrais.

As possíveis soluções para o quadro de instabilidade também envolvem problemas. Uma elevação generalizada dos juros teria efeitos nocivos para o crescimento europeu e da economia mundial. Um cenário desse tipo seria fortemente desvantajoso para a América Latina e para o Brasil, devido ao aumento do custo do endividamento externo. Na hipótese de ruptura de qualquer regime de paridades fixas, há o risco de políticas agressivas de desvalorização, com conseqüências nocivas para a integração comercial. Um sistema de paridades, ou o de união monetária, como previsto pelo TM, poderia ser fator de estabilidade. Os últimos fatos demonstram, no entanto, que sua sustentação requer níveis mínimos de disciplina e coordenação ainda não logrados pelas economias européias: os países precisam melhorar o equilíbrio entre as políticas fiscal e monetária se quiserem conseguir uma diminuição nas diferenças entre as taxas de juros. ■



CEEG/IBRE.

Referências:
1992 – Towards a Single Market. *Euromoney*, set. 1988.
Monet, Jean. Un grand dessein pour l'Europe. *Documentação Européia*, 1988.
FMI. *Finanças e Desenvolvimento*, set. 1992.

Argentina: panorama e perspectivas

APESAR de prosseguir acelerado o programa de reformas econômicas no que diz respeito a privatizações e desregulamentações, a resistência de alguns setores levou o governo a criar um conselho constituído por três níveis: representantes do próprio governo, sindicatos e empresários.

Este recém-formado Conselho Nacional Econômico para a Produção, o Investimento e o Crescimento visa ao consenso sobre as reformas pendentes e a sua coordenação. O plano de trabalho inclui: reforma do Sistema Nacional de Previdência Social, simplificação e racionalização dos impostos, com diminuição e eliminação dos impostos distorsivos; menor incidência sobre salários e custos de produção; um pacote de políticas especiais para pequenas e médias empresas, com novo regime de trabalho e programas de extensão tecnológica; políticas de investimento e exportação, com redução das taxas de juros.

O ministro da Economia anunciou novas medidas concretas: a partir de 1 de outubro, o Banco da Nação reduziu as taxas de juros em 2%, mantendo ao mesmo tempo o teto máximo para as taxas anuais em dólares em 17%. Existem ainda linhas de crédito para o pré-financiamento das exportações a taxas de juros que superem os 10% anuais. Os bancos provinciais oficiais deverão ajustar seus custos para que as taxas de juros baixem de 2%. Vários bancos provinciais já estão praticando taxas ativas semelhantes às do Banco da Nação, e espera-se que os bancos privados façam o mesmo. Ainda em pauta, a substituição dos



tributos provinciais sobre ingressos brutos e sobre energia, entre outros, por um imposto sobre as vendas minoritárias.

No mês de outubro divulgaram-se as primeiras informações oficiais sobre o comércio exterior no primeiro semestre de 1992. Diz o informe que as exportações alcançaram US$ 5,9 bilhões, e as importações, US$ 6,4 bilhões, com déficit de US$ 574 milhões.

As medidas anunciadas visam a incentivar as exportações tanto quanto o mercado interno. Isso se pode conseguir equiparando os subsídios às exportações às tarifas sobre importações. Os retornos deverão incluir reembolso de todos os impostos internos, enquanto as tarifas foram alteradas com base no orçamento das etapas de produção. Em vez de recursos cambiais (desvalorização) ou monetários, apelou-se para a política cambial a fim de proporcionar uma estrutura de incentivos permanentes em uma economia aberta de mercado. A tarifa máxima de importação baixou de 35% a 30%, mantendo-se a mínima em zero. Também se reduziram os impostos sobre exportação ainda existentes no setor agropecuário.

Anunciou-se uma política alfandegária transitória, de que é exemplo a taxa de estatística sobre importações. Tais medidas objetivam contrabalançar a queda dos preços das importações, num contexto mundial de mercados deprimidos. O governo encetou também negociações com o Brasil, tendendo a evitar entraves ao Mercosul em conseqüência da situação difícil por que passa esse País.

O programa de reembolsos das exportações incluiu a redução de 460 milhões de pesos anuais de fundos orçamentários provenientes da promoção industrial.

Com esses recursos, o governo pretende implantar entre outros, o programa de reforma para eliminação dos impostos que gravam combustíveis de petróleo, previsto para 1993, e que implicará redução de US$ 600 milhões anuais no custo dos transportes.

Não se espera, com o pacote de medidas, qualquer impacto no nível de preços. Procura-se, ao contrário, conseguir uma mudança nos preços relativos que favoreça o investimento e os bens internacionalmente negociáveis. Para este fim, eximem-se de impostos os bens de capital não-produzidos internamente.

Setor financeiro

Foi aprovada recentemente a constituição de um novo mercado, onde se negociarão contratos

futuros do índice da taxa de juros em pesos, possivelmente a concretizar-se no âmbito do mercado de valores.

A maior vantagem desses mercados é a possibilidade que se oferece de cobertura dos riscos inerentes a posições financeiras abertas. Por exemplo, a emissão de obrigações negociáveis é dívida contraída pelo emissor, em geral a taxas flutuantes, com várias amortizações parciais e sucessivas. Vários meses antes de pagar os serviços dessa dívida, o emissor pode elaborar uma estimativa sobre a taxa de juros vigente por ocasião do pagamento. Se porém, a evolução final de taxa for diferente da esperada, o devedor poderá eliminar o risco financeiro, tomando posição futura adequada no mercado para gerar um lucro (perda) que compense a perda (lucro) potencial. Em qualquer caso, o resultado final será neutro, assegurando-se o devedor antecipadamente de quanto deverá pagar na data do vencimento.

O mercado futuro de taxas de juros pode também contribuir, a médio prazo, para baixar essas taxas. Muitos dos bancos, que conseguem financiamento a taxas flutuantes, colocam esses quadros para seus clientes a taxas excessivamente elevadas, visando a manter-se a coberto não só do risco creditício, como também do risco relativo à taxa de juros. A possibilidade de neutralizar a segunda no mercado de futuros permitirá aos bancos reduzir o *spread* e assim colocar menores taxas aos clientes.

Balanço fiscal das medidas anunciadas – em US$

Maiores receitas	
Aumento da taxa estatística sobre importações	630
Sistema de promoção industrial	460
Total	1090
Maiores despesas	
Aumento do subsídio às exportações e eliminação dos encargos sobre exportações das agropecuárias	600
Eliminação dos impostos sobre combustíveis	490
Total	1090

Agropecuária

Em razão das medidas econômicas tomadas nos últimos dias, o setor agropecuário e agroindustrial viu-se beneficiado, já que se melhora sensivelmente o tipo de câmbio efetivo médio do setor, diminuem-se alguns custos de produção importantes, adota-se atitude mais realista e pragmática quanto à competitividade desleal da produção importada subsidiada e se corrigem algumas distorções fiscais, sobretudo no que toca ao imposto sobre valor agregado.

A mudança na estrutura de incentivos ao comércio exterior tem caráter inédito, já que, com as medidas recentes, buscam-se níveis semelhantes para tarifas e subsídios à exportação. Em última análise, pode afirmar-se que, para a imensa maioria dos produtos, valeria o esquema subsídio = zero e tarifa = zero, em termos líquidos, já que é evidente o nivelamento dos tipos de câmbio efetivos para a substituição de importações e para a promoção de exportações de um mesmo produto.

Para o setor agropecuário, o saldo dessas medidas é amplamente positivo, já que este setor exporta 2/3 das vendas totais do país e importa um volume bem inferior. O tipo de câmbio efetivo melhora de 4% (2,5% do subsídio para grãos, por exemplo, mais 1,5% pela eliminação da sobrecarga destinada a financiar programas de extensão para o setor agropecuário) a 6,5% para o caso da lã, que recebe tratamento de produto regional.

Pelo lado das importações, por via tarifária, o encarecimento é mínimo, considerando o volume importado pelo setor. É verdade que a taxa de estatística eleva-se provisoriamente de 3% a 10%. Resta considerar a vigência desse gravame para os produtos com ingresso temporário no país que, nesse caso, pagariam a taxa sem obter subsídio compensador - o que pode elevar o preço de hortifrutigranjeiros, por exemplo.

Essa política comercial externa sinaliza à indústria no sentido de fomentar maior volume de produção e maior valor unitário das exportações. A Argentina, que nos últimos 50 anos diminuiu gradativamente sua participação no comércio internacional e especializou-se em grandes volumes de produção e baixo valor unitário, sobretudo em *commodities*, chegou ao ponto de ter mais de 70% de suas exportações do complexo primário e agroindustrial, com valor agregado nulo ou baixíssimo. Visa-se agora a obter uma oferta exportável que incorpore cada vez mais insumos de mão-de-obra, tecnologia, conhecimentos, serviços associados etc., como resposta à crise internacional por que passa a maioria dos mercados de *commodities* (lã, algodão, grãos etc.).

Têm merecido ainda atenção os problemas relativos às economias regionais afastadas dos centros de consumo e dos portos, ainda sobrecarregadas por alguns impostos ineficientes e pelo mau estado da infra-estrutura viária e de transporte. ■

Tradução de Alexandre Oliveira

Texto baseado no informe econômico *Novedades Económicas*, elaborado pela Fundación Mediterránea de Córdoba, Argentina

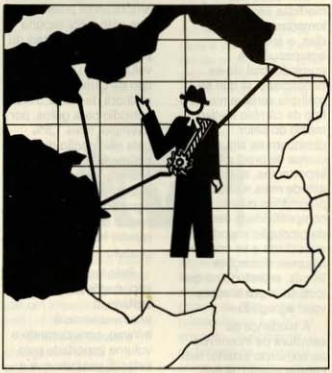
França 1981-83: a lição de Mitterrand

LAURO VIEIRA DE FARIA

No momento em que é manifesta a preocupação do novo Governo brasileiro com os altos índices de desemprego e com a estagnação econômica, vale a pena relembrar a experiência francesa do início da década de 80.

Quando o Partido Socialista de François Mitterrand chegou ao poder, em março de 1981, a situação da economia francesa guardava algumas semelhanças com a da economia brasileira atual. A inflação era alta e crescente para os padrões franceses. A taxa anualizada de crescimento do índice de preços ao consumidor (IPC) tinha aumentado de 12,7%, no segundo semestre de 1980, para cerca de 13,8% , no período janeiro-abril de 1981. A produção era decrescente, devido a uma apreciável desaceleração do consumo privado e ao declínio dos investimentos. O produto interno bruto, que crescera a uma taxa média de 5% e 6% a.a. na década de 60, tinha crescido apenas 1,3% em 1980 e esperava-se uma redução de 0,5% em 1981. A tendência decrescente da produção causava a queda do emprego. A taxa de desemprego tinha aumentado de €,4% da força de trabalho no quarto trimestre de 1980 para 7,4% em abril de 1981. O desemprego entre os jovens atingia 14,7% da população correspondente.

Essas cifras e índices eram, em parte, o resultado de uma política econômica restritiva, cujo objetivo central era a contenção da inflação. O país e a economia mundial experimentavam também o impacto inflacionário e recessivo do segundo choque dos preços do petróleo e do aumento sem precedentes das taxas de juros nos Estados Unidos. Para lidar com esta situação, o governo conservador francês vinha utilizando os instrumentos de praxe, ou seja, o aumento das taxas de juros, a contenção do crédito e a redução das necessidades de financiamento do setor público.



O governo socialista que assumiu em março de 1981 implementou importantes mudanças na política econômica. Em vez do controle da inflação como meio de restaurar a competitividade da economia francesa e, dessa forma, construir as bases para a melhora sustentada do nível de emprego, o objetivo central foi a redução do desemprego através da reativação do crescimento econômico e de medidas específicas de promoção do emprego em diferentes setores.

As principais medidas foram as seguintes: aumentos acima da inflação para os salários mais baixos e para as pensões e aposentadorias; redução da jornada de trabalho estatutária para 39 horas semanais, incentivos às empresas que estabelecessem planos de aposentadoria antecipada de forma a aumentar o emprego de jovens; aumento do emprego no setor público com a criação de 125 mil postos de trabalho em 1981-82; implementação de uma política fiscal expansionista, cujo resultado foi a passagem de uma situação superavitária de 0,4% do PNB no orçamento global do governo em 1980 para um déficit de 3% em 1981. A política monetária teve de acomodar objetivos diversos e até conflitantes como, por exemplo, o estímulo à

demanda doméstica e a defesa da taxa de câmbio. Assim, as taxas de juros reais de curto prazo foram elevadas continuamente ao longo de 1981, na tentativa de salvar o franco, mas as reservas compulsórias dos bancos foram reduzidas, para que não fosse prejudicado o crédito ao setor produtivo.

Os resultados desse conjunto de medidas foram decepcionantes. A taxa de inflação aumentou de 13,5%, na primeira metade de 1981, para 17,5% na segunda metade. O franco esteve sob intensa pressão nos mercados cambiais, obrigando a autoridade monetária a vender grande quantidade de divisas estrangeiras e a aumentar as taxas de juros domésticas. No primeiro semestre de 1981, o déficit anualizado no balanço de pagamentos francês alcançou US$ 8,3 bilhões, comparado com US$ 7,6 bilhões em 1980. Entretanto, o esforço do Banco Central foi em vão, pois em outubro de 1981 o franco desvalorizou-se 7,5% em relação a março. Em relação ao dólar, o franco sofreu uma desvalorização de 23,3% desde outubro de 1981 .

A produção expandiu a uma taxa anualizada de 1,5% no segundo semestre de 1981, mas o emprego caiu 0,9%, apesar das medidas de incentivo à absorção de mão-de-obra e do aumento da demanda agregada implementadas pelo governo. Este, vendo irrealizado o objetivo central de sua política econômica e o acúmulo de problemas no setor cambial e de preços, baixou um segundo elenco de medidas após a desvalorização cambial de outubro. O novo pacote visou o combate à inflação e consistiu essencialmente de controles ou congelamentos temporários e parciais de preços e um acordo de salários destinado a estabilizar os níveis de salários reais em 1982. Porém, uma primeira concessão à ortodoxia foi feita pelos socialistas: embora fosse mantido o aumento do emprego como objetivo principal da política econômica em 1982 e 1983, parte das despesas públicas orçadas para 1982 foi reduzida ou congelada.

Os resultados dessa política também não foram animadores. A taxa de inflação declinou ligeiramente. O IPC aumentou 12,5% na primeira metade de 1982, comparado com os 15,2% verificados no segundo semestre de 1981. O produto nacional bruto cresceu 1,3% no início de 1982, mas novamente observou-se que tal aumento não resultava em redução do desemprego. A taxa de desemprego aumentou de 7,6% para 8,1% da força de trabalho no primeiro semestre de 1982. No setor externo, a situação continuou a se deteriorar. O déficit na balança de transações correntes aumentou para US$ 5,9 bilhões contra US$ 4,7 bilhões em 1981, resultando em crescente pressão baixista sobre o franco. Esse fato pode ser creditado à precariedade do controle monetário, haja vista que a oferta de moeda cresceu a uma taxa anualizada de 17% no primeiro semestre de 1982, o que inviabilizou os controles diretos de preços e salários.

Assim, um segundo realinhamento cambial tornou-se inevitável. Em junho de 1982, o franco foi desvalorizado em 10% contra o marco e a guilda e 5,75% contra as demais moedas do Sistema Monetário Europeu. A desvalorização do franco foi acompanhada de um novo pacote de medidas antiinflacionárias de cunho ainda mais heterodoxo. Virtualmente, todos os preços do setor privado, as tarifas públicas e os salários foram congelados no período de 11 de junho a 31 de outubro de 1982. Ficaram de fora o salário mínimo e certos benefícios sociais, cujo poder de compra o governo entendeu ser necessário proteger. O congelamento seria gradualmente abolido, terminando em 31 de dezembro de 1983. No período de descongelamento, estavam previstos acordos negociados entre governo, produtores e trabalhadores pelos quais os preços e salários não deveriam crescer mais do que 8% em 1983.

Durante o período de congelamento, a taxa de crescimento anualizada do IPC efetivamente caiu a 4,5% mas, entre outubro de 1982 e maio de 1983, quando os preços começaram a ser liberados, a inflação voltou a subir alcançando 11,5%, em parte refletindo os reajustes programados de tarifas públicas. Igualmente importante foi a impressão de que o estímulo à produção via demanda agregada tinha chegado ao fim: após cerca de dois anos de ligeiro crescimento, o PNB francês caiu 0,5% em 1983. A taxa de desemprego, como era de se esperar, continuou elevada, atingindo 8,5% da força de trabalho.

O setor externo continuou a apresentar problemas. Apesar da desvalorização cambial de junho de 1982, o déficit da balança comercial aumentou no primeiro trimestre de 1983 para uma média mensal de 8,5 bilhões de francos, comparados com 6,8 bilhões de francos no último trimestre de 1982. A taxa de câmbio foi estabilizada no primeiro trimestre de 1983 mediante a manutenção de taxas de juros reais de cerca de 7,5%, elevadas para os padrões franceses. Porém, em março, o franco desvalorizou-se novamente em cerca de 4,5% relativamente às demais moedas do Sistema Monetário Europeu.

Em adição à citada desvalorização, o governo resolveu adotar

um programa de estabilização em que as medidas de corte ortodoxo eram centrais, mas não se abdicava de certos controles de preços e salários entendidos como essenciais a uma queda sustentada da inflação com menores custos sociais. Os objetivos passaram a ser então o equilíbrio da balança comercial e a redução da inflação, o que revelava uma clara mudança, tanto nas prioridades quanto nos instrumentos de política econômica. Para alcançar os objetivos citados, o governo propôs reduzir o consumo privado e as despesas públicas, bem como estabilizar o déficit fiscal. As medidas para reduzir o consumo recairam essencialmente sobre a renda das famílias, haja vista que se basearam em um empréstimo compulsório equivalente a 10% dos impostos sobre a renda e sobre o patrimônio e num tributo de 1% da renda tributável destinado ao financiamento da Seguridade Social. Além disso, foram aumentados os impostos indiretos sobre combustíveis, tabaco e bebidas. Junto com as medidas de redução das despesas públicas, esse elenco de medidas tributárias deveria ser suficiente para manter o déficit do governo em cerca de 3,2% do PNB em 1983 e 1984. A política monetária também se tornou mais restritiva. A meta para a taxa de crescimento de M2 (o agregado monetário sob monitoração na França), inicialmente estabelecida em 10% para 1983, foi revisada para 9% após a desvalorização do franco. Note-se que, em 1982, esse agregado monetário tinha crescido 12,8%.

A economia francesa respondeu favoravelmente a esse conjunto de medidas. A inflação declinou gradualmente de 11,5% no primeiro quadrimestre de 1983 para 9,4% no segundo semestre, 7,2% em 1984 e 5,5% em 1985. A desinflação, entretanto, não resultou em queda da produção. Após um início de ano fraco, a economia recuperou-se de modo que o PNB pôde encerrar 1983 com um ligeiro crescimento de 0,7%. Em 1984 e 1985, houve também crescimento de 1,5% e 1,2%, respectivamente. O sistema de preços foi sendo flexibilizado ao longo do período mas, em janeiro de 1985, cerca de 30% dos produtos industriais e quase todos os serviços permaneciam sob controle. Ainda em dezembro desse mesmo ano, permaneciam controlados cerca de 10% daqueles produtos e muitos preços de serviços. Nesse período, foram tomadas medidas para descontinuar a indexação salarial resultando em aumentos de salários inferiores à inflação. No setor externo, a taxa de câmbio se estabilizou e o balanço de pagamentos foi substancialmente melhorado. O déficit em transações correntes caiu de US$ 4,4 bilhões em 1983 para US$ 0,25 bilhão em 1984. Em 1985, o déficit se transformou em superávit de US$ 2 bilhões.

O lado problemático do ajuste se fez sentir na taxa de desemprego, que subiu de 8,4% em 1983 para 10,2% da força de trabalho em 1985. Entretanto, o espaço ganho com a queda da inflação, a estabilidade do câmbio e a redução do déficit fiscal permitiram ao governo adotar medidas mais efetivas de promoção do emprego. Os socialistas parecem ter finalmente compreendido que o melhor nessa área é garantir a estabilidade econômica e flexibilizar o mercado de trabalho. Entre as medidas nessa direção, destacam-se o incentivo ao trabalho em tempo parcial, a assistência aos desempregados com potencial de se tornarem pequenos empresários e a diminuição da contribuição social das empresas como forma de estimular o emprego de jovens.

Junto com reformas estruturais, como a privatização de empresas estatais e a maior abertura comercial e financeira da economia propiciada pela integração européia, o plano de estabilização de março de 1983 foi capaz de gerar um ciclo longo de expansão econômica na França na segunda metade da década de 80. As taxas de crescimento real do produto foram em alguns anos superiores a 3% a.a. e as taxas de inflação, menores que 2,5% a.a. O nível de emprego deixou de cair e, em 1988, verificou-se o primeiro decréscimo da taxa de desemprego na França desde 1973.

A experiência francesa, portanto, indica um rumo a seguir que pode ser útil ao Brasil. Primeiro, boas intenções não bastam para resolver os problemas econômicos. É preciso que não haja contradição entre os objetivos de política econômica e os instrumentos de ação. Nesse particular, políticas de sustentação ou aumento do emprego não se sustentam se não houver estabilidade macroeconômica. Segundo, não existe substituto para as medidas clássicas de estabilização centradas na austeridade fiscal e monetária, mas essas podem e devem ser acompanhadas de medidas de flexibilização do mercado de trabalho e redução do grau de indexação de preços e salários, de modo a diminuir os custos sociais associados à desinflação. O Brasil não tem, portanto, que inventar nada, mas simplesmente aplicar à sua situação específica lições e receitas de sucesso como por exemplo, as da França após 1983. ■

Referências: *OECD Economic Outlook*, vários números.

MARLY SILVA DA MOTTA

A NAÇÃO FAZ 100 ANOS

A Questão Nacional no Centenário da Independência

"As comemorações do centenário da indepêndencia, em 1922, levaram diferentes setores da intelectualidade brasileira a refletir sobre a nação e a propor modelos para a construção de um Brasil moderno. A reforma urbana por que passa o Rio de Janeiro e a mobilização dos modernistas paulistas no campo cultural são reveladoras da busca de uma matriz moderna da nacionalidade, afinada com o século XX."

MAIS UM LANÇAMETO
DA EDITORA DA FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS/CPDOC



Pedidos à FGV/Editora
Praia de Botafogo, 190 - 6º andar
22.253-900 - Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110
Fax: (021) 551-7801

Dieta saudável muda agricultura

MARIINHA MACHADO

DE que modo a procura de uma dieta saudável, basicamente anticolesterol, está alterando a produção mundial de alimentos? O Banco Mundial, através de sua divisão de comércio, tratou de pesquisar o assunto e chegou à conclusão de que a cruzada mundial por uma alimentação mais sadia está mudando bastante as velhas tendências da produção alimentícia.

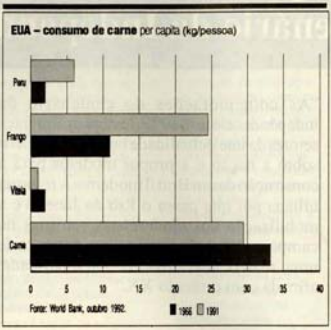
Para Ron Duncan, diretor da divisão de comércio do World Bank, as novas tendências estão aparecendo em forma bastante clara. Diz ele:

– Nos países industrializados os consumidores estão buscando mais e mais produtos saudáveis, isentos de gorduras saturadas ou de altos níveis de colesterol. Já nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a Tailândia e o México, por exemplo, os agricultores tratam de produzir novos tipos de óleos e outras espécies de carnes menos gordurosas.

Segundo Duncan, a produção de carnes de aves, notadamente frangos, está crescendo bastante no Brasil, na Tailândia e no México, enquanto a Malásia e a Indonésia oferecem maiores quantidades de óleo de palma. Em contraste, a Argentina e a China continuam colocando grandes quantidades de carne de porco e de vaca no mercado.

A cruzada pela saúde

Nos Estados Unidos, recente pesquisa mostrou que o consumo de frango; atualmente o mesmo consumo *per capita* se eleva a cerca de 25 kg. O consumo de carne de peru vai pelo mesmo caminho e os norte-americanos superam atualmente a



per capita de carne de vaca, de vitela ou de porco declinou consideravelmente. Hoje, no caso da carne, se consomem menos de 30 kg *per capita* em contraste com os quase 35 kg de anos passados (tabela).

Por outro lado, vem crescendo entre os norte-americanos o consumo de carnes de frango e peru. Em 1966, por exemplo, consumiam-se nos Estados Unidos cerca de 10 kg de carne de marca de 5 kg *per capita* de carne de peru. Além de frutas, verduras, hortaliças etc.

Para atender a esta crescente demanda de alimentos mais saudáveis os países em desenvolvimento estão aumentando substancialmente sua produção. No ano passado, México e Brasil viram sua produção de frangos crescer 20% e 10%, respectivamente.

Já a Tailândia, adotando técnicas de produção de frango similares às empregadas nos países desenvolvidos, logrou incrementar suas vendas para o Japão, onde também existe atualmente grande procura por alimentos menos gordurosos. Em 1990 esta produção tailandesa aumentou 13% e já no ano seguinte avançava 15%.

Em muitos países industrializados o frango vai deslocando a carne de vaca até mesmo nos populares centros de fornecimento de sanduíches, a chamada indústria de *fast food*. Atualmente, os sanduíches de carne de frango competem com êxito somente com os tradicionais hambúrgueres e cachorros-quentes. Sanduíches de peixe, peru e pratos com verduras e hortaliças também estão chegando a esse importante mercado de produtos alimentícios.

A manteiga também está sendo deslocada em favor dos óleos de soja e outros insumos menos saturados de gorduras. Esta tendência pode ser exemplificada com o que acontece nos Estados Unidos, onde o consumo de gorduras saturadas caiu a mais da metade entre 1958 e 1991. A mesma demanda de gorduras animais continuará baixando nos próximos anos, alertam os técnicos do Banco

Mundial. A ex-União Soviética e demais países do Leste Europeu, que são atualmente enormes consumidores de carnes de porco, gorduras saturadas e carnes vermelhas em geral, devem acompanhar as tendências mundiais, o que tornará ainda mais declinante o consumo desses gêneros alimentícios.

"É a hora da diversificação da produção e de se botar um olho nas tendências de produção agrícola mais saudável", adverte Ron Duncan.

Uma revolução no *fast food*

A revolução alimentar está alcançando grandes cadeias de fornecimento como as Kentuchy Fried Chicken, Mc Donald's, e Burger King, há algum tempo apontados pelos cardiologistas norte-americanos como "fantásticos centros de difusão das cardiopatias". Agora, estas lojas advertem seus clientes para o perigo do colesterol e os induzem a consumir mais frangos, mais cereais, mais hortaliças e mais verduras em lugar de carne de porco, dos temperos incrementados e das maioneses.

Para os especialistas em alimentação, quando tal revolução chegar à Ásia, a demanda de óleos vegetais, por exemplo, pode crescer de forma extraordinária. Nesse sentido, o Banco Mundial oferece uma hipótese: se na China e na Índia cada habitante consumir um ou mais de um quilo de óleo vegetal anualmente, a demanda deste produto será igual ao consumo total desse produto nos Estados Unidos nos dias atuais.

Portanto, a produção de alimentos mais saudáveis está deixando de se constituir em mera questão sanitária para representar um tema intimamente ligado à produção de maiores lucros.

Menos pontes de safena

Quando se considera que os gastos médicos representam atualmente uma substancial fatia do produto interno bruto – em 1990, nos Estados Unidos, esta fatia chegou aos 12% do PIB – as novas tendências da produção de alimentos também representam uma considerável economia em termos de despesa pública. Isto quer dizer que haverá mais dinheiro para o progresso com a economia feita na área de saúde.

A prevenção, que evitaria os exorbitantes gastos de saúde, está colocada na ordem do dia. Para muitos cardiologistas, uma vida saudável, a redução do *stress* no dia-a-dia combinadas com uma alimentação sadia pode reduzir pela metade a colocação das pontes de safena. Aliás, a economia de mercado, com seu fantástico poder de mutação, já descobriu esta verdade e começa a colocar-se, no caso da alimentação, a serviço da vida. ■

Próximo Lançamento

ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA EPGE/FGV

EQUILÍBRIO EM MERCADOS DE ATIVOS COM AVERSÃO À INCERTEZA

ADAUTO FRANCISCO SANTOS MADALENA

SÉRIE TESES
Nº 23

INFORMAÇÕES

EDITORA/FGV
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-0698 e 551-1542 r. 107/110

LEITURAS SELECIONADAS

CONJUNTURA ECONÔMICA

mensal

Fornece uma análise abrangente da economia nacional e internacional, além dos índices de preços nos mais diferentes setores e as últimas pesquisas na área econômica. Possui três edições especiais: "Retrospecto da Economia Brasileira" (fevereiro), "As 500 Maiores Empresas do Brasil" (agosto) e "As 1.000 Sociedades por Ações" (novembro).

O CORREIO DA UNESCO

mensal

Editado em 35 idiomas e mais de 100 países, é considerado o maior veículo de difusão cultural do mundo, com temas de interesse universal, discutidos por especialistas de nacionalidades e concepções filosóficas diversas.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

trimestral

Obra de referência na literatura sobre Administração em geral, firmou-se como um dos mais importantes periódicos de cunho técnico-científico do país.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

trimestral

Importante leitura para os que se interessam pela situação do Brasil e suas relações com a Economia e a Política mundiais, analisadas pelos mais renomados estudiosos.

ESTUDOS HISTÓRICOS

semestral

Editada pela Associação de Pesquisa e Documentação (APDOC), analisa a História do Brasil sob uma perspectiva multidisciplinar, em artigos que refletem a amplitude do pensamento humano nos mais diversos campos, como Cultura, Antropologia, Sociologia, Política e Literatura.

Desejo receber proposta para uma assinatura anual da(s) revista(s) abaixo:

- ☐ CONJUNTURA ECONÔMICA
- ☐ O CORREIO DA UNESCO
- ☐ REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- ☐ REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA
- ☐ ESTUDOS HISTÓRICOS

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP _____ Data ___/___/___

_____

Assinatura

Para maiores informações:

EDITORA/FGV
Praia de Botafogo, 190-6º andar
22.253-900 - Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
Tels.: (021) 551-0698 e 551-1542 ramais 107/110

História

Mendes, Candido. *A Democracia Desperdiçada – Poder e Imaginário Social.* Rio, Nova Fronteira, 1992.



A Editora Nova Fronteira está lançando mais este livro do prof. Candido Mendes de Almeida, *A Democracia Desperdiçada*, integrante da série Buscando a Nação – Trilogia da Pátria Amada.

O autor traça um balanço da situação política e econômica brasileira recente, analisando, sob diversos aspectos, os acontecimentos ocorridos no País durante o final do século XX. A obra aborda cerca de 30 anos de história do Brasil, partindo da queda de Getulio Vargas.

Este livro, bastante atual, apresenta fatos marcantes no processo de abertura política do País, como o movimento pelas "diretas já", a agonia de Tancredo Neves, a mobilização de José Sarney, a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, mostrando a participação tanto das massas populares quanto dos partidos políticos.

Candido Mendes de Almeida, nascido no Rio de Janeiro em 1928, é bacharel em direito e filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e doutor em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. O professor leciona em diversas entidades, como PUC, Fundação Getulio Vargas e Faculdade de Direito Candido Mendes, já tendo atuado, também, de 1965 a 1971, como "professor visitante", em 14 universidades americanas, dentre as quais, Princeton, Columbia, Stanford e Harvard.

Ib Teixeira

Economia

Combate à Inflação e Reforma Fiscal. Coord. João Paulo dos Reis Velloso. Rio, José Olympio, 1992.

As palestras dos professores Mario Henrique Simonsen, Francisco Dornelles, Carlos Alberto Longo, Affonso Celso Pastore e Emane Galvêas, entre outros, no decorrer do fórum "Como evitar uma nova década perdida", realizado no final do ano passado, foram reunidas nesse interessante volume editado pela José Olympio.

Coube ao prof. João Paulo dos Reis Velloso, como coordenador-geral do fórum, fazer a apresentação do volume, acentuando que o "problema no País não é sair da recessão com certa melhoria da inflação".

– Isso já se fez inúmeras vezes, nos últimos anos, e voltamos a girar em círculo vicioso, diz o ex-ministro Reis Velloso.



Para ele, existem duas maneiras de se enfrentar o desafio brasileiro: uma completa previsibilidade na ação governamental, de modo a não se aplicar qualquer choque mas se anunciar e se discutir tudo, dentro do princípio de que o que o Governo faz é apenas o que ele diz que vai fazer; e uma reforma fiscal ampla, tanto do lado da despesa como da receita, a fim de superar a crise de credibilidade do crédito público.

Entre as idéias defendidas por outro participante, o prof. Mario Henrique Simonsen nesse importante volume lançado pela José Olympio, está o da funcionalidade do imposto de renda. Ele critica o mérito da progressividade do IR que os socialistas europeus levaram às últimas conseqüências entre 1960 e 1970, com os resultados deploráveis que todos conhecemos. Simonsen informa que boa parte dos países desenvolvidos reduziu consideravelmente o número de alíquotas progressivas, assim como a alíquota máxima. A tendência dominante parece ser o imposto proporcional, com um limite de isenção abaixo do qual o contribuinte é dispensado do tributo. O depoimento do ex-ministro acrescenta:

"A Constituição de 1967 incorporou à economia brasileira um sistema tributário funcional e moderno, e que serviu de modelo para outros países mais avançados. Nos últimos anos, o sistema decaiu por três fatores: o romantismo da Constituição de 1988, o preciosismo que esquece que tributo justo é o que se consegue cobrar e não o que vai nos sonhos dos cientistas sociais e a aceleração da inflação e o conseqüente efeito Tanzi."

Para Simonsen, o resultado foi uma incrível complicação do sistema tributário, cujo exemplo mais psicodélico foi a declaração de ajuste da pessoa física no exercício de 1990, ano-base 1989. Diz ele:

"A tributação dos lucros da pessoa jurídica hoje é escorchante. Só que nunca foi tão fácil sonegar quanto hoje. É hora de simplificar os impostos e cobrá-los efetivamente. Nesse sentido a tributação dos rendimentos de capital (lucro, juros, aluguéis) seria limitada a 35%."

Outro depoimento presente nesse livro da José Olympio é o do

Prêmio Losango de Apoio a Teses em Economia – Versão 1992

Realizado pela Fundação Getulio Vargas – RJ, e patrocinado pelo Banco Losango, o Prêmio Losango de Apoio a Teses em Economia visa incentivar a elaboração de teses nas áreas de mercado de capitais, política monetária e financeira e economia internacional, através de um concurso que escolherá um projeto de tese e/ou de dissertação de doutorado.

O corpo de jurados presidido pelo prof. Mario Henrique Simonsen é composto pelos profs. Clóvis de Faro (EPGE/FGV), Edmar Bacha (PUC-RJ), Luis Carlos Bresser Pereira (EAESP/FGV-SP), Affonso Celso Pastore (USP), Wilson Suzigan (Unicamp) e Maria da Conceição Sampaio de Souza (UFPE).

O Prêmio Losango de Apoio a Teses em Economia vem sendo amplamente divulgado entre as universidades do Brasil que possuem cursos de pós-graduação em economia, administração, engenharia ou áreas afins, reconhecidos pelo MEC.

Vencedores de 1992

Doutorado:

Premiado: Emílio Araújo Menezes, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV-SP)

Tese: O "Impacto de Fusões e Aquisições sobre a Riqueza dos Acionistas: Um estudo empírico do mercado de capitais brasileiro".

Prêmio: 18 parcelas mensais de Cr$ 6.124.000,00; 1 parcela de Cr$ 18.370.000,00 na aprovação da Tese.

Mestrado:

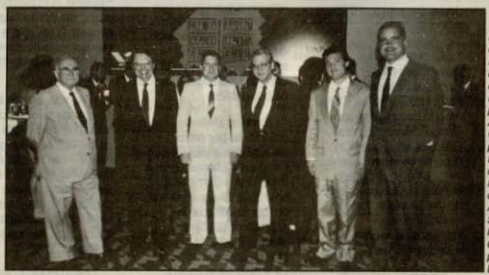
Premiado: Marcos Antonio Silveira, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

Tese: "Expectativas Racionais e Intervenções Infreqüentes do Banco Central no Mercado Financeiro."

Prêmio: 9 parcelas mensais de Cr$ 6.124.000,00; 1 parcela de Cr$ 18.370.000,00 na aprovação da tese.

Os valores citados serão corrigidos para a data efetiva de pagamento, com base na variação mensal do IGP-M, sempre que a inflação acumulada até o mês da data do pagamento atingir uma variação mínima de 20%, começando a partir dessa data, novo cálculo para acumulação da variação do índice.

A premiação ocorreu no dia 24.11.92, no Maksoud Plaza em São Paulo, ocasião em que foi proferida palestra pelo prof. Roberto Macedo, sobre: "O Ajuste Fiscal: Situação Atual e Perspectivas."



Da esquerda para a direita: dr. Oswaldo Ballaun – membro do conselho de administração do Banco Losango; prof. Roberto Macedo – palestrante da noite; Emílio Araújo Menezes – vencedor de Doutorado; prof. Clóvis de Faro – da Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro; Marcos Antonio Coutinho da Silveira – vencedor de Mestrado; José Francisco Gouvêia Vieira – presidente do Banco Losango.

ex-ministro da Fazenda e deputado federal, Francisco Dornelles. Para ele o problema fiscal brasileiro não poderá ser resolvido somente pelo aumento dos impostos. A própria reforma tributária deve ser analisada dentro de um contexto mais amplo de reforma do Estado, que deve ser estruturada de forma a reduzir custos e aumentar a eficiência da administração. Conclui Dornelles:

"Privatização, descentralização e eliminação ou redução de competências comuns e concorrentes são, pois, idéias-chave para a reforma do Estado brasileiro."

Com sua experiência de ex-presidente do Banco Central, o prof. Affonso Celso Pastore defende o controle monetário como essencial para que o Brasil saia da crise e retome o desenvolvimento. Diz o professor da Universidade de São Paulo:

"...a história evidencia que o controle monetário produz estabilidade de preços, cria o clima propício para o investimento e para o crescimento econômico. Os países que não permitem que a inflação saia de controle, porque controlam a moeda, são os que atingiram elevados níveis de eficiência econômica. Da mesma forma, a história mostra que os países que expandem a moeda para tentar evitar recessões, ainda que curtas e infreqüentes, são aqueles que estagnaram a sua economia, e reduziram a eficiência econômica."

As evidências estão realmente do lado do prof. Pastore. Ainda agora o *Relatório sobre o Desenvolvimento Econômico Mundial*, 1992, ao relacionar as taxas médias de crescimento anual e de inflação de centenas de países, permite um exame comparado dos caminhos seguidos por nações com diferentes controles monetários, como o Brasil e a República da Coréia, por exemplo. O Brasil, com uma taxa média de inflação de 284,3% entre 1980 e 1990, registrou uma taxa média de crescimento anual de cerca de 3,3%. Já a Coréia do Sul, capitalista, mercê de um controle monetário estrito, alcançou uma média anual de desenvolvimento econômico de 7,1% enquanto sua taxa de inflação na década passada não ia além dos 5,1%.

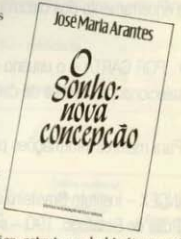
Como isso se traduziu em termos de prosperidade individual? A resposta é que os coreanos, no início dos anos 60, registravam uma renda *per capita* de apenas US$ 87, três vezes menor que a brasileira, mas hoje desfrutam de um PIB *per capita* de US$ 5.400, enquanto nós vamos ficando com apenas US$ 2.680. Não se trata de nenhuma simplificação mas da evidência revelada ao longo do tempo.

Por tudo isso, o volume lançado pelo fórum "Como evitar uma nova década perdida", com a José Olympio, merece leitura atenta de todos quantos imaginam soluções para os problemas brasileiros.

Ib Teixeira

O SONHO : NOVA CONCEPÇÃO

de José Maria Arantes



"Como sabemos que sonhamos no sono?

"Como opera o psiquismo para sonhar e, na vigília, lembrar-se do sonho?"

Movido por tais questionamentos, apliquei-me à observação do fenômeno onírico, estruturando hipóteses até chegar à conclusão de que é inconsistente a base conceptual da ciência dos sonhos - o sonho ocorre no sono". (O AUTOR)

EM BREVE, PELA EDITORA DA FGV

Maiores Informações
EDITORA/FGV
Praia de Botafogo, 190 - 6º and.
Tels.: (021) 551- 0698 e 551 - 1542 r. 107/110